

Folheando as páginas de um grande álbum de família

Desde tempos imemoriais, o ser humano esteve preocupado em compreender a realidade que o cerca e, principalmente, entender a origem de quase todos os fatos (inclusive a de sua própria existência). Hoje em dia as coisas não se tornaram diferentes a ponto de anular esse impulso antigo. Pelo contrário: o interesse das pessoas por seus ancestrais, por aquilo que foi realizado no passado (próximo ou distante) continua muito vivo.

E, dito de maneira objetiva e simples, esta é a proposta básica de **Raízes**: desvendar o passado da cidade, da região em que São Caetano do Sul está encravada, mostrando a origem da comunidade, a luta dos antigos imigrantes, a vida da cidade em diversas épocas, os problemas econômicos, sociais e políticos, tudo visto, inclusive, pela memória de muita gente que participou, de forma direta, da evolução, do crescimento contínuo do Município. Folhear as páginas da revista equivale, de certo modo, a virar as folhas de um antigo álbum familiar e reconhecer, nas imagens diversificadas, rostos conhecidos, faces amigas, expressões de gente de nossa própria família, cenas vividas por nós próprios. E com isso vamos montando um álbum cada vez mais detalhado de nossa própria História...

São Caetano do Sul, julho de 1995


ANTONIO DALL'ANESE
Prefeito

Sétimo ano, com inovações

A revista **Raízes** ingressa em seu sétimo ano, consecutivo e ininterrupto, de circulação com algumas inovações formais e de conteúdo. Em primeiro lugar, cabe mencionar o fato de que o Conselho Editorial - que vem sendo mantido praticamente intacto desde o início da publicação - passará a contar também com a participação de dois novos membros: José de Souza Martins, professor da Universidade de São Paulo, fellow do Trinity Hall, em Cambridge (Reino Unido), membro do Conselho-Diretor da Fundação Pró-Memória de São Caetano e autor de inúmeros livros, e Guido Fidelis, jornalista e escritor com dezenas de obras publicadas. De outro lado, no aspecto formal, aos poucos a revista vai sofrendo alterações que lhe permitam tornar-se mais leve, de leitura mais agradável; enfim, de acordo com os padrões gráficos vigentes em nossa época.

Podem parecer poucas as modificações introduzidas. Não são, se se levarem em conta as especificidades de sua produção. É preciso lembrar - e sublinhar - que **Raízes** é hoje uma das poucas revistas do gênero mantidas pelo Poder Público e com receptividade entre pesquisadores, acadêmicos e não-acadêmicos, e na própria comunidade. Portanto, inserido num contexto maior de ações de natureza cultural, e sem os recursos materiais (e humanos) de uma publicação comercial, a trajetória da revista objetiva estender a recuperação da memória a todos os segmentos, pretende ampliá-la e difundi-la. É sempre um processo em gestação.

O Editor

RAÍZES

Ano VII - Número 13 -
Publicação semestral -
Distribuição Gratuita

Publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul

Julho de 1995

Rua Eduardo Prado, 201 - CEP 09581-200 - São Caetano do Sul (SP) - Telefones- (011)-441-1000, ramais 235, 241, 242, 248 e 249; (011)-743-4618 (fax); telex - 114-4938

Editor/jornalista responsável -

Aleksandar Jovanovic
(MTb 13.165 - Sjesp 7.290)

Secretário de Redação -

Flávio Ficarelli
(MTb 11.020 - Sjesp 5.330)

Conselho Editorial -

Ademir Médici, Antonio de Andrade, Aleksandar Jovanovic, Claudinei Rufini, Guido Fidelis, Henry Veronesi, José de Souza Martins, Oscar Garbelotto, Silvio

José Buso, Sônia Maria Franco Xavier, Valdenício Petrolli

Publicação editada com apoio da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Fotos -

Reproduções de Yoji Agata, José Honório de Castro e Gilson Cirino dos Santos

A revista **Raízes** está aberta à colaboração de pesquisadores da História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à Redação não são devolvidos, com exceção de fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião da revista.

Computação Gráfica/Fotolitos -
Plano Piloto (716-0833)

Impressão -

Grande ABC Artes Gráficas S/A
(712-5155)

04 Artigos

A viagem do vapor Europa ao Atlântico Sul, em julho de 1877
José de Souza MARTINS

Lançado no mar em 1872, com 2.200 toneladas, o vapor Europa trouxe os imigrantes italianos que se estabeleceram no Núcleo Colonial que daria origem a São Caetano do Sul. Pormenores referentes à viagem estão registrados nos documentos da companhia seguradora britânica Lloyd's. Tendo saído do porto de Gênova, o Europa parou em Gibraltar e Cádiz (Espanha), Cabo Verde (possessão portuguesa) e seguiu até Buenos Aires.



12 *Diário de um imigrante vindo da Província de Campobasso (Nápoles)*
Silvio José BUSO

16 *Primeiro Grupo Escolar do Município festeja passagem do 75º aniversário*
Sonia Maria Franco XAVIER

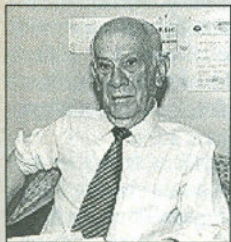
21 *Costumes Antigos*
1 e 2
Henry VERONESI

26 *Antônio, santo dos italianos, dos portugueses... e de todo mundo*
Valdenízio PETROLI

34 *História Econômica*
A memória do caminhão brasileiro trafega pelo ABC
José Roberto GIANELLO

38 *Empresa de 80 anos revela todo pioneirismo de Antonio Garbelotto*
Oscar GARBELOTTO

43 *História Política*
Fundador do Jornal de São Caetano foi destaque no movimento autonomista



Luiz Rodrigues Neves, nascido em 1919, chegou a São Caetano em 1935. Durante longos anos, trabalhou na Matarazzo e hoje tem um posto de comando na Chocolates Pan. No entanto, nos anos 40, juntamente com Walter Thomé e Mário Rodrigues, já teve participação decisiva na vida do Município: fundou o Jornal de São Caetano e empunhou a bandeira autonomista. Rodrigues Neves fala dessa experiência e do período em que exerceu o mandato de vereador.

46 *Cláudio Musumeci: 42 anos de vida política no Município*

49 *Oswaldo Gimenez foi com certeza, na década de 50, o Collor do Grande ABC*
Guido FIDELIS

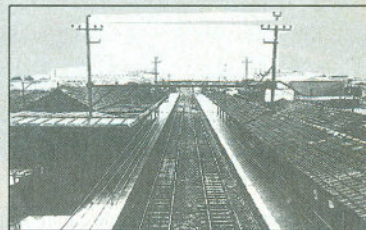
57 *Como, quando e por que a moeda brasileira apodreceu*
Arnaldo TREBILCOCK

64 *Esportes*
- João Anhô, dedicação à cidade e também ao esporte amador

66 *Com mais de 50 anos, Tamoyo é um dos clubes mais antigos da região*
Alberto do Carmo ARAÚJO

69 *Memória*
Estação de São Caetano, obra de arte que chamava a atenção
Gisberto GRIGOLETTO

A antiga estação SPR, em São Caetano, era simples e modesta, mas chamava a atenção. Prédio de tijolos aparentes, bem assentados, um trabalho de artesanato. Estas são algumas das lembranças que o autor revela, contando o vaivém nas ruas próximas



70 *Viúva reconstitui algumas memórias do Cine-Parque Central*
Vivória Gomes LORENZINI

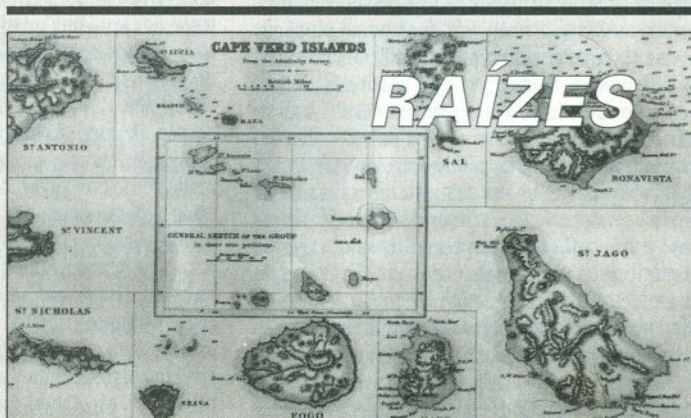
71 *Registro*
- Evento cultural recupera dados sobre a fundação de São Caetano

72 *- Setembro marca o centenário do nascimento do professor Fernandes*

73 *- Arma dos fundadores de São Caetano era a esperança*
Claudino DE LUCCA

74 *Nossa Terra (Biquinho de Lacre)*
Cláudio Rogério BRACO

77 *Memória Fotográfica*



Capas: Mapa inglês do século passado (circa 1870). Coleção particular de José de Souza Martins

A viagem do vapor Europa ao Atlântico Sul, em julho de 1877

José de Souza MARTINS (*)

1 Inesperado encontro, na Inglaterra, de documentos do vapor Europa

São apenas dois minutos de caminhada - disse-me a moça bonita que vendia frutas num pequeno quiosque perto da estação de Greenwich. No semáforo, ali adiante, vire à direita. Dali você já verá o Museu Nacional Marítimo”.

Fui andando devagar na direção indicada. Aqui e ali, restaurantes exóticos, mexicanos, indianos, vietnamitas, japoneses, cujas tabuletas anunciavam que ainda era possível tomar o café da manhã, apesar de quase onze horas. Na rua, poucos transeuntes, vários vindos no mesmo trem em que eu viera de Londres, para visitar o famoso museu do subúrbio londrino. Pouco adiante, os restaurantes cedem lugar a várias livrarias, a maioria dedicada a raridades bibliográficas relacionadas com a história marítima. Aqui e ali algumas lojas de antiquários, oferecendo preciosidades náuticas. Eram os sinais da proximidade do Museu. Da esquina já era possível ver o extenso parque onde estão os centenários edifícios da Marinha britânica.

À porta, uma pequena multidão de pessoas, na maioria idosas, aguardava impaciente que um senhor pagasse a entrada de cinco libras esterlinas com cartão de crédito. Estavam ali para ver a exposição dos objetos recentemente resgatados do navio *Titanic*, que afundou em 1912, após colisão com um iceberg, na viagem inaugural de Southampton a New York. Eu a visitaria no dia seguinte, às pressas, antes de ir para o aeroporto de Heathrow para retornar ao Brasil. Em duas horas e poucos minutos, o mar gelado sepultara milhares de vidas. Mas, sepultara, também, objetos destinados à rotina de hotel de luxo que se previra para o imenso navio. E dramaticamente objetos pessoais de passageiros que morreram no desastre ou que foram miraculosamente salvos: dólares e libras esterlinas ainda bem conservados apesar de cerca de oitenta anos e três mil metros no fundo do mar; cigarros amarelecidos mas conservados na cigarreira de couro de um passageiro; um exemplar inteiro de um jornal do dia anterior ao da partida; várias garrafas de champagne ainda intactas; a luxuosa louça do serviço de bordo ainda cuidadosamente arrumada; bandejas e peças de prata; objetos de tocador de senhoras ricas e vaidosas, vidros de perfume, potes de cosméticos; a navalha e o pincel de barba

Acervo: José de Souza Martins



Porto de Gênova (Itália), c. 1875, de onde partiu o vapor Europa, no dia 1 de julho de 1877, trazendo os imigrantes de Cappella Maggiore (Província de Treviso) para o núcleo colonial de São Caetano por iniciativa do governo imperial do Brasil.

de um cavalheiro; uma caixa com lâminas de barbear marca “Gillete”, com o conhecido retrato do senhor de largo bigode e rosto bem escanhado, usado nos rótulos do produto até hoje pelo fabricante, com a indicação de que a patente dessas lâminas estava registrada em vários países, indicados os respectivos, entre eles o “Brazil”; a hoje famosa escultura de bronze que adornava o início das escadarias do saguão; roupas dos empregados, uma delas a jaqueta de um serviçal com seu nome bordado no gola. E também uma enorme pedra de carvão mineral, pesando 50 quilos: um contraponto à ostentação, testemunho silencioso das condições de trabalho dos operários do navio, especialmente os do porão, no calor das caldeiras e no ruído intenso dos motores. Mas, em tudo, uma calma impressão de paz, de tudo acabado, de fim de viagem. Uma simulação computacional mostra aos visitantes o modo como o navio afundou: após o rombo no casco, a proa inclinará em direção ao fundo do mar, pondo o navio em posição vertical, empinando a popa, acelerando o naufrágio. Quando metade do navio já estava sob as águas, partiu-se ao meio. Embora muitos objetos tenham se espalhado por extensa área no interior de uma das partes, foi possível encontrá-lo em relativa ordem, como se ainda estivessem esperando o momento do uso, como um testemunho, um flagrante, de um modo de vida naqueles meses anteriores ao início da Primeira

Guerra Mundial. Na verdade, fim de uma era e início de outra.

Naquele tempo, as viagens oceânicas ainda tinham as características de uma aventura. Um navio era um território flutuante, povoado por uma sociedade flutuante, ainda que provisória: nele havia alegria e dor, esperança e morte. Muitos não chegavam ao destino, especialmente os passageiros da terceira classe, abatidos pela debilidade crônica ou por enfermidades adquiridas na própria viagem, sepultados no fundo do oceano, vidas que naufragavam.

Eu estava ali por isso, à procura de indícios dessa travessia, interessado na história de dois barcos a vapor que, entre o último quarto do século XIX e o primeiro quarto do século XX, haviam sido empregados no tráfico de imigrantes para os países do Atlântico Sul, especialmente para o Brasil: o vapor italiano *Europa* e o vapor Aquitaine, cenário de vida e de histórias de que somos herdeiros (1).

A idéia de fazer indagações sobre esses navios surgiu num jantar de Páscoa, em casa de amigos, durante os dias que passei em meu College, o Trinity Hall, em Cambridge, a caminho de Colchester para uma conferência sobre as frentes pioneiras, em abril de 1995, na Universidade de Essex. Na conversa amena com um dos presentes, especialista em história naval, soube da riqueza do acervo do Museu Nacional Marítimo e da possibilidade de

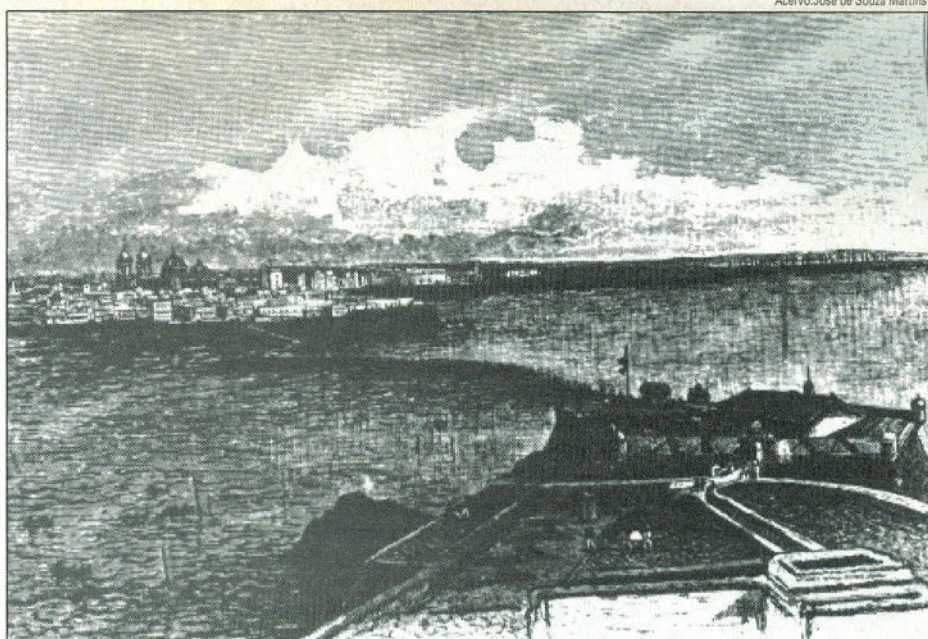
obter dados sobre esse tema. No dia seguinte, ele fez chegar-me às mãos, no College, um bilhete com a indicação precisa das providências que deveria tomar para ter acesso aos documentos que fossem do meu interesse. Através de um telefonema ao encarregado do arquivo, marquei hora na segunda-feira seguinte, para uma primeira sondagem. Eu teria apenas dois dias para um levantamento inicial, antes de retornar ao Brasil.

Uma eficiente funcionária desviou-me dos turistas que queriam entrar para ver a exposição do *Titanic* e levou-me à bela biblioteca antiga, de estantes envidraçadas, chão carpetado. Em poucos minutos o bibliotecário e arquivista especializado na leitura dos documentos navais, colocou diante de mim os primeiros documentos sobre os dois navios. Bem ali na minha frente, as linhas manuscritas dos funcionários da seguradora Lloyd's, que havia feito o monitoramento da viagem do vapor *Europa* ao Brasil e à Argentina em julho de 1877. Nesse navio haviam viajado as famílias de imigrantes italianos que foram destinadas aos núcleos coloniais de São Caetano e de Santana, na província de São Paulo. A história dessa travessia, que lhe decidira o destino, estava ali diante dos meus olhos, em três linhas escritas em linguagem cifrada, sob o índice "Steamer nº 3", seguido do nome do comandante do vapor: *Vianello* (2).

2 A trajetória do Europa

O vapor *Europa* foi construído pela empresa Wigham Richardson & Co., de Walker on Tyne, em Newcastle, no norte da Inglaterra, e lançado ao mar no dia 27 de fevereiro de 1872. Era um navio de 2.200 toneladas. Tinha, portanto, cinco anos quando da viagem em que trouxe ao Brasil os imigrantes vênnetos destinados aos núcleos coloniais de São Caetano e de Santana. Era parte de uma única encomenda de três navios do mesmo porte feita à companhia inglesa pela empresa italiana de navegação G. B. Lavarello & Co., registrada em Gênova a 2 de dezembro de 1871. Os outros dois navios eram o *Sud America*, de 2.246 toneladas, e o *Nord America*, de 2.175 toneladas, e foram lançados ao mar, respectivamente, a 12 de junho e a 23 de novembro de 1872 (3).

O *Europa* foi o único que sobreviveu até ser desmontado em 1893. O *Sud America* afundou após colisão, em 13 de setembro de 1888, com o navio francês *SS France*, da Société Générale des Transports Maritimes, em Las Palmas, nas Ilhas Canárias. Morreram 87 pessoas (4). O *Nord America* encalhou na costa espanhola no dia 2 de janeiro de 1883 (5). Os três tinham aproximadamente as mesmas dimensões: entre 313 e 314 pés de comprimento por 35 pés de largura. Cada um



Porto de Cádiz (Espanha), c. 1880, primeira escala do vapor *Europa*, no dia 5 de julho de 1877, na viagem para Buenos Aires.

dos três levava 50 passageiros de primeira classe, 50 de segunda e 800 passageiros de terceira classe (6). Esses últimos eram os imigrantes.

Haviam sido contruídos especificamente para o transporte de imigrantes pobres para o Brasil, o Uruguai e a Argentina pela empresa G.B. Lavarello & Co. formalmente registrada no porto de Gênova em 1871. Mas, já existente desde 1863, ano em que o capitão Giovanni Battista Lavarello abriu um escritório naquela localidade e encomendou um primeiro navio de 663 toneladas, o *Buenos Aires*, à companhia italiana Giacomo Westerman. Esse primeiro vapor conseguiu fazer apenas uma viagem por ano entre 1864 e 1866. No entanto, a nova linha marítima foi um sucesso e estimulou Alessandro Cerruti a iniciar um serviço paralelo e concorrente em 1865, no mesmo trajeto. E, em 1870, a concorrência se ampliou com a entrada em atividade da Società Italo-Platense, com um navio de 1.790 toneladas (7). Essa companhia, porém, foi fechada em 1876, assumindo seus navios e suas linhas Sivori & Schiaffino. O decréscimo dos negócios prosseguiu até 1878, quando foram encerrados (8).

O fim do tráfico negreiro para o Brasil, em 1850, abriu novas possibilidades para as companhias de navegação já que o país estava numa fase de crescente necessidade de mão-de-obra agrícola para substituir os escravos que já não chegavam aos portos brasileiros procedentes da África. Durante algum tempo, o tráfico entre as províncias do Nordeste e as do Sudeste, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, atendera à demanda de trabalhadores nas fazendas de café, cuja cultura começava a expandir-se pela região dos campos de Goitacazes e pelo Vale do Paraíba. A transferência de escravos das plantações de cana-de-açúcar da Bahia e Pernambuco era possível pela sua substituição por agregados mestiços e livres originários da extinção da escravidão indígena no século XVIII.

Quando encomendou os vapores *Europa*, *Sud America* e *Nord America*, Lavarello já possuía seis

navios: o *Buenos Aires*, de 663 toneladas (1864), que afundou em 1873 no trajeto Chile-Buenos Aires; o *Montevideo*, de 721 toneladas (1867), que encalhou em 1874 próximo ao Cabo da Boa Esperança; o *Liguria*, de 798 toneladas (1869), que encalhou no Mar Vermelho; o *Aquila*, de 837 toneladas (1870), vendido em 1876, em Málaga, na Espanha; o *Espresso*, de 1.865 toneladas (1870), primeiro grande navio da empresa e primeiro fabricado na Inglaterra, foi rebatizado com o nome *Colombo*, em 1874, e abandonado na costa brasileira em 1893 (9).

O capitão Giovanni Battista Lavarello faleceu em dezembro de 1881, com 57 anos de idade, assumindo seu lugar na empresa os filhos Enrico e Pietro. Mas, a companhia já estava passando por dificuldades financeiras, agravadas pelo naufrágio do *Nord America*, em 2 de janeiro de 1883. Poucas semanas depois, em 28 de fevereiro, a empresa entrou em liquidação. Foi um dos liquidantes Matteo Bruzzo, que se associara a Lavarello em 1871. Bruzzo era tesoureiro da municipalidade de Gênova. Com a liquidação de G.B. Lavarello & Co., associou-se ao marquês Marcello Durazzo e outros e formou a empresa M. Bruzzo & Co., em Gênova, em 13 de junho de 1883 (10). A companhia adquiriu, então, os três vapores remanescentes de Lavarello: o *Europa*, o *Sud America* e o *Colombo* (11). Bruzzo adquiriu ainda duas novas embarcações de outras empresas, entre elas o navio *Nord America* (II), muito veloz, que chegou a fazer a viagem entre Gênova e Montevideu em apenas 18 dias (12). Foi desse navio que derivou o nome da nova empresa, pelo qual ficou conhecida até os anos sessenta deste século: La Veloce Linea di Navigazione Italiana a Vapore. Mas, os dois navios adquiridos por Bruzzo custaram alto preço, agravado pela inesperadamente alta despesa com combustível. Bruzzo foi obrigado a aceitar novos sócios em sua empresa, em abril de 1884, formando uma nova sociedade limitada com o mesmo nome de La Veloce. Essa empresa assumiu os navios de Bruzzo,



Mapa encontrado no Museu Nacional Marítimo, em Londres, revela a rota percorrida pelo Europa em julho de 1877

inclusive o *Europa*. Quando faleceu, em 30 de março de 1896, já não tinha qualquer função na companhia (13). A empresa ainda passou por sérias dificuldades em 1889-1891, em consequência dos problemas econômicos e políticos da Argentina e do Brasil na época (14). No caso brasileiro, a inflação, a crise econômica e as falências do chamado Encilhamento parecem ter afetado os negócios dessa como de outras empresas.

A historiografia laica local difundiu que o vapor *Europa*, em que viajaram os imigrantes italianos destinados a São Caetano em 1877, pertencia à companhia Florio & Rubattino. Os dados existentes no National Maritime Museum, porém, não contêm qualquer referência a essa empresa. Florio & Rubattino não eram proprietários do vapor *Europa* (15). No caso dos imigrantes que vieram para São Caetano, estiveram comprovadamente envolvidos no tráfico: Caetano Pinto Júnior, cujo nome consta do documento de condições da emigração assinado em Gênova no dia 30 de junho de 1877 por Giovanni Perucchi e, seguramente, por representantes de todas as outras que iam embarcar; e G.B. Lavarello & Co., proprietária do vapor *Europa*. Sem contar a própria agência oficial de

imigração na Província de São Paulo, encarregada do desembarque dos imigrantes, seu transporte ferroviário para a hospedaria em São Paulo e sua posterior remoção para o núcleo colonial de São Caetano na tarde de 28 de julho de 1877. Haveria que incluir, ainda, os recrutadores locais, nas aldeias italianas e, mais tarde, espanholas, que se incumbiam de convencer e alistar os candidatos a emigração. Esses recrutadores trabalhavam para os traficantes de mão-de-obra, como Caetano Pinto Jr., que contratavam previamente com o governo o recrutamento e o transporte dos imigrantes.

Se o fim do tráfico negreiro afetou profundamente os proprietários de navios negreiros, a imigração europeia para substituir os escravos abriu um novo campo nos negócios marítimos, o das passagens de terceira classe vendidas aos próprios imigrantes ou, principalmente, vendidas ao governo brasileiro, inicialmente, e ao governo da província de São Paulo, depois, para transporte dos trabalhadores e suas famílias. Havia, portanto, muitos interesses envolvidos na emigração e na imigração. Os historiadores puseram pouca atenção nesse aspecto da questão imigratória. Além dos negócios relativos à passagens e ao seguro, havia ainda a remuneração dos in-

termediários. E, depois da chegada ao Brasil, os negócios relativos à remessa de dinheiro aos parentes que ficaram no país de origem (16).

3 O Europa e a imigração: a viagem de julho de 1877

A viagem do *Europa* à América do Sul, em julho de 1877, está anotada nos registros da companhia seguradora Lloyd's. Não se tem qualquer informação, por enquanto, sobre o dia de saída dos emigrantes de Cappella Maggiore, em Vittorio Veneto, província de Treviso, para a larga viagem ao Brasil. A maioria dos que vieram para São Caetano em 1877 veio de lá. É possível que um dia se possa recuperar o *Libro dello Stato di Anima* que, segundo consta, existia em cada paróquia. Era nele que os párocos registravam a partida dos que iam para a América. Como se pode ver pelos documentos de imigração da família Cavana, vinda para São Caetano em janeiro de 1878, várias semanas antes da partida os candidatos à imigração eram obrigados a solicitar às autoridades civis os documentos necessários à viagem, uma espécie de baixa no censo local (17).

Foi porém, no dia 30 de junho que Giovanni Peruch assinou em Gênova um documento impresso em que tomava ciência das condições da emigração para a província de São Paulo. Como partiram do mesmo lugar e como várias eram aparentados entre si, é de supor que tenham viajado juntos até o porto. Provavelmente, foram embarcados nesse mesmo dia, pois o vapor *Europa*, comandado pelo capitão Vianello no dia seguinte, 1º de julho de 1877, um domingo, com destino a *Buenos Aires* (18). O itinerário usual dos navios da companhia Lavarello era: Gênova, Gibraltar, Cádiz, São Vicente (nas Ilhas de Cabo Verde, para abastecimento de carvão mineral), Montevideu e *Buenos Aires* (19). Entretanto, o registro da Lloyd's, naquela viagem, menciona apenas os portos de Gênova, Cádiz (na Espanha), Cabo Verde (possessão portuguesa) e *Buenos Aires* (20). Obviamente foi omitido o porto de Santos, onde desembarcaram os imigrantes vênnetos aos núcleos de São Caetano e de Santana. Aparentemente, as anotações eram feitas em Londres, por funcionário da companhia, com base nas informações que lhe chegavam através do cabo submarino (21). É óbvio que nem todas as escalas eram assinaladas. Embora a companhia Lavarello tenha se tornado uma importante transportadora de emigrantes para o Brasil, sobretudo emigrantes subvencionados pelo governo brasileiro, são raras as referências nos registros da Lloyd's à passagem de seus navios por portos brasileiros. De qualquer modo, o boletim diário da Lloyd's, já nessa época, é um notável mapa da localização diária de todos os navios segurados em diferentes por-

tos do mundo.

No dia 5 de julho o vapor *Europa* estava em Cádiz, na Espanha. No dia 11 de julho, em Cabo Verde, na costa africana. E no dia 27 de julho em Buenos Aires. Sua velocidade de serviço era de doze nós (22) (o rapidíssimo *Titanic* desenvolvia uma velocidade de serviço de 21 nós). O *Europa* era mais rápido do que os navios adquiridos anteriormente pelo capitão Giovanni Battista Lavarello, que tinham cerca de um terço de sua tonelagem. A companhia assegurava que esses navios mais antigos faziam a viagem de Gênova a Buenos Aires em 30 dias. Mas, é pouco provável que isso acontecesse, dado o número médio de viagens por ano: apenas uma. O *Europa*, que era mais rápido, levava quase um mês para fazer o percurso. Provavelmente passou por Santos, para o desembarque dos passageiros para lá destinados, aí pelo dia 24 de julho. Os imigrantes que seriam enviados aos núcleos coloniais devem, pois, ter esperado uns quatro dias na hospedaria de imigrantes que ainda não era a que seria construída, em 1888, na rua Visconde de Parnaíba, antes de serem transferidos para São Caetano no sábado à tarde, 28 de julho.

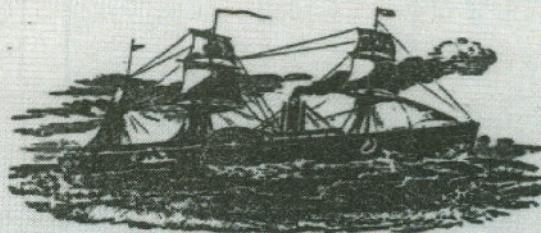
Quase nada se sabia sobre essa viagem. De modo que os dados do arquivo do Museu Nacional Marítimo representam muito. Pode-se, porém, supor as condições dramáticas da travessia. Imediatamente após a chegada a São Caetano, foram sucessivas e muitas as mortes nas famílias desses imigrantes, especialmente de crianças (23). Essas mortes revelam as condições físicas em que migraram. Tudo permite supor que mortes houve também durante a viagem, drama agravado pelo sepultamento no mar. Há, ainda, evidências indiretas de componentes do universo mental do imigrante durante essa viagem de julho de 1877. Todos vinham de uma mesma localidade na Itália: a aldeia de Cappella Maggiore e outras aldeias próximas: Sármede, Rugolo, Montaner, lugares muito antigos. A repetição, nas lápides dos cemitérios dessas localidades e nas listas telefônicas atuais, dos mesmos sobrenomes encontrados na lista dos colonos que vieram para São Caetano, sugere parentescos sólidos e seculares. Um rápido exame nos livros de assentamento da paróquia da Cappella Maggiore indica logo esses vínculos, como tive oportunidade de constatar há alguns anos. Portanto, os dias da travessia foram peculiares em relação a outras experiências de viagens marítimas: era como se uma parte da comunidade de origem estivesse se trasladando em conjunto, dispensando esforços de ressocialização e de convivência com estranhos, como é próprio dessas situações (24).

Uma segunda evidência é a do imediato descontentamento dos colonos chegados a São Caetano: eles imaginavam que ao embarcar em Gênova estavam sendo enviados a Santa Catarina, onde tinham parentes. A descoberta de que haviam sido trazidos a lugar inteiramente diferente, a província de São Paulo, criou um estado de forte tensão no relacionamento com as autoridades encarregadas do serviço de colonos, que se manifestou já uma semana após a chegada a São Caetano, no dia 4 de agosto de 1877. O governo ainda tentou resistir às reclamações dos colonos por mais uns dias. Mas, no dia 15 de agosto, 21 pessoas foram enviadas ao Rio de Janeiro para serem reembarcadas para a província do Sul (25), como forma de atenuar o conflito e

Industriales e Profissionais do Brazil

1977

LA VELOCE



NAVIGAZIONE ITALIANA

SOCIETÀ ANONIMA DI NAVIGAZIONE A VAPORE

Capitale emesso e versato L. 15.000.000

Séde in Genova, 17 Piazza Nunziata, 17

Agentes geraes para o Brazil

A. FIORITA & C.

37 RUA PRIMEIRO DE MARÇO 37

Telephone n. 74

VAPORES: —Nord America. —Sud America. —Matteo Bruzzo. —Europa. —Duchessa di Genova. —Victoria —Duca di Galliera. —Napoli. —Rio de Janeiro —Las Palmas —Montevideo —Cittá di Genova e Rosario.

Fazem escala por Lisboa, Barcellona e recebem cargas e passageiros. Tem magnificas accomodações para passageiros de 1ª, 2ª e 3ª classes, a preços reduzidos para Lisboa, Barcellona, Genova e Napoles.

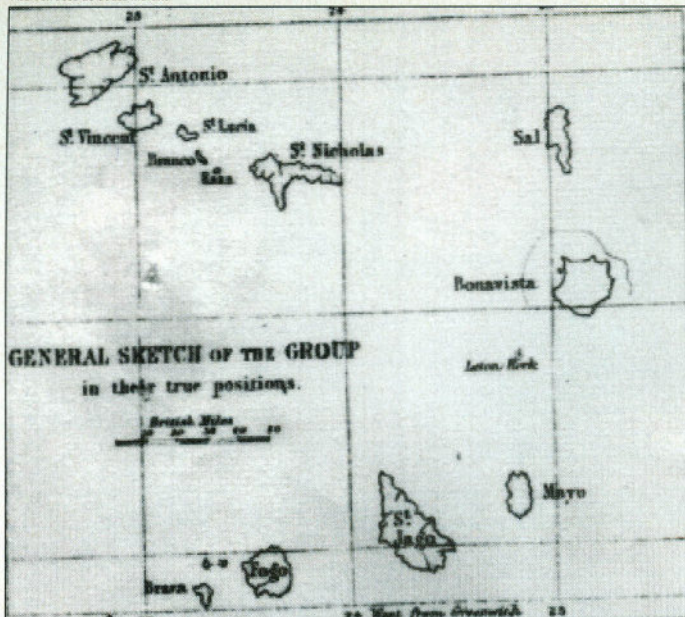
Anúncio da empresa de navegação La Veloce publicado no Almanak Laemmert de 1893 do Rio de Janeiro. Essa empresa sucedera G.B. Lavarello & Co., proprietária do vapor Europa, que trouxe da Itália os imigrantes enviados a São Caetano, e se tornou proprietária dos navios dessa firma. Como se vê, o Europa ainda consta da lista. Foi desativado e desmontado nesse mesmo ano. Também em 1893, o Napoli, construído em 1870, foi abandonado na costa brasileira. Outros navios dessa lista já não estavam navegando.

evitar a permanência entre os demais do grupo mais insatisfeito com o engano.

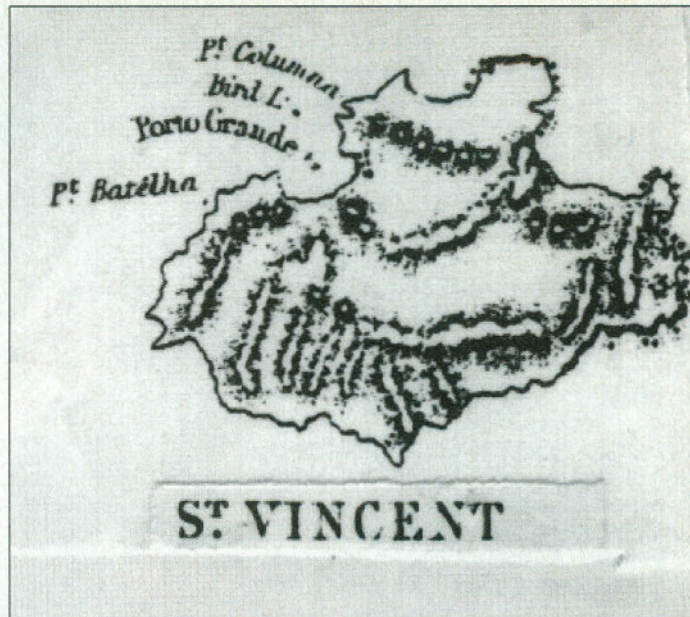
Uma terceira evidência é a carta que Giacomo Garbelotto escreveu de São Caetano a um parente em Capella Maggiore, a 14 de fevereiro de 1889 (26). Nessa carta, Garbelotto dizia que esperava ir para a Itália em maio e que sua viagem ficava dependendo da concessão do título de propriedade da terra que lhe fora consignada, e aos filhos, em 1878, no núcleo colonial. Essa carta sugere alguns aspectos interessantes da imigração: o imigrante veio com esperança de retornar ao seu país. De fato, vários colonos de São Caetano venderam ou abandonaram seus lotes de terra, que lhes foram concedidos a preços muito baixos, muito abaixo dos preços de mercado, provavelmente para retornar à Itália depois de algum tempo (27). Outro aspecto interessante é o de que Giacomo Garbelotto, como provavelmente outros colonos, sendo já homens maduros, como eram, com filhos adultos e

até casados vieram para o Brasil na esperança de conseguir terras para acomodar os filhos, voltando eles próprios à Itália depois disso. Pelo menos em relação a Garbelotto isso está claro, tanto que obteve seus lotes em nome de um filho e não em seu próprio nome. Essa idéia de ir e voltar era estimulada pela relativa facilidade da viagem, já que o governo brasileiro e o governo de São Paulo pagavam a passagem. Mas, essa concessão era condicional: não implicava no reconhecimento do direito de retorno.

Essa constatação sugere uma mudança social importante na vida do camponês de várias regiões do Vêneto, que vieram a ter reflexo no Brasil: o advento dos modernos e rápidos meios de transporte e comunicação, como o trem e o navio a vapor, além do correio e do telégrafo, já no século XIX, assegurou que os fortes vínculos familísticos e comunitários aparentemente não seriam destruídos pela emigração. A carta de Garbelotto mostra que



Cabo Verde, c. 1870, em cuja Ilha de São Vicente o vapor Europa, fez a sua segunda escala, no dia 11 de julho, para abastecimento de carvão mineral.



Ilha de São Vicente, em Cabo Verde, onde o vapor Europa aportou no dia 11 de julho de 1877 para abastecer-se de carvão mineral

havia constante troca de correspondência entre os imigrantes e seus parentes na aldeia de origem. Como mostra, também, que entre São Caetano e Cappella Maggiore houve um significativo vai-e-vem de pessoas não muito depois da chegada dos primeiros colonos. Mas, as informações indiretas nela contidas indicam que o desencontro entre a terra disponível e o tamanho da família camponesa, no país de origem, que levava a sucessivas fragmentações da parcela de terra, inviabilizando a reprodução camponesa da família, ganhou nova possibilidade de continuidade com a emigração. Tudo indica que começava a desenvolver-se entre os camponeses uma nova estratégia de sobrevivência, marcada pela possibilidade da reprodução da família camponesa, na condição camponesa, em terras distantes. Os camponeses vênetsos que foram para o Rio Grande do Sul tem mais de cem anos de adoção dessa estratégia em terras brasileiras: da área

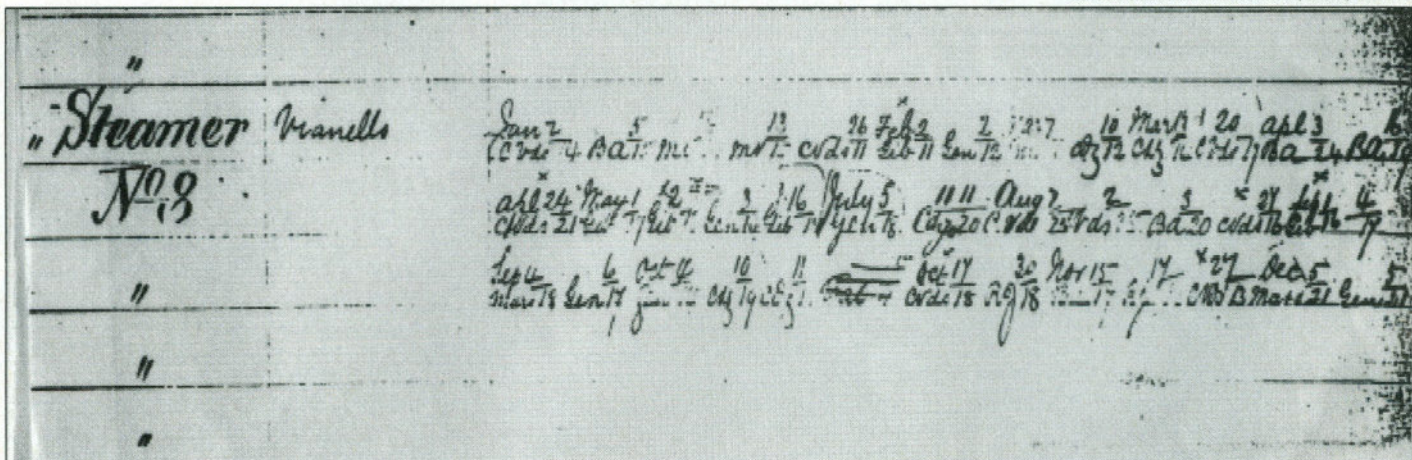
do assentamento original, em Caxias do Sul e Bento Gonçalves, migraram as gerações seguintes para outros lugares no próprio Rio Grande, mais tarde para Santa Catarina e Paraná. E já em nossa época, para Mato Grosso e Rondônia. Em São Caetano, uma geração depois da chegada, filhos dos colonos locais, impossibilitados de obter terras no próprio núcleo colonial, solicitaram lotes no núcleo colonial de Jundiá (28).

O movimento só não foi adiante nas gerações seguintes, como no Sul, porque a industrialização do subúrbio de São Paulo criou uma alternativa de emprego que interrompeu a reprodução camponesa da família sem interromper o familismo do camponês de origem vêneta, como se vê em São Caetano até os dias atuais.

4

Nos objetos o imaginário da viagem sem rumo

Uma quarta evidência é a de duas únicas peças remanescentes da viagem em 1960: um aquecedor de cobre, com tampa articulada e recortes decorativos, que tinha originalmente um cabo longo para ser colocado em baixo da cama. Cheio de brasas, assegurava o aquecimento do quarto e da cama no inverno frio do Vêneta. Não



Registros da seguradora Lloyd's, de Londres, das viagens do vapor italiano Europa no ano de 1877. Já estão assinaladas as escalas da viagem de julho, em que vieram para o Brasil os imigrantes vênetsos destinados ao núcleo colonial de São Caetano: partida de Gênova e escalas em Cádiz (Espanha) e Cabo Verde (possessão portuguesa na costa da África). Não há referência à escala em Santos.

era um instrumento totalmente inútil em São Caetano daqueles tempos quando, segundo diversas evidências da época, a localidade era mais úmida e fria do que nos tempos recentes. A outra peça era uma cuia também de cobre utilizada para misturar produtos usados na lavoura, especialmente na sulfatação das videiras. Essas peças foram doadas ao Museu Municipal de São Caetano por Jacob D'Agostini, em 1960, quando eu o estava organizando. Era impossível olhá-las sem fazer íntimas indagações sobre o seu lugar na vida dária das pessoas que a utilizaram. E sem fazer conjecturas a respeito das intenções e suposições da família que as trouxe na longa e demorada viagem. Por seu lado, a segunda peça é um emblemático signo do grande componente do imaginário da imigração: o trabalho. Já a primeira peça, o aquecedor, pode ser mais um indício de que a família imaginava estar sendo levada para um lugar frio, como Santa Catarina, como já foi visto, onde já havia famílias oriundas de Cappella Maggiore. Mas, é também indicativa da incerteza quanto ao destino de quem fazia aquela viagem.

Além do destino incerto que, em vários países da *Europa*, se abria diante do emigrante, em cada caso havia uma incerteza específica quanto ao destino final de quem emigrava. É um equívoco supor que os que participaram da emigração em massa nas décadas finais do século XIX sabiam precisamente para onde iam, especialmente os que eram recrutados pelos agentes do governo brasileiro no esquema de imigração subsidiada, isto é, com a passagem paga pelo Estado. Os que vinham por conta própria, que eram a minoria, traziam quase sempre um endereço de destino, um parente ou paesano chegado antes. As vezes podiam beneficiar-se das cartas de chamada dos parentes já instalados no



O porto de Santos, onde desembarcaram os imigrantes italianos destinados a São Caetano, em 1877

Brasil. O governo até mesmo estimulava os imigrantes a escreverem a seus familiares no lugar de origem convidando-os a também imigrarem. Vários dos imigrantes que vieram para São Caetano entre 1887 e 1890 vieram nessa condição, como consta das alegações que fizeram para pedir que fossem assentados nesse núcleo colonial. Mas, nem sempre era possível assegurar que imigrantes

fossem enviados para os lugares onde já tinham membros da família. Outras vezes, o imigrante, por notícias recebidas no país de origem, através de conhecidos, ou mesmo por informações recebidas de outros passageiros durante a viagem, preferia estabelecer-se em lugar diverso daquele para o qual o governo o destinava. Em São Caetano mesmo houve o caso de Angelo Santi, chegado em 1887. Havia sido embarcado na Itália, pelo agente do governo brasileiro, com destino à Colônia Dona Isabel, no Rio Grande do Sul. Mas, pediu para ser desembarcado em Santos e enviado a uma das colônias oficiais da província de São Paulo. Finalmente, solicitou às autoridades para ser estabelecido em São Caetano, onde recebeu um lote de terra no dia 13 de maio daquele ano.(29)

Mas, o caso dos emigrantes embarcados no vapor *Europa* era diferente. A imigração estava no início. Do documento impresso, assinado por Giovanni Peruch no Porto de Gênova, na véspera partida para o Brasil, consta expressamente que o emigrante partia "com a firme resolução de instalar-se nas Colônias do Estado da Província de São Paulo", isto é, aceitava ser assentado em colônia oficial (e não em colônia particular) e em São Paulo. Como se tratava de um formulário, seguramente todos os outros embarcados nessa ocasião assinaram documento idêntico. Os documentos de concessão dos lotes de terra no Núcleo Colonial de São Caetano, a partir de 1878, mostram que muitos desses colonos eram analfabetos, pois foram assinados a rogo, por terceiros. E mesmo os que os assinaram pessoalmente, com poucas exceções, mal sabiam ler e escrever. Isso pode ser facilmente comprovado pela caligrafia do texto de próprio punho, que antecede a assinatura, no qual o beneficiado pela concessão do lote de terra declara que recebeu o documento. Não é, portanto, surpresa que várias famílias vindas no *Europa* para São Caetano tenham, logo nos primeiros dias, manifestado grande des-



Na parte superior da foto, cuia de cobre para misturar os ingredientes usados na sulfatação de videiras e ao seu lado aquecedor também de cobre. As duas peças foram trazidas da Itália pela família de Luigi D'Agostini, vinda para São Caetano em 1877. Últimos remanescentes dessa viagem, eram mais do que objetos que se definissem por sua utilidade material, pois estavam impregnado de significados: eles cristalizavam o imaginário da imigração.



O porto de Santos em 1870



Cappella Maggiore em dia de procissão da Festa do Rosário, no fim do século XIX. Dessa localidade e das localidades vizinhas de Sármede, Rugolo e Montaner procedem os imigrantes que vieram para São Caetano em 1877.

contentamento, pois entendiam que seriam encaminhadas à província de Santa Catarina, onde tinham parentes.

O fato de que haviam assinado um documento de ciência de que seu destino era a província de São Paulo foi usado contra essa pretensão pelas autoridades, sem êxito porém. O que sugere que assinaram o documento, mas, de fato, não tomaram ciência de seu conteúdo. O próprio Peruch guardou seu exemplar na suposição de que representava um compromisso formal e oficial do governo brasilei-

ro com os imigrantes, embora dele não constasse qualquer assinatura ou timbre de funcionário, representante ou delegado das autoridades do país. Mais do que a incerteza subjetiva do próprio imigrante, havia também a incerteza no interior das próprias condições da imigração, sobretudo na falta de clareza quanto ao que se pretendia fazer com o imigrante quando aqui chegasse. A carta de Giacomo Garbelotto, de 1889, ainda alerta seus conterrâneos quanto às armadilhas de emigração para o Brasil e justamente por isso foi publicada na Itá-

lia, naquela época.

Os que vieram para São Caetano em 1887, mesmo os que se conformaram ou aqueles para os quais era indiferente o lugar de assentamento, não tinham clareza a respeito de seu destino na província de São Paulo. Infelizmente, não se sabe ainda qual foi o critério adotado para mandar algumas famílias para São Caetano e outras para o núcleo colonial do bairro de Santana, em antiga fazenda jesuítica. O certo é que nem mesmo o governo tinha clareza sobre a destinação desses emigrantes. A escritura de venda das terras das fazendas de São Caetano e de São Bernardo, para assentamento de colonos estrangeiros só foi, finalmente, assinada pelo Abade do Mosteiro de São Bento, que era delas proprietário, no dia 5 de julho (30), quando o vapor *Europa* já estava navegando há cinco dias com destino ao Brasil e nesse preciso dia ancorado no porto de Cádiz, na Espanha. Tudo indica que o Abade relutava em vender as terras, tanto que em setembro de 1876, menos de um ano antes da data do embarque dos emigrantes e dois anos depois do exame e medição da Fazenda de São Caetano, o Inspetor de Terras e Colonização telegrafava do rio de Janeiro pedindo ao presidente da província de São Paulo que lhe mandasse declaração escrita do Abade de que concordava com a desapropriação das fazendas (31).

Nessa altura, supostamente, já deviam estar sendo iniciadas as obras de construção das casas provisórias dos futuros colonos e de demarcação dos respectivos lotes rurais e urbanos, coisa que só ocorreria depois da chegada dos imigrantes a São Caetano. Estes ficaram durante meses sem cultivar a terra, pois nem mesmo sabiam qual seria o lote de cada um, mantidos precariamente pelo governo (como se viu pela revolta de janeiro de 1878), alojados mais precariamente ainda na casa-grande e nas senzalas da antiga Fazenda. E para justificar o subsídio diário que recebiam, eram empregados pelo próprio governo na construção das próprias casas provisórias.

As duas peças de cobre, antes mencionadas, foram os objetos da terra de origem e da viagem desses primeiros imigrantes, conservados por mais tempo em São Caetano, pois ainda existiam mais de oitenta anos após a chegada; viagem que é, de certo modo, um marco na história da imigração italiana para a província de São Paulo e um marco na história das relações de trabalho em São Paulo. Mas, sobretudo, porque a primeira peça era mais do que um objeto que se definisse por seu uso e sua utilidade material, o aquecimento do quarto de dormir. Tratava-se de um objeto impregnado de significados; de certo modo, cristalizava o imaginário da imigração naquele momento. Era essencialmente um enigmático documento das incertezas da imigração como calculado engodo dos grandes proprietários de terra que precisavam com urgência encontrar um substituto para os escravos dos cafezais. Aquele aquecedor antigo não só falava da incerteza da imigração, mas também da sábia e camponesa desconfiança do imigrante em relação ao destino que lhe ofereciam de *graça* e tão longe.

Se havia o sonho da volta e o de assegurar a sobrevivência e a unidade da família, ainda que dividida pelo oceano, havia também a falta de clareza do que era a América. Como historiadores já mostraram, o emigrante italiano que chegasse ao porto



Montaner, nas vizinhanças de Cappella Maggiore, em 1917. Eram desse lugar alguns dos imigrantes que vieram para São Caetano em 1877.



Anzano, em 1912. Na carta que Giacomo Garbelotto enviou de São Caetano a seu compadre Domenico Nadal, de Cappella Maggiore, a 14 de fevereiro de 1889, há um post-scriptum em que lhe pede para entregar um bilhete a Angelo Pisentin, de Anzano, um lugarejo vizinho

de Nápoles decidido a ir para a América, no geral era levado para os Estados Unidos da América. Já o que chegasse com a mesma disposição ao porto de Gênova, era quase que invariavelmente trazido para a América do Sul, especialmente, Brasil e Argentina (29). Ao chegar ao porto, o emigrante caía numa teia de interesses e negócios de que não tinha a menor consciência e da qual era a principal mercadoria. Era nessa nau de sonhos e, ao mesmo tempo de incertezas, que embarcava o emigrante para a longa, dura e arriscada travessia.

Terminei a minha busca no segundo dia, no começo da tarde quente da terça-feira de Primavera. Ainda encontrei na vereda do parque os grupos de turistas que chegavam para a exposição dos salvados do *Titanic*. Na estação de Greenwich apenas meia dúzia de pessoas esperava o trem limpo e quase luxuoso para Bridge Street, ponto de conexão com o metrô. Antes de ir para o hotel, para pegar minhas malas e ir para o aeroporto, ainda pude passar por um dos antiquários que freqüentam, quando vou a Londres, para adquirir as gravuras originais e contemporâneas desta história, coloridas a mão, para ilustrar o artigo que imaginei durante as descobertas no Museu. Na manhã seguinte eu já estava em São Paulo e, poucas horas depois, em minha sala de aula na Universidade de São Paulo.

* Em primeiro lugar, sou imensamente agradecido aos bibliotecários do National Maritime Museum, de Londres, pelo inestimável auxílio no metecórico levantamento que lá realizei nos dias 24 e 25 de abril de 1995 para redigir este artigo. Em segundo lugar, esclareço que, além das ilustrações que pertencem à minha própria coleção, as demais procedem das seguintes publicações: Aldo Toffli, *Saluti e Baci... da Ieri* (Vecchie cartoline vittoriesi), Dario De Bastiani Editore, Vittorio Veneto, 1978; Gilberto Ferrez e Weston J. Naef, *Pioneer Photographers of Brazil, 1840-1920*, The Center for Inter-American Relations, s.l., 1976; e H.L.Hoffenberg, *Nineteenth-Century South America in Photographs*, Dover Publications, Inc., New York, 1982.

(1) Meu interesse pelo Aqüitane se deve ao fato de que meus avós espanhóis nele viajaram de Málaga para Santos, em 1914, para trabalhar nas fazendas de café da região de Bragança Paulista, onde faleceram e onde deixaram larga família. Minha mãe foi a única que veio para São Caetano, onde vivia a família de meu pai, os Ribeiro das ruas José Patrocínio, Paraíba, Pernambuco e Senador Vergueiro. Souza Martins era o sobrenome de meu pai e de minha avó Maria e de sua irmã Albina, matriarca dos Ribeiro. A família é originária de Santiago de Figueiró, perto de Amarante, no Douro, terra do simpático patrono dos violeiros, São Gonçalo de Amarante, casamenteiro das velhas.

(2) Os documentos da Biblioteca do National Maritime Museum

tem referência a um capitão de navio de nome Antonio Vianello, que desapareceu após naufrágio de seu barco no Atlântico Sul, antes porém de que o Europa entrasse em serviço.

(3) Cf. N. R. P. Bonsor, *South Atlantic Seaway* (An illustrated history of the passenger lines and liners from Europe to Brazil, Uruguay and Argentina), Brookside Publications, Jersey Channel Islands, 1983, p. 104-105.

(4) Cf. N.R.P. Bonsor, ob. cit., p. 272

(5) Cf. N.R.P. Bonsor, ob. cit., p. 105.

(6) Na condição de imigrantes destinados aos núcleos coloniais da província de São Paulo, desembarcaram do Europa, em Santos, em julho de 1877, 98 famílias, parte enviada a São Caetano e parte enviada a Santana. Esse número representava pouco mais da metade da capacidade do navio para passageiros de terceira classe. Tudo indica, portanto, que outros emigrantes foram, no mesmo vapor, para Buenos Aires.

(7) Cf. N.R.P. Bonsor, ob. cit., p. 102.

(8) Cf. N.R.P. Bonsor, ob. cit., p. 103

(9) Cf. N.R.P. Bonsor, ob. cit., p. 104

(10) Após a liquidação de G.B. Lavarello & Co., em 1883, os filhos do Capitão Giovanni Battista Lavarello fundaram a Società di Navigazione a Vapore Fratelli Lavarello, mas o navio Europa e os outros navios remanescentes da empresa do pai passaram para a nova empresa organizada por Matteo Bruzzo. A companhia dos filhos de Lavarello encerrou suas atividades em 1891, em consequência da crise financeira do Brasil, e seus seis navios foram adquiridos por La Veloce. Cf. N.R.P. Bonsor, ob. cit., p. 272.

(11) Cf. N.R.P. Bonsor, ob. cit., p. 267.

(12) Cf. N.R.P. Bonsor, ob. cit., p. 268.

(13) *Ibidem*.

(14) Cf. N.R.P. Bonsor, ob. cit., p. 272.

(15) Renato Bellucci, em ensaio sobre a história local, de 1927, indica essa empresa como sendo a proprietária do Europa (Cf. Renato Bellucci, *Pagine di Verità e di Vita - Cinquant'Anni di Storia della Popolazione de São Caetano*, Tipographia de I "Argus", São Paulo, 1927). Os dados do Museu Nacional Marítimo, de Londres, são a comprovação clara de que há equívoco nessa informação. No entanto, a empresa Navigazione Generale Italiana Società Riunite Florio & Rubattino tinha agentes no Brasil, conforme publicidade de 1893 (cf. Eduardo von Laemmert, Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para 1893, 30o. anno, Companhia Typographica do Brazil, Capital Federal, s.d., p. 1.378).

(16) Um dos raros trabalhos sérios sobre o lado escuro da emigração italiana, especialmente a que tãa da emigração como negócios, ainda é o de Constantino Ianni, *Homens Sem Paz* (Os conflitos e os bastidores da emigração italiana), Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1963. A combinação dos vários tipos de negócios, como a venda de passagens e a intermediação das remessas de dinheiro pelos imigrantes aos familiares que ficaram na Itália aparece num acordo entre La Veloce e o Banco di Napoli. Cf. Luigi De Rosa, *Emigranti, Capitali e Banche* (1896-1906), Edizione del Banco di Napoli, 1980, p. 500. Um anúncio dos agentes de La Veloce no Rio de Janeiro, em 1893, informa que "remetem dinheiro por vales postais pagáveis em qualquer ponto da Itália". Cf. Eduardo von Laemmert, loc. cit., p. 1.372.

(17) Cf. José de Souza Martins, *Subúrbio* (Vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha), Editora Huciteci/Prefeitura de São Caetano do Sul, São Paulo/São Caetano do Sul, 1992, p. 87.

(18) Cf. Biblioteca do National Maritime Museum, Lloyd's List,

1877, vol. 2, July 5, 1877, p. 10.

(19) Cf. N.R. Bonsor, ob. cit., p. 103.

(20) Cf. Biblioteca do National Maritime Museum, *Lloyd's List*, 1877, vol. 2, July 5, 1877, to August 3, 1877.

(21) O cabo submarino representou um enorme adiantamento nas comunicações entre o Brasil e a Europa. As 98 famílias de emigrantes vênets que se destinavam a São Caetano e Santana embarcaram em Gênova no dia 1º de julho de 1877 e já no dia 6 de julho o fato era notícia de jornal em São Paulo: o Inspetor Geral das Terras Públicas recebera a notícia e a retransmitira por telegrama ao presidente da província, Sebastião José Pereira. Cf. *Diário de São Paulo*, São Paulo 6 de julho de 1877.

(22) Cf. N.R.P. Bonsor, ob. cit., p. 103.

(23) Cf. José de Souza Martins, *Subúrbio*, cit., p. 31 e ss.

(24) O tema da sociabilidade provisória durante a viagem de migrantes foi tratado por S.N. Eisenstadt, *The Absorption of Immigrants* (A comparative study based mainly on the Jewish community in Palestine and the state of Israel), Routledge & Kegan Paul Ltd., London, 1954.

(25) Cf. "Immigrantes", in *Diário de S. Paulo*, Anno XIII, Nº 3.498, São Paulo, 15 de agosto de 1877, p. 2.

(26) Cf. Emilio Franzina, *Merica! Merica!* (emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America latina, 1876-1902), Giangiacomo Feltrinelli Editore, Milano, 1980, p. 163-166.

(27) Cf. José de Souza Martins, *Subúrbio*, cit., p. 90-91.

(28) *Ibidem*, p. 109

(29) Cf. Departamento do Arquivo do Estado, Ordem 7.188 (Núcleo Colonial de São Caetano), Maço 1, Processo nº23, Lote nº87 (Santi Angelo).

(30) Cf. Dom Martinho Johnson, OSB, *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*, Mosteiro de São Bento, São Paulo, 1977, p. 187-191.

(31) Departamento do Arquivo do Estado, *Colônias* (Anos 1870-1877), Caixa 3.

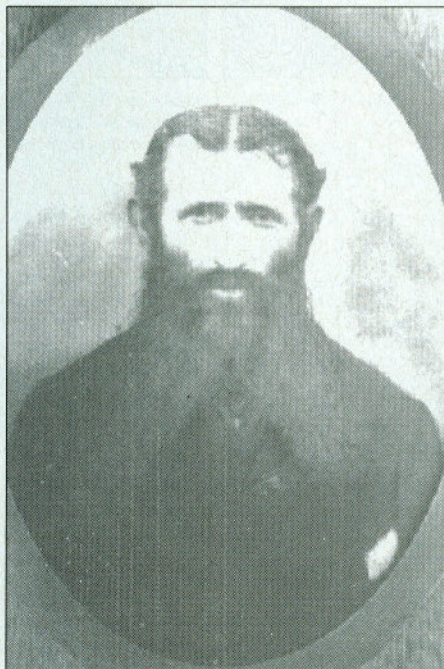
(32) Cf. Grazia Dore, *La Democrazia Italiana e l'Emigrazione in America*, Morcelliana, Brescia, 1964, p. 80-81.

(*) José de Souza Martins é Professor-Associado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Foi fellow- visiting professor da Universidade da Flórida (EUA), em 1983. No ano acadêmico de 1993-94, foi professor-titular da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge (Reino Unido) e fellow de Trinity Hall. Sobre São Caetano do Sul publicou os seguintes livros: *São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História* (1957), *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário* (1973) e *Subúrbio* (1992). Seus livros mais recentes são: *A Chegada do Estranho* (1993) e *O Poder do Atraso* (1994). Recebeu o Prêmio Érico Vanucci Mendes do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1993, pelo conjunto de sua obra. Da Câmara Brasileira do Livro, recebeu o Prêmio Jabuti 1993 de Ciências Humanas e o Prêmio Jabuti 1994 de Ciências Humanas.

Diário de um imigrante vindo da Província de Campobasso (Nápoles)

Silvio José BUSO (*)

Incertezas, angústias, alegrias e tristezas são fatos do cotidiano do imigrante Antonio Barile e seu pai Carmine Barile, mais conhecido como o Barbeta. São um relato emocionante de pessoas simples que vieram tentar a sorte num mundo desconhecido. Vieram, vieram e venceram. Instalaram-se em São Caetano do Sul lá pelos idos de 1880, e com muito esforço incorporaram-se à nova comunidade, preparando as bases para o Município, hoje considerado como um dos melhores do Brasil.



Carmine Barile, o Barbeta



Maria Tereza Peruchi

Acervo: Raízes

As páginas de meu diário estão recheadas de lembranças, algumas esparsas, outras concretas, procurei anotar tudo que meus pais contavam e depois continuei escrevendo, deixando um marco, um ponto histórico dos Barile e a cidade de São Caetano do Sul.

Até onde tenho conhecimento, em Campobasso, Nápoles (Sul da Itália) - nasceu um menino em 03 de abril de 1851, - seu nome: Carmine Barile.

Teve uma vida como toda criança do mundo, com sonhos e ilusões, era recatado e trabalhador. Jovem ainda com 20 anos de idade enamorou-se e casou com uma moça de pouca idade - como era costume da época. Seu nome? - Ana Maria Chinoça.

“Com a perda irreparável, Carmine decide deixar aquelas terras de tantas...”

Após um ano de casamento, Ana Maria tem um filho. “Eu nasci em 13/12/1875 e recebi o nome de Antonio Barile. Meus pais vivem felizes por um

tempo, por um tempo, porque minha mãe começa a ter problemas de saúde e após cinco anos de casamento, a desgraça, Ana Maria falece”.

Carmine (o Barbeta) meu querido pai sofre o golpe com a perda, e *chi lo sà*. Com a perda irreparável, Carmine decide deixar aquelas terras de tantas lembranças doces, e amargas ao mesmo tempo.

Reúne os familiares e comunica sua decisão: “Vou partir para a América do Sul, para um país chamado Brasil, meu filho não posso levar, peço ajuda de vocês para cuidarem dele”. E assim ficou estabelecido, e eu, Antonio fiquei morando com uma tia - madrinha. Tinha saudade de meu pai, mas o que se podia fazer.

Em meados de 1881, Carmine, o Barbeta desce de uma navio em Santos, terra desconhecida, povo de outros costumes. Homem de pouco falar, até porque achava que os outros não o entendiam, mas conseguiu vir para um núcleo colonial - em São Caetano.

Aqui já haviam famílias que tinham vindo das proximidades de sua região, da terra natal. Carmine era um lavrador, homem de estatura alta, rude, mas de expressão meiga, cabelos pretos e barba ruiva, com 30 anos de idade, cheio de esperanças e vontade de trabalhar.

“Contavam suas histórias, dissabores e as ocorrências do dia-a-dia da colônia...”

São Caetano agora é sua terra; aqui Carmine se assenta e trabalha como lavrador, reúne-se sempre que possível com as demais famílias, aquelas que tinham vindo poucos anos antes da Itália. Contavam suas histórias, dissabores e as ocorrências do dia-a-dia da colônia.

Numa dessas ocasiões Carmine vem a conhecer a viúva Maria Tereza Perucchi - Carmine conta sua história, Maria a sua, e assim ambos travam um relacionamento de amizade e respeito mútuo. Carmine vê aquela mulher lutar para se manter e manter o casal de filhos. A mocinha Maria Perucchi, o menino Matheus Perucchi.

O tempo passa e o casal Carmine e Maria Tereza, de namoricos, resolvem casar-se, esta celebração ocorreu em 26 de setembro de 1884.

A vida em comum do casal fica melhor, enquanto o filho Antonio, ainda estava na Itália, longe do pai, inconformado e saudoso. Minhas tias escrevem-lhe dando conta do que ocorria e Carmine



Vista frontal da metalúrgica nos 25 anos de fundação.



Vista interna da Fábrica por volta de 1937. A fábrica trabalhava com objetos de metal para adorno e uso doméstico - tais como: Aparelhos de chá e café, vasos para flores, painelas etc.



Vista do pátio interno da fábrica com os funcionários nos 25 anos de fundação ao fundo o sobradão



Da esquerda para a direita, os homens: João Barile, Carmo Barile, o pai Antonio, Ito Barile e Orlando Barile.



João Barile operando uma pequena prensa para estampagem.

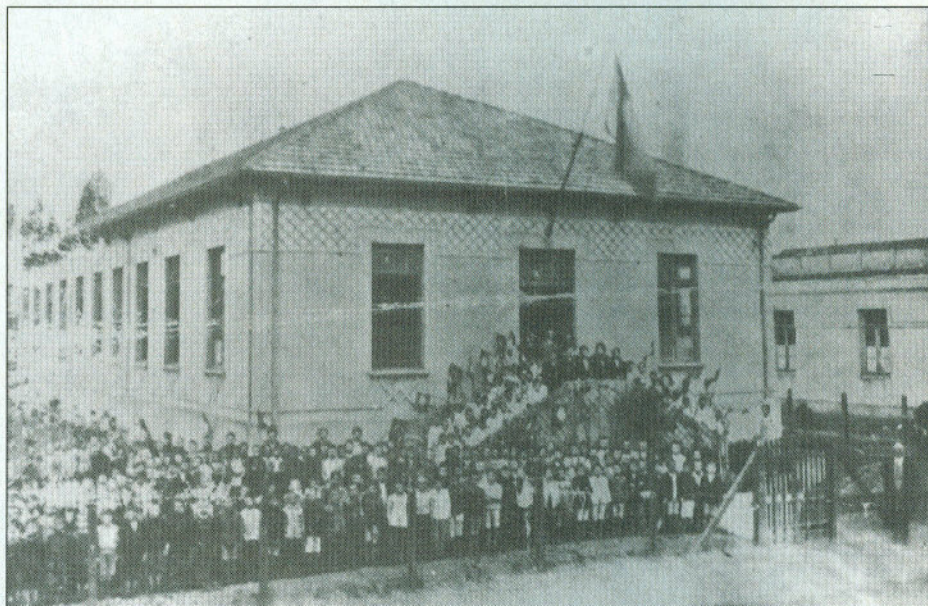


Um barracão ao lado do sobrado, com os funcionários da direita para a esquerda em pé a frente: a mocinha - Brasilina Barile; os homens: Paschoal Ianarella, Parariello, Orlando Barile, João Barile, O Patriarca Antonio Barile - o menino Carmine Barile, Miro Gallo, Luiz Bin, Joaquin Garbelotto, Tonin Picollo, Giorgetti, ?. Agachados na mesma ordem: Ito Barile, ?, Claudio Perrella, ?, Tuta Rodrigues, ?, Tone Buso. Em pé ao fundo: Otaviano Cavassani, Pino Negro, Mario Capuono, ?, Silvério Perrella, Mario Cavassani, Paschoal Redondo.

Primeiro Grupo Escolar do Município festeja passagem do 75º aniversário

Sonia Maria Franco XAVIER (*)

A Escola Estadual Senador Fláquer comemora, neste ano, o seu septuagésimo quinto aniversário. Várias atividades estão sendo agendadas pelas professoras, lideradas, pela ex-aluna e atual coordenadora do 1º ciclo, Ercília Pires Fournier. Dentre as diversas atividades, como missa, exposição de fotos e documentos haverá também uma grande confraternização com a presença de ex-alunos, de ex-professores de toda a escola que é composta por 80 professores e 1.100 alunos, dirigidos por Tomoe Takakashi. O espírito é de festa, pois esta é a mais antiga escola em funcionamento no Município.



Grupo Escolar Senador Fláquer em São Caetano. Ano: 1925. Professores, funcionários e alunos em frente ao prédio. Detalhe: Cerca de arame e portão de ripas.

O estabelecimento de ensino da rua Heloísa Pamplona, nº 180, também já se chamou 2º Grupo Escolar de São Bernardo, pois, na época, todo o Grande ABC pertencia ao Município de São Bernardo, razão do nome. Passou em 1927 a chamar-se Grupo Escolar Senador Flaquer.

É o primeiro Grupo Escolar de São Caetano e foi criado pelo decreto de 30 de abril de 1920, publicado a 5 de maio, do mesmo ano, com 12 classes, sob a direção efetiva do professor Anísio Novaes.

O Grupo Escolar Senador Fláquer é fruto de uma subscrição popular e surgiu para agrupar diversas escolas existentes no Município, no caso, as cadeiras de primeiras letras que eram formadas por classes masculinas e femininas. Entre elas lembramos a que funcionava no Palácio De Nardi, hoje sede do Museu Municipal, com as professoras Mariana de Almeida Moura e Bernardina Jardim. Outra, na rua Perrella, tinha como professor Waldemar Freire; e ainda a da Sociedade Internacional com o professor Joaquim Belucci. [1]

Eram escolas isoladas com condições precárias, sem material básico, como livros e lousa. Muitas vezes as classes eram formadas por alunos de anos diferentes (do primeiro ao quarto). As condições ideais iriam surgir quando a escola pública foi inaugurada, com prédio próprio, diretor e material adequado.

A escola

A escola foi construída com doações da Câmara

Municipal de São Bernardo, do Governo do Estado, das indústrias locais e de moradores da cidade. O terreno fora doado por Mariano Paim Pamplona e Armando Leal Pamplona, antigos donos da Fábrica de Sabão e Graxa Pamplona, vendida aos Matarazzo em 1916. [2]

Era um prédio arrojado para os padrões da época, e até hoje empolga pela sua arquitetura, pelo tamanho de suas salas, pela boa luminosidade e pela funcionalidade. A escola funciona hoje com classes de 1ª a 8ª séries e com classes especiais de deficientes auditivos, visuais e mentais.

Em 1955, o prédio ganhou um acréscimo de salas, em terreno comprado pela associação de Pais e Mestres, onde foram instaladas o jardim da infância e a biblioteca, que receberam o nome do diretor do grupo, José Bonifácio Fernandes.

No ano de 1991, foi solicitado pela diretora Maria Marlene Garcia, o tombamento do prédio ao Condephat (Conselho de Patrimônio, Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico) mas o processo não foi concluído.

Neste mesmo ano foi feita a restauração do prédio pela Fundação do Desenvolvimento Escolar (FDE). Um bonito trabalho onde foram valorizadas as características próprias de sua construção. Na pintura das salas pode-se observar desenhos no alto das paredes vendo-se em tom desbotado um pequeno trecho do desenho original.

A escola, durante estes 75 anos, viveu momentos de apogeu e de crises com aumento e decréscimo de alunos em diferentes épocas. Tendo iniciado com 12 classes no ano de 1920, vamos verificar

que em 1922, sob a direção de Jorge Adalberto Perrenoud, a escola passava a funcionar com 10 classes, caindo para seis no ano de 1924. Em 1928 já estava novamente com 12 classes. Mas seu grande crescimento foi na década de 50, quando chegou a 43 classes de primário e cinco de pré-escola. Até as salas do porão do prédio precisaram ser utilizadas.

A escola perdeu nestes anos o jardim que a envolvia. Isto nos é contado em uma crônica de Manoel Claudio Novaes: "A escola situava-se num cenário de flores, paineiras, eucaliptos, cafés, gramíneas etc". Vê-se isto numa foto da década de 30, onde observamos uma viçosa cerca viva, muito bem aparada e um jardim com plantas formando desenhos de bichos, figuras triangulares e circulares. Uma vista muito bonita !

O patrono

Grupo Escolar Senador Fláquer é a denominação que lhe foi dada, em julho de 1927, por solicitação do Centro Cívico de São Caetano, com o objetivo de homenagear o professor e médico José Luís Flaquer, que faleceu a cinco de dezembro de 1924. Sua vida de professor e de médico sempre esteve ligada ao povo do Grande ABC.

Em 1876 formou-se professor primário na primeira turma da Escola Normal da Praça (atual Caetano de Campos, hoje sede da Secretaria de Educação do Estado) em São Paulo. Nessa época deu grande apoio aos colonos italianos que fundaram o núcleo colonial de São Caetano. [3]

Formou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, vindo residir em São Bernardo, onde passou a trabalhar nas funções de médico da São Paulo Railway. Prestou grande assistência ao povo desta região. Por esse motivo, quando a fundação da Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, de São Caetano, em 1892, foi nomeado vice-presidente honorário da entidade. [4]

Como médico prestou grande assistência ao povo desenvolvendo uma eficiente tarefa no cenário social na debelação da epidemia de varíola e, posteriormente, no combate à febre amarela.

Como político começou seu trabalho ainda como estudante, participando, em 1873, na Convenção Republicana de Itú, quando se fundou o Partido Republicano Paulista. Foi deputado na Primeira Constituinte do Estado. Ocupou ainda os cargos de deputado federal e senador estadual. Seus ideais abolicionistas eram fortes e foi sempre um grande representante da região do ABC. Era casado com Elisa de Menezes Camargo, com quem teve 10 filhos.

Recordações

No dia 18 de abril último, reunimos no Museu Histórico de São Caetano, ex-professores e ex-alunos para uma retrospecto de memória. Estes depoimentos foram gravados e passarão a fazer parte do acervo da escola.

Colaboraram com este trabalho Ercília Pires Fournier, Santana Leonor Moretti, Carmem Barbieri, Maria de Lourdes Santarnecchi De Nardi, Neusa Brandão de Freitas, Branca Rosa de Souza e Eunice Nobre. Representam os professores que trabalham nesta escola desde a década de 50.

Ercília Pires Fournier, ex-aluna e professora. "Passei a maior parte da minha vida nesta escola. Primeiro como aluna, depois como professora de pré-escola e neste ano me aposentei na função de coordenadora da 1ª e 4ª séries.

É uma escola que oferece um bom nível de ensino creio que pelo fato dos professores ficarem na escola por muitos anos. Geralmente, quando vêm para cá, só saem aposentados. Isto cria um laço fo-



Diploma da 4ª série do aluno Antonio Garcia. Ano: 1928.

re de afetividade entre professores, alunos e funcionários. E, conseqüentemente, um melhor conhecimento.

Acho a imagem do professor, hoje, muito desgastada pelos baixos salários, pelo não reconhecimento da importância desta função. Fazendo-se uma comparação entre a imagem do professor dos primeiros tempos e hoje vemos que só perdemos. Antes a própria sociedade enobrecia e valorizava o mestre, em consequência, as autoridades governamentais ofereciam melhores salários e melhores condições de trabalho. Hoje, os que permanecem são grandes idealistas".

Neusa Brandão de Freitas: "Fui professora nesta escola desde o ano de 1971, primeiro trabalhei com as 1ª séries e, depois, com deficientes mentais. Sempre consegui muito progresso com os alunos pois era grande o amor que sentíamos pelo que fazíamos.

Hoje, falta reaviver o lado patriótico. Havia muito respeito ao Hino Nacional, à bandeira e às datas cívicas. Os primeiros anos são o alicerce da vida de qualquer ser humano. Ele precisava ser bem feito. Para os professores atuais gostaria de deixar registrado que tenham muita garra, que acreditem nos seus ideais. Um dia, esta profissão será muito valorizada".

Maria Lourdes Santarnecchi De Nardi: "Sou professora aposentada, trabalhei nesta escola de

1956 à 1983. Como foi bom este período de minha vida! Hoje, recordo tudo aquilo com muita saudade. A única coisa que lamento é quando recebo o meu holerith.

Lembro-me das festas que eram muito bonitas. Peças de teatro eram feitas nas comemorações. Tudo era comemorado com muito entusiasmo".

Santina Leonor Fiorotti Moretti: "Fui professora nesta escola durante 20 anos. Aposentei-me em 1972. O meu período coincidiu com o do diretor José Bonifácio Fernandes que era um homem dinâmico, exigente e apaixonado pela educação. Foi na sua gestão que a escola ganhou a pré-escola.

Ele era ao mesmo tempo, muito enérgico e amigo. Conhecia cada aluno. O controle de faltas era feito diariamente por ele, passando uma lista nas salas para verificar diariamente por ele, passando uma lista nas salas para verificar quem havia faltado. Aí, olhava o endereço e mandava o servente até a casa do aluno para saber o motivo da falta. Com isto, os alunos quase não faltavam.

Fazia questão de entregar todos os boletins elogiando as boas notas. Conhecia, com isto, o desempenho de cada aluno.

O relacionamento entre os pais e mestres era grande. Sempre que solicitados estavam presentes.

Hoje, a família não valoriza mais a escola como antes. Há uma preocupação com aprovação, mas não com o progresso real do filho.

Se eu tivesse que começar tudo de novo, seria professora novamente".

Carmem Barbieri: "Professora nesta escola desde o ano de 1969, aposentei-me em 1993. Na época em que trabalhei existia uma união muito grande entre corpo docente, diretoria e alunos. A escola era uma grande família e a produção era grande.

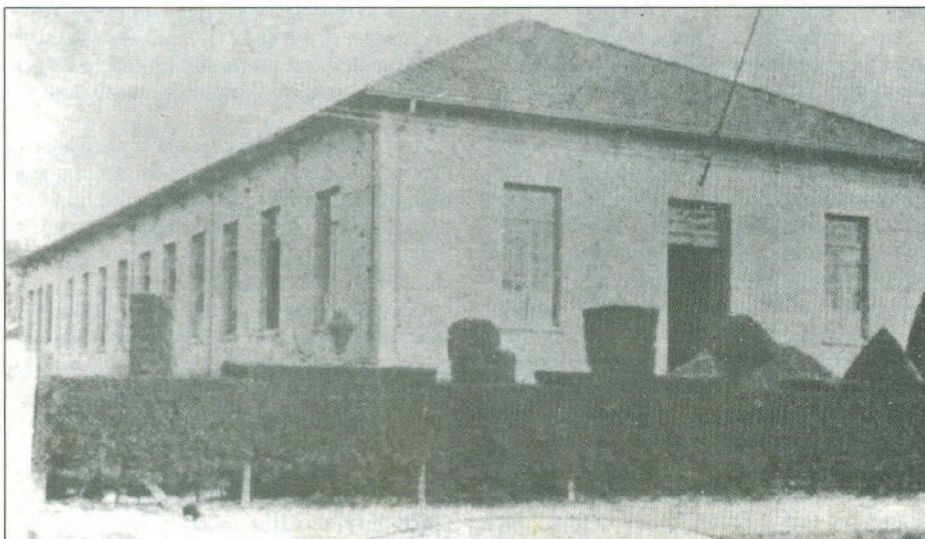
Acho que para ser professor tem que ser um abnegado, ter muito amor para dar. Acho que trabalhar como professor é um desafio".

Branca Rosa de Souza: "Trabalhei nesta escola de 1955 à 1981. Aqui foi o início de minha vida em São Caetano. Vim logo depois da autonomia. Meu marido veio para trabalhar em cartório e eu vim como professora. Hoje São Caetano é a minha terra. Minha atividade nesta escola foi, durante muitos anos, ligada à direção e coordenação".

Eunice Nobre - "Fiquei nesta escola do ano de 1961 até me aposentar, há poucos anos. Sou filha de um ex-funcionário da escola, João de Souza Nobre que fez sempre um grande trabalho de manutenção e inspeção de alunos. Trabalhei na secretaria, no setor de compras e fui auxiliar da pré-escola".

Registramos ainda o depoimento do dentista **Dr. Arnaldo Viana** que trabalhou nesta escola de 1952 à 1989.

"Comecei a trabalhar nesta escola como radiologista num serviço pioneiro na região. Muitas foram as experiências ali vividas além do trabalho odontológico que, na época, foi muito grande e especializado. Funcionava no Grupo Escolar Senador Fláquer uma clínica composta dos seguintes serviços: radiologia (desempenhado por mim e pelo médico Walfredo Brandão), ortodontia (feito pelo professor Ademar). Infelizmente, toda esta especialização não perdurou e, depois de algum tempo, todos os dentistas foram transferidos e somente eu fiquei para atender todos os alunos, cerca de 2.000. É



Grupo Escolar Senador Fláquer em São Caetano. Ano: 1931. Detalhe: cerca viva e jardim com formas e desenhos de figuras geométricas.

muito agradável falar desta escola, onde vivi 37 anos e onde meus quatro filhos estudaram. O ensino era muito bom, de alto nível. Além da odontologia sempre envolvi-me nas comemorações e nas atividades da escola. Sou o autor do Hino da Autonomia de São Caetano e fiz também um hino para a escola.

Colaborei para a criação de um jornal escolar que chegou a publicar alguns números. A minha paixão, entretanto, sempre foi o Esperanto e consequi, com o apoio da Prefeitura, dar cursos aqui em São Caetano.

O hino da escola foi feito em 1966, na época era diretora Hésper de Mattos Guimarães. Fiz também o hino da odonto-pediatria no ano de 1967, quando fizemos a Semana dos bons dentes.

Muitos foram os trabalhos realizados nesta escola, no campo de saúde. Lembro-me de uma grande campanha contra o fumo, onde associamos o trabalho de conscientização com a necessidade do plantio de árvores. Iniciamos colocando um caroço de abacate numa vasilha com água. Todos os alunos me seguiram e em pouco tempo não tínhamos onde guardar tantas mudas de árvores. Foi um trabalho muito bom.

Era uma conscientização dos riscos do fumo e da necessidade de melhorar o meio ambiente.

Antigos alunos homenageiam os 75 anos do Grupo Escolar Senador Fláquer com suas lembranças...

Jayme da Costa Patrão depõe sobre algumas particularidades relativas à sua passagem em 1927 - 1929 como aluno.

"Dos meus amigos lembro-me particularmente do Ajoir, do Jordano Vincenzi, o saudoso Felisberto De Nardi e Ricieri Zucatto e mais outros queridos colegas que depois de receberem o diploma primário saíram pela vida, uns continuando os estudos, outros trabalhando no comércio ou em fábricas, contribuindo honestamente para reforçar o orçamento doméstico.

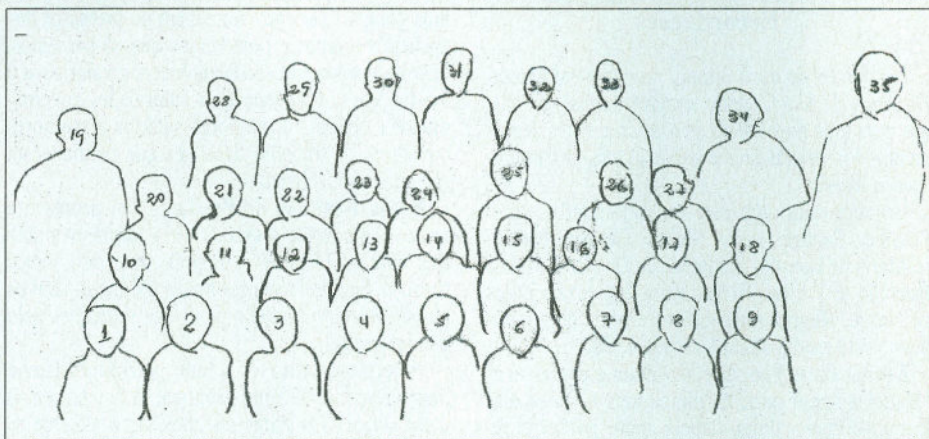
Os professores, e em maior número professoras, lecionavam para meninos no período da manhã e para meninos à tarde.

Estudei nesta escola com três professores: Dona Izayde Paula de Campos, que era de meia idade, disciplinadora e muito competente. Exigia dedicação e não tolerava displicência. O professor Waldemar, lembro-me dele, sempre alegre e conversador. O professor Oscar de Oliveira era um educador emérito. Figura marcante pois, além do grande saber didático, trajava-se de forma impecável, parecia um lord inglês".

Em meados de 1928, foi organizado pelo professor Waldemar o grupo de escoteiros da escola. Éramos um grupo de 30 alunos, fardadinhos, passando a receber instruções, sempre do professor Waldemar, que arregaçava as mangas da camisa e, mesmo com a gravata e colete, nos ensinava a ginástica sueca em grande estilo.

Eu exercia a função de monitor e, às vésperas da nossa primeira excursão, o professor Waldemar, diante da tropa, deu-me uma cocarde redonda em cores verde e amarelo e, no meio, o branco e preto. Ao entregar-me essa divisa disse-me o professor: - Leve este paninho para casa e peça à sua mãe para costurar na manga esquerda do blusão da farda.

Perguntei: Pra que isso? A resposta veio com uma risada: - Isso serve para indicar que, entre esse



Alunos do 2º ano do Grupo Escolar Senador Fláquer. Ano: 1933.

1 - ?, 2 - Luiz Leão Carlík, 3 - Bruno Trevisan, 4 - ?, 5 - Marcelino De Nardi, 6 - Anacleto Campanella, 7 - ?, 8 - Sebastião de Jesus, 9 - Francisco Gaglio, 10 - João Raymundo Piovesan, 11 - Arino Miotto, 12 - Geraldo Braido, 13 - Anselmo Ambrosic, 14 - Jorge Radec, 15 - Waldemar Malerba, 16 - José Neves, 17 - Herminio Moura, 18 - Vicente Pepe, 19 - Inspetor Vicente ?, 20 - Temístocles Pereira Nunes, 21 - José Piccolo, 22 - Jonas Alexandras Rindeika, 23 - Ivone Netti, 24 - Antonio Cicero, 25 - Jorge Bortolini, 26 - Nelson ?, 27 - Romeiro Orsi, 28 - Orlando Astolphí, 29 - Nelson Fiori, 30 - Waldemar Borlotti, 31 - Cezário Bortolini, 32 - José Valério, 33 - Ari Caregan, 34 - Professora Ada Escolar Gomes, 35 - Diretor Jorge Adalberto Perrenoud.

meu grupo perna de pau, o perna de pau maior é você.

Não foram muitas as excursões que o pequeno grupo fez, mas sempre foram muito divertidas. O nosso escotismo terminou quando recebemos o diploma do curso primário. Antes de terminar não poderia deixar de recordar com saudade de uma figura simpática a todos nós alunos. Tratava-se do Theodoro Lima. O seu Lima, como era chamado foi o bedel do Senador Fláquer durante muitos anos. As entradas e saídas das salas de aula eram anunciadas pelas badaladas renitentes do sino de seu Lima. Outra curiosidade era que, no terminarem as aulas, os alunos deixavam o seu lápis em uma caixa, na portaria, para o seu Lima fazer ponta nova.

Havia, também serventes e serviçais que mantinham as salas de aulas e os pátios do recreio rigorosamente limpos.

O Grupo Escolar Senador Fláquer já naquela época distante era tido como escola modelo. A austeridade, dedicação do diretor Jorge Adalberto Perrenoud não deixava por menos."

Marcelino De Nardi, acrescenta algumas informações ao depoimento anterior e sua passagem pela escola foi no ano de 1931 - 1932. Por esta escola passaram inúmeras personalidades entre eslas a do ex-prefeito Anacleto Campanella, que foi meu colega.

Acho interessante lembrar que a disciplina era muito rígida e controle de saída da sala para ir ao banheiro era feito por uma tabuinha que ficava sobre a mesa da professora. Só se podia sair com esta tabuinha na mão. Quando esta não estava na mesa era sinal que o banheiro estava ocupado.

Um outro ponto de que me lembro é aque nesta época uma grande parte dos alunos vinha descalço para a escola e nas duas laterais do prédio existiam lavapés onde, do lado esquerdo, passavam as meninas e, do lado direito, os meninos. Todos entravam com os pés limpos.

Os alunos traziam o material e maletas de madeira que tinham grande durabilidade e custavam pouco. Eram os livros, cadernos, lápis, borracha, penas, mata-borrão e pano limpa-pena. O tinteiro ficava na carteira.

Domingos Glenir Santarnecchi - "Corria o ano de 1952. Minha mãe, segurando minha mão, levou-me pela escadaria da escola, de onde se via um jardim muito bonito, muitas plantas, flores e um movimento grande. Eu estava amedrontado mas a beleza do ambiente e os colegas me entusiasmavam. Uma professora disse, não é por aí, por favor levem as crianças ao pátio do fundo, lá formarão fila para chegarem às suas classes. Meu primeiro professor Paulo Tonini, discreto, sério, não era bravo, mas cumpria bem sua função. Outros nomes me vêm à mente, a professora Leontina que ensinava muito bem, era rígida e nesta época dividia a classe em fileiras conforme o adiantamento dos alunos. E ela sempre ficava mais próxima às fileiras que tinham mais dificuldade. As carteiras eram de madeira e cobertas com uma capa branca que era amarrada aos pés. Toda semana um aluno levava a capa para lavar. Os alunos sentavam de dois a dois. Havia o local para se colocar o tinteiro e só no 3º ano é que se usava uma pena para escrever. O ambiente era muito limpo. No 3º ano, minha professora foi Maria do Carmo Ferreira Rodrigues, falecida há pouco. Ela era muito enérgica mas era querida por todos. Nessa época as classes eram de um só sexo. E uma forma de punir alguma indisciplina era mandar um menino para uma classe feminina. Experiência que vivi algumas vezes. Lembrou-me também do guardinha, sr. Antonio, que controlava o trânsito desta rua, que na época era a principal do bairro. Ele era rigoroso e só se atravessava na faixa e quando ele autorizava, com o seu apito. Um episódio que me lembro, aconteceu durante a aula com a professora Carminha quando chegou a notícia da morte do presidente Getúlio Vargas, nossa professora começou a chorar e as classes foram dispensadas. No 4º ano, estudei com a professora Zélia, muito bonita, era de uma família aqui do bairro. Lembro-me ainda que o dr. Arnaldo Viana vinha às vezes à classe e nos contava histórias de São Caetano. Ele nos ensinou o Hino da Autonomia. Interessante que ele formou uma espécie de canto orfeônico e o instrumento usado era um pente coberto com papel celofane que se punha na boca e tocava. Era muito agradável. Só no ginásio é que tínhamos a banda e a fanfarra. E no dia 7 de setembro desfilávamos todos juntos."

Moacir Antonio Ferreira Rodrigues - "Iniciei meus estudos no ano de 1954. Foi ali que peguei gosto pelo estudo. Esta escola já me era próxima pois minha mãe era uma das professoras. Grandes professoras possuía a Escola Senador Fláquer! Dona Branca Rosa de Souza, Maria Carancovas, Maria Aparecida e Lucy Puga. Era grande a dedicação dos professores e a energia com que nos tratavam. O silêncio e a atenção nas aulas era obrigatória. Nessa época as classes eram mistas. Todas as salas eram usadas, inclusive o porão".

Nelson Matoso Togosa, - cirurgião-dentista, morador da cidade se lembra com saudade do início do seu período escolar. "Ingressei na escola Senador Fláquer no ano de 1965. Sou filho de imigrantes japoneses, entrei na escola sem saber falar o português. Minha primeira professora chamava-se Maria era muito paciente, meus colegas eram bons e todos usávamos calça azul-marinho e camisa branca. Eu morava na Vila Alpina e vinha com mais dois irmãos para a escola.



Alunos do Grupo Escolar Senador Fláquer desfilando na rua 28 de julho no ano de 1940.

Acervo: Santina Leonor Fiorotti Moretti

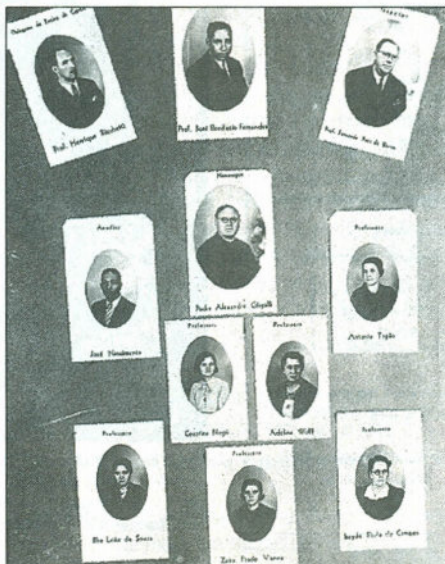


Grupo Escolar Senador Fláquer, de São Caetano do Sul, em 1954. Sentados (da esquerda para a direita): - Corpo Docente, Aimée Pereira de Souza, Iracema Marieta Cipullo, Cecília Gomes, Degmar Vasconcelos, Mercedes Sanches, Hebe Grillo Barbosa Lima, Diretor: Benedito Edson França Guimarães, ? , Edmêe de Souza Pereira, Laurita Marsiglia Rino, Clementina Chiochetti.

Em pé: 1ª fileira da esquerda para a direita: Alice de Souza Lima, Maria Rosa Fontoura, Maria Helena Cameletti, ?, Maria do Carmo Rodrigues, ? , Amélia Domingues Barreiros, Zenaide Coelho de Oliveira, Leontina França Pestana, Jandyra dos Santos, ? , Maria Raquel Stockler Maia, ? , Armanda Graça Amani, Amália Mazzei Nogueira Martins, Adair Machado da Silva, Maria Luiza Rogério, ? , Wilcon Pereira.

2ª fileira da esquerda para a direita: ? , Damaris Alves Lara, ? , Ana Carolina do Amaral, Risoleta de Barros Fernandes, Benedita de Assis Ferraz, Lucy Puga Caldeira, Gabriela de Castro Ferreira.

3ª fileira (esquerda para a direita): Nelson Malheiro, ? , Aquiléia de Almeida Jorge, Isabel Leme Imperatrice, Santina Leonor Fiorotti Moretti, Graciema Fonseca Marinaro, Jorcelina Lima de Souza, Zilda Albuquerque, Nelson Baroni, Gentil de Oliveira.



Corpo Docentedo Grupo Escolar Senador Fláquer. Ano: 1941

Notas

- (1) Médice, Ademir - Diário do Grande ABC - 9 de maio de 1990;
- (2) Martins, José de Sousa - Diário do Grande ABC - 5 de dezembro de 1989;
- (3) Martins, José de Souza - Diário do Grande ABC - 06/12/89
- (4) São Caetano Jornal, 29 de abril de 1928;

Bibliografia

- Caldeira, João Netto - Álbum de São Bernardo, s/ed., 1937;
 Álbum do Cinquentenário de São Caetano, 1927;
 Jornal de São Caetano, 05 de maio de 1990;
 Jornal de São Caetano, 03 de maio de 1980

(*) Sonia Maria Franco Xavier, é professora de Filosofia, e História. Dirige o Museu Municipal de São Caetano do Sul



Sala de aula no Grupo Escolar Senador Fláquer, no ano de 1954. Professora Santina Leonor Fiorotti Moretti. Aluna à esquerda da professora; 6ª Marli Guacirema Brajato Sivuchin (hoje é professora da classe de Deficientes Mentais, no Senador Fláquer.

Acervo: Maria Lourdes Santarnechchi

O ESPERANTO

Jornal do Grupo Escolar "Senador Flaquer" de São Caetano do Sul

ANO 4SETEMBRO DE 1956NUMERO 8

A Importância da Odontopediatria com a valiosa colaboração dos Pais dos Alunos

Dr. Adhemar Pinto

Estes são, dentistas do Serviço Dentário Escolar, com a supervisão do SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, empenhados em intensa campanha junto aos pais, no sentido de melhor orientá-los na preservação dos dentes de seus filhos.

É um direito alguns CAMBANHAS de real valor, pois embora muitos pais já venham se interessando pela proteção dos dentes de seus filhos, outros por negligência, por falta de conhecimento no caso, ou mesmo ainda devido à falta de tempo, deixam de observar as substituições dentárias no seu cadente normal.

É frequente em nossas clínicas odontológicas verificarmos comumente o pouco conhecimento de alguns pais, que ignoram totalmente a importância do mal por nós chamado dos seus (3) anos, venham nos pedir a eliminação do mesmo, dizendo *meu filho ainda não tem esse dente.*

Se fosse o citado mal observado desde o seu início ou melhor logo após a sua erupção, teríamos evidentemente desaparecido em milhares de casos, o problema de dentes de leite incorrendo nos seus legítimos funções, dentro das arcadas dentárias. Tem o mesmo um papel tão importante na articulação que chegamos mesmo a caracterizá-lo *vige-morta* ou *malho*, como costumamos chamá-lo no nosso meio. "DÍAS-VES DA ARTICULAÇÃO".

Prestando-nos dentro em breve, com a colaboração dos pais, dar maior corpo a esta Campanha, que temo certeza terá coroado de pleno êxito, pois dessa maneira poderemos aproveitar esses órgãos que antes se nos apresentavam totalmente perdidos.

Lembre-se sempre: OS DENTES TEMPORÁRIOS IDENTES DE LEITE, TAMBÉM SÃO DENTES, LOGO DEVEM MEXER-SE OS MESMOS CUIDADOS QUE OS PERMANENTES."

HOMENAGEM

Aos Uteis e Abnegados Dentistas Escolares (Odontopediatras)

HINO À ODONTOPEDIATRIA

Letra e Música do
DR. ARNALDO VIANA

I - Que entre profissões
2ª. Odontopediatria
3 - Que seja à relação próxima
3ª. Que seja bela arte

II

IDE à sua escola criada
Em favor do futuro cidadão
E leia a frase social elevada:
Realizar da saça a perfeição.

III

O poder de uma nação
Tem por base a infância sadia
Que será uma forte geração
Defensora da Paz e da Harmonia.

OBSO

Oh! crias Brasileiras
Levem sempre com fervor vos bandeiras.

Você sabia que São Caetano do Sul conta com

POPULAÇÃO
5384 HABITANTES

COMÉRCIO
172 ESTABELECIMENTOS

INDÚSTRIA
35 FABRICAS

BANCOS
MAIS DE 1

por quilometro quadrado

Em 1950 o município ocupava o 6.º lugar do Brasil na produção industrial e figurava entre os municípios de mais forte comércio varejista. Como é grande este pequeno município, e eis porque nos orgulhamos de pertencer ao PRINCÍPE DOS MUNICÍPIOS

Av. Conde F. Matarazzo, 174
São Caetano do Sul

Rua Heloisa Pomplona, 477
São Caetano do Sul



Festa Junina no Grupo Escolar Senador Fláquer. Data: 28 de junho de 1969. Da esquerda para a direita: Professora Luci Puga, Professora Marina Inácia Fadiça Pavão, Professora Marina Caran Covas, Professora Maria do Carmo Ferreira Rodrigues, Professora Wanda Ramos Mariano, Professora Maria Lourdes Santarnechchi, Professora Almira ?, Professora Yolanda Zechin.



Tarde de depoimento no Museu Histórico de São Caetano do Sul. Data: 18 de abril de 1995. Sentadas, da esquerda para a direita: 01 - Santina Leonor Moretti, 02 - Branca Rosa de Souza, 03 - Eunice Rosa Nobre Bueno, 04 - Neusa Brandão de Freitas, 05 - Erclia Pires Fournier. Em pé: 01 - Carmem Barbiéri, 02 - Sonia Maria Franco Xavier, 03 - Maria de Lourdes Santarnechchi De Nardi.

Fac-símile da primeira página do Jornal do Grupo Escolar Senador Fláquer. ano: 1956.

Da Quarta-Feira de Cinzas à Pascoela

Henry VERONESI (*)

A Quaresma, no sentido religioso, é o período de 40 dias que vai da Quarta-Feira de Cinzas até o domingo de Páscoa. É o espaço de tempo de preparação de práticas de penitências, atravessando, esse período, o período menor de preparação imediata que é aquele que se inicia no Domingo de Ramos - data que se celebra a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, aplaudido pela multidão, a mesma que o viu morrer crucificado no final da semana - e que vai até o Domingo de Páscoa.

Seu período de duração nem sempre foi de 40 dias. Segundo São Irineu, no início da Era Cristã, a penitência de jejum era curta, porém, severa. Nada era permitido comer durante 40 horas, desde a tarde de Quinta-Feira Santa até o Domingo de Páscoa. No século III, já se jejuava durante toda a Semana Santa.

No passado não muito remoto, a população de São Caetano que era, essencialmente cristã, respeitava a Quaresma, seguindo, religiosamente os princípios e costumes aconselhados pela Igreja Católica. Passado o Carnaval - em certa época terminava à meia-noite da terça-feira - os clubes da cidade encerravam suas atividades festivas, principalmente aquelas relativas ao reinado de Momo.

“Até os ensaios de dança que eram realizados nas quartas-feiras para os...”

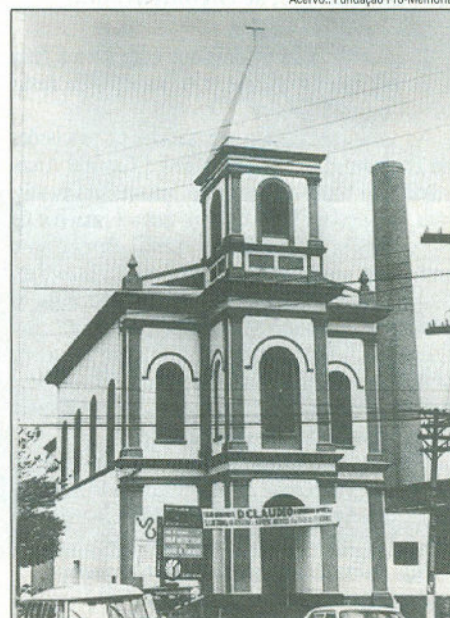
Desse momento em diante iniciava-se o período quaresmal. Um dos principais divertimentos da população, as reuniões dançantes, eram suspensas pelos clubes da região não havendo, sequer, realização de casamento ou qualquer divertimento que viesse arranhar qualquer princípio religioso. Até os ensaios de dança que eram realizados nas quartas-feiras para os rapazes que não sabiam dançar eram suspensos, porque a frequência se tornava tão pequena que não compensava, aos clubes, mantê-los na Quaresma. Nesses ensaios não entravam moças. O par era formado por dois moços, um que sabia dançar e um outro que não sabia dançar. Dessa forma eram formados os “dançarinos” da época. Havia grande interesse nas realizações desses ensaios, pelos clubes. Era a forma de angariarem mais sócios e aumentarem a frequência nos bailes de sábados e domingueiras. Mas, nem por isso a Quaresma deixava de ser respeitada.

Durante o período longo de penitência, as diversões, como os bailes de sábados e as domingueiras, eram substituídos por “dramas”, peças teatrais, re-



Acervo: Fundação Pró-Memória

Igreja da Praça Cardeal Arcoverde de onde saía uma das procissões que carregava um dos andores - Jesus ou Maria Santíssima na procissão de encontro da Páscoa.



Acervo: Fundação Pró-Memória

Igreja da Fundação de onde saía uma das procissões que carregava um dos andores - Jesus ou Maria Santíssima - na procissão de encontro da Páscoa.

presentadas por atores e atrizes amadores, dos próprios clubes de São Caetano, as vezes com a participação de artistas teatrais de São Paulo ou outras cidades. As festas com danças ou com músicas eram rejeitadas pela população que não aprovavam por considerarem uma heresia.

Os que gostavam de dançar e a mocidade, embora aceitassem a situação, aguardavam, ansiosamente, a chegada do Sábado de Aleluia, quando eram realizados, em todos os salões de bailes de São Caetano e localidades vizinhas, a tradicional festa, denominada Baile de Aleluia. Antes da Aleluia, na Quinta-Feira e Sexta-Feiras Santas ninguém se atrevia a comer carne vermelha, porque, pregavam os tradicionais, ser pecado mortal. Os açougues não abriam e assim, a tradição era cumprida.

“Ao meio-dia, começava o espancamento; em seguida era mutilado e queimado...”

No Sábado de Aleluia, logo cedo era preparada a malhação de Judas - costume ibérico, nada cristão, que embora anti-cristão, era apreciado pela

meninada, e, por alguns marmanjos. Em quase todas as ruas havia um ou mais Judas amarrado a algum poste, esperando a sua execução. Ao meio dia, começava o espancamento; em seguida era mutilado e queimado até a morte. Os Judas eram representados por bonecos de pano, de vários tamanhos, confeccionados artesanalmente por grupos de rapazes e moças, às vezes até por uma família. A sua confecção, dependendo do Judas, levava horas, muitas vezes, até dias. Sua destruição durava poucos minutos face a fúria dos seus algozes. Era tradição, também, nesse dia, logo ao meio-dia, as pessoas lavarem os olhos com água pura. Era voz corrente, entre os antigos, a crença que quem assim procedesse não ficaria doente dos olhos durante o ano.

A malhação do Judas funcionava como uma verdadeira terapia. Aquele que participava dela, após a morte do Judas se sentia densencumbido de uma obrigação, aliviado por ter cumprido um dever, pois tinha contribuído para a destruição daquele que com falso ato carinhoso teria traído Jesus Cristo.

Na noite do Sábado de Aleluia, já era comemorado o fim do período quaresmal. Todos os clubes da cidade, antecedendo a data da ressurreição de

Jesus organizavam grandiosas festas denominadas Baile de Aleluia. Os festejos se iniciavam as 22 horas e se prolongavam até as quatro horas do início do Domingo de Páscoa. Terminado o baile, os músicos dos jazz band que tinham tocado, a noite toda nos clubes, se organizavam em pequenos grupos e saíam pelas ruas de São Caetano executando serenatas às famílias amigas. Estas por sua vez, já esperando a visita dos seresteiros, se preparavam com iguarias e bebidas que eram consumidas depois de terminada a seresta.

“Fazendo sempre os mesmos itinerários, as procissões, geralmente, se encontravam...”

Já na madrugada do domingo começava a festa principal do cristianismo, a ressurreição de Jesus Cristo, o Dia de Páscoa.

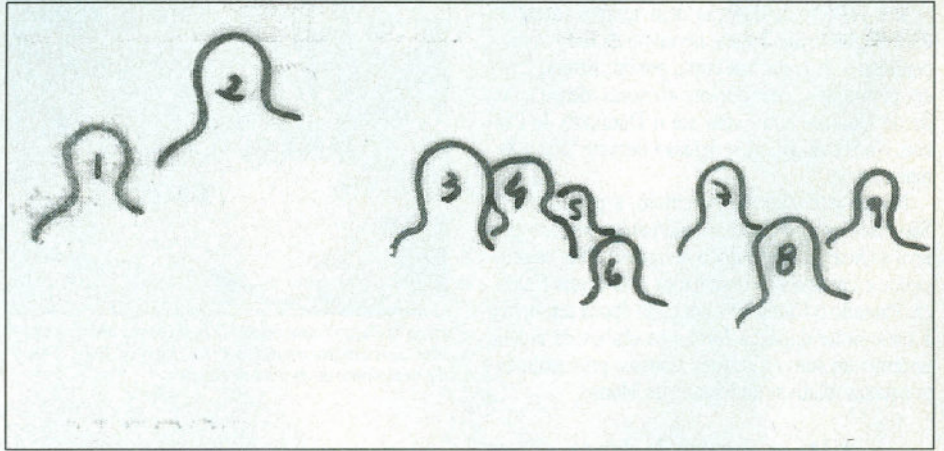
Na madrugada, eram organizadas as procissões do Encontro. Das Igrejas da Praça Cardeal Arcoverde e do bairro da Fundação, saíam duas procissões, uma carregando o andor com a imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo e outras, carregando o andor com a uma imagem de Nossa Senhora Santíssima. Fazendo sempre os mesmos itinerários, as procissões, geralmente, se encontravam na confluência das Ruas João Pessoa e Conde Francisco Matarazzo, antigas Ruas Virgílio de Rezende e Rua São Caetano. Ali eram executadas as solenidades religiosas referentes à efeméride.

É oportuno conhecer-se o canto da ressurreição do Senhor, em poema do Venerável Padre Anchieta da Bem-Aventurada Virgem Mãe de Deus.

*Não brilha tanto a estrela da manhã quando desponta na fimbria das auroras.
Não resplandece tanto o sol com o globo em chamas
Perante o seu Senhor, ambos desmaiam.
Da escuridão de um túmulo fez essa Luz aurora
E dela tirou seu brilho o firmamento.*

Não havia ofertas de ovos de Páscoa de chocolate, porém, algumas pessoas ofereciam para outras, ovos de galinha que representavam o símbolo da vida e da felicidade.

O almoço de Páscoa, na maioria das famílias, começava ser preparado pela mama, às vezes, com uma semana de antecedência. A comida era preparada para a família inteira, pois naquele almoço não era permitido faltar nenhum membro da estirpe. Iniciava-se, invariavelmente, as 13 horas, quando o patriarca da família sentando-se à mesa convidava os presentes a acompanharem-no. Enchia um *bichiere* de vinho e brindava todos, louvando o Dia da Páscoa. Era servida a comida, e, enquanto comiam, reinava o silêncio de vozes, ouvindo-se, somente, o barulho dos talheres e dos pratos. Ninguém conversava. A ordem era *mangiare, mangiare; dopo parlare*. Terminada a refeição, ou ainda, durante o seu final, era iniciada a cantoria. As canções preferidas eram as de origem italiana, principalmente as cançonetas das regiões de onde tinham vindo os patriarcas das famílias. No repertórios da cantoria, fosse ele baseado em canções de uma ou de outra região, o tradicionalíssimo *Quel mazzolin*



Pascoela - piquenique realizado pela família Garbelotto em Ribeirão Pires, no ano de 1939, no sítio de Stefano De Nardi - na estrada de Ouro Fino ou antiga estrada de Mogi das Cruzes - vendo-se na foto: 1) Filisberto De Nardi, 2) ?, 3) Victorio Garbelotto, 4) Tereza Piccolo Garbelotto, 5) Antonio N. Garbelotto, 6) Joanna Fiorotti Garbelotto, 7) Stefano De Nardi, 8) ?, 9) Ari Lodi, 10) Arthur Garbelotto, 11)? De Nardi, 12) Wilma Garbelotto, 13) ?, 14) ?, 15) Sérgio Alonso, 16) ?, 17) Mário Mogliani, 18) Oscar Garbelotto, 19) ? De Nardi.

di fiori, nunca era esquecido. Ele, sempre era iniciado por uma voz tenorizada que cantava: *Quel mazzolin de fiori...*, seguida de um coro baritonado que respondia: *Que vien de la montaaaanha...* e assim até o final da canção. Ninguém se levantava da mesa até tarde da noite. Antes de cada família se retirar para casa, combinavam a comemoração da Pascoela que deveria se realizar no dia seguinte.

“Juntando-se, as famílias saíam para locais pré-determinados, onde...”

A Pascoela, embora fosse comemorada durante o período da semana seguinte ao Domingo de Páscoa, as famílias de São Caetano festejavam-na na segunda-feira, fazendo o enterro dos ossos- aproveitamento das comidas e bebidas do almoço de Páscoa

- organizando pic-nics. Juntando-se, as famílias saíam para locais pré-determinados, onde acampavam para comer, beber e se divertir. Alguns clubes, antecipadamente, organizavam caravanas para Santos. Reservavam vagões da estrada de ferro São Paulo Railway - S.P.R. que desciam a Serra do Mar até Santos; dali, os bondes, também reservados, levavam os participantes do piquenique até a praia de José Menino, onde ficavam até a tarde, na hora da volta de bonde e trem especial.

As famílias que não viajavam, organizavam seus piqueniques aqui, mesmo, em São Caetano se dispensando para os campos, chácaras da localidade ou localidades vizinhas. Um local que era preferido e muito apreciado pelas famílias sancaetanenses era a figueira que ficava na propriedade do doutor Jacalini, hoje, Vila Zelina, nos arredores da Igreja Ortodoxa Russa, no vizinho município de São Paulo.

*Rezemos...
Rezemos pelos que dormem
No cemitério,
Quer sejam culpados
ou inocentes,
Pois o mistério da morte
Só Tu o sabes, ó Deus!*

(Fogazzaro: A noite).



Carro funerário utilizado em São Paulo no início do século. Carros desse tipo nunca foram usados em São Caetano.

Anteriormente ao ano de 1911, São Caetano enterrava os seus mortos, primeiramente, no cemitério de São Bernardo, posteriormente, após a proibição de enterrar os mortos de São Caetano no cemitério de São Bernardo, determinada pelo governo municipal daquela localidade, em São Paulo, no Cemitério da Quarta Parada.

Em 1911, o prefeito de São Bernardo, Alfredo Luiz Flaquer, após promulgar a Lei nº 86, de 30 de maio de 1911, contratou, com Valentim Veronesi, a construção do Cemitério da Vila Paula. O cemitério foi construído, graças as doações de lotes de terrenos, feitos por sancaetanenses que sentiam na pele a falta de uma necrópole na localidade. A partir desse ano São Caetano começou a ter um local onde poderiam ser depositados os restos mortais de seus habitantes. A princípio era um pequeno campo santo. Com o tempo, a municipalidade foi obrigada a ampliá-lo face o aumento dos óbitos ocorridos.

Contavam, também, os antigos moradores de São Caetano que por ocasião da epidemia denominada gripe espanhola - 1918 - que assolara não só a região, mas, o mundo todo, que os que morriam, às vezes até na rua, eram recolhidos por carroças e enterrados em valas comuns e em São Caetano, em locais ainda hoje desconhecidos, embora já a localidade tivesse seu cemitério. *Si é vero non lo so.* Porém, o assunto deveria ser tratado com a atenção devida, ser pesquisado e resolvido até uma conclusão, para, se positiva, dar a morada perpétua a aqueles que foram tratados daquela maneira.

Pascoli, em sua obra *A minha moléstia*” professa:

***“Os nossos mortos esperam,
Sempre, com os olhos fixos
Como o mendigo
que estende a mão,
Aquelas orações...”***

O falecimento de uma pessoa de São Caetano, era, em poucas horas, do conhecimento de quase toda a população da região. Como a religião católica prevalecia e as reuniões se sucediam diariamente na igreja, a notícia se espalhava com rapidez, movimentando as famílias mais íntimas que de pronto se ofereciam para ajudar a família enlutada, no que fosse preciso.

A preparação do defunto para o velório era feita pelos próprios familiares, com a ajuda de pessoas já experientes no mister. O velório era procedido na casa do morto. Era velado de um dia para o outro - dia do falecimento ao dia do sepultamento - pelos amigos e parentes.

No recinto, onde o morto se encontrava, era feita a vigília e, de vez ou outra, orações pelos que se encontravam no local. Em São Caetano não se tem notícias, mas, em outras localidades, era costume

serem contratadas carpideiras, mulheres que por dinheiro, ficavam chorando a noite toda no velório.

***“As famílias com maior
poder econômico
contratavam
esse serviço; as que não...”***

No local do velório, antes de serem instaladas funerárias em São Caetano, as famílias dos mortos colocavam, nas janelas e nas portas, cortinas pretas ou faixas nas fachadas das casas para noticiar o luto; com a aparição das casas funerárias, estas começaram a se incumbir de aparatar o local onde era feito o velório. As famílias com maior poder econômico contratavam esse serviço; as que não podiam faziam o adorno como era de costume. Com o tempo essa prática foi desaparecendo. Com o surgimento dos velórios públicos, sumiu de vez.

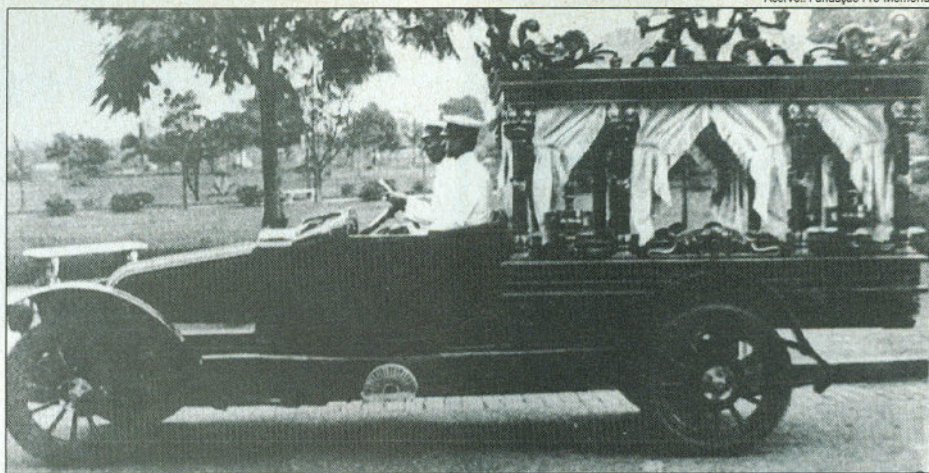
Na hora de transportar o defunto para a sua morada eterna, o enterro era organizado; caminhando em fila de par, os meninos e as meninas carregavam os ramalhetes de flores que eram oferecidos. Não havia floriculturas. As flores, geralmente, eram colhidas nos jardins particulares ou compra-

dos em chácaras que plantavam algumas qualidades mais comuns, como a dália, cravo, margarida, boca-de-leão, cravo-de-defunto, palmas e outras qualidades que eram semeadas sem o cuidado especial que as flores requerem. Logo em seguida vinham as moças e as senhoras que carregavam as coroas feitas de uma combinação de arames torcidos e flores de folha de flandres - lata - pintadas ou esmaltadas, imitando flores naturais. Atrás de todos, seguiam os homens, carregando o caixão. O caixão era transportado, a pé, por seis homens que, de quando em quando, se revezavam.

Na Capital, já no início do século, o falecido era transportado por carro fúnebre especial, puxado por duas parselhas de cavalos, geralmente da mesma cor, adornados com plumas naturais, dirigido por dois cocheiros, devidamente uniformizados. Em São Caetano não se tem notícia de que os côches mortuários tenham sido utilizados. Quanto aos carros fúnebres sim, porém, depois da década de 20.

“Eles vinham despachados pela estrada de ferro SPR, em vagão especial, como...”

A maioria das famílias procurava a igreja para a reza da missa de corpo presente e o morto era levado para a igreja, antes de ser carregado para o cemitério. Hoje, geralmente, essa missa é rezada na capela do velório, antes da saída do funeral. Aqui em São Caetano não havia funerária. Por isso, os caixões de defuntos eram adquiridos em São Paulo. Eles vinham despachados pela estrada de ferro S.P.R., em vagão especial, como carga. Com a instalação de funerária particular o problema de aquisição de caixão fúnebre ficou facilitado, pois, não era mais preciso ir à São Paulo para a compra. A funerária, depois as funerárias, junto à loja de caixões e coroas, mantinha uma pequena marcenaria,



Carro funerário de 1ª classe dos anos 30. Semelhantes chegaram a ser usados em São Caetano.

onde confeccionava os caixões para a venda. Não eram como as urnas atuais, entalhadas e, algumas ricamente enfeitadas e forradas. Os caixões eram todos do mesmo formato. A princípio era um caixão retangular, sem detalhes, porteriormente a parte inferior era em formato de caixa retangular, modestamente forrada, onde era colocado o cadáver; a parte superior, a tampa, era formada por cinco lados de forma abobadada. O caixão para homem, era de cor preta, com aplicações de galões dourados; o caixão de senhora, era de cor roxa; o de moça, era de cor branca; o de menino de cor azul e o de menina de cor rosa, todos com aplicações de galões dourados ou prateados. Os homens, fizesse frio ou calor, acompanhavam o féretro, devidamente, trajados e engratados. Os que usavam chapéu, o carregavam na mão, como sinal de respeito ao morto. Por onde o enterro passava, cessavam as atividades, o comércio cerrava suas portas momentaneamente, até passar o último acompanhante. Há princípio, os mortos eram sepultados em valas a sete palmos abaixo do solo; com o tempo foram-se adotando túmulos com carneiras onde são depositados os restos mortais da pessoa faleci-

da. Os homens que usavam chapéus só se cobriam com eles na saída do cemitério.

A família, demonstrava exteriormente a sua mágoa pela perda do ente, usando vestimenta de cor preta. O homem, terno preto ou escuro com uma tarja de crepe preto, colocada na lapéla do lado esquerdo ou uma braçadeira, também, de crepe da mesma cor, colocada no braço direito do paletó ou da camisa. As mulheres, durante a metade do luto praticavam o luto fechado - aquele com todas as peças do vestuário de cor preta - o restante do luto, amenizado com peças estampadas com desenhos brancos, conhecido como meio luto. Essa demonstração exterior de sentimento, era guardada, religiosamente, pelos parentes do falecido não sendo, excluídas desse costume, nem sequer, as crianças.

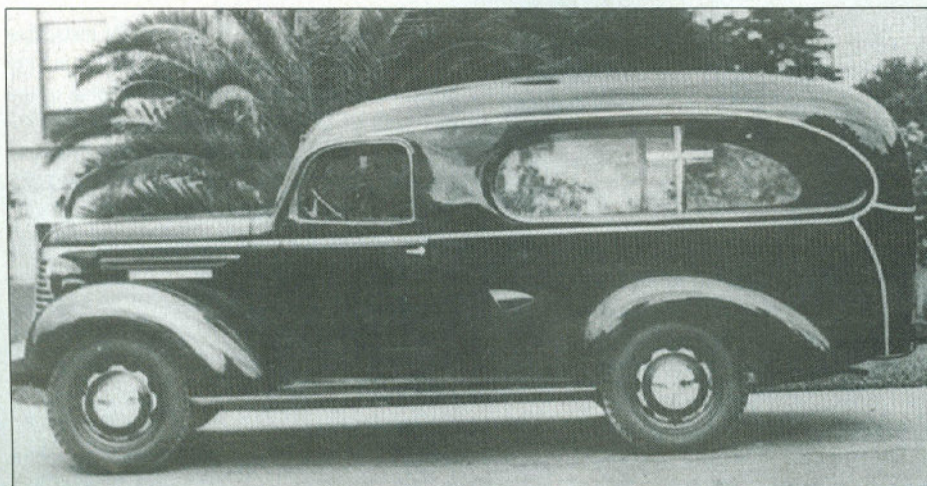
“O luto de parentes distantes - terceira geração em diante - eram pouco respeitados...”

O seu período de duração, no entanto, variava de acordo com o grau de parentesco com o morto. O luto de um parente em linha reta de primeiro e segundo grau - avós, pais, filhos e netos - durava até um ano; o luto de parentes colaterais, com exceção de irmãos, durava seis meses. O luto de parentes distantes - terceira geração em diante - eram pouco respeitados.

Durante o luto fechado a sociedade não via com bons olhos a frequência do enlutado em bailes, festas, cinemas e qualquer divertimento, mesmo que em festa familiar, por considerar aquela atitude um desrespeito ao falecido e à sua família.

Por oportuno faz-se mister citar-se:

“Não neguemos aos nossos mortos a nossa oração de sufrágio. “Tributemos-lhe a nossa homenagem de caridade, acompanhando-os à derradeira morada e confiando-os à Terra de onde ressuscitarão um dia para o juízo final”. (Na Escola de Jesus.)



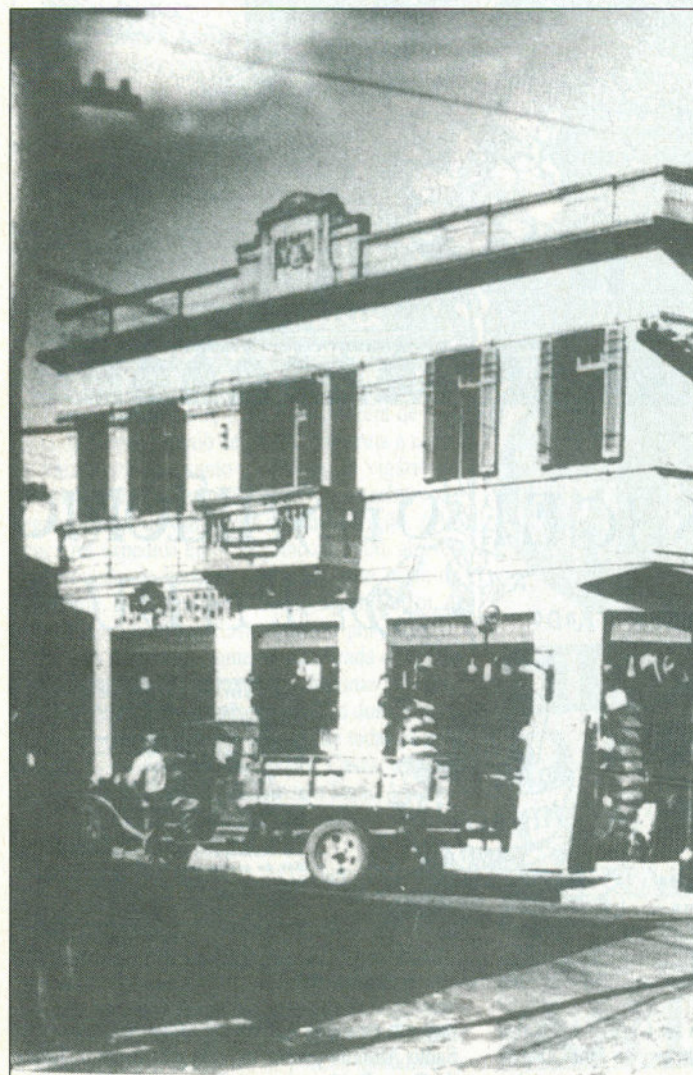
Acervo: Fundação Pró-Memória

Carro funerário fabricado pela General Motors do Brasil em 1938, Foi muito usado nos enterros em São Caetano.

(*) Henry Veronesi, advogado, administrador de empresas, ex-radialista, ex-diretor do Programa ABC em Marcha, ex-presidente da Ordem dos Advogados (Sub-seção São Caetano do Sul) ex-diretor da Administração da Caixa de Pensões dos Funcionários Públicos Municipais de Santo André, ex-presidente da Comissão de Licitação e de Reforma Administrativa da Prefeitura de Santo André, ex-diretor da Fazenda e da Administração da Prefeitura de Santo André, e ex-diretor do Departamento de Administração de São Caetano do Sul; é membro do Conselho-Diretor da Fundação Pró-Memória.

Detalhe do anúncio de uma casa funerária publicado no São Caetano Jornal, em 1929.

Arquivo: Fundação Pró-Memória



Uma das primeiras funerárias de São Caetano de propriedade de Antonio Medeiros Marques Pinheiro que se localizava na Rua Virgílio de Rezende, hoje, Rua João Pessoa, esquina com a Rua Santa Catarina. Foto de 1928.

Tronete-lhe que iria abençoar o seu casamento, responsabilizando-o.

Frei Francisco da Simplicidade
(Da "Folha da Noite" de 21-10-29).

Para toda e qualquer compra de artigo funerario
não é preciso que se vá a S. Paulo ou a S. Bernardo, porque
São Caetano possui uma bem montada

Casa Funeraria

Vestidos diademas, mantas, coroas, caixões e carros de toda a classe.
Esmerada secção de flores naturais de chacara propria

ANTONIO M. MARQUES PINHEIRO
RUA VIRGINIO DE REZENDE, 41 — S. CAETANO

Arquivo: Fundação Pró-Memória

ANUNCIAÇÃO
RUA VIRGÍNIO
NÚMERO 41

S. CAETANO JORNAL
S. CAETANO (S. Paulo) Domingo, 27 de Outubro - 1929

Alistae-vos!
São Paulo precisa ter um teatro em nome do grande estadista Sr. João Pessoa, candidato à presidência da República.
Lançamos esta proposta que a imprensa carioca acha de vital importância — e o voto.
Não vos esqueçam que São Paulo precisa de uma sessão, e que, para isso, precisa da sede do Partido Republicano de São Caetano em serviço permanente de glorioso estabulário.
Alistae-vos paulistas, para que a nossa vitória seja indiscutível!

CARTAS DO MEU CONVENTO
QUERIDA ENFERMA

A AFAMADA PRODUÇÃO
MIGUEL STROGOFF
Com NATALE COVANCO e IVAN MOSJOUKINE

HOJE! — NO — HOJE!
CINE PARQUE MONTE ALEGRE

DO SENTIMENTO

Dr. Alfredo Stivalo
Médico
Rua Virgílio, 41
MONTE ALEGRE

Dr. FREDO LUPI
Médico — Especialista
E. F. PÉREZ
RUA VIRGÍNIO DE REZENDE, 41
S. CAETANO

Para toda e qualquer compra de artigo funerario
não é preciso que se vá a S. Paulo ou a S. Bernardo, porque
São Caetano possui uma bem montada

Casa Funeraria

Vestidos diademas, mantas, coroas, caixões e carros de toda a classe.
Esmerada secção de flores naturais de chacara propria

ANTONIO M. MARQUES PINHEIRO
RUA VIRGINIO DE REZENDE, 41 — S. CAETANO

Em 1929 - no dia 27 de outubro o São Caetano Jornal já propagava a quem necessitasse de serviços funerários o seguinte: "... não é preciso que se vá a São Paulo ou São Bernardo, porque - São Caetano possui uma bem montada Casa Funerária". Oferecia carros fúnebres de toda a classe.

Antônio, santo dos italianos, dos portugueses... e de todo mundo

Valdenício PETROLI(*)

Acervo: Valdenício Petrolli

Antônio, que este ano completa 800 anos de nascimento, é um dos santos mais populares do Brasil. A devoção ao santo foi introduzida no Brasil, primeiramente pelos portugueses e mais tarde, em algumas regiões do Sul do país, pelos italianos. Em todas as igrejas católicas, se ela não for dedicada ao culto do santo, tem pelo menos um nicho com sua imagem. Empresta ainda, o seu nome a diversas cidades, ruas, bairros, padarias, lojas e objetos, e não são raras as famílias brasileiras que não tem, pelo menos um, dos seus membros com o nome de Antônio ou Antônia, e logo apelidado por Antoninha, Antoninha, Nico, Tonica, Tonico, Tinoco, Tito, Tica, Tinha, Tô, Tom e Tony. Santo Antonio também é o vereador mais antigo do Brasil, já teve uma brilhante carreira militar e está presente a diversas manifestações folclóricas.

Na região do Grande ABC a devoção de Santo Antônio foi introduzida pelos italianos ainda no final do século passado, principalmente em São Caetano do Sul. Isto se justifica, porque as primeiras famílias de imigrantes italianos eram oriundas da cidade de Vittorio Veneto, região de Veneto, onde localiza-se a cidade de Pádua - em italiano Padova - local onde o santo viveu seus últimos anos de vida e está sepultado.

A incerteza e a ansiedade, o medo e a insegurança, e a esperança dos imigrantes italianos faziam que eles, antes de embarcarem no porto de Veneza com destino a América, passassem por Pádua ou rezassem pedindo proteção ao santo para a jornada que iriam enfrentar no Novo Mundo. E ao desembarcarem no Brasil ficou evidente no imigrante italiano o seu apego à sua localidade de origem, à sua cultura, a o seu dialeto [1].

Esse apego da sua origem, chegaram até os dias atuais, depois de mais de um século, com o calor das recordações, nos costumes, na culinária, no folclore e principalmente nas manifestações religiosas, que se tornaram marcas indelévels da região.

O chargista e líder autonomista de São Caetano do Sul, Jayme da Costa Patrão conta que a religiosidade do imigrante italiano era tão acentuada e expressiva que, com o decorrer do tempo, pequenas capelas eram construídas nos terrenos de suas propriedades. Capelinhas existentes ainda, como a da família de dona Joana Cavana, cujo orago Santo Antônio persiste há 100 anos e, é atualmente o marco indicativo do local em que, em tempos idos fora a Vila dos Cavanos e sua capela maior [2].

A primitiva Capela de Santo Antônio foi construída no final do século passado era mais espaçosa onde dona Adolphina Greccato e a jovem Santa Cavana, neta da matriarca dona Joana Cavana, administravam aulas de catecismo: um domingo cada mês, e, infalivelmente, na manhã de 13 de junho, dia de Santo Antônio, um padre deslocava-se da

ANNO XXX - N. 1

1 de Janeiro de 1927

(C. C. com o Corre



§

O MENSAGEIRO DE SANTO ANTONIO

PERIODICO MENSAL ILLUSTRADO

BOLETIM OFFICIAL

da Basilica de S. Antonio em Padua, da Archiconfraternita e da Obra Providencial do Pão dos Pobres originada na mesma Basilica.

É redigido pelos Frades Menores Conventuales e confrades do Santo.



Abençoado pelos Summos Pontífices LEÃO XIII, PIO X, BENTO XV, e V. P. R. M. XI, pelo Episcopado Veneto e por outros Bispos da Italia.

Do Vaticano, o dia 20 de Março de 1911. Rev. mo Padre,

Tenho o prazer de commulcar a P. Rev. mo que a Augusto Pontífice, como signal de seu paternal agrado e obrar que vae fazendo, dignou-se eu dir a Benção Apostolica ao Periodico «O Mensageiro de S. Antonio» e a todos os escriptores e leitores do mesmo, com augurio que elle entre em toda millia christia.

Com sincero e subido respeito e agrado-me de V. P. R. mo aff. mo no Seu P. C. GASPARRI

Fac-simile da revista O Mensageiro de Santo Antônio de Pádua, data de 1º de janeiro de 1927

velha Matriz e rezava missa na Capela dos Cavanos, assistida por grande número de fiéis. O pesquisador Wanderley dos Santos escreveu que Angelo Cavana obteve licença quinzenal para celebração de missas em 2 de junho de 1893.

Na região do Grande ABC várias capelas surgi-

ram em devoção a diversos santos e santas, mas Santo Antônio parece ter sido privilegiado. Jayme da Costa Patrão conta ainda em sua crônica que a família João Molinari também construiu uma capelinha votiva de Santo Antônio na avenida Roberto Simonsen (antiga Rua Santo Antônio), em retribu-

“Há 241 anos, Santo Antônio exerce seu mandato de vereador...”

ção a um milagre. Conta que no verão de 1919, desabou um tremendo temporal desabou em São Caetano do Sul e a família pôs-se a rezar em torno do oratório que guardava um Santo Antônio trazido de Modena, Itália, em 1885, quando uma fâsca adentrou a sala pelo telhado, e atingiu o oratório, sem causar danos maiores, deixando a imagem do santo ílesa, sem mesmo apagar as velas que o iluminavam. Diante do milagre a família construiu uma capelinha e em cima da porta de ferro colocou uma placa de mármore com os seguintes dizeres: Capela Santo Antonio, Ricordo di Mariana Molinari - 1924. A capelinha original foi demolida em 1960 para abertura da rua Constituição e outra foi construída ao lado da antiga, sendo preservada até os dias atuais, com a imagem centenária.

Os antigos moradores diziam que as primeiras famílias assentadas no Núcleo Colonial confundiram em princípio, a imagem de São Caetano existente na primitiva capela local, com a do Santo Antônio, porque são muito semelhantes e ambos os santos seguram Menino Jesus no braço. Isso parece ter um fundo de verdade, porque as principais festas religiosas realizadas no bairro da Fundação, sempre aconteceram no Dia de Santo Antônio, como aquela realizada em 13 de junho de 1908. Na ocasião os membros da Irmandade de São Caetano - entidade fundada no século passado - mandaram pintar na nave da Matriz Velha, junto aos sinos, as palavras Viva Santo Antônio.

Em São Bernardo do Campo, relata ainda o pesquisador Wanderley dos Santos, o imigrante italiano Luiz Casa trouxe da Itália uma imagem de madeira de Santo Antonio de Pádua, construiu a capela dedicada a este santo e, através do vigário de São Bernardo, padre João Miguel de Angelis, conseguiu licença da Cúria para sua inauguração. A licença foi expedida em 9 de julho de 1900, através da “provisão de benção” concedida pelo bispo de São Paulo, Dom Antonio Cândido de Alvarenga. A primitiva capela dos Casa desabou por volta de 1925. Foi construída somente na década de 1930, por Amaro Tolotti e pintada por Antônio Esperança. Em volta da capela nasceu o bairro dos Casas e, relata o jornalista Ademir Médici, de todas as procissões assistidas pelo bairro dos Casas, as mais festivas eram sempre as de louvor a Santo Antônio, com as ruas enfeitadas com bandeirolas e arcos de taquara [4].

Ainda em São Bernardo do Campo, foi erguida a Capela do Giacomino Batistini com o oragano de Santo Antônio. Em 20 de julho de 1898 teve provisão de uma missa. Comenta Médici que os Batistini eram muito católicos e, por isso, mesmo depois de trabalharem o dia inteiro na lavoura, encontravam, no fim da tarde, disposição para irem à capela e tocarem o sino chamando os poucos moradores à oração. Todas as noites rezam o terço.

Na tradição católica, existe um ou mais orações para cada santo. As orações são de domínio dos

fiéis, que as repetem automaticamente, quando necessitam de encaminhar um pedido a Deus. Muitas dessas orações caem no esquecimento popular e geralmente são lembradas pelas pessoas mais idosas. Um dos descendentes de Benedito Molinari, é dona Ana Molinari, com mais de 80 anos, que mantém a religiosidade dos primeiros italianos que chegaram em São Caetano, e ainda evoca, quando necessário, a oração de Santo Antônio para achar os objetos perdidos. Essa oração é bastante conhecida entre os descendentes de imigrantes italianos e portugueses, como a dona Anesta Manetti Petrolli, residente em Santo André, que repete a oração seguinte: Grande Santo Antônio, apóstolo de bondade, que recebeste de Deus o poder especial de fazer achar as coisas perdidas, socorrei-me neste momento, para que, por vossa assistência, ache o objeto que procuro. Obtende-me também uma fé ardente, perfeita docilidade às inspirações da graça, o desprezo dos vãos do mundo e um ardente desejo das inefáveis alegrias da bem-aventurança eterna. Amém.

Logo em seguida reza o Responso de Santo Antônio: Saiba quem busca milagres, / Que os enfermos sara Antônio, / Afugente o erro, a morte, / Calamidade e demônio. / Prisões e mares lhe cedem, / Saúde e coisas perdidas, / São aos jovens e aos velhos / Por ele restituídas. / Necessidade, perigos / Faz cessar entre os humanos / Diga-o quem o experimentou / E mormente os paduanos. E no final reza-se mais uma oração: Alegre, Senhor Deus, a vossa Igreja a solenidade votiva de Santo Antônio, vosso confessor e doutor, para que sempre se ache fortalecida com socorros espirituais e mereça al-

Arquivo: Valdenizio Petrolli



1195 - 1995
OITAVO
CENTENÁRIO
DO NASCIMENTO
DE SANTO
ANTÔNIO

Na passagem do oitavo centenário do nascimento de Santo Antônio, a revista O Mensageiro de Santo Antônio produziu um selo comemorativo.

“No Brasil, nada menos de dezenove cidades têm o nome...”

cançar os gozos eternos. Por Jesus Cristo Nosso Senhor. Amém.

A oração para pedir uma graça é a seguinte: Lembrai-vos, ó grande Santo Antônio, que o erro, a morte, as calamidades, o demônio, as doenças contagiosas, fogem por vossa intercessão. Por vós, os doentes recobram a saúde, o mar se acalma, as cadeias do cativos quebram-se, os estropiados recobram os membros, as coisas perdidas voltam ao seus donos. Os jovens e os velhos que a vós recorrem são sempre ouvidos. Cheio de confiança, dirijo-ma a vós, Mostrai hoje vosso poder e obtende-me a graça que desejo. Amém.

Dona Anesta diz que constantemente faz suas orações para as pessoas que necessitam em casos de doenças, coisas perdidas, para arrumar empregos, etc. Ela diz que sua devoção pelo Santo Antônio começou quando o filho, com alguns meses de vida, ficou doente e o médico da pequena cidade de Quatá, Interior de São Paulo, afirmou que o menino tinha poucas horas de vida. “Quando sai do consultório passei pela Igreja de Santo Antonio padroeira da cidade e pedi a ele que intercedesse junto a Deus e que me salvasse o filho. Como pagamento da promessa, o menino participaria da procissão, no dia 13 de junho, vestido com o hábito, calçando sandálias, rosário e o lírio imitando Santo Antônio. O menino sobreviveu e quando completou dois anos, participou da procissão na cidade de Londrina, Paraná, vestido de frei”, relata dona Anesta, exibindo o hábito e o rosário que guarda até hoje, como reliquias, junto com o *Ricordo dell'Associazione Universale di S. Antonio de Padova* - um conjunto de cartões ilustrativos da cidade de Pádua, conservada pela família, desde 1897 [5].

No Grande ABC existem nove ruas, uma praça, um largo, um bairro e três paróquias dedicadas ao santo, sendo duas em Santo André (Vila Alpina e Jardim Santo Antônio) - e uma em São Caetano do Sul (Jardim São Caetano). Além disso, existem duas capelas em São Bernardo e uma capela da Igreja Católica Brasileira em Ribeirão Pires onde, no passado, já existiu também uma Igreja Romana localizada no antigo Morro de Santo Antônio. A área, nos anos 70, foi terraplenada e em seu lugar foi construído o atual prédio da Prefeitura.

Ribeirão Pires mantém uma praça no Jardim Itapeva e uma rua no Jardim Mirante, com o nome do santo. Diadema têm três ruas com o seu nome: no Jardim Diadema, Vila Antonio Tadeu e Jardim Piraporinha; Rio Grande da Serra possui uma avenida no Jardim Santa Tereza; Mauá - uma, na Vila Carlinda (Sertãozinho); São Bernardo do Campo - na Vila Aurora; Santo André - uma rua, no Bairro Camilópolis e uma praça, no Jardim Santo Antônio; e São Caetano do Sul - uma rua no bairro do mesmo nome.

O jornalista e pesquisador Ademir Médici conta que o próprio bairro - Santo Antônio - ao que tudo indica teve origem em razão da capela construída

**“Padre Antônio Vieira
(...) diz que muito
se deve ao santo...”**

pela família Cavana e que situa-se mais ao centro da cidade, do outro lado da avenida Goiás. Esta primitiva capelinha, em louvor a Santo Antônio, se ainda existisse ficaria a 100 metros do cine Vitória, na rua Baraldi, fora do bairro Santo Antônio, portanto. A capelinha foi desmanchada quando a divisão dos terrenos entre os herdeiros dos Cavana, que construíram uma outra por perto, na rua Luiz Cavana, capela que existe até hoje [6].

Em seu livro *Migração e Urbanização*, Ademir Médici descreve historicamente o bairro - o único da região a receber o nome do santo - a partir de uma ocupação mista: de fábricas, a partir das antigas olarias, e de residências. E de um comércio de passagem, ao longo da avenida Senador Roberto Simonsen, a antiga rua Santo Antônio. Na várzea dos Parentes ou do ribeirão dos Meninos, extraía-se areia e argila, o que ocasionou o aparecimento de várias representações. Nestas represas, aterradas, implantou-se um parque industrial importante até hoje. A parte central do bairro acabou sendo ocupada pelos loteamentos convencionais, implantados em antigas linhas do Núcleo Colonial de São Caetano, com destaque para a colônia dos Ferraria, sua família mais conhecida.

No Brasil nada menos que 19 municípios têm o nome do santo. O Estado do Paraná lidera a lista, com cinco cidades: Santo Antônio, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Paraíso, Santo Antônio do Sudoeste. O Estado de São Paulo ocupa o segundo lugar com quatro cidades: Santo Antônio da Alegria, Santo Antônio da Posse, Santo Antônio do Jardim, Santo Antônio do Pinhal. Os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul contam com duas localidades cada um: Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões. Nos estados da Bahia, Piauí, Rui de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, pelo menos uma cidade em cada um conforme segue: Santo Antônio de Jesus, Santo Antônio de Lisboa, Santo Antônio de Pádua, Santo Antônio do Descoberto, Santo Antônio de Leverger e Santo Antônio, respectivamente.

Na Capital, o que não falta é rua que começa com o nome de Antônio, onde se localiza também uma das mais antigas igrejas, na Praça Patriarca, considerada monumento histórico-religioso do Estado de São Paulo. Os pesquisadores afirmam que anteriormente a 1592 já existia a ermida de Santo Antônio, reedificada por devotos, em 1717. Em 1724, frei Antônio de Pádua, missionário apostólico, criou a Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, que adquiriu personalidade jurídica em 1899.

Há 241 anos, Santo Antônio exerce seu mandato de vereador na cidade de Igarapu, localizada a 31 quilômetros do centro de Recife, Pernambuco. Ele é o vereador mais antigo do Brasil e mensalmente recebe um salário- mínimo. Com um bom humor



Mosaico com a imagem de Santo Antônio, em Santo André, no bairro de Santa Terezinha.

o presidente da Câmara de Igarapu, Ademar de Barros, afirma: “Santo Antônio é o primeiro vereador a chegar, o último a sair e nunca faltou a sessão alguma” [7]. O salário do santo é destinado ao histórico Convento Santo Antônio, localizado a 200 metros do Palácio Duarte Coelho, como é chamada a Câmara de Igarapu, que mantém uma creche e distribui pães entre os pobres da comunidade [8].

A história começa quando da criação da Ordem Feminina do Sagrado Coração de Jesus, em 1742, pelos padres Gabriel Malarida e Miguel Rodrigues Sepúlveda. Os franciscanos, que viviam das esmolas arrecadadas na vila e seus arredores, mal dava para se manterem. Diante da penúria dos padres a Câmara Municipal de Igarassu requereu ao rei D. José I, autorização para alistar o santo como vereador perpétuo, percebendo, anualmente, ... a propina que se costuma dar de 27\$000 réis. O rei, por alvará datado de 23 de novembro de 1754, autorizou o solicitado, desde que, os mencionados frades mantivessem uma classe de latim para os filhos da vila. Com a Proclamação da República o santo perdeu suas prerrogativas políticas que, só lhes foram restituídas em 1º de novembro de 1951.

O presidente Ademar de Barros diz que a cidade com 120 mil habitantes, é integrante da região metropolitana do Grande Recife e atualmente possui sua economia diversificada. Igarapu pode ser chamada como o município-mãe da Grande Recife, porque aqui foi o palco dos grandes acontecimentos históricos, principalmente na luta contra os holandeses. Antigamente, vivia da extração de coco, mas hoje depende das pequenas indústrias e do comércio, explica o presidente, dizendo que a Câmara possui 13 vereadores eletos em 1991, além de Santo Antônio, As sessões acontecem as terças e quintas-feiras e antes do seu início um funcionário acende uma vela junto a imagem do santo intronizada no prenário.

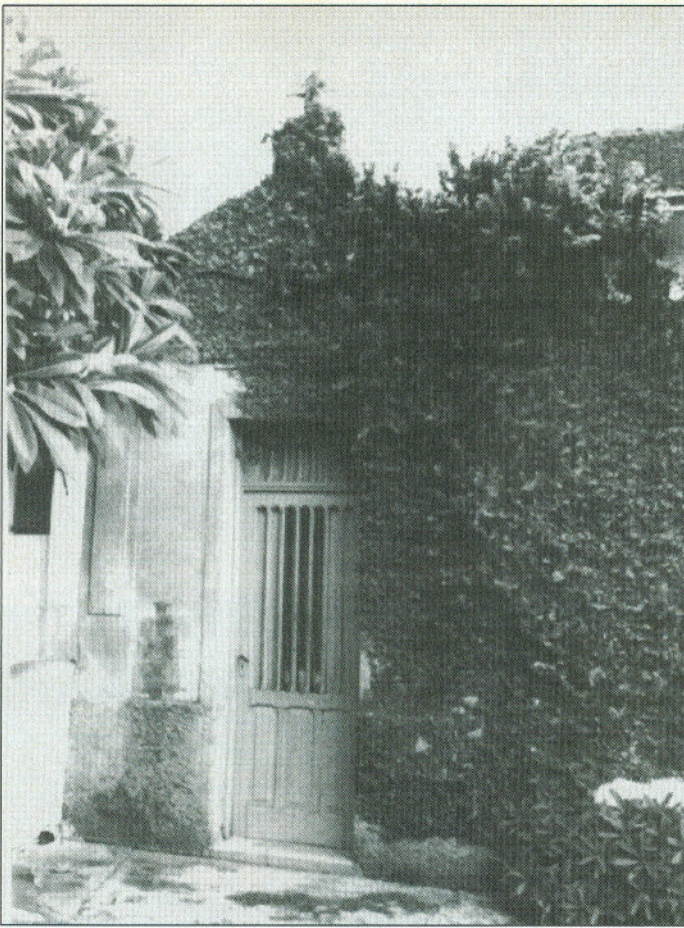
A cidade de Igarapu é um dos mais antigos pontos de contato entre europeus e ameríndios. No sítio dos Marcos, já em 1516, Cristóvão Jacques fundou a feitoria de Pernambuco e local onde em 9 de março de 1535, Duarte Coelho Pereira, tomou pos-

se como donatário da capitania. A ireda dos Santos Cosme e Damião - padroeiros da cidade - é uma das mais antigas do Brasil e foi erguida segundo da tradição, pelos portugueses, depois da vitória contra os índios Caetés, em 27 de setembro de 1535. No Convento de Santo Antônio localiza-se uma rica pinacoteca com 24 quadros/painéis dos séculos VII e XVIII.

Santo Antônio é o meu padrinho, afirma o prefeito Antônio José Dall’Anese, explicando que a sua mãe, ainda grávida, ofereceu à cunhada Ângela Dall’Anese para batizar a futura criança. “Como minha tia era viúva e a Igreja permite que o padrinho seja um santo, ela escolheu o Santo Antônio. Assim, no batistério passado pela Igreja Matriz de Bragança Paulista, onde nasceu o prefeito, constam os nomes dos padrinhos - Santo Antônio e Ângela Dall’Anese”.

O prefeito, para comprovar a sua fé, exhibe um santinho guardado na carteira junto com os seus documentos: “Este daqui (o santinho) foi passado sobre o túmulo de Santo Antônio”. Ele diz que todas as vezes que vai à Itália, o primeiro local que visita é o túmulo do santo e recorda que, certa ocasião, quando estacionava o carro defronte à Igreja de Santo Antônio, em Pádua, um amigo que estava no banco de trás abriu distraidamente a porta, e colidiu com uma bicicleta. “Caiu o ciclista e uma criança que estava sentada numa cestinha dianteira. Na hora, invoquei o nome de Santo Antônio e por milagre nada aconteceu a ninguém. Nem mesmo a porta do carro ficou amassada. Foi somente um susto”, lembra o prefeito Dall’Anese, acrescentando que, a cidade de Pádua, receberomeiros de todo o mundo.

Andiamo adesso a vedere il santo (Vamos agora ver o santo). “É assim que os moradores e comerciantes de Pádua se dirigem aos turistas”, explica Antônio Tito Costa, ex-prefeito (1977 - 1983) e atual vice-prefeito de São Bernardo do Campo, que, em janeiro último, com sua esposa, dona Lea, esteve, pela segunda vez, naquela cidade italiana visitando a Basílica de Santo Antônio. Para comprovar sua devoção, desde 1977, quando ainda era prefeito, Tito Costa, organiza anualmente a Missa



Vista externa e interna da Capela dos Cavanas

“Floriano Peixoto (...) reconhece o direito do santo, num documento...”

dos Antônio, na Igreja de Santo Antônio, no Bairro Demarchi, com a distribuição, aos fiéis, de santinhos.

“Quando eu era menino fiz uma trezena ao santo para ganhar uma bicicleta, mas ele não atendeu o meu pedido”, lembra Tito Costa, afirmando, que, mesmo assim, continuou fazendo suas orações e que sua fé não foi abalada. “Ainda faço as minhas trezenas, principalmente quando sei que um amigo ou membro da família está doente”. Explica que em sua casa de campo tem um cuzueño boliviano (pintura indígena originária da cidade de Cuzco) com a figura do santo. “Meu avô, era o Coronel Antônio Luciano da Fonseca, hoje nome de uma escola em Torrinhã; meu filho também chama-se Antônio. É uma tradição das famílias católicas, para demonstrarem sua fé e devoção ao santo” observa.

No Grande ABC, além de Antônio José Dall’Anese e Antônio Tito Costa, tivemos ainda outros prefeitos e vice-prefeitos com o mesmo nome. No antigo Município da Vila de São Bernardo tivemos dois vices: Antônio Thomas (1911 - 1914) e Antônio Joaquim de Lima (1914 e 1917). Em

Santo André: Antônio Fláquer (1948 - 1951), Francisco Angelo Antônio Barone (1951), Antônio Ferreira dos Santos (1962 - 1968) e Antonio Pezzolo (73-77). Em São Bernardo do Campo tivemos: Antônio Dias Amorim (1969); em São Caetano do Sul, o vice, Antônio Russo (1969 - 1973) e, em Ribeirão Pires, o prefeito Antônio Simões (1969 - 1973).

O primeiro presidente da Província de São Paulo chamava-se Lucas Antônio Monteiro de Barros (1824 - 1827); mas tivemos outros: José Antônio Saraiva (1854-1856), Antônio José Henriques (1860-1861), Antônio Cândido da Rocha (1869-1879) e Antônio da Costa Pinto Silva (1870-1871). Depois da Proclamação da República tivemos apenas um: Antônio Dino da Costa Bueno, em 1927.

Nosso primeiro imperador, conhecido simplesmente por D. Pedro I, no seu extenso nome de batismo também homenageava o santo, pois o seu nome completo era: Pedro de Alcântara Francisco Antônio José Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Paschoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon. Na República, tivemos apenas um vice-presidente: Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (1979-1985), que assumiu interinamente a Presidência da República na ausência do presidente João Baptista de Figueiredo.

Santo Antônio, nascido Fernando de Bulhões e Taveira de Azevedo, nasceu em Lisboa, Portugal, em 15 de agosto de 1195. Filho de Martinho de Bulhões e de Tereza Taveira de Azevedo (da Casa Real das Astúrias), pertencentes a duas nobres famílias lusitanas [9]. O escritor e historiador portu-

guês, Alexandre Herculano, afirma que Fernando recebeu o sobrenome de Martins, quando escreve: O beato Antônio... conhecido por Fernando Martins [10]. Recebeu as primeiras lições profanas e religiosas de sua mãe e, aos cinco anos, já integrava o grupo de coroinhas da catedral e depois, passou a freqüentar a escola do tio, Cônego Fernando, e servia nos atos de caridades aos pobres. Na capital portuguesa, até hoje é preservada, ao lado da Catedral, a capela onde estava situada a casa paterna, com vários objetos ligados ao santo [11].

Com 15 anos de idade, Fernando entrava para o Seminário dos Cônegos Regulares de Santo Agostinho. Depois de dois anos, transferiu-se para o Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, onde se dedicou ao estudo de Teologia. Ninguém conhecia melhor as Sagradas Escrituras e as obras de Santo Antonio, principalmente Confissões e o Mestre, o que fez dele um dos mais conceituados professores de Direito Canônico, Filosofia, Ciências Naturais, de hebraico e caldeu [12]. Em 1219, foi ordenado padre pelo bispo Dom Pedro Soares.

Ainda em Coimbra, o cônego Fernando, conheceu os primeiros frades franciscanos, pertencente à nova ordem religiosa, fundada por Francisco (depois canonizado como São Francisco de Assis), na Itália [13]. Nessa ocasião, ficou sabendo que alguns frades franciscanos foram enviados para Marrocos, África, para evangelização dos Mouros e foram martirizados. A solene transladação dos primeiros cinco mártires franciscanos da África para Coimbra comoveu o jovem cônego, que solicitou aos esmoleres do Convento de Olivais a sua admis-

**“O que não falta são
as simpatias para
conseguir um bom...”**

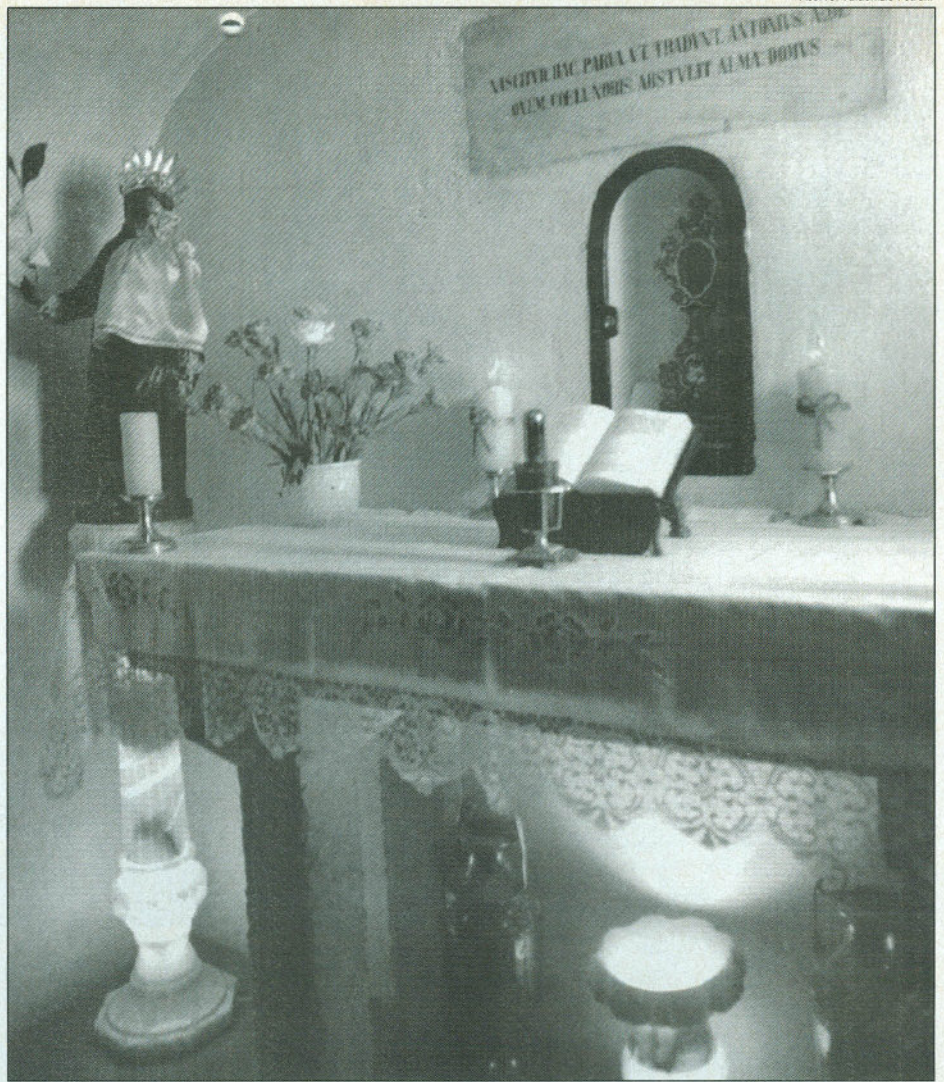
são entre os padres franciscanos.

No final de junho de 1220, com 24 anos, o cônego Fernando fez a solene profissão religiosa assumindo o nome de frei Antônio. Logo em seguida seguiu como missionário para Marrocos, mas, na viagem, ficou doente e teve que desistir de sua missão na África e tomou outro navio de volta. Porém, quando estava em alto-mar (Mediterrâneo) uma violenta tempestade desgovernou o navio que ficou à deriva foi parar na costa siciliana, onde permaneceu alguns meses até retornar a Portugal.

No ano seguinte, frei Antônio, foi a pé de Portugal até à cidade de Assis, na Itália, para reunir-se em assembléia com outros quase três mil frades vindos de vários países. Nessa oportunidade, conheceu o fundador da Ordem, Francisco de Assis. Até 1222, era um anônimo entre os financeiros até que, certo dia, durante uma cerimônia de ordenação sacerdotal foi escolhido por Francisco de Assis, para fazer uma pregação de improviso. Com a aparência e a humanidade de um principiante e profundo conhecedor das Sagradas Escrituras tornou-se, em pouco tempo, o principal orador da Ordem. Certa ocasião falando na Catedral de Bruges, França, com a presença alto clero francês, dirigiu-se ao Arcebispo daquela cidade, Simão de Sully: Quando te arrependers das tuas faltas e honrarás o hábito que envergas? No final o arcebispo lança-se aos pés de Antônio e pede-lhe perdão dos seus pecados, prometendo arrependimento.

Após a morte de São Francisco, em 1226, a Ordem Franciscana, na Assembléia Geral de 1227, elegeu frei Antônio como Superior Provincial da Itália, cargo que exerceu até a sua morte, em 13 de junho de 1231, aos 35 anos de idade. Foi sepultado na Igreja de Santa Maria, em Pádua. Foi canonizado pelo Papa Gregório IX, poucos meses depois de sua morte. Em 1236, o Superior Geral da Ordem dos Frades Menores, São Boaventura, participou da abertura do túmulo de Santo Antônio e entre os seus ossos encontram a língua conservada intacta, assim permanecendo até os dias de hoje, na Capela das Relíquias ou do Tesouro, em Pádua. A língua foi colocada dentro de um relatório feito pelo ourives Giuliano de Florença, em 1436 [14].

O papa Sixto V (1585-1590), três séculos depois de sua morte, disse: “Santo Antônio, pela eminência dos seus méritos e das suas virtudes, pela profundidade da sua inteligência, como pelo brilho da sua pregação, fez resplandecer as belezas da Igreja Católica. Ele cobriu-a de glória, fortalecendo-lhe as bases e consolidou-lhe o poder” [15]. O papa Leão XIII (1878-1903) afirmou: “Santo Antônio não é somente de Pádua, mas Santo Antônio de todo o mundo”. O poeta e escritor Afonso Lopes Vieira que, numa peregrinação, percorreu todos os lugares por onde passou e pregou o santo, escreveu no seu livro, Santo Antônio, Jornada do Centenário, o seguinte: “Embora ele nunca tenha estado em Paris, não há uma só igreja na capital francesa que



Na casa onde nasceu em Lisboa, no ano de 1195, foi construído um altar em homenagem ao santo

não tenha um altar consagrado a Santo Antônio”.

O papa João Paulo II, em sua mensagem sobre o VIII Centenário do Nascimento de Santo Antônio escreveu que: “A sua pregação, os escritos e sobretudo a santidade de vida oferecem, também aos homens de nosso tempo, indicação bastante vivas e estimulantes, acerca do empenho que é necessário para a nova evangelização. Hoje, com outrora, urge uma renovadora catequese, fundada sobre a Palavra de Deus, especialmente sobre o Evangelho, para fazer com que o mundo cristão compreenda de novo o valor da revelação da fé. [17].

A revista O Mensageiro de Santo Antônio, editada pelos Frades Menores Covencionais, foi lançada em 1897, em Pádua. Inicialmente, a revista era dirigida somente na língua italiana e distribuída em todo o mundo. No Brasil, os assinantes eram, na maioria italianos e seus descendentes. A partir de janeiro de 1927, a revista passou a ter uma tiragem na língua portuguesa, mas continuou até 1985, sendo editada e impressa na Itália. Hoje, com uma tiragem mensal de 30 mil exemplares, a revista é editada e impressa no Brasil pela Associação Antoniana dos Frades Menores, com 60 frades, com sede em Santo André. Além dos frades existem outros colaboradores, leigos e religiosos, como o bispo diocesano e vice-presidente da CNBB, Dom

Cláudio Hummes.

Um dos redatores, frei Eraldo Monteiro, diz que a revista traz assuntos de experiências cristãs, o que Ordem dos Frades Menores Convencionais mantém quatro províncias no Brasil: 1 - a de São Francisco de Assis, com sede em Santo André com jurisdição em todo o Estado de São Paulo e nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia e ainda, em Angola, de origem italiana; 2 - Imaculada Conceição, de origem norte-americana, como sede no Rio de Janeiro; 3 - São Maximiliano Kolbe, de origem polonesa, em Brasília e, 4 - São Boaventura, em São Luiz, no Maranhão, de origem italiana.

Frei Eraldo Monteiro afirma que, este ano, em vários países, os católicos farão festas para comemorar os 800 anos do nascimento do santo. Ele mesmo, com o frei Giuseppino De Roma, lançou um livro pela editora O Mensageiro de Santo Antônio, em Santo André, contando a vida de Antônio. “Desde criança vivi a devoção a Santo Antônio de Pádua. Era o santo amigo de casa. Sua imagem, com a criança nos braços, um livro e uma flor, fazia parte do cenário íntimo da família. Aquela criança - dizia a mãe - é o Menino Jesus. O livro é o Evangelho. O lírio é o amor puro de Santo Antônio pelas crianças, pelo Evangelho, por todos! E ela mesma pregava a Bíblia e lia, devagar e com



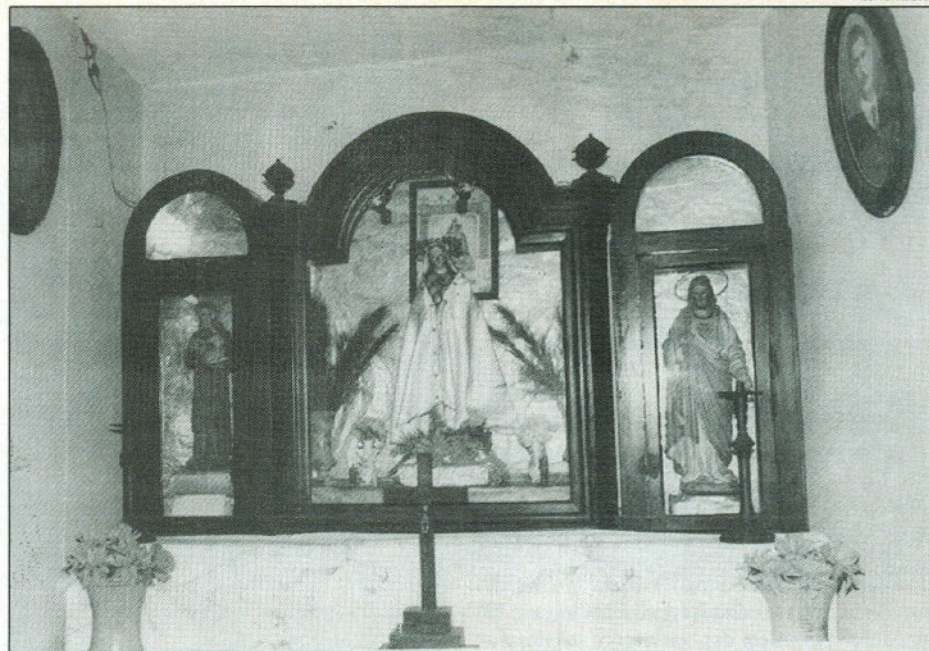
Os antigos moradores de São Caetano mandavam construir capelas ao lado de suas casas em louvor a Santo Antônio

**“As festas juninas
ensejaram diversas
cantigas no Brasil...”**

muita dificuldade. É das crianças o Reino de Deus. E contava muitas histórias de Santo Antônio... - lembra o frei [18].

Padre Antônio Vieira, que viveu 52 dos 90 anos de sua vida no Brasil, autor da obra *Os Sermões*, foi um genial biógrafo do seu xará. Ele diz que se deve muito ao santo a unificação do Brasil, porque em todas as batalhas contra os franceses, no Rio de Janeiro e Maranhão, no século XVI e contra os holandeses, em Pernambuco, no século XVII, as tropas tinham na linha de frente o estandarte ou imagem de Santo Antônio. Os holandeses, em princípio, liderados pelo conde alemão João Maurício de Nassau-Siegen, foram expulsos definitivamente do Brasil em 1654.

Alguns holandeses, uma minoria, por serem degredados não puderam voltar para a Holanda, e para fugir das perseguições dos portugueses, tiveram que se embrenhar pelo sertão nordestino adentro. Entre os fugitivos estavam os irmãos van der Leiden, que pronunciado num bom sotaque nordestino foi aportuguesado para Vanderlei [19]. Os dois batavos subiram pelas margens do rio São Francisco e foram refugiar-se na tribo dos índios fulniô, que ocupava a área que hoje pertencem aos municípios Poço das Trincheiras, Alagoas, e Águas Belas, Pernambuco [20]. Ali, mais tarde, esses dois irmãos casaram-se com descendentes de portugueses e formaram uma grande prole que deram origem a diversas famílias nordestinas. Um desses descendentes dos fugitivos de Santo Antônio, é o sociólogo pernambucano Gilberto Freire, autor de *Casa Grande e Senzala*, e o professor alagoano, José Marques



de Melo, ex-diretor da ECA-USP e atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS), em Rudge Ramos. “Eu nasci em Palmeiras dos Índios e quando menino ia passar minhas férias em Águas Belas com os índios fulniô, que eram nossos amigos” - comenta José Marques.

Em Portugal, a participação do santo também foi decisiva contra os espanhóis e franceses: a sua imagem ia nas primeiras linhas dos combatentes e, triplicando a força e o heroísmo dos seus camaradas, vencias todas as batalhas. Por ser um herói e santo, foi promovido à patente de Tenente-Geral do Exército Português e Tenente-Coronel do Exército Luso-Brasileiro. Hoje, faz parte da galeria dos heróis do Museu Militar em Lisboa. Com a Independência do Brasil, em 1822 e com a Proclamação da República, em 1889, todos os seus direitos militares foram garantidos pelas constituições brasileiras, então vigentes, mas o provincial dos Franciscanos foi reclamar com o presidente da República que os pagamentos dos soldos estavam atrasados. O próprio presidente, marechal Floriano Peixoto (1891-1894), em um documento histórico reconhece o direito do Santo: Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1890. Sr. Diretor da Contadoria Geral da Guerra. Deferindo-se a reclamação pelo Provincial dos Franciscanos, Frei João do Amor Divino Costa, e por essa repartição informada em 24 de setembro último, vos declaro, enquanto por ato especial não for anulado o decreto de 26 de julho de 1814, que conferiu a patente do Tenente-Coronel de Infantaria à imagem de Santo Antônio do Rio de Janeiro, deve continuar a pagar-se o soldo a quem tem direito e que até agora tem sido abandonado. Saúde e Fraternidade. Floriano Peixoto. Presidente da República. Os soldos atrasados foram pagos, mas o Marechal de Ferro, aproveitou a oportunidade para dar baixa desse soldado herói do Exército Nacional [21].

Apesar de pertencer à alta patente militar portuguesa e ter lutado contra os espanhóis, Santo Antônio foi também Almirante na Espanha por ter aju-

dado na luta contra a dominação moura. Conta-se que o almirante de Mondemar, desesperado pelas vitórias dos mouros em Oran, foi rezar na Igreja de Santo Antônio em Alicante. Ali, ajoelhado em frente ao altar do santo, diz-lhe em voz alta: Sois vós desde este momento o almirante para a reconquista de Oran e eu, vosso simples soldado. Nova batalha foi travada, desta vez tendo à frente a imagem de Santo Antônio. E a cidade foi reconquistada. O rei Felipe V, da dinastia de Bourbon, rei da Espanha e da América Espanhola (1700 - 1746), em agradecimento, concedeu-lhe a patente de almirante e decretou o pagamento de soldo mensal ao Convento de Santo Antônio.

A fama de Santo Antônio ser casamenteiro tem origem na história de uma moça que, estando na idade de casar-se, ainda não tinha arrumado um namorado. Então, resolveu fazer uma novena ao santo. Contudo, os dias foram se passando e nada de parecer um candidato. No nono dia, já irritada e desesperada, atirou a imagem do santo pela janela, acertando um jovem que estava passando na rua. Ele, irritado pela agressão, foi tirar satisfação com o morador. Depois de bater na porta da casa, foi atendido pela própria agressora, que pediu desculpas e... conversa vai e conversa vem... Se eles foram felizes no casamento, não se sabe. Contudo, os comerciantes não perderam tempo: 12 de junho, véspera do Dia de Santo Antônio, foi declarado Dia dos Namorados.

Outra versão folclórica afirma que para conseguir um namorado ou namorada deve-se colocar a imagem de Santo Antônio de cabeça para baixo dentro de um poço d'água até que a graça seja alcançada. Outras versões dizem que não é necessário colocar o santo dentro do poço, basta repetir, a trova: Meu querido Santo Antônio / feito de nó de pinho / com vós arranjo o que quero / porque eu peço com jeitinho...

O que não falta também são as simpatias para conseguir um bom casamento. Três são bastante conhecidas e devem ser feitas da véspera a noite de Dia de Santo Antônio. A primeira consiste em fin-

“Antonio Beato foi líder de um dos maiores movimentos...”

car uma faca no tronco de uma bananeira, e deixá-lo até o dia seguinte, quando a seiva que escorrer do tronco, formará as iniciais do futuro marido. A segunda ensina que se deve escrever o nome do pretendente num papelzinho e colocá-lo debaixo do travesseiro, devendo ser retirado somente no dia seguinte. O futuro marido estará seguro. A terceira consiste em colocar uma bacia cheia d'água no terreiro, de forma que possa refletir a luz da lua. O nome do pretendente vai aparecer sobre a superfície da água.

A Igreja comemora a festa de Santo Antônio, de acordo com o calendário litúrgico renovado, em 13 de junho [22]. Além das celebrações religiosas - missas, procissões, terços e novenas - ainda nos dias de hoje, acontecem as festas juninas ou caipiras, que tem suas origens nas tradições portuguesas. Elas começam são sempre nas vésperas, e prosseguem noite adentro até de madrugada, isto porque, os dias 13, 24 e 29 de junho, são considerados dias santos, ou seja, dia de descanso, além do mais, boa parte dos municípios brasileiros são considerados feriados.

Nessas festas a colocação mastros contendo na pontas, afixados panos com a estampa dos três santos - Antônio, João e Pedro -, com fogueiras, ruas enfeitadas com bandeiras, e muita comida - pipoca, canjicas, amendoins torrados, paçoca, batata-doce, bolo de fubá milho verde, cural, pamonha, pinhão cozido - em todo o Grande ABC. As noites frias do mês de junho sugere ainda o queântão - pinga, gengibre, cravo da Índia e açúcar queimado. Apesar de proibidos os balões e foguetes continuam subindo.

Numa boa festa junina também não pode faltar a dança de quadrilha com o casamento na roça, cujos participantes estão vestidos a caráter. A quadrilha tem influência francesa. O jornalista Danton Jobim acentua que a França não influi em nossas gentes apenas pelas suas modas femininas, suas cocotes, seus perfumes, influi por suas idéias, por suas doutrinas políticas, seus poetas, seus livros... [23]. A festa junina é talvez a única festa brasileira que incorpora os diversos tipos de costumes de povos diferentes, ou seja: o caipira cabloco, o caipira preto e o caipira mulato [24]. Esse processo que sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica brasileira, que o sociólogo Antonio Cândido, chama de acaipiramento, ou acaipiração, e que os integrou todos os imigrantes e seus descendentes num conjunto bastante homogêneo [25].

Em 13 de junho, é tradição as pessoas irem as igrejas para apanhar o Pãozinho de Santo Antônio benzido. Esses pães são levados pelos devotos e repartidos entre os membros da família (comunhão), sendo reservado um pedaço para ser guardada, geralmente, dentro de uma lata de arroz para que haja fartura o ano todo. Nesse dias, são doadas cestas de pães para as igrejas, principalmente pelos proprie-



Imagem que representa Santo Antônio, em Assis, no encontro com Serafico Pai, no ano de 1221

tários de padarias, na sua maioria pertencente à colônia portuguesa. Na maioria das igrejas também são distribuídos o Lírio de Santo Antônio, feito de papel crepom ou couchê, símbolo da pureza.

As festas juninas ensejaram diversas cantigas cancionero brasileiro, principalmente as marchinhas de Lamartine Babo, como esta: Com a filha de João/Antônio ia se casar/ Mas Pedro fugiu com a noiva/ Na hora que ia para o altar. A marchinha Chegou a hora da fogueira foi gravada por Cármem Miranda e Mário Reis, em 1938, com arranjos e regência de Pixinguinha; é uma das mais populares: Chegou a hora da fogueira! / É noite de São João... O céu fica todo iluminado / Fica o céu todo estrelado / Pintadinho de balão... / Pensando no cabloco a noite inteira / Também fica uma fogueira / Dentro do meu coração... [26].

Em algumas regiões do Brasil, principalmente na Bahia, o Candomblé associou Santo Antônio ao orixá Ogum ou Ogun, irmão de Exu e de Oxóssi. O Candomblé e a Umbanda são conjunto de cultos de origem afro-brasileira, que se caracteriza por um acentuado sincretismo religioso, tendo incorporado elementos de tradição religiosa como o catolicismo e o Kardecismo [27].

“Os orixás são as divindades trazidas da África para o Brasil pelos negros escravizados. O orixá Ogum está associado ao ferro, divindade dos ferreiros, dos mecânicos dos agricultores, dos guerreiros e de todos os que trabalham ou utilizam o ferro”, explica Dilma de Melo e Silva, professora de Cultura Brasileira da ECA-USP e coordenadora da

“(...)o beato vivia de esmola e vestia-se com camisolão azul...”

Divisão de Educação do Museu de Arte Contemporânea. Ela diz que fez pesquisa na África Ocidental, principalmente em Guiné-Bissau, para sua tese de doutoramento sobre as comunidades africanas e suas influências na cultura afro-brasileira, e acrescenta: “Os orixás foram relacionados com vários santos, pois o que é Santo Antônio no Brasil, pode ser São Jorge, São Benedito, São Gonçalo, em outros países.

O pai-de-santo, José Aleixo, Filho de Osu'n, do Templo de Umbandomblé, localizado no Jardim Santo Antônio, em Santo André, explica que no Candomblé, que tem suas raízes históricas na Bahia, o santo foi associado com o orixá Ogum. Na Umbanda, que surgiu no Rio de Janeiro, Ogum está associado a São Jorge, que também é um guerreiro. “Nos dias atuais tanto a Umbanda como o Candomblé, devido à liberdade religiosa e de expressão já não se tem mais a necessidade de associar os orixás africanos com os santos da Igreja Católica, pois são entidades totalmente diferentes. Os escravos devido a opressão da igreja e de seus senhores cultuavam os seus deuses africanos associando os

“Os soldados atrasados foram pagos, mas o Marechal de Ferro...”

seus nomes com os santos católicos. Assim, Ogum pode ser Santo Antônio ou São Jorge, conforme a região”, explica o pai-de-santo (22). Conforme a região, eles associavam quando vai se cantar para Ogum (Santo André) abre-se com a saudação. No Candomblé, a saudação do orixá Ogum ou Santo Antônio é: Ogum-batacury-ogum-yê e na Umbanda, apenas: Ogum-yê.

São Francisco de Sales (1567 - 1622), doutor da Igreja que escreveu dois tratados [*Introdução à vida devota e Tratado do amor de Deus*] questionava o que são as vidas dos santos senão o Evangelho colocado em prática?. Na relação do calendário litúrgico romano, além de Antônio de Pádua, existem mais cinco o mesmo nome: Antônio, de Nagasaki, que junto com outros santos: Paulo Miki, Luiz Ibaraki e Tomás Kosaki foram martirizados no Japão, em 6 de fevereiro de 1597; Antônio Daniel martirizado com outros companheiros no Canadá em 16 de março de 1649; Antônio Maria Gianelli, presbítero falecido e, 7 de junho de 1846; Antônio Maria Zacaria falecido em 5 de julho de 1539 e Antônio Maria Claret, bispo falecido em 24 de outubro de 1870. Os adeptos da Igreja Católica Brasileira veneram o santo negro, Antônio de Categeró.

Apesar de não ser canonizado, a população católica de São Paulo também venera, Antônio da Rocha Marmo, conhecido também como Santo Antoninho, falecido em 21 de dezembro de 1930, aos 12 anos de idade. Nos fundos do Cemitério da Consolação na Capital, onde ele foi sepultado, localiza-se o escritório da Associação Sanatório que leva o seu nome. A sua espiritualidade também é alvo de estudos pelos kardecistas. É tido como protetor das crianças e dos jovens.

O cearense Antônio Vicente Mendes Maciel, que ficou conhecido popularmente como Santo Antoninho, Antonio Beato ou simplesmente por Antônio Conselheiro foi o líder de um dos maiores movimentos messiânicos ocorrido no Brasil, que provocou um conflito político, social e militar chamado Guerra dos Canudos, no final do século passado, no Interior da Bahia. O jornalista Euclides da Cunha, como correspondente do jornal O Estado de São Paulo, relatou que esse beato vivia de esmola e vestia-se com um camisolão de brim azul, sem cintura, chapéu de abas largas derrubadas e sandálias; apoiando-se num bordão e tendo às costas um surrão de couro, com dois livros religiosos e material para escrever. Andava de cidade em cidade rezando terços e ladainhas e convocando o povo a reforma igrejas e cemitérios e pregando que o mar vai virar sertão e o sertão vai virar mar [28].

Com o passar do tempo, Antônio Conselheiro ganhou vários adeptos que passaram acompanhá-lo nas suas peregrinações até a instalação da cidade santa, em Canudos. Essa atitude passou a preocupar o clero e as autoridades que chegaram até sugere-



No eremitério dos Olivais, em Portugal, dedicado a Santo Antão Abade, o monge Fernando (depois Antônio) ficou sabendo do martírio

rir o seu internamento num sanatório do Rio de Janeiro. Depois de um incidente com a força policial, o governo da Bahia resolveu intervir, mas as tropas militares, por duas vezes, foram derrotadas pelos jagunços do Conselheiro. Diante do agravamento da situação o governo federal resolveu enviar uma expedição regular ao interior da Bahia, que também foi derrotada. A última expedição, a quarta e maior de todas, combateu os jagunços de 25 de junho até 5 de outubro de 1897, quando morreram os últimos quatro defensores de Canudos. Antônio Conselheiro, no entanto, teve morte natural em 22 de setembro, ou seja, 12 dias antes do final da campanha.

Antônio, o Beatinho, acólito e auxiliar do Conselheiro, um mulato claro e alto, excessivamente pálido e magro, como escreveu Euclides da Cunha, ao ser interrogado pelas autoridades militares para saber onde estava enterrado o seu líder, tranquilo, rodando lentamente o gorro nas mãos com um olhar sereno, respondeu:

- O nosso bom Conselheiro está no céu..

NOTAS

- [1] GARBELOTTO, Oscar. *Imagens vênetas*. In: *Raízes*, julho de 1991, nº 5, p. 27.
- [2] PATRÃO, Jayme da Costa. *Era uma vez... (crônica de uma época)*. Revista *Raízes*, janeiro de 1991, nº 4, p. 39.
- [3] SANTOS, Wanderley dos. *Antecedentes históricos do ABC Paulista: 1550 - 1892*. São Bernardo do Campo, Sece, 1992, p. 147.
- [4] MEDICI, Ademir. *São Bernardo: seus bairros, sua gente*. São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação e Cultura, Esportes, 1984, p.92.
- [5] *O menino em questão é o autor da presente artigo*
- [6] MEDICI, Ademir. *Miração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. São paulo, Hucitec; São Caetano do Sul, Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1993, p. 231.
- [7] *Entrevista concedida pelo presidente da Câmara de Igarapé, vereador Ademar Soares de Barros, ao jornalista, em 2 de maio de 1995.*
- [8]. “Santo Antônio é o vereador mais velho de todo o Brasil”. *Notícias Populares*, 21 de junho de 1969, p.3.
- [9] Trezena de Santo Antônio. 19». ed. Petrópolis, Vozes, 1962.
- [10] *O Santo de todo o mundo*. O Mensageiro de Santo Antônio, nº 2, fevereiro de 1984, p.10.
- [11] *Devocionário de Santo Antônio*. 3ª ed. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, s.d.

[12] Agostinho, Santo. *Confissões: De magistro (Do Mestre)* 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

[13] MONTEIRO, Geraldo e DE ROMA, Giuseppino. *Ano Antoniano, Oitavo Centenário do Nascimento (1195 - 1995)*. Cavaleiro da Imaculada - Revista de Apostolado, ano 17, nº 1-2 (193-4), janeiro-fevereiro, 1995.

[14] *Colaboração do leigo Benedito Pavani, de São Caetano do Sul.*

[15] PINTONELLO, Aquiles. *Os papas: síntese histórica, curiosidade e pequenos fatos*. 2ª ed. São paulo, Paulinas, 1986.

[16] MARTINS, José da Silva. *Santo Antônio de Lisboa, de Coimbra, de Pádua e de todo o mundo*. O Estado de São Paulo, 28 de maio de 1983, p.28.

[17] *Mensagem do papa João Paulo II para o VIII Centenário do nascimento de Santo Antônio*. L'Osservatore Romano, 6 de agosto de 1994.

[18] MONTEIRO, Geraldo e DE ROMA, Giuseppino. *Santo Antônio - Vamos conhecer a vida de um grande santo*. 2ª ed. Santo André, ed. O Mensageiro de Santo Antônio, 1995.

[19] *A cidade de Leiden aportuguesada por Leila, próxima a cidade de Haia possui uma população aproximada de 110 mil habitantes e sua economia está baseada no seu parque gráfico e editorial, indústrias têxteis e alimentos*. A sua universidade data de 1575 e suas igrejas são dos séculos XIV e XV.

[20] PETROLI, Valdenzio. *Em controle, a realidade brasileira*. Em 10 Estados, a busca de integração (série Projeto Rondon 78). *Diário do Grande ABC*, 31 de janeiro de 1978, p.2.

[21] MIRANDA, Salmo de Floriano. *Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora*, 1963.

[22] SGARBOSSA, Mário e GIOVANNINI, Luigi. *Um santo para cada dia*. 7ª ed. São Paulo, Paulus, 1983.

[23] JOBIM, Danton. *Espírito do Jornalismo*. São Paulo, Edusp - Com-Arte, 1992.

[24] PIRES, Cornélio. *Conversas ao Pé do Fogo - Estudos, Histórias, Contos, Anedotas, Cenas da Escravidão*. São Paulo, (s.ed.), 1921.

[25] CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 2ª Ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1971. [2 6]

Nova História da Música Popular Brasileira (Lamartine Babo). São Paulo, Abril Cultural, 1970.

[27] *Guia Ecumênico*. Coleção de Estudos da CNBB. São paulo. Edições Paulinas, 1984.

[28] CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. São Paulo, Circulo do Livro, sd.

(*) Valdenzio Petrolli é jornalista e advogado. É membro Ucbc - União Cristã Brasileira de Comunicação Social e da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

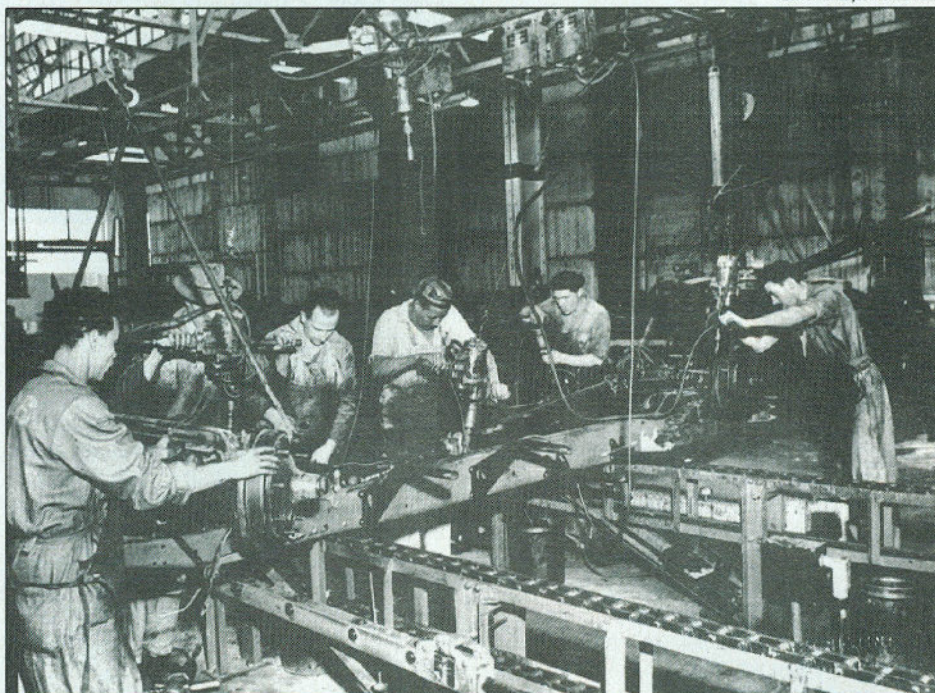
A memória do caminhão brasileiro trafega pelo ABC

José Roberto GIANELLO (*)

Acervo: Fundação Pró-Memória

Nenhum brasileiro imaginaria em 1908, que a evolução do automóvel iria provar que a utilização de outro tipo de veículo motorizado, fabricado exclusivamente para o transporte de carga, faria concorrência às onipotentes composições da São Paulo Railway ou da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. No dia 16 de abril de 1908, é realizada a primeira viagem São Paulo - Santos sobre quatro rodas de borracha. Nessa época a região do ABC era apenas o município de São Bernardo, com seus 817,5 km de extensão e oferecia seu bucólico cenário para esta viagem histórica.

À bordo de um automóvel Moto-bloc 30 C.V. de força, quatro paulistanos: Antonio Prado Junior, Mario Cardim, Clóvis Glycério e Bento Canabarro, partem pela estrada do Vergueiro rumo à Santos. Até o Rio Grande (atual distrito do Riacho Grande) posteriormente engolido pela represa Billings, não há muitas dificuldades. Os problemas começam com os atoleiros próximo ao alto da serra e os batateiros de São Bernardo se assustam com aquela máquina diabólica e é preciso que a providência divina em forma de carretão, (naquela época transportando madeira para a nascente indústria moveleira de São Bernardo) puxem com seus animais aquele estranho veículo para fora do lamaçal.



"Flagrante da linha de montagem de caminhões da General Motors, década de 50".

Esó assim, sucessivamente, com a ajuda dos leñhadores de São Bernardo, o carro chega ao alto da serra. Começa a descida, rumo ao mar; os pioneiros do automobilismo encontram agora grossas pedras descalçadas, restos de pavimentação colonial do antigo Caminho do Mar, troncos de árvores, pedras estouradas à força de dinamite, enfim toda a ruína da antiga Estrada da Maioridade, abandonada desde a inauguração da estrada de ferro São Paulo Railway, em fevereiro de 1867.

**“Antes de chegar à
Presidência da República
e criar o termo
rodovia, Washington Luiz...”**

E chegando na Baixada Santista, a constatação de que a estrada de ferro ainda era dona da situação, pois sobre aquele pantanal a Inglesa como era conhecida a estrada de ferro, já se apoderara do famoso aterro feito em Cubatão, em 1827, afim de nele assentar os seus trilhos (1).

Na alvorada do século XX, a buzina dos automóveis, semelhante àquela utilizada pelo saudoso Chacrinha, acordava os chefes de governo para a tarefa de abrir estradas para o progresso e a civilização. Arthur Rudge Ramos constrói em 1913, o moderno Caminho do Mar utilizando a denominação colonial da antiga estrada de Anchieta, e nesta época encontra o futuro criador do Sistema Rodoviário Nacional: Washington Luiz Pereira de Souza, no seu primeiro passo que um dia justificaria o seu lema: “Governar é abrir estradas”. Antes de chegar à Presidência da República e criar o termo rodovia, Washington Luiz ainda está assustado com o automóvel e cauteloso com a ferrovia, e assim se expressa numa petição ao Secretário de Agricultura “... sabendo que este veículo não é um concorrente perigoso da estrada de ferro, e é antes um auxiliar indireto, devemos concluir que fazer boas estradas, para todo o ano que permitam o trânsito dos automóveis é um dever geral nesse momento de progresso da viação...”. Abre-se o sinal verde para o transporte rodoviário assumir a função de veículo da cultura e civilização. Substituir o carro de boi pela carroça motorizada constitui-se num processo lento e difícil pela precariedade das estra-

das na década de 20, e pela própria velocidade do processo de industrialização do país, sendo que somente a partir da década de 30, foram implantadas as primeiras linhas de produção destinadas a montar caminhões importados em caixotes. Durante três décadas, a partir dos anos vinte, três fábricas montavam caminhões no Brasil: A Ford Motor Company, a Internacional Harvester, e a General Motors. A Ford instalou sua primeira linha de montagem em 1º de Maio de 1919 a fabricação do célebre automóvel Modelo T, apelidado pelos brasileiros de Ford Bigode mas só em 1924 enveredaria pela área de caminhões e tratores.

“Após a década de 50, outras fábricas passariam a montar caminhões na região do ABC...”

A General Motors, por sua vez, instalara em um armazém alugado na avenida Presidente Wilson, no bairro do Ipiranga, sua primeira linha de montagem de veículos comerciais e automóveis, e a Internacional Harvester fundada em 26 de maio de 1926, abria suas instalações para a montagem de caminhões importados, em Santo André. Após a década de 50, outras passariam a montar caminhões na região do ABC: Mercedes Benz e Scania Vabis.

A General Motors em 1929, transfere suas instalações do bairro do Ipiranga em São Paulo, para o então distrito de São Caetano. Nesta época o crack da Bolsa de Nova York, quebra o processo evolutivo do mercado de caminhões provocando desastre maior na economia brasileira que tinha no café, um



“Abril de 1936 - Sai da linha de montagem da General Motors de São Caetano o milésimo veículo produzido. O Caminhão Chevrolet Gigante”.

produto que o mercado deixou de comprar, sua quase exclusiva fonte de recursos externos, e como consequência política desta crise, a década de 30 começa com uma revolução, gera o movimento constitucionalista de 1932, provocando o desbaratamento de energias e riquezas numa estrutura cheia de falhas e agravando o problema dos precários transportes ferroviários e rodoviários. Neste contexto, o atraso e as deficiências do sistema ferroviário transferem para o caminhão crescentes

responsabilidades nos transportes de cargas no país.

Só no final da década de 30, exatamente em 1938, com o início da II Guerra Mundial surge o marco de uma nova era na industrialização do Brasil: A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a usina de aço de Volta Redonda. Instalada em 1941, contiu-se na época, no maior feito da história econômica e industrial do Brasil, lançando as condições para a expansão da atividade industrial e preparando a infra-estrutura para a indústria automobilística brasileira. Ainda nesta época, trafegava pelas precárias estradas rodoviárias de terra batida, 90% dos caminhões de procedência americana, além dos Ford e Chevrolet, os Fargo, e De Soto, da Chrysler.

A batalha contra a ferrovia ainda não fora vencida, só aos poucos uma civilização fundamentada no aço e no carvão vai perdendo a guerra contra o petróleo e o veículo automotor, numa velocidade que os ciclos do carvão e locomotiva jamais haviam conhecido ou previsto.

“Assim em 1954, o diretor da General Motors do Brasil anuncia o plano para a...”

Na necessidade de interiorizar a economia brasileira e ocupar o vasto território brasileiro, na medida em que a rede ferroviária só servia uma estreita faixa litorânea, e o reaparelhamento da estrada de ferro exigiam elevados investimentos e dependiam de grandes empréstimos no exterior, criavam assim condições propícias para que Getúlio Vargas,

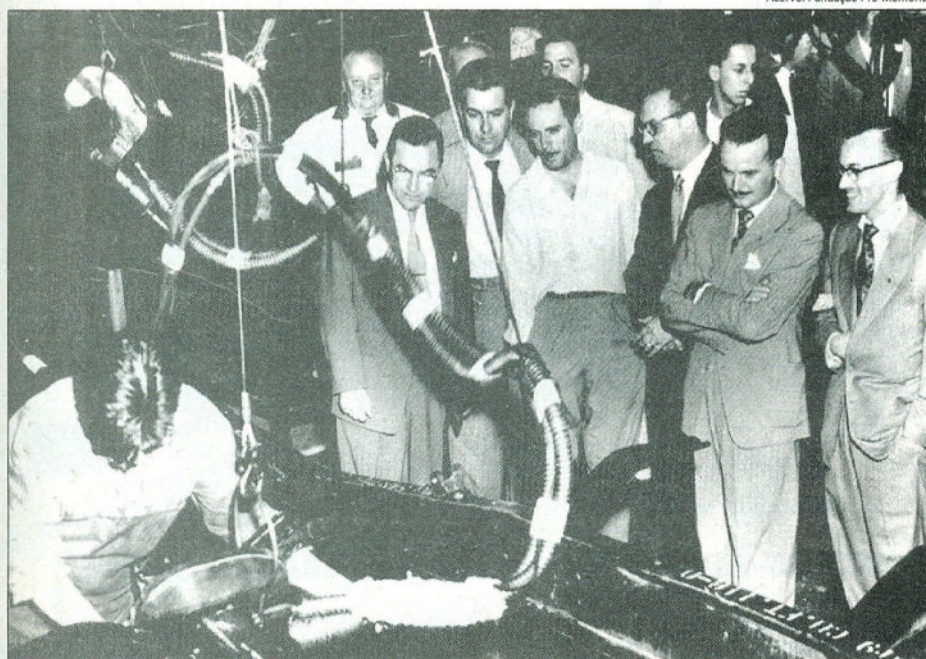


Foto de 1954. O prefeito Anacleto Campanella visita as instalações da General Motors do Brasil. Podem ser identificados da esquerda para a direita: Sr. Berner, (funcionário da GM); Sr. Maurício Simon (Relações Públicas da GM); (?) encoberto; Jayme da Costa Patrão, Anacleto Campanella (Prefeito Municipal); Walter Tomé, Antonio Margarido (Diretor Tesoureiro da GM); Cristovão Miguel Sanches, Ivo Pelegrino e João Cambaúva.

criasse em 1951, a primeira Comissão de Desenvolvimento Industrial, gênese do GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística) e da atual Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores). Assim em 1954, o diretor da General Motors do Brasil anuncia o plano para a fabricação de caminhões no Brasil, com peças nacionais e transfere suas instalações de montagem de caminhões para São José dos Campos.

A Internacional Harvester de Santo André, também ingressou nos planos do GEIA, e lançou em setembro de 1958, seu caminhão nº 184. Esta fábrica encerrou suas atividades em 4 de abril de 1967, passando as instalações para a Chrysler do Brasil montar os caminhões Dodge.

Em São Bernardo do Campo, outro acontecimento derivado do GEIA acontecia. Um ex-oficial polonês chamado Alfred Jurzykauský em visita ao Brasil, para tratar de fabricação de chocolates, vislumbrou a possibilidade de fabricar caminhões e transformou suas idéias em fatos, aproximando-se da Daimler-Benz da Alemanha, que já possuía uma filial em São Paulo desde outubro de 1953. Resultado: Em 25 de setembro de 1956, era inaugurada a fábrica da Mercedes-Benz no Km 16 da Via Anchieta e lançado o primeiro caminhão nacional com motor também nacional, fundido pela Sofunge em sua fábrica no bairro da Lapa, em São Paulo.

“Essa fábrica foi inaugurada em 7 de julho de 1962, com a presença entre outros de...”

A poucos quilômetros da Mercedes-Benz outra fábrica de caminhões surgia no Km 21 da Via Anchieta: A Scania Vabis, e que era representada no Brasil desde 1950, pela distribuidora Vemag passa a montar seus próprios caminhões. Essa fábrica foi inaugurada em 7 de julho de 1962, com a presença entre outros de João Goulart, então Presidente da República, além do Governador de São Paulo, Carvalho Pinto, e do Prefeito de São Bernardo do Campo, Lauro Gomes de Almeida.

Em 1972, a Scania-Vabis passou a denominar-se Saab-Scania do Brasil.

Posteriormente, até a década de 80, outras fábricas começaram a operar no ABC. A Volkswagen Caminhões assume o controle da Chrysler, que até então montava caminhões Dodge nas instalações que fora da Internacional Harvester. Mas esta é uma outra história que deverá tráfegar na memória dos pesquisadores do terceiro milênio, com todos os caminhões da Agrale, Ford, General Motors, Mercedes Benz, Scania, Volks, Fiat, Volvo, etc., tráfegando pela memória e pelos mesmos caminhos dos pioneiros de 1908.



Na foto comemorativa do caminhão Chevrolet nº100.000, a comparação entre os modelos de 1924 (à esquerda) e o modelo 1942-46 (à direita)

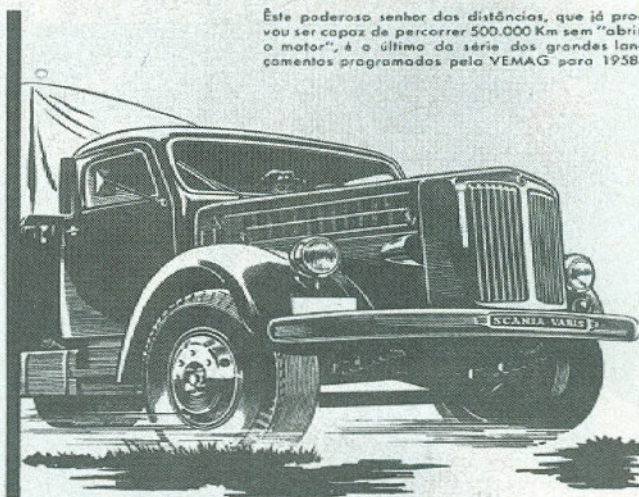
O REI DA ESTRADA SCANIA-VABIS AGORA É BRASILEIRO!

Nacionalizado, com todos os direitos de um campeão, pela VEMAG - pioneira da indústria automobilística na América Latina

E ESTAS SÃO SUAS CREDENCIAIS

- Construído para os mais pesados serviços, as mais longas distâncias e as piores estradas...
- Cada peça é feita especialmente para os mais severos esforços...
- Motor de 150 H. P. Super Potente-Diesel...
- Transmissão sincronizada e direção suave dão ao motorista sensação de dirigir um carro de passageiros...
- Carga limpa máxima, recomendada pela fábrica: Caminhão - 8.450 Kg. Cavoio Mecânico, capacidade de tração total - 35.000 Kg.
- Super-econômica sob todos os aspectos...

E um gigante sobre rodas



Este poderoso senhor das distâncias, que já provou ser capaz de percorrer 500.000 Km sem "abrir o motor", é o último da série dos grandes lançamentos programados pela VEMAG para 1958.

OS REVENDEDORES VEMAG EM TODO O PAÍS

já têm o

SCANIA-VABIS



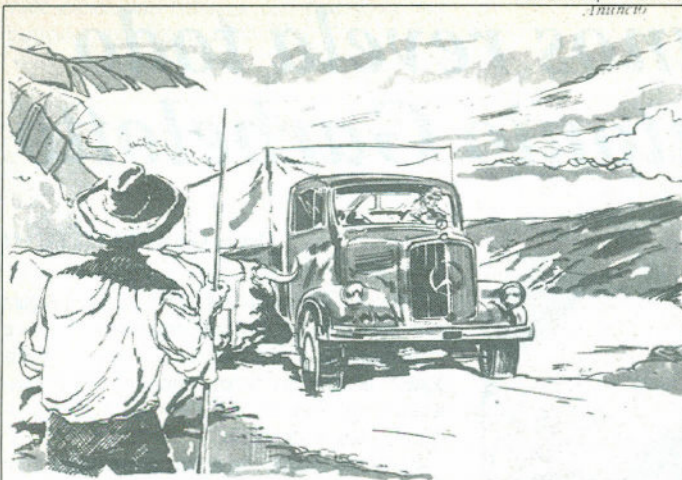
O REI DA ESTRADA



Fabricado no Brasil pela
VEMAG S. A. - Veículos e Máquinas Agrícolas


SÃO PAULO - BRASIL

Em Agosto de 1958, a Scania Vabis, procura demonstrar o grau de nacionalização dos seus caminhões. *Revista Seleções* / Agosto de 1958).



BRASILEIRO COMO O PÃO DE AÇÚCAR!

Com um sabor gostoso de coisa nossa, o Pão de Açúcar faz lembrar o que há de mais autêntico neste Brasil: as terras, as gentes, as tradições...

 NASCENDO aqui e respirando o mesmo ambiente, a Mercedes-Benz do Brasil teve como terra natal São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo. A Daimler-Benz contribuiu com a técnica e a experiência alemã, mais de 70 anos em todo o mundo. O motor Diesel que impulsiona os caminhões brasileiros Mercedes-

Benz é fabricado aqui, por engenheiros e técnicos brasileiros. São 500 diferentes indústrias nacionais que colaboram nesse imenso trabalho, ajudando a economizar divisas para o Brasil. Por isso a Mercedes-Benz pode dizer, com justo orgulho, que o seu motor Diesel é realmente tão brasileiro como o Pão de Açúcar!

Condensado de um anúncio da Mercedes-Benz do Brasil S.A.

Na publicidade do Caminhão Mercedes-Benz (Abril de 1959) a ênfase à nacionalização das peças e motor, tão brasileiros como Pão de Açúcar. Revista Seleções (abril de 1959).

Fabricados em Sto. André - S. Paulo



International N-184
BRASIL

DIA E NOITE POR TODO O BRASIL..

De norte a sul... de leste a oeste... nas mais modernas rodovias... nas mais difíceis estradas... os *International N-184*, servindo à indústria e ao comércio, são um atestado dinâmico da real contribuição da International Harvester Máquinas, S.A. no equipamento do parque rodoviário nacional. Produzindo e nacionalizando os robustos e versáteis *International N-184*, a International Harvester orgulha-se de poder servir a todos aqueles que fazem circular as riquezas do país com o *melhor caminhão brasileiro* na classe de 10 toneladas.

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S. A.

RIO — SÃO PAULO — PORTO ALEGRE



Publicidade do Caminhão Internacional N-184, publicada na revista Cruzeiro, de 16 de Abril de 1960.



Neste Modelo de Caminhão Chevrolet 1925, foi usado durante anos por um carvoeiro de São Caetano, até a década de 50

Bibliografia

- (1) Gattás, Ramiz - *A Indústria Automobilística e a 2ª Revolução Industrial no Brasil*. S. Paulo, Editora Prelo - 1984;
- (2) Gonçalves, Verginoud Calazans - *A História do Automóvel no Brasil*. São Paulo, Boa Leitura Editora II Volume - 1965.
- (3) Revista Carga, Ano I, nº 12, 1985 [Editora Almeida Harris Ltda].

(*) José Roberto Gianello é sociólogo, trabalha na Fundação Pró-Memória de São Caetano; integra também o Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC (Gipem).

Empresa de 80 anos revela todo pioneirismo de Antonio Garbelotto

Oscar GARBELOTTO (*)

Paisagem indomada, onde o trabalho físico exigia muito de seus habitantes, São Caetano representou um desafio que poucos tiveram fibra para superar. Pioneiros de vontade férrea souberam vencer os obstáculos, partindo praticamente do nada, abrindo o caminho para o desenvolvimento futuro. Dentro dessa epopéia destaca-se a família Garbelotto que começou na agricultura, passando pela vinicultura, olaria firmando-se no comércio de bebidas.

Acervo: Garbelotti & Cia



Antonio Garbelotto, o fundador da atual empresa Garbelotti & Cia., em foto da década de 30.

homens das derrubadas das matas e capoeiras para extrair lenha, a eles que erguiam fornalhas e mais fornalhas para a queima dos tijolos, a todos aqueles homens que deram o máximo da sua existência em prol das grandes chaminés de hoje, a todos eles, nossa admiração."

Cidade de trabalho duro, mas bem simples. "Em São Caetano, as pessoas todas se conheciam. As ruas eram conhecidas pelo nome de seus moradores. Todos eram amigos" afirmou Caserio Veronesi [3]. E continua o mesmo autor falando sobre São Caetano: "...no verão, um dos espetáculos mais lindos, era o canto dos pássaros, das cigarras, dos grilos... O silêncio imenso e todos esses mágicos sons chegavam até nós como uma melodia infindável. "Os adultos, normalmente, trabalhavam aos domingos, o dia todo e passavam o tempo livre nos armazéns de secos e molhados, nas vendas, reunidos com amigos, onde eram organizados verdadeiros torneios de bocha, tre-sette, scapone, jogo de moça, etc." [4].

Neste período, o panorama bucólico da jovem

"Foi nesse ambiente que o autor Nicola Perrella passou..."

vila começou a mudar com a chegada das fábricas. A Formicida Paulista em 1890. Pamplona, Sobrinho e Cia.; Cerâmica Privilegiadas do Estado, em 1912; Refinaria de óleos Brasil, em 1913; e a The Anglo Brazilian Gorging Stell em 1912. [5]

Era natural a absorção de mão-de-obra dos colonos pelas indústrias. Diante do trabalho duro e mal remunerado das olarias, que mal dava para sustento do próprio dono e seus familiares, a indústria foi o caminho procurado. Referindo-se aos oleiros e seus constantes prejuízos, Nicola Perrella afirmou que, nessa fase, ninguém era rico em São Caetano [6].

Ali estava a verdadeira situação da vila de São Caetano por volta de 1914: pequena, pobre, oferecendo trabalho pesado e nem sempre compensador. Em seu aspecto urbano não era diferente. Oito ruas situadas em torno da igreja, cinco outras em torno da estação da estrada de ferro e outras três ou quatro que, da estação, estendiam-se pelo resto da colônia. Moradores, mesmo em pequeno número, aglutinavam-se no hoje bairro da Fundação, até um pouco acima da estação, onde seria a atual rua João Pessoa. Sítios esparsos, quebravam a monotonia das matas que cobriam a quase totalidade do território caetanense.

Significativo é o relatório estatístico de 1893, sobre São Caetano, pertencente ao Arquivo do Estado que aponta a existência de quarenta prédios, dois sobrados e três escolas: uma masculina, com

1 A cidade de São Caetano em 1914

1914: São Caetano, ainda quase uma simples colônia, continuava sua pacata vida. Pacata, mas dura e difícil. Predominavam, ainda, as atividades produtivas voltadas para a terra: as olarias, em primeiro lugar; depois, a já decadente produção de vinho e, finalmente, a cultura de alimentos e a fabricação de carvão.

Nicola Perrella descreve, com emoção, as difi-

culdades dos homens do barro e da argila daquela época [1]. Eram os caçambeiros, pipeiros, e os tijoleiros. Geralmente, mão-de-obra da mesma família. O pai, dono da olaria, trabalhava ao lado de seus familiares, inclusive mulheres e crianças. Era a difícil luta pela subsistência. O trabalho nas olarias começava sempre às 3 horas da madrugada e não tinha hora para terminar. Foi neste ambiente que o autor Nicola Perrella passou sua infância. Compreende-se sua emoção ao dedicar sua primeira obra "com preto de admiração e respeito aos homens do Barro e da Argila", na introdução [2].

"Aos oleiros, pipeiros, tijoleiros, caçambeiros e aos homens das rosetas ou carros de boi, a estes homens, tal como ao soldado desconhecido, a esses pioneiros de toda uma luta, verdadeiramente podíamos dedicar-lhes a glória de uma epopéia.

A eles, que na realidade, partiram quase da estação zero, a esses homens abnegados das veredas e depressões, dos caminhos das várzeas entre as tórbidas e o barro, a esses incógnitos que marcaram época em nosso São Caetano de ontem, a eles que cavaram fundo para nossas indústrias oleiras, aos

vinte alunos, uma feminina, com dezesseis e uma particular, com dezoito alunos [9].

2 A importância da década de 1910

Foi na década de 1910 que começaram a surgir condições mais propícias para um crescimento mais acelerado. A lei de incentivos fiscais nº 95, de 16 de setembro de 1911, da Câmara Municipal de São Bernardo foi um desses fatores. Com ela cresceu a indústria e o comércio ao longo da década. Gino Foratini fez crescer seu armazém, diversificando suas ofertas; o primeiro cinematógrafo, precursor do cinema, surgiu em 1916, pela iniciativa de José Golfetti, na rua Heloísa Pamplona de hoje. Na rua que corresponde a atual rua Perrella, surgiu outro cinematógrafo, de Arthur Gianotti & Irmãos, mais moderno, com botiquim, diz Ademir Médice [10]. Francisco Fiorotti (82 anos) e Egidio Scarpato (87 anos) frequentadores desses cinemas indicam como local deste último, o prédio da família Barille que, posteriormente, abrigaria o Clube Ideal e o Lázio.

Novas olarias, padarias, a criação do Distrito de São Caetano em 1916, o primeiro jornal - O Progresso - em 1915 e a chegada da iluminação elétrica em 1915, indicavam o progresso da pequena vila.



Antonio Garbelotto (com seu característico chapéu) convalescia em Santos, em 1937. Na foto ele e sua esposa Anna (à direita) recebem a visita da sobrinha Antonia Dal'Mas, seu marido Victório e o filho Italo.

3 A Família Garbelotto

Radicada desde 1877 no lote nº 2 do Núcleo Colonial, como todos os colonos italianos, iniciaram o trabalho agrícola, neste e em outros lotes então adquiridos, produzindo para o sustento familiar e para renda. O vinho foi parte da produção em caráter comercial.

Em 1890, faleceu o patriarca da família, Antonio Garbelotto. Entre seus filhos estava um de oito anos, também de nome Antonio, e o filho mais velho, Giacomo, com dezoito anos, ambos trabalhando na olaria do pai, o negócio que substituiu a agricultura.

Acervo: Fundação Pró-Memória



Família de Antonio Garbelotto em 1937, publicada no Álbum de São Bernardo. Sentados, da esquerda para a direita: Thereza Piccollo, Angela, Antonio, Anna, Maria, Inês. De pé: Arthur, João, Serena, Albertina, Victorino e Firmino. Crianças: Wilma e Oscar (filhos de Arthur e Thereza) e Antonio, o caçula

“Em seu aspecto urbano não era diferente. Oito ruas situadas em torno...”

A olaria dos Garbelotto situava-se no lote nº 27, anteriormente de Pietro Pessoti, e adquirido por Antonio em 1881. Corresponhia a toda área atrás da capela, limitando-se pelos rios Meninos e Tamandateí. Administrada pela viúva Angela Gobbo Garbelotto, com a participação de todos os filhos, inclusive o pequeno Antonio.

Em 1904, Antonio, o caçula, já com 22 anos, casou-se com Anna Scartozzoni que pertencia a família estabelecida, na cidade, com serraria e carpintaria. Ao final deste mesmo ano, nasceu o primeiro filho do casal, Arthur. Nesta época, Antonio continuava o negócio do pai. A olaria produziria ainda por muitos anos.

4

O novo comércio de Antonio Garbelotto



Antonio de Paula Ramos (o espanhol), antigo empregado de Antonio Garbelotto, conduzia o carroção que durante longo tempo foi o único veículo de distribuição das bebidas. A carroça simples, de duas rodas, foi o meio de transporte anterior. A foto, sem data, mostra o dedicado espanhol conduzindo as mulas Nina e Negra.

Foi naquele começo de manifestação de crescimento comercial que Antonio Garbelotto iniciou o negócio de bebidas, em 1914.

Segundo Firmino Garbelotto, o sétimo filho de Antonio e Anna, um alemão de nome Mok, transferiu uma concessão da Cia. Antártica que possuía no Largo da Matriz (Velha) a seu pai, quando resolveu voltar à Alemanha. "Ele deu a concessão e foi embora para a Alemanha, para ajudar seu país na Primeira Grande Guerra. Nunca mais voltou" [11].

O novo negócio não apresentava grande renda naquela época. Portanto, Antonio continuou com a olaria, onde seu primeiro filho Arthur, então com dez anos, trabalhava no transporte de barro, das várzeas, que cercavam os rios, para os fornos. Antonio, por sua vez, periodicamente, percorria, com pequena carroça, a pequena São Caetano e a Vila

"Em São Caetano todas as pessoas se conheciam. As ruas eram conhecidas..."

Bela, oferecendo bebidas da Antártica. Victorino, em recente depoimento, à Fundação Pró-Memória, lembra a grande dificuldade de seu pai em vender cervejas. Afinal, em São Caetano tinha só italianos

que bebiam apenas vinho. Já na Vila Bela, habitada mais por húngaros, alemães, a cerveja tinha mais aceitação e, em dois ou três armazéns, a oferta era bem consumida.

A evolução de São Caetano foi lenta, e, na década de 20, começou alguma melhora no comércio de cervejas e refrigerantes.

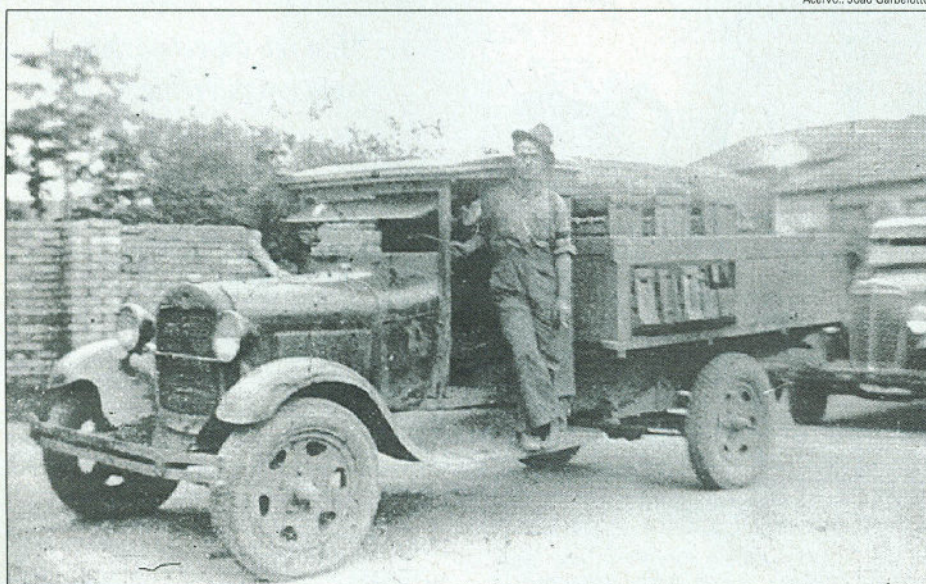
Já nesta década, a olaria de Antonio Garbelotto foi desativada e o comércio de bebidas passou a exigir mais atenção de Antonio e seus filhos mais velhos, Arthur e Firmino. Este último nascido em 1916. Uma carroça, um carroção (de dois eixos) e um pequeno Ford já compunham a pequena frota dos Garbelotto.

Com o passar dos anos, já no início da década de 30, a grande família de Antonio, composta de dez filhos, cinco homens e cinco mulheres, participava ativa e duramente do sustento familiar. Os

homens adultos, todos no comércio de bebidas, ora como motoristas, ora como simples ajudantes de seus próprios irmãos. As mulheres trabalhavam em indústrias locais, particularmente na Matarazzo. Desde 1928, Thereza Piccolo, esposa do filho mais velho, Arthur, era eficiente colaboradora na parte administrativa da pequena empresa, participando dos serviços internos. A família crescia, as necessidades também. Todos, até as crianças, participavam do trabalho.

Olindo Quaglia, 88 anos, também em relato à Fundação Pró-Memória, lembra de grande disposição para o trabalho e do desprendimento de Antonio Garbelotto, na verdadeira luta que era o comércio de bebidas, ao relatar a seguinte passagem: "...no início dos anos 30, tinha ele um bar no Esporte Clube Lázio, na rua Rio Branco. Algumas vezes, aos sábados, o salão era alugado para festas de casamento. Nestas ocasiões ele é quem servia as bebidas para os convidados. Quando seu cálculo não estava correto, o que frequentemente acontecia em casamentos do pessoal da Vila Bela - corria de madrugada procurar o Garbelotto em busca de cervejas. Antonio levantava-se, atrelava um cavalo à carroça e partia para servi-lo e não deixar a festa terminar por falta de bebida. Só mesmo naquela época..."

Victorino Garbelotto, no depoimento citado, é categórico em afirmar que eram grandes as dificuldades e os sacrifícios pessoais que os irmãos enfrentaram na empresa, apesar do constante crescimento. Deixa antever, como circunstância, a própria época, quando era difícil estudar, e os lucros não eram tão generosos quanto os sacrifícios impostos pelo trabalho. Afinal, cervejas e refrigerantes eram consideradas marcadoras supérfluas para uma população de renda apenas mediana, naquela época. Hoje, São Caetano consome em média quase 300 mil dúzias por mês. "Cerveja na mesa parece que é obrigação", afirma para enfatizar seu pensamento. O período pós-Segunda Guerra e o ano de 1964 é apresentado por ele como os impulsos maiores do consumo.



1938 - Firmino (ao volante) e seu irmão João, no Fordinho da década de 20, estacionado no terreno da empresa.

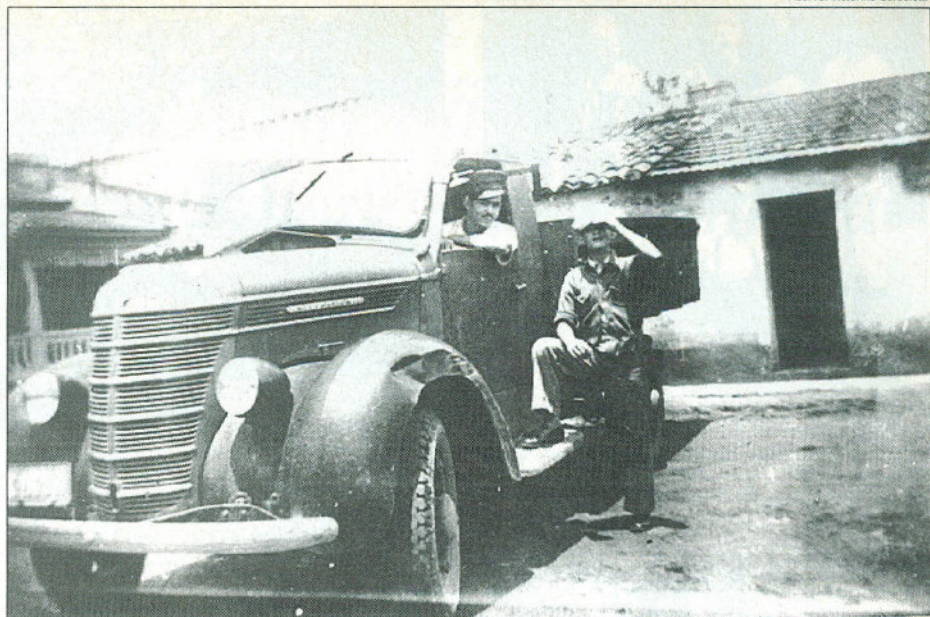
Com ela cresceu a indústria e o comércio ao longo da década..."

50 Grande Legado

Os passos iniciados por Antonio Garbelotto, continuam, após 80 anos, a serem dados pela família, numa sequência de boas e más recordações, fruto, primeiro, da união e convergência de objetivos de seus cinco filhos: Arthur, Firmino, João, Victorino e Antonio. Todos foram empresários, mas também operários de seu próprio negócio. Todos enfrentaram o trabalho árduo; carregavam caixas nos ombros, dirigiam as carroças e caminhões, faziam as encomendas e entregas. Enfrentavam chuvas, o sol, o frio e o calor, no vai e vem de mercadorias. Muitas vezes não descansavam aos domingos, particularmente numa época quando o domingo era diferenciado, apenas, porque havia a missa matinal.

O certo é que Antonio e seus cinco filhos deixaram um legado insubstituível de grandeza, arrancada a duras penas do trabalho e da honradez.

Antonio, além de comerciante, foi cidadão ativo e respeitado na cidade que teve seu pai como um dos fundadores. Cidade que o viu nascer em 13 de junho de 1882. Orgulhava-se muito de São Caetano e retribuía com atividades que foi desde a fun-



1940 - João (no volante) e seu irmão caçula, Antonio, constituía uma das duplas responsáveis pelo atendimento de parte da cidade. Ao fundo depósitos que serviam para a guarda de bebida.

dação do São Caetano E.C., em 1914 (onde dedicou-se até falecer, em 1938) até a intensa participação na Príncipe di Nápoli, na diretoria e como componente da Banda Casa de Savoya.

Falecido exatamente em 12 de janeiro de 1938, deixou como sucessores sua mulher Anna e cinco filhos: Arthur, Firmino, João, Victorino e Antonio. Todos seguiram os passos do patriarca e souberam dar continuidade iniciada em 1914. Alguns, já faleceram: Arthur, Firmino e Antonio. Os demais, João e Victorino, juntos com netos de Antonio continuam, no mesmo lugar da rua 28 de julho, agora ampliado, o negócio do vinho.

O exemplo de trabalho e persistência diante das dificuldades frutificaram. E Antonio, em sua altiva e elegante figura, andar pausado, chapéu escuro e amassado à cabeça. "Parecia que ele sempre amas-

"Afinal, em São Caetano tinha só italianos que bebiam apenas vinho..."

sava o chapéu antes de colocá-lo na cabeça", diz ainda hoje Bernardina D'Agostini), deve estar satisfeito com sua empresa que completa oitenta anos, em julho de 1994.

A parceria dos Garbelotto com a centenária empresa Antarcctica, muito mais do que uma união de interesses comerciais, demonstra pelo longo tempo de existência, outros laços, que as palavras nunca poderão explicar. Talvez a fé e o amor ao trabalho do pioneiro Antonio Garbelotto, sejam as raízes, fortes e inabaláveis, que sustentam a feliz convivência.

Acervo: Victorino Garbelotti



Firmino (E) e Victorino Garbelotti, posam junto ao velho Internacional adquirido de Julio Marcucci na década de 30. Sentado em cima da carga, Antonio de Paula Ramos. (1936 mais ou menos).

Referências

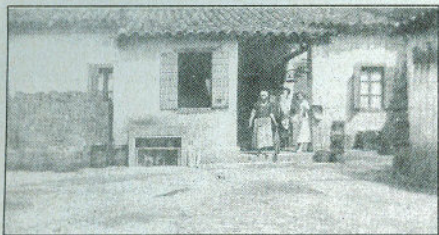
- 01 - Perrella, Nicola - "Entre as torbas de São Caetano" pgs. 62, 70, 71 e 72. Ed. Alarico, 1961.
- 02 - Perrella, Nicola - ob.cit. - "Homenagens", s/n.
- 03 - Veronezi, Casério - Razes nº 2, pag.48 - PMSCS - 1989
- 04 - Veronezi, Casério - ob.cit., pag. 48.
- 05 - Martins, José de Souza - "A imigração e a crise do Brasil Agrário" - pgs.162/163 Pioneira, 1973.
- 06 - Martins, José de Souza - ob.cit., pag.160
- 07 - Martins, José de Souza - ob.citado, pag.165
- 08 - Veronezi, Casério - ob.cit. - pag.50
- 09 - Médice, Ademir - Migração e Urbanização, pag.43, PMSCS. fl.43
- 10 - Médice, Ademir - ob.citada, pag.52
- 11 - Médice, Ademir - ob.citada, pag.154

(*) Oscar Garbelotto é advogado e professor de Direito no IMES. Ocupou, na administração pública municipal, as funções de diretor do Departamento de Educação e Cultura e Diretor do IMES. Atualmente, é presidente da Fundação Pró-Memória. Colaboração e revisão de Morisa Garbelotto Rodegher.



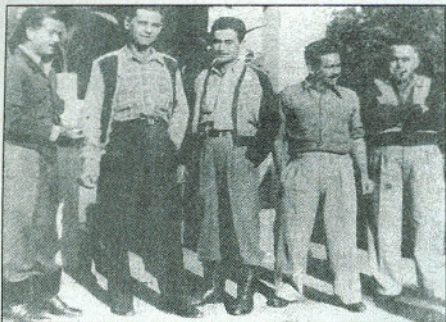
Detalhe da garagem que servia também de depósito de bebidas, em foto de 1938. Da esquerda para a direita: ?, Tereza Piccolo Garbelotto, esposa de Arthur, Anna, esposa de Antonio. De joelho, o filho caçula de Anna e Antonio, também de nome Antonio.

Acervo: Victorino Garbelotti

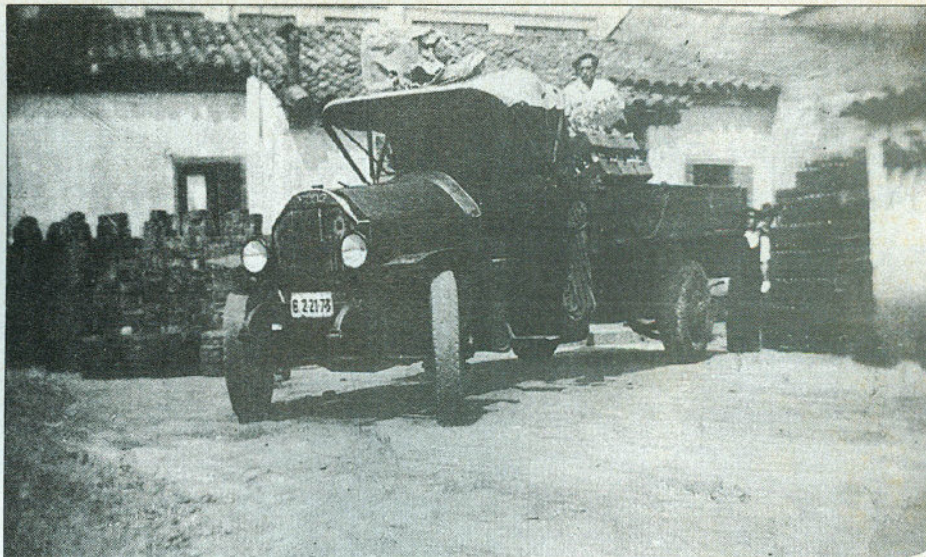


Nos fundos da casa de Antonio, sua esposa Anna, cuidando da grande casa construída no início dos anos 10. O lenço na cabeça era uma característica de seu trajar.

Acervo: Victorino Garbelotti



Os cinco irmãos Garbelotto, em foto da década de 1950. Da esquerda para a direita: Antonio, Victorino, João, Firmino e Arthur.



1937 - O Grande caminhão de fabricação alemã, de propriedade da Cia. Antártica, carrega o vasilhame vazio para retornar a São Paulo. A velha casa de Antonio Garbelotto seria, em breve, reformada. Os tijolos, ao lado, indicavam a intenção.

Acervo: Victorino Garbelotti



Foto de 1940 - Caminhão e carreta da Cia. Antártica que fazia o transporte São Paulo a São Caetano. Firmino (E) e Arthur Garbelotto, abaixados, mostram uma nova cerveja, recém-lançada. De pé (boné) Victorino Garbelotti, e, de pé, no alto, o pequeno Oscar Garbelotto, filho de Arthur. Os demais são funcionários da Cia. Antártica.

Acervo: Victorino Garbelotti



1940 - Cena do transporte de barris de choppes. Esquerda para direita: 1) ?, 2) Antonio de Paula Ramos, 3) Firmino Garbelotti, 4) Luiz Soldá, 5) Heter Manille, 6) ?.

Acervo: Victorino Garbelotti



Década de 1950, Antonio Garbelotto, (d) filho caçula do fundador da empresa, junto com o ajudante, Onofre. Era a dupla mais jovem que atendia aos fregueses de São Caetano.

Fundador do Jornal de São Caetano foi destaque no movimento autonomista

Vim para São Caetano em 1935; tinha 16 anos. Fiquei três meses procurando emprego e consegui um lugar na fábrica Rayon Matarazzo (Indústrias Reunidas F. Matarazzo). Entrei como contínuo, passei para escriturário e depois constitui e dirigi o escritório de fabricação, que congregava todo o esquema de matéria-prima e produção da fábrica. Acabei ficando com o segundo cargo mais alto da empresa, o de diretor-administrativo, e saí da Matarazzo em 1963, com 28 anos de serviço.

Naquela época, eu era presidente da Câmara de São Caetano, e a matéria-prima mais importante para o Matarazzo era água. A Prefeitura fez um convênio com a empresa, no qual se comprometia a dar todo o excesso de água da cidade à Matarazzo. A empresa fez, com seus próprios recursos, uma tubulação de 18 polegadas ligando o seu sistema de água ao da Prefeitura.

À medida em que a cidade crescia, a quantidade de água para a empresa ia diminuindo, já que a população tinha prioridade. Chegou a um ponto em que a Prefeitura não tinha mais água em excesso; portanto, só esporadicamente fornecia água ao Matarazzo. O conde Francisco Matarazzo II, que não conhecia a cidade, começou a achar que o prefeito Anacleto Campanella não gostava de mim, e mandou que eu escolhesse qualquer uma das indústrias em São Bernardo, Belenzinho, ou na Água Branca, para atuar na mesma função. Recusei-me e pedi demissão, depois de 27 anos de serviço. Fiquei três meses parado e surgiu uma vaga de diretor-comercial na Chocolates Pan, onde estou há mais de 30 anos, e há oito anos como diretor-superintendente.

“Era muito difícil, não tínhamos dinheiro e o jornal era”

“Mário Rodrigues, Walter Thomé e eu tivemos a idéia de formar um jornal para tentar alguma coisa em favor do Município. Foi quando fundamos o Jornal de São Caetano. Era muito difícil, não tínhamos dinheiro, e o jornal era impresso com muita dificuldade, pelo senhor João Campanhari, que tinha uma tipografia. Para pagar, as dificuldades eram ainda muito maiores. Assim, era necessário que o jornal conseguisse atingir a população, portanto precisávamos de alguma bandeira, e a primeira que levantamos foi a fundação do Hospital São Caetano. Através de campanha popular a ajuda principalmente do povo e da indústria, fizemos o primeiro bloco do hospital, que hoje é, sem dúvida, o hospital mais importantes da região. Mas precisávamos de uma outra campanha; foi então que pensamos em fazer um movimento autonomista,

Luiz Rodrigues Neves nasceu em Espírito Santo do Pinhal, em 11 de novembro de 1919. Mudou-se para São Caetano em 1935 e começou a trabalhar na fábrica Rayon Matarazzo, onde ficou por 27 anos. Hoje, Neves é diretor-superintendente da Chocolates Pan, onde está há mais de 30 anos.

Fundador do Jornal de São Caetano e também do Hospital São Caetano, Neves é hoje o único pai do movimento autonomista que pode contar algumas passagens importantes da campanha. Walter Thomé e Mário Rodrigues que, juntamente com Neves, deram início à campanha autonomista, faleceram pouco tempo depois de São Caetano tornar-se autônoma.

Em termos de atividade política, Luiz Rodrigues Neves foi vereador nas três primeiras legislaturas. A pedido de Antônio da Cunha Bueno que, segundo Neves, foi um grande personagem da autonomia, formou o PSD (Partido Social Democrata) em São Caetano e foi eleito vereador como o segundo mais votado, atrás de Osvaldo Samuel Massei.

Como jornalistas ativos, Neves e os dois líderes perceberam as falhas do poder público e, sentindo o sofrimento dos moradores do sub-distrito de Santo André com a total falta de infra-estrutura, resolveram reativar o movimento abortado em 1928. Do ponto de vista jornalístico, Neves faz algumas observações: “Hoje, o que falta nos jornais locais é exatamente isso o que fizemos: ver as deficiências, ver as falhas e fazer campanha para corrigi-las”.

Esses e outros assuntos são abordados por Luiz Rodrigues Neves a seguir, nos trechos da entrevista a Raízes, em seu escritório na Chocolates Pan.

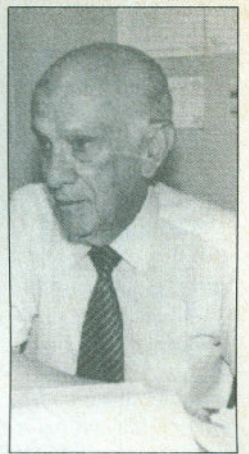
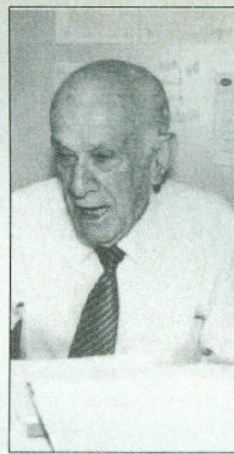
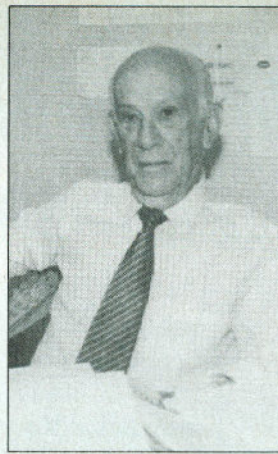
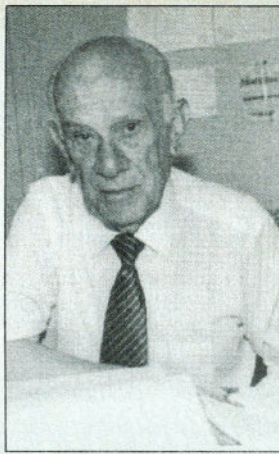
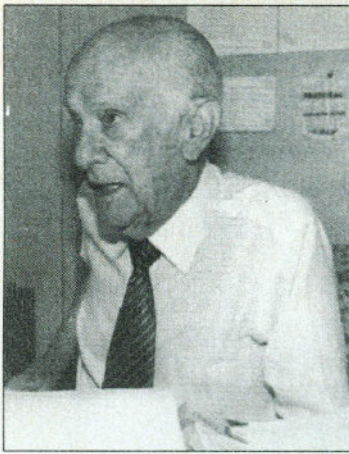
muito embora em 1928 tivesse havido um outro movimento que foi abortado pela desapropriação do povo de São Caetano. Achávamos que a campanha poderia dar credibilidade ao jornal; por isso nos engajamos pela autonomia”.

“Essas assinaturas teriam de ser reconhecidas em...”

“Para que a campanha autonomista se tornasse possível, era preciso que uma pessoa jurídica assumisse o movimento. Foi então que fundamos a Sociedade Amigos de São Caetano, que, àquela altura, já congregava os autonomistas mais entusiasmados. Através do jornal, foram conclamadas as pessoas, e tivemos a eleição para presidente da SASC, que foi realizada no São Caetano Esporte Clube. Foi eleito José Luiz Fláquer Neto, sobrinho do prefeito de Santo André, Antônio Fláquer. Depois vimos que havíamos cometido um erro, mas que não dava para voltar atrás. Depois de fundada

a SASC, procuramos juristas que nos orientassem como proceder para dar andamento à campanha autonomista.

A partir daí foram constituídas algumas comissões. Havia uma que tratava de angariar assinaturas. Precisávamos obter 10% da população, no mínimo, e reconhecer firma no cartório (...) Foram formadas turmas para colher as assinaturas. Homens, mulheres, brasileiros e estrangeiros podiam participar, desde que preenchessem os requisitos exigidos pela Lei Orgânica dos Municípios. As turmas eram divididas, algumas saíam durante o dia e outras na parte da noite. Essas assinaturas teriam que ser reconhecidas em cartório, que era do sr. Antônio Fláquer, prefeito de Santo André. Nós os procuramos, de maneira pacífica e eles se recusaram a nos prestar o serviço. Foi então que alguns rotarianos de São Caetano nos apresentaram ao sr. João Evangelista de Paiva Azevedo, que era dono de um dos cartórios de Santo André. Ele não só se prontificou a fazer gratuitamente o reconhecimento das firmas, como colocou dois funcionários à nossa disposição, para nos atender depois das 19h00. Duas vezes por semana, eu e mais duas pessoas, no



Luiz Rodrigues Neves, em seu escritório, durante a entrevista em que rememorou fatos vinculados à autonomia de São Caetano

mínimo, íamos até Santo André reconhecer firma naquelas assinaturas que haviam sido colhidas até aquele instante. Esse procedimento repetiu-se por diversas vezes e conseguimos, com isso, preencher uma das exigências mais difíceis e mais importante que a lei exigia.

“O Município devia ter uma renda mínima. Santo André recusava...”

Uma outra coisa muito importante a fazer seria comprovar a renda. O município precisava ter uma arrecadação mínima, só que Santo André se recusava sistematicamente a dar essa informação. Fu pessoalmente procurar o sr. Clodomiro Gusmão Rocco, que tomava conta de uma subagência da prefeitura, localizada na rua Perrela. Falei com ele sobre o assunto, expus o risco que ele corria de ser transferido, demitido ou suspenso, e ainda assim ele me fez alguns documentos de arrecadação. Fui logo na rua Santa Catarina falar com um fotógrafo, Jacinto Rodrigues, e ele conseguiu cópias de todos aqueles documentos, que foram engrossando o processo.

Já tínhamos população, renda, assinatura. Falta-va alguém que pudesse esboçar um requerimento embasado em forma jurídica. Procuramos o professor José Ataliba Nogueira que nos atendeu e, gratuitamente, deu forma legal à nossa representação. Encaminhamos a representação à Comissão de Estatística da Assembléia Legislativa de São paulo, presidida pelo deputado Cunha Bueno.

Antônio Silvio da Cunha Bueno foi, sem dúvida nenhuma, a mola-propulsora do movimento autonomista. A partir daí, conseguimos nos aproximar do deputado Décio da Silva Perez e do capitão Porfírio da Paz, também deputado. Em resumo, na Comissão de Estatística tínhamos contra o movimento somente a deputada Conceição Santa Maria, do PTB. Nos dias de reunião, a gente dirgia sempre uma comissão de quatro a cinco pessoas e íamos à Assembléia Legislativa para ver se entrava em pauta o nosso pedido. Finalmente em uma noite, infelizmente só tinha ido eu e o Celso Marchezan (dono do Banco São Caetano), foi colocada em discussão a nossa representação. O Cunha Bueno, que era voto certo nosso, não precisou votar por-

que não houve empate. Tivemos dois votos a favor e depois um voto muito bonito do capitão Porfírio da Paz, que deu o sim recitando o verso *Todos cantam sua terra, também vou cantar a minha, nas débeis cordas da lira, hei de fazê-la rainha*, emocionando a todos. Já estava quase evidente que o processo seria aprovado. O passo seguinte seria o encaminhamento da representação para a Assembléia Legislativa do Estado. Nos aproximamos de vários elementos políticos que trabalhavam na Assembléia, dentre eles, Gabriel Migliori e Ulisses Guimarães.

“O Cunha Bueno era voto certo; mas não foi preciso votar ...”

Não demorou muito tempo e os vereadores de São Caetano, mas que pertenciam à Câmara de Santo André, como João Dal’Mas, Lauro Garcia, Antonio Dardis Neto e Anacleto Campanella, renunciaram aos mandatos e se incorporaram ao movimento autonomista. Isso nos ajudou muito e foi uma alavanca muito boa para o jornal, pois permiti-amos que veiculássemos a notícia, dando credibilidade ao movimento, já que os vereadores renunciaram a troco de nada, somente com interesse político futuro em São Caetano.

Aprovado o processo na Assembléia Legislativa (com uma vantagem quase que esmagadora), passamos por uma outra fase muito difícil. A partir do momento que o governador Adhemar de Barros promulgou a lei que tornou São Caetano autônoma, passou-se a pensar na política interna do Município. Precisávamos de um candidato a prefeito, e um nome de comum acordo era o do sr. Ângelo Raphael Pellegrino, uma pessoa muito boa, respeitado e que gostava muito de São Caetano. Pellegrino exigiu a condição de ser candidato único, e nós já sabíamos que ele o seria, pois nenhum autonomista iria se opor à candidatura dele. Os chapa-preta optaram por José Luiz Flaquer Neto. Foi realizada o plebiscito e vencemos com uma diferença muito grande.

Depois de promulgada a lei, o deputado Cunha Bueno me telefonou e disse para eu escolher, em 30 minutos, se queríamos ser São Caetano do Sul ou São Caetano Paulista, porque em Pernambuco

já havia um Município chamado São Caetano. Fiz uma consulta rápida com uns dez líderes autonomistas e optamos por São Caetano do Sul (...)

“O que facilitou a autonomia foi, em primeiro lugar, a compreensão do povo. Em segundo, a necessidade absoluta de infra-estrutura. Não tínhamos água, esgoto, escola e nem telefone. Tudo que é necessário para o bem-estar da população, faltava em São Caetano, e foi muito fácil transmitir isso às pessoas, tanto que a votação do plebiscito concretizou aquilo que o jornal acreditava. Foi uma pena que depois do movimento ser concretizado, a Sociedade Amigos de São Caetano tenha sido desfeita. Se existisse até hoje, poderia ser um órgão colaborador dos poderes públicos, poderia ajudar com os clubes de serviço. O Lions e o Rotary ajudam até hoje e ajudaram bastante na autonomia, foram peças importantes no movimento”.

“A primeira Câmara era constituída por pessoas de meia...”

“A votação da primeira Câmara foi pacífica. Pellegrino se elegeu com muita facilidade e escolheu seus auxiliares de maneira razoavelmente inteligente, embora tivesse algumas falhas. Não concordamos, por exemplo, com o diretor administrativo que ele havia escolhido. A própria Câmara fez campanha para substituir esse diretor, que não era de São Caetano, por um sancaetanense(...) A primeira Câmara foi constituída por pessoas de meia-idade, talvez eu fosse um dos mais jovens. Todos eram moradores de São Caetano, o que era uma vantagem, pois conheciam quase todos os problemas, sabiam que as prioridades eram basicamente água, esgoto e escola. Foi a melhor Câmara, sem dúvida nenhuma. Eu participei das três primeiras e posso dizer que a primeira foi a melhor, a segunda foi boa e a terceira, regular. Depois eu não acompanhei, mas achei que piorou. Essa Câmara atual, no meu entender, é melhor que as últimas (...) Pellegrino todo mês de julho viajava para visitar a família no Nordeste e o presidente da Câmara assumia a prefeitura por um mês. Assim foi com Accácio Novaes, Conetto Constantino e eu também fui prefeito por um mês. Isso era uma coisa boa porque contava ponto politicamente, muito embora eu

nunca tivesse outros interesses políticos, tanto que eu fui um bom vereador na primeira legislatura, fui um vereador na segunda e na terceira eu omiti. Acho que o nível da Câmara caiu muito terceira legislatura e eu nunca mais quis nada com política”.

“Aqui não temos o PSD e quero que você forme o partido.”

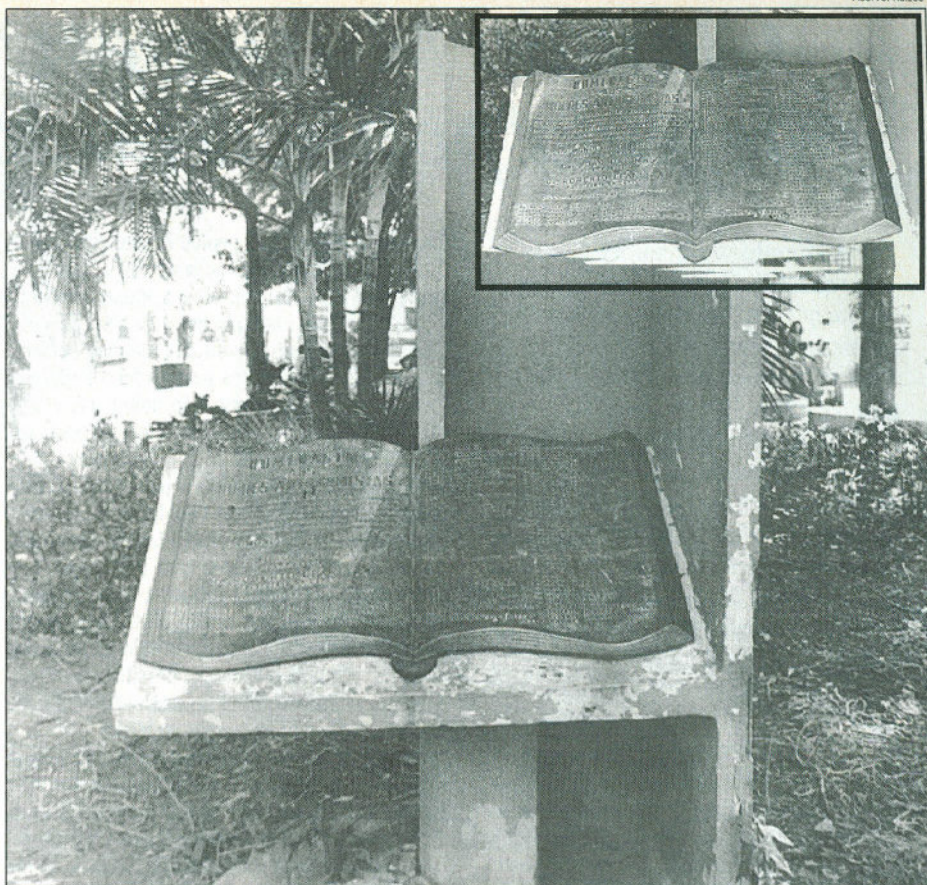
“Terminado o movimento autonomista, o deputado Cunha Bueno me telefonou num sábado dizendo para eu não sair no domingo porque ele iria na minha casa. No dia seguinte ele me disse: Neves, eu dei a minha ajuda na campanha autonomista e agora eu quero a sua recíproca. Aqui em São Caetano não tem PSD e eu quero que você forme o partido. Embora eu relutasse, porque não tinha tempo e não tinha queda pra política, acabei formando o PSD e fui eleito vereador em segundo lugar com 165 votos; em primeiro ficou Oswaldo Samuel Massei, com 177 votos. Mas eu não gostei da filosofia do PSD, e nas outras duas legislaturas fui vereador pela UDN. (...) Felizmente o movimento autonomista teve a participação de pessoas que foram importantíssimas para o seu sucesso. Além de Walter Thomé, Mário Rodrigues e Luís Rodrigues Neves, destacam-se as pessoas da família Dal’Mas, Lorenzini, Perrela, Barili. Bento Velanis Regis também foi uma pessoa extraordinária. Não gosto muito de citar nomes, porque corre-se o risco de esquecer, o que dá a impressão de estar omitindo alguém” (...)

“Pouquíssimas pessoas tinham carro em São Caetano. O Giacomino João Lorenzini, que também era acionista do Banco São Caetano, e um dos mais legítimos líderes autonomistas, colocou um carro à nossa disposição 24 horas por dia, durante todo o movimento autonomista”.

“Após o término do movimento autonomista, foi constituída uma comissão de alto nível que publicou aditais nos jornais locais para conquistar e estudar quem foram os verdadeiros autonomistas. Essa comissão era constituída por pessoas respeitáveis, sérias e equilibradas, porque depois do movimento ser vitorioso, todos diziam-se autonomistas.

“Tivemos dois votos a favor e depois um voto muito bonito...”

Procuramos, através do bom-senso, do equilíbrio e da justiça, perpetuar no bronze o nome dos que tivessem sido realmente autonomistas. Posso dizer que aquela placa que existe no largo da Matriz no Bairro Fundação, tem 99,99% de acerto. Não acredito que tenha passado em branco uma pessoa sequer em todo caso, deixe esse 0,01% em razão da falibilidade humana, pois ela foi feita com absoluto critério. mesmo as pessoas que nos escreveram e protestaram, nós discutimos e respondemos as cartas dizendo porque não foram considerados autonomistas. Houve uma pessoa que trabalhou para a chapa-preta, foi contra nós, era compadre do prefeito de Santo André, e depois me procurou



Placa do Largo da Matriz, no Bairro Fundação, tem 99,99% de acerto, diz Rodrigues Neves.

rou para se queixar que não havia sido incluído na lista dos autonomistas”.

“Embora eu faça restrições, e muitas, às Câmaras, creio...”

“O Município hoje possui fatos historicamente marcantes, como a votação da Comissão de Estatística, a aprovação da Assembléia Legislativa, a promulgação da lei pelo governador Adhemar de Barros, a instalação da primeira Câmara, a posse do primeiro prefeito (...) São Caetano não vai ter a oportunidade de assistir a um movimento cívico de tamanha envergadura, de tamanha empolgação como foi o movimento autonomista (...) Foi uma das páginas mais brilhantes da história do Município, só superada pelo capítulo da fundação de São Caetano, que eu coloco em primeiro lugar (...) Todos esses fatos foram importantes para que São Caetano se tornasse a cidade que é hoje, uma cidade praticamente sem problemas” (...)

“Embora eu faça restrição à algumas Câmaras Municipais, e faço restrições sérias, eu acho que a atual melhorou em relação à anterior. Nós tivemos algumas Câmaras que deixaram muito a desejar. Tirando esse aspecto, nenhuma restrição. Os prefeitos foram muito bons, tivemos alguns prefeitos ótimos, como Campanella, Massei, Braidó, e prefeitos bons. Ruins no meu entendimento não tivemos nenhum, embora eu preferi que sempre fosse

gente de São Caetano, ou radicada no município”.

“O que falta nos jornais de hoje é exatamente isso...”

“O que falta hoje nos jornais locais é exatamente isso que nós fizemos, ver as deficiências, ver as falhas do poder público e fazer campanha para corrigi-las. Por exemplo, o IPTU sofreu um aumento razoavelmente grande. As Câmaras de Diadema, São Bernardo e Santo André protestaram e aqui foi aprovado pacificamente. Eu não vi uma voz discordante e não vi um jornal que criticasse a prefeitura. Acho que o jornal precisa ter, antes de tudo, independência para escrever e, para isso, é preciso ter independência-financeira. o jornal que depende da prefeitura ou da câmara para sobreviver, automaticamente fica tolhido, não tem a liberdade que precisaria ter. (...) Eu apelaria aos jornais que sejam mais objetivos ao abordar os poucos problemas de São Caetano, desde que tenham independência suficiente para isso”.

“Os não-autonomistas de Santo André acoimaram os líderes de São Caetano de comunistas. Fomos chamados ao Dops. O delegado Ribeiro de Andrade nos atendeu gentilmente, fez uma série de perguntas, deu risada e encerrou o depoimento, porque não havia nenhum comunista. Foi um pretexto de Santo André para tentar desativar o movimento”.

Cláudio Musumeci: 42 anos de vida política no Município

Acervo: Cláudio Musumeci

Num país onde a memória é pouco cultivada, São Caetano do Sul é um município que possui, ainda vivos, inúmeros personagens que se empenharam na luta por seu desenvolvimento e que hoje, são um relato vivo desse passado histórico.

Protagonista de inúmeros acontecimentos, o ex-vereador Cláudio Musumeci, que tem 42 anos de participação na política do Município e hoje, com 68 anos de idade, conta suas principais participações nas administrações públicas, como político e assessor.

Nascido em 22 de novembro de 1926, Musumeci cursou o primário no Grupo Escolar Senador Fláquer e o secundário na Escola de Comércio 30 de Outubro. Formou-se perito contador e depois em Ciências Econômicas na Faculdade de Economia, Administração e Finanças de São Paulo.

Em 1949, ingressou na Prefeitura de São Caetano e, ao longo dos tempos, ocupou cargos públicos no Executivo e no Legislativo. Dentre as diversas funções exercidas por Musumeci, figuram o de diretor da Fazenda Municipal (1965-1969) e o de assessor econômico-financeiro (1973-1977). Em 1982, candidatou-se pela primeira vez como vereador à Câmara Municipal, exercendo o cargo até 1988.

"A diferença fundamental entre ocupar cargos públicos no Executivo e Legislativo, é o grau de responsabilidade que, no Executivo, é bem maior. A cobrança é muito grande e o profissional tem por obrigação de tratar os assuntos municipais com muita seriedade e capacidade" afirma.

Musumeci também expõe sua opinião quanto às administrações do Município, já que participou de muitas. "São Caetano do Sul teve a sorte de contar com grandes líderes políticos e administradores, mas, sem dúvida nenhuma, Braidão conseguiu ser o melhor devido à sua visão e experiência empresarial, seu tino administrativo e capacidade de conduzir".

Essas e outras revelações de Cláudio Musumeci são apenas um painel que se completa com a entrevista realizada com esse político do Município.

"Alguns funcionários, vindos da Prefeitura de Santo André foram convocados pelo..."

"Em 1949, ingressei na Prefeitura Municipal de

São Caetano do Sul, a pedido do prefeito Ângelo Raphael Pellegrino. Era bacharel em Ciências Econômicas e iria colaborar com a administração do novo Município, instalado em 4 de abril de 1949. Alguns funcionários, vindos da Prefeitura de Santo André foram convocados pelo prefeito Pellegrino para organizar a administração municipal, e tiveram que desenvolver um esforço imenso para isso, já que São Caetano tinha partido do zero.

Para o comando da Diretoria da Fazenda, foi nomeado o contador Daniel Giardullo, profissional competente, de quem fui subordinado. Quase não tínhamos horário; tínhamos hora para entrar, mas não para sair. O espírito público e o compromisso que assumimos de, apesar dos obstáculos, montar uma infra-estrutura financeira com o maior acerto possível, afastava o cansaço, possibilitando também ao governo municipal superar todas as dificuldades com que nos deparamos no início.

Não havia móveis, impressos e nem equipamentos, o que dificultava o trabalho de todos nós. Exerci funções no setor contábil até o início de 1957. Com a posse de Osvaldo Samuel Massei, fui convidado a assumir a Diretoria da Fazenda, de onde sai apenas no final de seu mandato, em 1961.

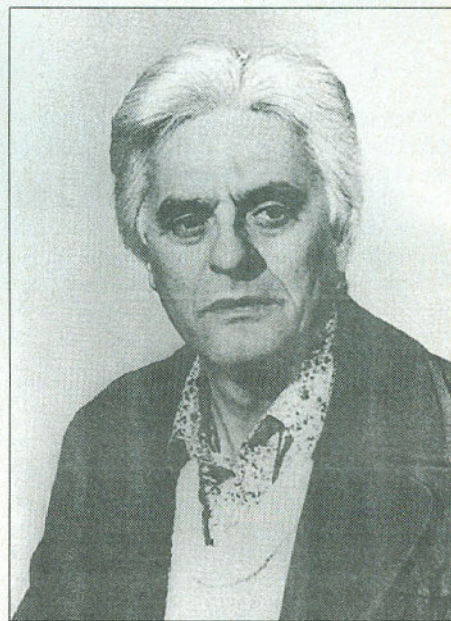
Um fato marcante dessa administração foi a construção da sede da Prefeitura na Avenida Goiás, uma obra grande para a época.

"Com um excelente plano de governo, Braidão produziu, sem dúvida, uma grande..."

Já no início da administração de Anacleto Campanella (1961/65), afastei-me, pedindo demissão do cargo efetivo. Retornei em 1965, a convite do prefeito Walter Braidão, para exercer função de mentor das finanças municipais. Com um excelente plano de governo, Braidão produziu, sem dúvida, uma grande administração, colocando à disposição da comunidade equipamentos urbanos essenciais, atendendo os seus anseios (escolas, saneamento, sistema viário), culminando com o slogan Cidade em que escola não é problema.

Terminada a gestão, em 1969, Braidão assumiu a Superintendência do Fundo de Melhoria das Estâncias, órgão subordinado à Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, onde exerci, por um ano, a função de Diretor Financeiro. Após a reabilitação do órgão, que era inoperante, pedi demissão.

No período de 1973 a 1977, retornei para dirigir, pela terceira vez, as finanças do Município, agora no cargo de assessor econômico-financeiro, na segunda gestão de Walter Braidão. Um fato relevante, nessa época, foi a obtenção de financiamento da



Cláudio Musumeci, em foto recente.

BNH (Banco Nacional de Habitação), patrocinador do Projeto CURA, que possibilitou a construção dos centros recreativos e esportivos da cidade, proporcionando lazer à comunidade. No mesmo período foi deferido o financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano para a construção de galerias de águas pluviais e alargamento da Avenida Goiás.

"No Legislativo o vereador, além de discutir projetos têm que atender o anseio..."

A diferença fundamental entre ocupar cargos públicos no Executivo e Legislativo, é o grau de responsabilidade. No Executivo, a responsabilidade é muito maior, pois a cobrança é muito grande e o profissional tem, por obrigação, tratar os assuntos municipais com muita seriedade e capacidade. No Legislativo, o vereador, além de discutir projetos de leis, tem que atender o anseio dos contribuintes mediante indicações ao Executivo.

Apesar de ter participado da política desde 1948, durante a campanha autonomista, somente em 1982 resolvi candidatar-me a vereador. Na verdade, as funções que exerci no Executivo me agradavam mais por realizarem-me profissionalmente. Minha candidatura nasceu a pedido dos companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para reforçar a legenda. Elegi-me, após curta campanha, com um número considerável de votos. Considero válida minha passagem pela Câmara Municipi-



1 - *Flagrante dos anos 70: Musumeci com o então governador de Estado Paulo Egidio Martins. No centro, ao fundo, Paulo Salim Maluf;*

2 - *Cerimônia pública nos anos 70. Da esquerda para a direita: Sebastião Lauriano dos Santos (vereador), padre Geraldo Voltolini, Cláudio Musumeci (assessor financeiro da Prefeitura) e Antonio Dall'Anese (vereador);*

3 - *Gabinete do governador Laudo Natel, no início dos anos 70. Cláudio Musumeci cumprimenta o chefe do Executivo estadual. Direita, ao fundo, o vice-governador Henri Aidar*



pal, e tenho a certeza de ter exercido com honestidade e dignidade a vereança.

“Na função que exercia, era necessário também ter sensibilidade política...”

Efetivamente, estive vinculado, por mais de três décadas, ao mesmo grupo político que, inicialmente era liderado por Osvaldo Massei e, posteriormente, por Walter Braido. Isso se materializou a partir do momento em que fui para a Diretoria da Fazenda, quando Massei assumiu a Prefeitura pela primeira vez. Na função que exercia, era necessário também ter sensibilidade política e por isso acabei engajado nas lides políticas sendo, na época do bipartidarismo, presidente da Arena e responsável pela coordenação de campanhas eleitorais. Em 1990, após não ter vencido a eleição para deputado federal, resolvi abandonar a política (após 42 anos de participação). É claro que, desse longo período, guardo incontáveis alegrias e algumas decepções.

A maior diferença entre fazer política hoje e na época em que ocupava cargos de confiança na administração pública do Município, transparece no respeito que era devotado aos políticos de antigamente e aos de hoje. Atualmente os políticos são apontados como demagogos, corruptos, venais, ge-

neralizando a classe política, sem se respeitar os que possuem um elevado espírito público e que agem com seriedade.

São Caetano do Sul teve a sorte de contar com grandes líderes políticos e administradores a partir de Ângelo Pellegrino, Anacleto Campanella, Osvaldo Massei e Walter Braido. Mas, indubitavelmente, Braido conseguiu ser o melhor, e o é até agora, devido à sua visão e experiência empresarial, seu tino administrativo e sua capacidade de conduzir, além da oportunidade que teve de dirigir o município por 14 anos.

“Daí o porquê de as perspectivas de desenvolvimento serem difíceis de avaliar, pois são poucas as...”

Nossa cidade é sui generis, a começar pela sua pequena extensão territorial, que vem a ser a menor do Brasil, com uma densidade demográfica que é uma das maiores do nosso país. Daí o porquê de as perspectivas de desenvolvimento serem difíceis de avaliar, pois são poucas as possibilidades de expansão imobiliária e industrial. Há possibilidade da expansão de área de prestação de serviços;

porém, essa atividade cria poucos postos de trabalho e não favorece a arrecadação municipal. Isso minimizaria o pagamento do serviço das dívidas, agora beneficiadas com o Plano Real de estabilidade econômica-financeira, que inibe o crescimento incomensurável e incontrolável dos compromissos financeiros. Imagine que, nas próximas décadas, nossa cidade se transformará numa cidade-modelo, principalmente no que diz respeito à sua urbanização. Com a alta tecnologia aplicada aos equipamentos para indústrias que eliminam a poluição e o ruído, estas poderão voltar a se instalar nos espaços deixados indústrias desativadas, sem causar prejuízos à população e proporcionando boa arrecadação para o tesouro municipal.

“Pela equipe adulta passaram grandes jogadoras de renome...”

Sempre tive uma atração pelo esporte. Em 1965, surgiu a oportunidade de as Lojas Copagel, da qual eu era diretor, patrocinarem a equipe de basquetebol masculino de São Caetano do Sul. Porém, face à impossibilidade de disputar o Campeonato Paulista explorando sua logomarca, decidi criar o Departamento Autônomo de Basquetebol no São Caetano Esporte Clube para disputar os campeonatos

com o nome do clube. Na presidência do departamento, contando com a colaboração de Artur Lanegierre, Francisco Bastos, José Ghioro e Jaime Gallo, começamos a organizar as equipes desde a categoria mini, passando pelas mirim, infantil, juvenil e adulta. Pela equipe adulta passaram grandes jogadoras de renome internacional, vencendo títulos. Na sequência, montamos a equipe feminina com atletas da seleção brasileira, tais como Norminha, Marlene, Delcy, Elzinha, Rosária, Simone (Cantora), que conquistaram cinco campeonatos paulistas, diversos títulos de jogos regionais e Abertos do Interior, e ainda o título da Campeã Sul-Americana. Essa equipe disputou diversos torneios pelo Clube Atlético Monte Alegre, já extinto. São Caetano também revelou a Hortência, rainha do basquete.”



5

Acervo: Cláudio Musumeci



Acervo: Cláudio Musumeci

Acervo: Cláudio Musumeci



2

Acervo: Cláudio Musumeci



Acervo: Cláudio Musumeci

1 -Foto sem data: o bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira (ao centro) entre Cláudio Musumeci e o capitão Alcides Formigari; **2** -Reunião política nos anos 70: discursando, Sebastião Lauriano dos Santos (vereador de São Caetano). Da esquerda para a direita: Valdério Prisco (prefeito de Ribeirão Pires, na época); Amaury Fioravanti (prefeito de Mauá, na época); Cláudio Musumeci e Fernando Vitor Alves Araújo (vereador de Diadema); **3** -Final dos anos 70. Em pé, ao microfone, Cláudio Musumeci. Sentados, da esquerda para a direita: Fausto Polesi, diretor do Diário do Grande ABC; Walter Braido, prefeito de São Caetano e Ricardo Putz, prefeito de Diadema; **4** -Anos 70: Cláudio Musumeci com o senador Carvalho Pinto, em São Caetano; **5** -Anos 60. Da esquerda para a direita: Eunice ?, Luiz Meira, Cláudio Musumeci; Ângelo Antenor Zambon; Armando Marcon; Odilon de Souza Mello; Inácio Del Rey; Oswaldo Massei; Fábio Ventura; ?; Urbano Reis e José Martins; **6** -Gabinete do prefeito Oswaldo Massei, no final dos anos 60. esquerda, Cláudio Musumeci; à direita, o engenheiro Isaac Luiz Zveibil; **7** -Reunião em clube esportivo de São Caetano, nos anos 70. Da esquerda para a direita: Francisco Alves (vereador), Cláudio Musumeci e Walter Braido; **8** -Manoel Gutierrez Durán recebe documento das mãos de Cláudio Musumeci, nos anos 60, nas dependências do Paço Municipal



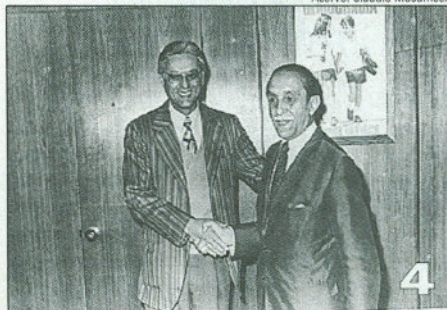
6

Acervo: Cláudio Musumeci



7

Acervo: Cláudio Musumeci



4



8

Oswaldo Gimenez foi com certeza, na década de 50, o Collor do Grande ABC

Guido FIDELIS (*)

Político controvertido, cuja imagem provoca controvérsia até os dias de hoje, Oswaldo Gimenez, foi na década de 50 um furacão que passou pelo Grande ABC. Considerado arrojado, entusiasta, burro, corrupto, o radialista da Rádio Clube rompe o ciclo de políticos tradicionalistas da região e chega ao Paço na eleição de 1959. Confuso em seus mandos e desmandos, ele consegue atrair para si o ódio dos adversários. E num processo inédito, Gimenez é afastado da Prefeitura através de um impeachment, o primeiro do Brasil.

Carismático, elegante, com discurso inovador e contundente, lastreado em duras críticas aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, capaz de despertar sentimentos de admiração e de ódio, Oswaldo Gimenez chegou ao ABC em 1954, com 29 anos, disposto a revolucionar a comunicação radiofônica da região. Carregava na bagagem o sucesso de cinco programas que produzia e apresentava pela Rádio Panamericana (atual Jovem Pan). Poderia ter-se firmado como uma espécie interiorana de Assis Chateaubriand, implantando uma sólida organização, a partir da Rádio Clube, que adquirira do ex-deputado Gabriel Migliori, por recomendação de Dorival de Abreu (que posteriormente se elegeu deputado, foi cassado pela Revolução de 1964 e hoje preside o PTB em São Paulo), e de um projetado jornal, que jamais saiu dos planos.

Programação de shows, jornalismo e serviços prestados à população possibilitaram à emissora altos índices de audiência. Nomes famosos passaram pelo auditório da ZYR-93, incluindo o sanfoneiro André Beer, hoje vice-presidente da General Motors, par do pianista Aranda, atração das manhãs de domingo. Aliados e adversários são unânimes na afirmativa de que Oswaldo Gimenez magnetizava com o jogo de palavras. O advogado Hilton Luz Castro, então diretor da Câmara Municipal de Santo André e líder do Senadinho (grupo de assessores que orientava todo o processo legislativo), informa que *A Voz do Povo*, comandada por Gimenez, “assemelhava-se a jogos da seleção brasileira, ninguém deixava de ouvir”. Hilton segreda que ele próprio deixou-se seduzir. O jornalista Antonio Manieri, à época diretor da Rádio Clube, lembra: “Ele era trabalhador, bom patrão, mas excessivo em tudo que fazia”. Angelo Scagliusi, que capitaneou a fundação do jornal *O Repórter*, reunindo a cúpula diretiva da emissora, assegura que Gimenez se mostrava afável com os amigos, mas omisso nos momentos importantes da vida de seus colaboradores mais diretos: “Quando me casei, não compareceu, não enviou presente, nem mesmo uma simples mensagem de cumprimento”. A penetração e a ideia de que se transformara em defensor dos po-



Foto de Oswaldo Gimenez, no final dos anos 50

bres resultaram no fascínio pelo poder e no desejo de solucionar todos os problemas que angustiavam os moradores: atendimento hospitalar, redes de água e esgoto, transporte, ensino, colocação de guias, sarjetas e paralelepípedos nas principais ruas.

Lançado ao campo político, elegeu-se deputado e, logo após, prefeito de Santo André, derrotando a oligarquia dominante e os nomes tradicionais da cidade, gerando clima de pânico entre os conservadores. Sem jogo de cintura para obter maioria na Câmara Municipal e tramocar composições, cometeu erro estratégico ao nomear antigos adversários para postos-chave na Prefeitura, terminando como o ex-presidente Fernando Collor de Mello, abandonado pelos aliados, acusado de abuso de poder, de corrupção e de peculato. Institucionalizava-se, na época, em todo o território brasileiro, o hábito de exigir comissão de 15% para liberar pagamentos refe-

rentes a obras e serviços. Com a denúncia de que cobrava “pedágio” para honrar os compromissos da Prefeitura, sofreu processo de *impeachment*, foi afastado de seu cargo e teve direitos políticos suspensos por cinco anos. Passou para a História por ter sido o primeiro prefeito no Brasil a ser destituído do cargo por meio de impedimento. Seu irmão, o vereador Armando Gimenez, acusado de desvio de recursos públicos, também foi cassado pela Câmara Municipal.

“Estavam nascendo as licitações subjetivas que alijavam empresas pelo...”

Mesmo promovendo acordos e sorteios destinados à divisão das obras e serviços licitados, com obtenção de melhores preços, o apetite dos concorrentes era insaciável, gerando descontentamentos entre os que se sentiam preteridos. Corporificava-se a noção de que os editais poderiam ser dirigidos. Estavam nascendo as licitações subjetivas que alijavam empresas pelo critério da nota técnica, favorecendo as previamente escolhidas e que resultariam, anos mais tarde, em obras superfaturadas, desnecessárias, mas certeza de imenso bolo a ser repartido de forma a aquinhoar contratantes e contratadas.

O economista e empresário Massayuki Okubaru, vereador opositor na época, traça um breve desenho do tumultuado episódio: “A população se mantinha em silêncio indiferente. A cassação foi incentivada pela elite. Os alunos da Faculdade de Economia precederam os caras-pintadas que se mobilizaram para detonar Collor de Mello. Na ocasião, fizeram muito barulho; os estudantes tinham consciência política e lutavam por mudanças. Os vereadores, mais de 10 na faixa etária entre 25 e 30 anos, com formação superior, concentraram-se na tarefa de afastar Gimenez da cena pública, mas perderam suas bases, desistiram da política ou não se reelegeram”.

O advogado Clóvis Sidney Thon, que presidiu a Comissão Processante e que concluiu o mandato iniciado por Gimenez, eleito pela Câmara Municipal, após renúncia do vice-prefeito José Silveira Sampaio, recorda que, de início, as denúncias eram inconsistentes, careciam de fundamento jurídico. Foram necessários muitos meses para averiguar todos os indícios, arrolar testemunhas e colher provas conclusivas: “Era como abrir caminho no deserto, mesmo porque Gimenez não passava de aprendiz de feiticeiro”- afirma.

Gimenez sempre conservou imagem controver-

tida: para uns, dinâmico e inteligente; burro, sem cultura e selvagem, na ótica de outros. Seu comportamento, quando prefeito, provocava comentários apimentados sobre o estranho relacionamento com a secretária Núbia Noronha, com quem se casou, anos mais tarde, após a morte da esposa Anelis. Permanecia horas trancado na sala de despacho, sem que ninguém pudesse entrar. Questionado pelo assessor Ismael Brunstein, engenheiro e empresário (atualmente preside a Geva Engenharia), respondeu, de pronto: "Todo estadista possui amantes. Hitler, Mussolini, os grandes líderes, todos os homens que se destacam". Ismael lembra, ainda a vocação legislativa do prefeito: "Ele emitia dezenas de ordens de serviço. Parecia requerimento de vereador pedindo asfaltamento, melhorias para ruas, retirada de lixo. Em 90 dias, seus pedidos foram tantos que seriam necessários três orçamentos para atender".

O engenheiro Leo Pezzolo, que ocupou a Diretoria de Obras na administração Gimenez, acrescenta que os bilhetes eram curiosos: "Recebi centenas, alguns com o mesmo teor: um mesmo documento, por exemplo, solicitava a construção de uma quadra de basquetebol e outra de bola ao cesto, ambas na Chácara Guindani". Cita, ainda, conversa, que teve participação de Ismael Brunstein: Gimenez discutiu um projeto para Santo André:

- Quero construir um pombal na Praça do Carmo, igual ao da Praça de São Marcos, em Milão.

Israel corrigiu:

- Não é em Milão.

Gimenez emendou:

- É mesmo, fica em Roma.

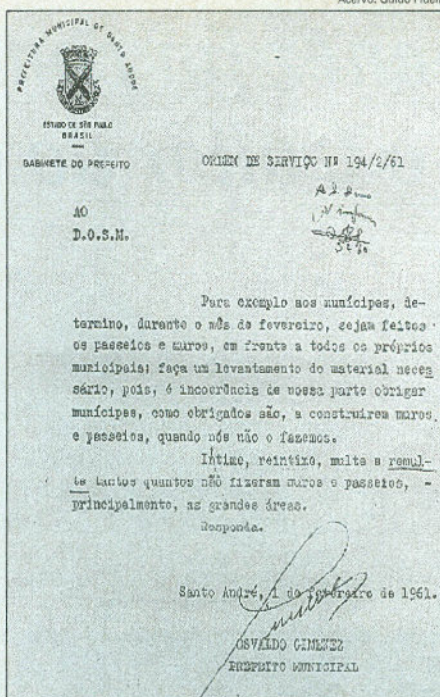
Leo Pezzolo ensinou:

- A Praça São Marcos está localizada em Veneza.

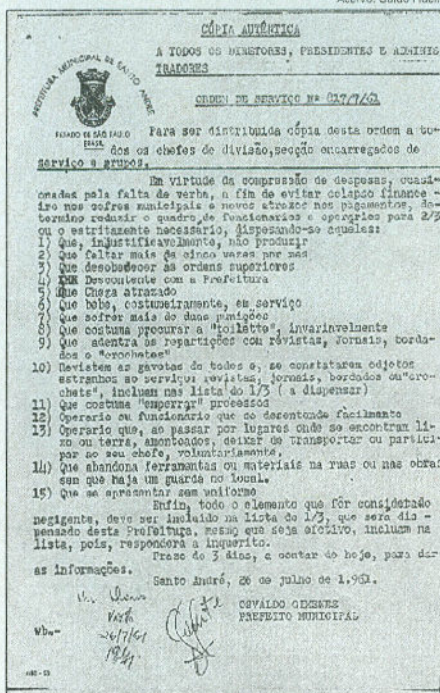
Radamés Fortes (assessor da Prefeitura de Ribeirão Pires), que ocupou a chefia do Expediente na administração Gimenez, garante que se tratava de homem bem organizado, "Um tanto esquisito, inteligente, centralizador, possuía arquivo próprio, mantinha-se informado de todos os acontecimentos. Determinado, energético, pretendia promover muitas mudanças, mas se deixou enredar na malha de intrigas".

O resgate de algumas fotos amareladas pode ser feito através de breve incursão à memória do tempo, onde as imagens continuam nítidas. A história do Grande ABC, com muitas passagens ocultas e obscuras, tem vários começos. É possível buscar um marco e, a partir dele, retratar um período importante pelas mudanças que abalaram as estruturas políticas e criaram condições para a ruptura com o passado, abrindo o caminho para o sopro da modernidade, sacudindo o ânimo da indústria, do comércio e, principalmente, da Imprensa, que, dentro do conceito de independência, mais profissional, surgiu para se impor na forma de agente ativo das transformações que modificaram a fisionomia física da região e alteraram hábitos e costumes. Afinal, como sublinha o filósofo John Dewey "onde existe a comunicação, as coisas, adquirindo significado, adquirem, por intermédio deste, representantes, substitutos, signos e implicações relativamente aos eventos em seu estado anterior".

Até meados dos anos 50, as principais cidades -



Fac-símile de Ordem de Serviço expedida por Oswaldo Gimenez, em fevereiro de 1961



Fac-símile de Ordem de Serviço de julho de 1961

Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - eram dependentes da capital. A população recorria a São Paulo para as compras, o lazer e a educação. Os magazines e as lojas de departamentos ainda não haviam aportado para suprir as crescentes necessidades de consumo, considerando a explosão demográfica. Os estabelecimentos existentes sofriam forte competição dos que se localizavam na capital paulista. Mas os comerciantes já organizavam campanhas, promoviam liquidações e convenciam os moradores sobre as vantagens e o

conforto em adquirir bens no próprio ABC. Os gêneros alimentícios eram oferecidos em abundância nas feiras-livres ou em pequenas quitandas e mercearias. O ensino se restringia a poucos colégios estaduais e particulares, com a preferência recaindo no Ginásio Estadual Américo Brasiliense, a grande meca dos estudantes. Entre os particulares, Senador Flaquer, Coração de Jesus (só para meninas), Duque de Caxias, Santo André e Escola Industrial Júlio de Mesquita (profissionalizante). Funcionava apenas a Faculdade de Economia, em Santo André.

No capítulo transporte, duas alternativas destinadas aos deslocamentos para a capital: o trem da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, com vagões de madeira, puxados por locomotivas; e linhas de ônibus, poucas, precárias, exploradas por empresários que obtinham concessões por via política, e que tinham como terminal o Parque Dom Pedro II. As principais eram: Eaosa - Empresa Auto Ônibus Santo André e a de São Bernardo, pertencente aos irmãos Romano. Era quase impossível quebrar o monopólio e rasgar novos percursos. Por ocasião das grandes chuvas, as cidades ficavam isoladas, enfrentando graves inundações.

"...os proprietários de imóveis, que se aglutinavam em associações e impediam possíveis aumentos..."

Quanto ao poder, era exercido, na maioria das vezes, pelas elites dominantes, incluindo famílias tradicionais e personalidades que trabalhavam em comunhão com oligarquias, eminências pardas ou grupos de interesse, com destaque para os proprietários de imóveis, que se aglutinavam em associações e impediam possíveis aumentos na tributação de suas áreas, elo que só iria se partir anos mais tarde, quando o prefeito Lauro Gomes, em 1964, às vésperas de sua morte, durante reunião no salão nobre da Prefeitura de Santo André, bateu na mesa e disse a uma platéia estarecida que era muito rico e conhecia o choro de empresários e proprietários que querem apenas receber benefícios, lucrar com a valorização de seus imóveis e não arcar com nenhum ônus, negando recursos destinados ao bem-estar da comunidade.

Com verbas escassas para investimentos em áreas sociais, os problemas iam se avolumando à espera de soluções. As administrações municipais pecavam pela ausência de planejamento. Consequência: tinha início a especulação imobiliária, surgiam bairros enfermos, sem infra-estrutura como guias e sarjetas, redes de água e esgotos, áreas livres e iluminação pública. Saneamento era palavra obscena. Ampliava-se, ainda, o leque da população carente, alojada em favelas, já em processo de expansão.

Também a poluição preocupava. Em 1956, pela lei nº 1.111, do Legislativo de Santo André, foi criada a Comissão Municipal de Controle da Poluição das Águas da Bacia do Tamanduateí, após te-

rem sido classificadas de quinta categoria. Posteriormente, ganhando amplitude, transformou-se na Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição das Águas e do Ar, presidida pelo seu idealizador, o engenheiro Antonio Pezzolo (mais tarde eleito prefeito de Santo André, falecido em 1995), um dos pioneiros no combate à poluição no Brasil. O Tamanduateí já era considerado esgoto e o ar recebia toneladas de sulfato (SO₂), e nitrato (NO₂), óleos diversos e poluentes de indústrias de superfosfatos e de tratamento de chumbo. Em São Caetano do Sul, a doença profissional se alastrava em função da indústria cerâmica.

A onda de menores infratores causava os primeiros arrepios. Na Câmara Municipal de Santo André já se pediam providências no sentido da adoção de medidas preventivas. Carlos Vicente Cerchiari, advogado, jornalista e político, bradava: "Sabe-se que dezenas de crianças abandonadas, sem amparo oficial, lançam-se no caminho do crime. Pequenos roubos e prostituição formam o passo inicial na rota da delinquência". Aos poucos, a insegurança fechava o cerco, atrelada ao tráfico de maconha, contravenções e exploração do lenocínio. Estatísticas indicavam aumento do número de furtos e roubos.

As muralhas da inércia principiaram a romper-se com o advento do governo Juscelino Kubitschek, em 31 de janeiro de 1956. Toda a região, ainda com imensas áreas verdes, apesar da proliferação de loteamentos clandestinos, era bastante provinciana. Inexistiam teatros, áreas de lazer, grandes clubes. Em Santo André, o Aramaçan engatinhava e estudava-se projeto para a construção do Estádio Municipal, posteriormente batizado com o nome de Pedro Dell'Antonia. Diversão para os jovens era circular pela rua Oliveira Lima, flertar, frequentar o Cine Tangará e comer pizza na Pizzaria Dall'Olio, instalada na rua General Glicério, nas proximidades da Casa Tokio, onde o jovem Santo Padovese exercia a profissão de garçom, função que acumulava com a de empresário, alugando copos e talheres e fornecendo doces e salgados para festas, negócios que se expandiria, culminando, anos depois, com a Mansão Padovese. Formavam-se dois grupos que discutiam carnaval o ano todo: os aficionados do Ocara, junto à Padaria Matinal e os fanáticos pelo Panelinha, que se posicionavam no Quitandinha, quartel-general da agremiação. Esporte era pouco difundido, somente com muito sacrifício se podia praticar natação, atletismo e outras modalidades que iriam se popularizar com o advento dos estádios e ginásios, como basquetebol e voleibol.

O melhor lance era o Moinho São Jorge, erguido em Santa Terezinha, às margens do Tamanduateí, em área antes ocupada por campos varzeanos. O empreendimento, da família Chammas, possuía, no piso superior, suntuoso salão de mármore, ladeado por deslumbrante jardim, que lembrava miniatura dos Jardins Suspensos da Babilônia. Ali se realizavam fantásticos bailes, animados pelas orquestras de Osmar Milani e Simonetti, com atrações do porte de Milton, Dick Farney e Leni Andrade. Os rapazes, de ternos escuros, subiam pelas escadas ou elevadores, chegando ao destino com as vestes esbranquiçadas, salpicadas de farinha de trigo. Be-



Oswaldo Gimenez, como locutor de rádio, nos anos 50

bia-se *cuba libre* e paquerava-se de longe, com os olhos e a esperança de dançar com a dama dos sonhos, bem maquiada, cabelos normalmente endurecidos com laquê, usando modelo vistoso e provocante. Os salões também recebiam personalidades, sendo marcante a passagem do escritor Graham Greene.

São Bernardo do Campo se reduzia à rua Marechal Deodoro e à indústria moveleira. A rota do frango com polenta ensaiava os passos para o crescimento. Os restaurantes São Judas Tadeu, Tolotti e Demarchi eram casas ainda acanhadas, mas em processo de ampliação, locais quase obrigatórios para as festas de confraternização e pontos preferidos pelos funcionários das indústrias que se implantavam ao longo da Via Anchieta e turistas que demandavam em direção ao litoral. São Caetano do Sul, a menor cidade, ganhava novos bairros e também cortiços. As noites dançantes do Comercial tornaram-se charmosas, atraíam dançarinos, inclusive da capital. Pés-de-valsas gostavam de se exibir. Pelas ondas do rádio ouvia-se o sucesso musical *Babalu*, na voz de Ângela Maria. Os felizes proprietários de aparelhos de televisão curtiam, em preto e branco, as primeiras novelas, ainda não diárias, normalmente adaptações de clássicos da literatura universal.

Alguns fatos animavam as rodas mais intelectualizadas: o levante húngaro, esmagado pelos soviéticos; a chegada do rock, com o filme *No Balanço das Horas*, estrelado por Bill Halley; Brigitte Bardot, novo símbolo sexual, deslumbrante no filme *E Deus Criou a Mulher*, de Roger Vadim, em 1956; além do lançamento do Sputnik, projetado pelo cientista Serguei Pávlovitch Korolyov, marcando a corrida da conquista espacial, em outubro de 1957, ano em que morre o célebre ator Humphrey Bogart, de cults como *Uma Aventura na África* e *Casablanca*. Em 1958, João XXIII sucede o papa Pio XII e Charles De Gaulle reassume o comando da França depois de 12 anos de ostracismo,

decidido a pôr fim à guerra colonial, concedendo independência aos argelinos. Fidel Castro entra com seus guerrilheiros em Havana e assume o poder, estatiza e fuzila no correr de 1959. No ano da inauguração de Brasília, em 1960, a França prova sua bomba atômica no deserto do Saara e John Kennedy se elege presidente dos Estados Unidos, derrotando Richard Nixon.

“Foi a senha destinada a implodir a acomodação e implantar o cosmopolitismo...”

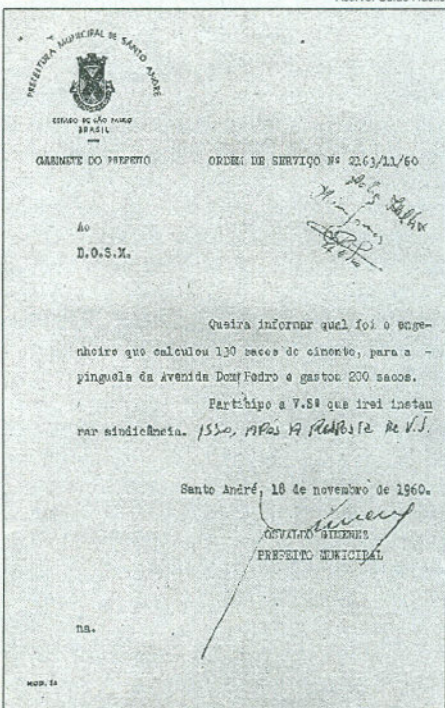
Com Juscelino, o Brasil avança e o ABC segue a reboque, embora mais lentamente. Ao terminar sua administração, Kubitschek deixa um rastro de realizações: construção de Brasília, fortalecimento da indústria, principalmente a automobilística. Como deputado federal, Lauro Gomes, que também comandou as Prefeituras de São Bernardo do Campo e de Santo André, trouxe para a região a Willys, a Mercedes Benz e a Volkswagen. Para tanto, cedeu áreas, algumas de sua propriedade. Foi a senha destinada a implodir a acomodação e implantar o cosmopolitismo. O período Juscelino, no entanto, marcou muitas conquistas: o primeiro título de campeão mundial de futebol, com Pelé, Garrincha & Cia., na Suécia, em 1958; publicação dos livros *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Grande Sertão: Veredas e Corpo de Baile*, de João Guimarães Rosa; *Laços de Família*, de Clarice Lispector, *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, que inicia projeto destinado a desenvolver o Nordeste, com a criação da Sudene, em 1958. João Gilberto dá o primeiro toque ao movimento que resultaria na instituição da bossa nova, com *Chega de Saudade*, enquanto o teatro encena *O Pagador de Promessas*, de Dias Gomes, em mon-

tagem de Flávio Rangel. Eder Jofre sagra-se campeão mundial de boxe na categoria peso-galo. As estatísticas revelam que 133 mil brasileiros já possuíam carros nacionais da Volkswagen, Willys, Vemag, Simca, FNM e General Motors. Entre 1960 e 1961, o público televisivo se delicia com as novelas *Há Sempre o Amanhã*, de Vida Alves e Gabriela, adaptado do romance *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado, apresentadas pela TV-Tupi.

O sindicalismo ainda aguardava o surgimento dos líderes que mudariam os conceitos de luta e valorização dos trabalhadores, a idealizada união destinada às conquistas sociais. Reinava, em muitas entidades, o peleguismo. Mas já se esboçavam movimentos, pois a chegada de empresas multinacionais aumentava a oferta de empregos e a especialização de frações da força de trabalho. Também servia de pólo de atração para os migrantes, que vinham de todas as partes do Brasil. Observava-se o princípio da disputa entre diversas facções, embora a greve fosse recebida com reservas. A primeira paralisação de vulto ocorreu na Rhodia Química, em 1959, quando ganha relevo a figura de Dom Jorge Marcos de Oliveira, primeiro bispo diocesano do ABC, na condição de mediador, marcando, ainda, o início da participação da Igreja nas reivindicações operárias por melhores salários e reconhecimento da importância dos trabalhadores no processo produtivo.

Até 1958, o Grande ABC não conhecia a imprensa independente. Além de pequenos periódicos, de vida efêmera, que se alternavam em épocas eleitorais, caça-níqueis de quem se aventurava oferecendo apoio aos políticos tradicionais, circulavam dois semanários em Santo André: *Jornal de Santo André*, comprometido com o poder, pois seu diretor-proprietário, Hugo Borgognoni, detinha a publicação dos atos oficiais da Prefeitura e exercia

Acervo: Guido Fidelis



Fac-símile de Ordem de Serviço assinada pelo prefeito Oswaldo Gimenez e emendada de próprio punho

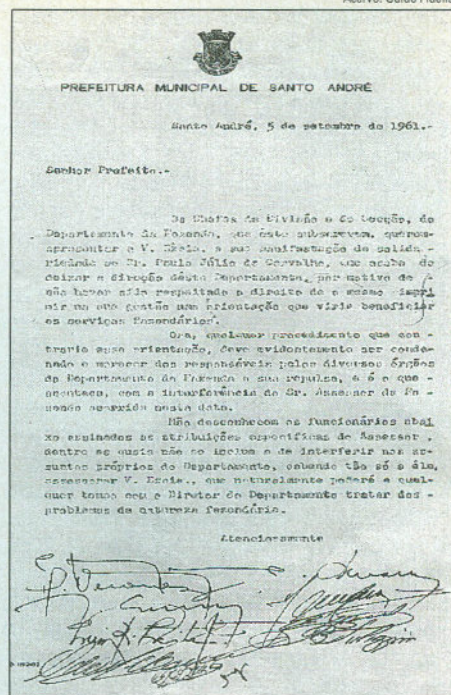
a função de taquígrafo da Câmara Municipal; e *Folha do Povo*, do jornalista Paulo Zingg, domiciliado em São Paulo, mas que mantinha bandeira na região para apoiar Jânio Quadros em suas investidas políticas. Zingg, anos mais tarde, em 1986, quando Jânio voltou ao poder, na condição de prefeito de São Paulo, após derrotar o senador Fernando Henrique Cardoso, ocupou a Secretaria da Educação. À época, mesmo afastado do jornalismo, exercia a presidência da Associação Paulista de Imprensa (API).

É neste cenário que entra no palco regional Oswaldo Gimenez, ator destinado a assustar a acomodada platéia dos que frequentavam o teatro do poder. Em 1954, ele adquire a concessão da Rádio Clube, pertencente a Gabriel Migliori. Localizada na rua Senador Flaquer, 9, junto à Praça Embaixador Pedro de Toledo, conhecido como Largo da Estátua, a emissora, de prefixo ZYR-73, funcionava somente até às 18 horas. Com a ajuda de Plínio Salgado (deputado federal, intelectual, fundador do Integralismo) e a interferência de João Goulart, restaura o horário noturno. Percebe, de pronto, que Santo André anseia por mudanças. Ele possui ferramenta à mão, já que o rádio ganha dimensão com a revolução do transistor e o acesso público aos aparelhos, mais baratos, que podiam ser carregados por todos os cantos.

“O rádio se tornava um instrumento essencial à tarefa de sensibilizar...”

O clima político, marcado pelos jargões nacionalistas, sacode a juventude. Em São Paulo, a produção cultural se direciona para as questões nacionais. No país, o cinema novo substitui as velhas chanchadas. A produção teatral revela autores. É encenada a peça *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri.

Gimenez traça o rumo de sua caminhada. Primeiro, a rádio, pioneira, na região, nos chamados anúncios cooperativos, divididos entre a empresa fabricante e os revendedores, mesmo fornecendo fatura em dobro para livrar os lojistas do ônus. A Philips garante o faturamento da Rádio Clube por intermédio dos Irmãos Del Rey e de Isaías Apolinário, seus maiores vendedores no ABC. Simultaneamente, são criados programas de auditório, montados shows em bairros e iniciados programas jornalísticos, dois deles comandados pelo próprios Oswaldo Gimenez: *A Voz do Povo*, e *Boa Noite, Prefeito*, ambos ocupando o horário nobre da emissora. Gimenez compreende o ensinamento de Dewey, segundo o qual “a comunicação é consumatória tanto quanto instrumental. É um meio de estabelecer cooperação, dominação e ordem”. O rádio se tornava um instrumento essencial à tarefa de sensibilizar a opinião pública e conquistar a simpatia dos eleitores. Gimenez investia em programas como *Nave da Maternidade*, comovendo mães e filhos; na programação, ao vivo, de espetáculo que apresentavam astros e estrelas que levavam multidões ao delírio, especialmente Ângela Maria e João Dias; e nas populares corridas dos garçons e



Representação de repulsa encaminhada ao prefeito Oswaldo Gimenez pelos chefes de Divisões e Seções do Departamento da Fazenda da Prefeitura de Santo André, em 5 de setembro de 1961, face à administração do assessor financeiro Laerte Manzi, tio do chefe do Executivo

dos coelhos.

O médico e historiador Octaviano Gaiarsa escreve, em seu livro *A Cidade que Dormiu Três Séculos*, comentários inserido no semanário *Folha do Povo*: “Oswaldo Gimenez, homem destemido, conhecedor dos problemas cruciantes do município, supervisor do programa *A Voz do Povo*, o mais discutido programa de rádio, propôs-se a trabalhar com uma equipe de repórteres cujos nomes estão marcados de êxito e glórias obtidos com destemor e espírito de luta em prol dos menos favorecidos. Ainda no Natal de 1957, repetiu Gimenez outra vitoriosa campanha em favor das crianças pobres do Triângulo. Nessa mesma época, distribuiu uma cadeira de rodas a uma criança paraplégica, arrancando dos olhos dos presentes à solenidade lágrimas de emoção. Depois, mostrando sua marcha evolutiva no campo do progresso, distribuiu pernas mecânicas, olhos de vidro, e um ânus artificial para um pobre, operado 14 vezes. Além dessa assistência, presta ainda defesa jurídica, assistência médico-hospitalar, empregos e defesas coletivas. Também critica atos dos poderes executivos e legislativo”.

Temperamental, explosivo, Gimenez às vezes se utilizava de métodos pouco ortodoxos para alcançar seus objetivos, conforme se pode conferir por ato lembrado por um de seus auxiliares diretos, o jornalista e publicitário Ângelo Scagliusi: as contas referentes ao consumo de energia não eram quitadas porque chegavam em nome da Associação Cultural Italo-Brasileira, proprietária do prédio onde a emissora estava instalada. Com o acúmulo de oito meses de atraso, a Light decidiu cortar o fornecimento, impedindo a rádio de iniciar sua programação. Alertado, Gimenez fez uma série de ligações telefônicas, tratando alguns diretores da

empresa de forma grosseira, pouco civilizada, gerando clima de hostilidade. Diante do impasse, solicitou a interferência de Scagliusi:

- Ângelo, é questão de sobrevivência, resolva, você é bom nessa arte.

- Como ?

- Fale com os diretores da Light, diga que estou chegando de Santos, que já demiti o radialista idiota que costuma imitar minha voz.

- Jamais, Gimenez; não vou mentir.

- Certo, certo. Só que terei de dizer aos seus colegas que você é covarde.

Resultado: Scagliusi participou de reunião tensa, mas foi convincente, condicionando a solução do problema a outro encontro, que teria a presença do próprio Gimenez.

- Missão cumprida, com sucesso - disse Ângelo.

- Parabéns.

- Com uma condição.

- Qual ?

- Seu comparecimento, ainda hoje. Agendei, faz parte do acerto.

- Negativo.

- Nesse caso sou obrigado a dizer que o chefe é covarde.

Gimenez aquiesceu. Após alguns minutos de conversa, tudo terminou em risos e abraços. A Light aceitou proposta de permutar as contas geradas pelo consumo de energia por publicidade.

“O ano é marcante na vida do Grande ABC. Em junho em caráter experimental começa...”

Em 1958, Gimenez está pronto para se lançar na vida pública, tem presença física, fala com desenvoltura, é bom palanqueiro, firma-se como precursor interiorano de Fernando Collor de Mello. Só, sem equipe, luta contra moinhos de vento, promete varrer os corruptos e estabelecer as bases de uma cidade moderna, próspera. Age com intuição, dispensa a influência dos amigos. O discurso é democrático, com muitos chavões, calcado apenas em palavras que emocionam, jamais em programas. Enfim, a idéia de colocar ordem na casa e atender aos anseios do povo se transforma no mote que toca os eleitos. O ano é marcante na vida do Grande ABC. Em junho, em caráter experimental, começa a operar a CTBC - Companhia Telefônica do Borda do Campo. A empresa, que daria o impulso necessário ao progresso da região, surgiu de um sonho do empresário Oliver Tognato (presidente da Tecelagem Tognato). Numa manhã de domingo, ao ler no jornal que Piracicaba inaugurava uma central telefônica automática, para lá rumou. De volta, entusiasmado, apresentou, em reunião do Rotary Clube, proposta para a criação de uma empresa destinada a explorar a telefonia. Poucos o acompanharam, muitos duvidavam do sucesso do empreendimento. Com a participação de José Vicente Martins e Zoilo de Souza Assis lançou-se na aventura, comercializou aparelhos e ações em subscrição pública e ergueu a empresa, entregando os aparelhos telefônicos aos compradores dentro do prazo previsto. O reinado da Companhia Tele-



Foto de Oswaldo Gimenez, no começo dos anos 60

fônica Brasileira, que se negava a ampliar a rede, desmoronava. Santo André, na expressão de Masayuki Okubaro, deixava de ser uma cidade pessoal para ganhar status cosmopolitano, de impessoalidade.

Sorridente, usando bigode fino, ternos feitos sob medida, voz tronitante, Gimenez impôs seu estilo. Entendia que todas as pessoas eram iguais, não permitia exceção em sua agenda, nem mesmo para as autoridades. Deixava personalidades importantes à sua espera, abria feridas, espalhava sementes que brotariam em forma de implacáveis inimigos. Era apaixonado pelo trabalho. Cinema, teatro e algumas aventuras amorosas constituíam o espaço do lazer.

Em maio de 1958, no Dia das Mães, nascia o *News Seller* (atual *Diário do Grande ABC*), distribuído aos domingos, gratuitamente, dirigido pelos jovens Edson Danilo Dotto, Fausto Polesi, Maury de Campos Dotto e Ângelo Puga. A Sears, inaugurada em 1957, foi o primeiro grande anunciante. A propaganda da loja, ocupando páginas inteiras, tinha retorno imediato, com filas de consumidores disputando as ofertas. A Mesbla veio em 1958. Não muito tempo depois, a sucursal da *Última Hora*, inovador jornal de Samuel Wainer, abria as portas. Estava fincado o marco da revolução na Imprensa do ABC. O *Estado de São Paulo* e *Diário de São Paulo* seguiram o exemplo, com sucursais, sediadas em Santo André. A *Folha de São Paulo* mantinha correspondentes. Ainda no correr do ano, em setembro, são inauguradas as obras do serviço de água, com o reservatório e estação de tratamento da represa Billings. Enfim, em outubro, as eleições para o governo do Estado e Assembléia Legislativa. Carvalho Pinto, ex-secretário da Fazenda de Jânio Quadros, derrota Adhemar de Barros. Anacleto Campanella lidera os candidatos da região com quase 10 mil votos. Gimenez, que estreía, elege-se com mais de cinco mil votos obtidos em Santo André, num colégio eleitoral de 50 mil

eleitores, após campanha em que provoca aplausos dos admiradores e ódio dos adversários pelas críticas veementes, amenidades comparadas à linguagem baixa, carregada de ofensas à honra e denúncias, que entram nos lares por imposições do horário gratuito, triste realidade das atuais campanhas. A tradição de acariciar pela frente e chicotear pelas costas, hábito cultivado pelos políticos locais, estava definitivamente rompida.

Eleito deputado, Gimenez sonha em se transformar no grande líder do ABC. O projeto passa pela Prefeitura de Santo André. Sua campanha sai na frente, aproveitando a divisão das forças conservadoras e a vaidade das lideranças. Centra críticas no prefeito Pedro Dell'Antonia, cuja administração sofre seguidos desgastes por não atender às reivindicações da população. Dell'Antonia, idoso, com pouca cultura, não tem pulso para dirigir a cidade, deixa o barco navegar ao sabor da brisa.

“Era um homem humilde, de caráter inabalável, honrado, honesto, amava sua cidade, agia com dignidade” - garante Alcindo Tavernaro, responsável pelas finanças da Prefeitura, na gestão Dell'Antonia. Comprova sua afirmativa com um fato: “Ofereceram 200 lotes ao prefeito, para que aprovasse loteamento no Pedroso, junto à represa. Ele quis correr atrás do intermediário, esmurrar o autor da proposta indecorosa”.

Mas a população se divertia e ria com as piadas que se contavam sobre a cultura do prefeito, como o oferecimento, ao padre Bibiano, para que ele comprasse a acústica necessária à melhoria do som na Catedral do Carmo, tudo à custa do erário.

Em 1959, as atenções se voltam para o pedido de emancipação de Utinga. Os moradores do subdistrito protestam contra o descaço da Prefeitura. Com decisão do IBGE, considerando o leito do Tamanduateí como marco divisório e não os trilhos da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, o interesse arrefeceu, resultando na abstenção de 65% dos 14.469 eleitores inscritos e na vitória dos que se opunham à divisão da cidade. Cinquenta e cinco por cento optaram pelo não. Na verdade, a faixa cobiçada se localizava entre o leito do Tamanduateí e as linhas da ferrovia, em função do parque industrial instalado, garantia de boa arrecadação. O mesmo processo, em São Bernardo do Campo, culminou com a criação do município de Diadema, incorporando os povoados de Piraporinha, Eldorado e Taboão. Ainda nesse ano, os estudantes protestam contra os aumentos das taxas escolares e os operários iniciam campanha por melhores salários. Aumentos nas tarifas de ônibus, concedidos pelo prefeito, provocam revoltas.

“As forças de esquerda se unem em favor do nome do engenheiro Carlos Galante...”

Com a campanha deflagrada, Anacleto Campanella e Lauro Gomes percebem que o nome de Gimenez cresce. Alertam e sugerem, como alternativa única, a candidatura Fioravante Zampol, pelo PTB, com apoio de coligação de forças, dentro de

programa comum. O PSP de Adhemar de Barros prefere não aceitar a composição e se fixa torno de Antonio Pezzolo, vice-prefeito. As forças de esquerda unem-se em favor do nome do engenheiro Carlos Galante, do PSB. Emílio Sortino também se lança candidato e garante que não abre mão de seu direito de disputar as eleições. Gimenez continua sem legenda. Os adversários consideram que ele apenas faz figuração, que não tem cacife.

Oswaldo Gimenez prosseguiu em sua escalada. Renova as críticas, agora na Rádio Clube e na Assembleia Legislativa. Solicita, por requerimento, a remoção do juiz de Direito de Santo André. Octaviano Gaiarsa menciona, em seu livro, opinião do Jornal de Santo André. "Certo candidato está degenerando, sua linguagem é intolerável e inadmissível. Em seus comícios, atassalha a honra dos demais candidatos, além de assacar calúnias contra o prefeito em exercício, numa linguagem imprópria, revoltante e indigna".

Sobre o juiz Jesuíno Ubaldo Cardoso de Mello, Gimenez, sempre ferino, afirma, ao microfone: "É um juiz que não serve nem para apitar jogo de várzea".

Lembrando Cícero, o magistrado retruca: "Quosque tandem abutere, Gimenez, patientia nostra".

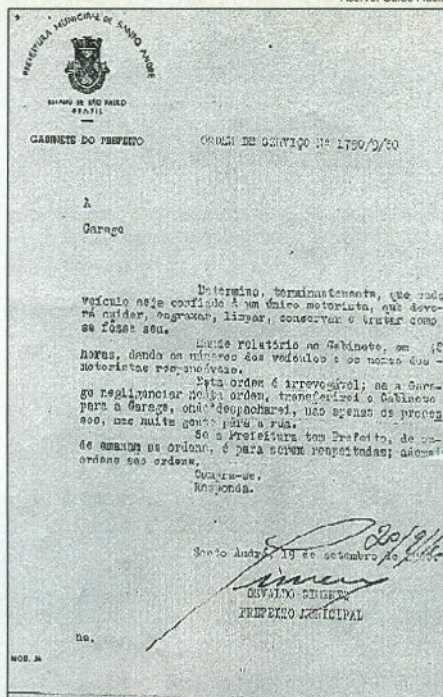
Gimenez não se abala, nem mesmo com o surgimento de jornais oportunistas, destinados a enaltecer as figuras de seus oponentes. Com tiragens reduzidas, sem distribuição, os periódicos se revezam de acordo com as disponibilidades financeiras dos candidatos ou das caixinhas organizadas pelos correligionários. Ainda não se notava a ação de tesoureiros do porte de PC (Paulo Cesar Farias). Alguns títulos são sugestivos: *O Andreense*, *Santo André em Gazeta*, *O Independente*, *Tribuna do Povo*, *Santo André Imparcial*, *Gazeta Popular*, *O Arauto*. Consciente de sua popularidade, Gimenez continua a comandar seus programas e reafirma no sentido de orientar o trabalhador, encaminhar os doentes, privilegiar o esporte, amparar os desfavorecidos (descamisados, de acordo com a pregação de Fernando Collor de Mello) e desmascarar os corruptos e desonestos.

O *Jornal de Santo André* reproduz comentário inserido em *O Combate*, de Jacareí, terra natal de Gimenez, dizendo tratar-se de "nauseabundo capataz, cambrone, cão sarnento".

Gimenez, em respostas, adota a figura do cão policial como símbolo de sua campanha, amigo dos homens de bem, feroz com os intrusos, implacável com os desonestos. Cria lemas de efeito, garante que jamais defendeu patrões, que sempre ofereceu um raio de esperança aos menos afortunados.

**"O general Mourão Filho diz:
Nem que um burro voe, essa
emissora será reaberta..."**

Nesse ínterim, a trincheira de Gimenez sofre profundo abalo. A Rádio Clube é fechada, os transmissores são lacrados. A medida foi determinada pela Comissão Técnica de Rádio, após receber so-



Documento de Gimenez, de 1960, afirmando, entre outras coisas: "... Se a Prefeitura tem Prefeito, de onde emanam as ordens, é para serem respeitadas..."

licitação do juiz da Comarca. Os políticos locais aplaudem, julgando-se livres do perigo. Poucos se permitem lembrar que a censura é a arma dos regimes fortes e que a Declaração Francesa de 1789 já acentuava que "a livre comunicação de pensamento e de opinião é um dos direitos mais preciosos do homem". Apenas o *News Seller* criticou a medida de maneira mais veemente, sublinhando que se tratava de descrédito à imprensa livre e acinte contra um patrimônio popular. Afinal, a liberdade de Imprensa sempre incomodou as classes dominantes.

Gimenez não se entrega. O general Mourão Filho, um dos idealizadores da Revolução de 1964, de quem partira a ordem para a lacração dos transmissores, exprime seu pensamento: "Nem que um burro voe a emissora será reaberta".

A batalha perdurou 66 dias, período em que Gimenez permaneceu no Rio de Janeiro, batendo em muitas portas. Obteve apoio de Plínio Salgado, de quem Mourão Filho era correligionário, por ter pertencido ao integralismo. Plínio condiciona sua intervenção a uma futura composição política, permitindo ao funcionário do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) José Silveira Sampaio sair candidato a vice-prefeito, pela legenda do PRP. Acordo firmado, Mourão cede à pressão de Plínio, dizendo: "Mandaram uma montanha falar com a gente. Que posso fazer?".

Com a reabertura da emissora, a campanha entra em sua fase final. Gimenez cumpre o entendimento e se filia ao PRP, de Plínio Salgado, comandado em Santo André por José Silveira Sampaio, que se firma como companheiro de chapa. As eleições se realizam em clima de tranquilidade, no dia 3 de outubro de 1959, apesar do descrédito dos eleitores. Em São Paulo, a grande lição: Cacareco, rino-ceronte do zoológico, obtém 90 mil votos para a

renovação da Câmara Municipal.

Em Santo André, Oswaldo Gimenez obtém 18.852 votos. Derrota Fioravante Zampol (12.272 votos), Carlos Galante (11.186), Antonio Pezzolo (4.894) e Emílio Sortino (267). José Silveira Sampaio também vence, com 15.393, ficando à frente de Pedro Cristóforo, Octaviano Gaiarsa, Millo Cammarosano, Geraldo Gobatti e Antonio dos Santos. Para a Câmara Municipal, foram eleitos os seguintes vereadores: João Roberto Insuela, Bruno José Daniel, Carlos Vicente Cerchiarri e Luiz Olivieri, do PDC; Cid Flaquer Scartezzini, Luiz Aparecido de Campos, Edson Lázari e Noêmio Spada, do PSP; Jurandir Alcécio, José Gustavo de Paiva e Ário de Barros Rangel, do PTB; Clóvis Sidney Thon, Ângelo Ferrari e Massayuki Okubarô, da UDN; João Cara Valentim, Manoel Venâncio Neto e Leonardo Vito Molinaro, do PTN; Antônio Ferreira dos Santos, Afonso Maria Zanei e Hercílio Bueno Silveira, do PSD; José Vilegas e Geraldo Milani, do PSB; e Armando Gimenez, irmão de Oswaldo, o mais votado em todo o Brasil, excluídas as capitais, pelo PRP.

Octaviano Gaiarsa, embora adversário, escreveu, com isenção, em seu livro *A Cidade que Dormiu Três Séculos*: "Venceu o radialista loquaz e destemido, ousado e popular, graças à persistente pregação feita através de sua radioemissora, ouvida por milhares de eleitores. O indiscutível vencedor do pleito sabe, mais do que ninguém, agir com instrumentos e táticas inovadoras e irresistíveis. Se as críticas e censuras feitas por Oswaldo Gimenez foram injustas, sem consideração aos seus adversários, estes não souberam combatê-lo com idênticos e diferentes instrumentos postos à sua disposição".

A posse ocorre no dia 1º de janeiro de 1960. Gimenez traz alguns auxiliares de fora, como Inácio Possidônio da Silva, que assume a Fazenda e uma tia, que passa a administrar o Hospital Municipal. Alguns meses após, compõe sua equipe com antigos funcionários, entre eles Paulo Júlio de Carvalho, Conrado Bruno Corazza e Sérgio Cyrino. Começa a governar praticamente sozinho. O gabinete (denominado Casa Rosada, distante da Prefeitura, que funcionava em galpões de madeira, onde hoje se ergue o Paço Municipal) é trancado e é instalado uma espécie de semáforo com luzes verde e vermelha. Apenas quando fica verde é permitida a comunicação com o prefeito. Também não atende aos pleitos dos vereadores, que solicitam melhorias para bairros e pequenos favores aos seus amigos e eleitores, dentro da política clientista que sempre prejudicou o País. A intervenção no Hospital Municipal, com a indicação de administradora trazida de fora aos médicos, habituados a usar o próprio municipal como consultório particular. Para evitar o déficit municipal, o prefeito diz que é preciso aumentar impostos.

**"Quem bebe, costumeiramente,
em serviço; quem costuma
procurar a toaleta..."**

Imitando Jânio Quadros, Gimenez prepara se-

guidas ordens de serviço, muitas, de acordo com Leo Pezzolo, valiosas para integrar o folclore político nacional. Sempre assegurando que “é o prefeito quem manda”, expediu a Ordem de Serviço nº 817, em que determina o corte de um terço dos servidores. Entre os motivos para a demissão, estabelece: “quem bebe, costumeiramente, em serviço; quem costuma procurar a toaleta, invariavelmente; quem adentra as repartições com revistas, jornais, bordados e crochets”.

Em outra, determina: “Intime, reintime, multe e remulte tantos quantos não fizerem muros e passeios, principalmente as grandes áreas”. Também costumava pedir informação: “Queira informar qual foi o engenheiro que calculou 130 sacos de cimento para a pinguela da Avenida Dom Pedro e gastou 200. Participo a V.Sª, que irei instaurar sindicância”.

Muitos fatos sacodem o ano de 1960. Com mais de seis milhões de votos, Jânio Quadros é eleito presidente do Brasil e começa a era das grandes polêmicas com as medidas absurdas: limitação das corridas de cavalo, fim das rinhas de galo, proibição de biquínis nas praias. Hailé Selassié, imperador da Etiópia, durante recepção no Moinho São Jorge, no dia 14 de dezembro, é informado de tentativa de golpe em seu país. Pouco tempo antes, no dia 11 de setembro, nascia o semanário *O Repórter*, fundado pelos jornalistas Ângelo Scagliusi, Antonio Manieri e Rubens Assunção Júlio, antigos colaboradores de Gimenez na Rádio Clube e que se sentiram traídos. O advento do novo jornal fortaleceu a Imprensa do ABC, pois o regime de competitividade estabelecido com o *News Seller* permitiu a corrida na busca da melhor informação. Lucraram os leitores.

Ainda no primeiro semestre de 1960 o vereador e radialista Edson Lázari, funcionário da Rádio ABC, (propriedade de Luiz Quentel) e ex-assessor de Pedro Dell’Antonia, adversário político e de microfone, apresenta requerimento pedindo o impeachment do prefeito. À época, tentou ser demovido da iniciativa, pois inexistiam provas, apenas boatos sobre irregularidades administrativas. Comentava-se que o texto havia sido redigido pelo juiz Jesuíno Ubaldo Cardoso de Mello. Lázari foi insistente, fez prosperar sua proposta, compelindo a Câmara a constituir uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). O vereador Clóvis Sidney Thon foi eleito para presidir a Comissão Processante, encarregada de todos os trâmites necessários ao julgamento.

O ano de 1961, do impeachment, é abalado por uma sucessão de fatos: John Fitzgerald Kennedy assume a presidência dos Estados Unidos; o ditador dominicano Rafael Leonidas Trujillo é assassinado numa emboscada; Ernest Hemingway, Prêmio Nobel de Literatura, suicida-se em sua casa de campo de Ketchum, Idaho; Jânio Quadros condecora Che Guevara, no dia 19 de agosto. Seis dias depois, surpreende a nação renunciando ao seu mandato presidencial, provocando a mais profunda e grave crise já registrada no Brasil, com reflexo sobre todas as instituições. Na Alemanha, foi erguido o Muro de Berlim, destinado a impedir a fuga de alemães orientais para o setor ocidental.

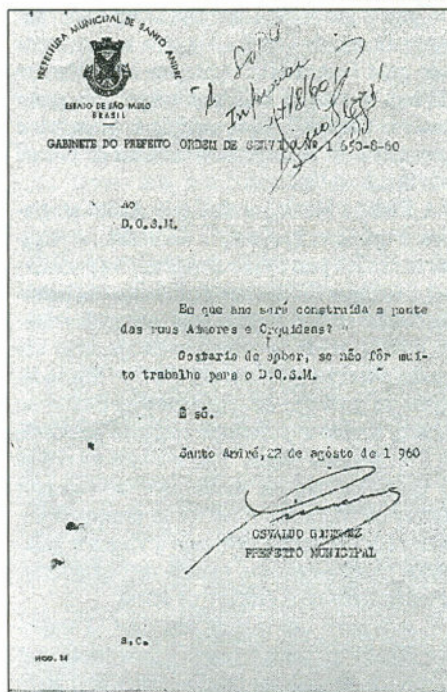
Em Santo André, são lançadas as raízes do Centro Popular de Cultura, que passa a funcionar pre-

carriamente na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Organizado por estudantes e operários, o CPC se dispõe a incentivar a formação de grupos teatrais, além de preparar elementos para a filmagem de películas tipo *nouvelle vague*. São encenadas peças de Francisco de Assis e Augusto Boal. No ano anterior, havia ressurgido o jornal *O Universitário*, da Associação dos Universitários de Santo André, dirigida pelo estudante de Psicologia João Cláudio Todorov (atual reitor da Universidade de Brasília). Informava que em suas páginas, “repousam idéias de juventude, idéias vivas e novas, deste sangue bem tropical que corre em nossas veias. Avante, pois, universitários, pois a fuga do tempo não para, nem silencia o furor da tormenta. Implacável nas suas exigências a vida impõe atividades: ou luta ou morte”.

“Também se denuncia a ocorrência de pagamento de comissões por parte de prestadores de...”

Nessa agitação pré-revolucionária, que iria desaguar no golpe militar de 1964, começam a ampliar as denúncias de corrupção na Prefeitura de Santo André. Gimenez é acusado de cobrar “pedágio” para honrar compromissos com os credores da administração. Também se denuncia a ocorrência de pagamento de comissões por parte de prestadores de serviços e obras. Gimenez, indiferente, diz que seu compromisso é com os eleitores, condena as oligarquias, diz que os vereadores são covardes, comprometidos. O diálogo se torna impossível.

Acervo: Guido Fidelis



Memorando do prefeito Oswaldo Gimenez à Diretoria de Obras: “Em que ano será construída a ponte das ruas Aimorés e Orquideas? Gostaria de saber, se não for muito trabalho para a DOSM. É só.”

Rompido com o prefeito, o vice José Silveira Sampaio faz jogo de cena, improvisa uma “sala” na Praça do Carmo, com mesa e cadeira, onde despacha.

Uma possível quebra de ordem cronológica para efeito de quitação de fatura denota o processo. Paulo Júlio de Carvalho assegura que o prefeito quer deixar de pagar o funcionalismo para desviar o dinheiro em favor de uma fornecedor e lidera a greve dos servidores. Alguns dias antes, vereadores da situação formam um grupo integrado por João Cara Valentim, José Benedito de Castro, Ário de Barros Rangel, Geraldo Milani e Jurandir Alécio. Iniciam negociações destinadas a conciliar interesses e garantir a integridade do mandato, mas todas as propostas são recusadas pelo irredutível prefeito. Comentou-se, na ocasião, que Gimenez considerou o preço muito alto. Enfim, de mãos vazias, buscam uma saída honrosa, a última possível, a renúncia para evitar o julgamento. Gimenez repete a idéia.

A situação ganhou contornos dramáticos. A administração se tornava caótica, os ressentimentos do funcionalismo recaíam sobre os contrinuintes, que reclamavam do atendimento. Sob forte pressão e após acaloradas discussões, a Câmara Municipal decidiu levar a Plenário o pedido de afastamento do prefeito por um período de 90 dias, tempo necessário aos procedimentos formais e jurídicos do impeachment, processo extremamente complexo e desconhecido. Com a Casa repleta de servidores municipais, de adversários e de velhas lideranças, a Câmara Municipal decide pela decretação do afastamento, expedindo a Resolução nº 10, calçada no seguinte teor:

“A Mesa da Câmara Municipal de Santo André faz saber que o Plenário, em sessão realizada no dia 12 de outubro de 1961, aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - É decretada o afastamento do prefeito municipal Oswaldo Gimenez, pelo prazo de 90 dias, em função de indignidade e improbidade no exercício do cargo e incapacidade administrativa.

único - Enquanto durar o afastamento de que trata este artigo, o cargo de prefeito municipal de Santo André será exercido pelo vice-prefeito municipal, com os poderes e atribuições que a lei lhe confere..

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santo André, em 12 de outubro de 1961, 408ª da fundação da cidade.

Cid Flaquer Scartezini - Presidente
Luiz Olivieri - 1º Secretário”

O presidente da Câmara, cumprindo formalidade legal, envia ofício ao prefeito comunicando seu afastamento e a posse do vice, José Silveira Sampaio. Gimenez não aceita a resolução. A Praça do Carmo se transforma em campo de batalha. De um lado, correligionários; de outro, vereadores e servidores, além de curiosos. Há aparato policial, com presença de carros de choque da Polícia Militar. Forte chuva de granizo evita o confronto, as pessoas se afastam, buscam abrigos, os ânimos se acalmam.

Gimenez se diz inocente, vítima da incompreensão, da perseguição dos poderosos que mandam e desmandam na política local. Conclama o povo, líderes sindicais, trabalhadores, que a união de todos na defesa de seu mandato, que pertence aos eleitores. Acentua: “A revolta não passa de uma simples bola de neve que será derretida pelo sol”. Paralelamente, impetra recurso junto ao Poder Judiciário. O desembargador Itagiba Nogueira prepara mandado de segurança objetivando conseguir liminar destinada a restaurar o mandato de Oswaldo Gimenez.

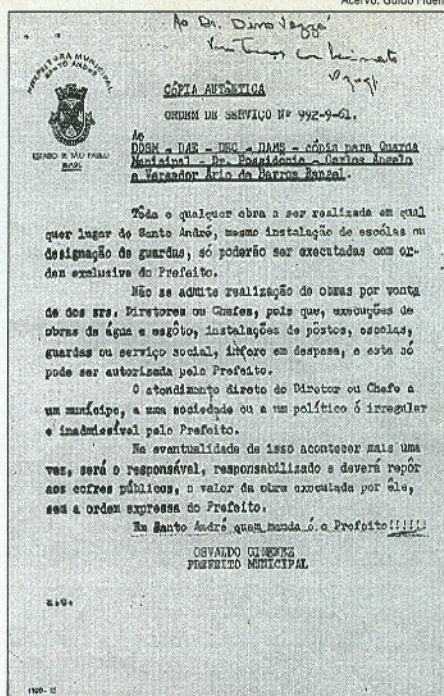
Na manhã do dia 13, sai a decisão do Judiciário: o juiz Ennio Bastos de Barros denega o pedido de liminar, homologando, portanto, a resolução da Câmara Municipal. As pessoas retornam, formam grupos em toda a extensão da Praça do Carmo, aguardam informações, agitam lenços. Gimenez cumpre a sentença, deixa o gabinete, usa viatura policial, com escolta de carros de choque. O vice-prefeito José Silveira Sampaio é empossado e presta homenagem ao ex-prefeito Pedro Dell’Antonia, em gesto de desagravo. Seguem-se cenas de vandalismo. Servidores grevistas, liderados pelo diretor da Fazenda, Paulo Júlio de Carvalho, entram no gabinete, retiram a fotografia do prefeito destituído, destróem a moldura, e atiram os destroços pelas janelas do prédio. A primeira medida de José Silveira Sampaio é destinada ao pagamento do funcionalismo. Alcindo Tavernaro disse que “foram necessárias 36 horas de trabalho ininterrupto para envelopar o dinheiro”.

“Ao todo, mais de uma dezena de empresários relatam o envolvimento do prefeito...”

Cumpra, agora, instruir o processo. A Comissão Processante já acumulara muitas provas. Testemunhas depõem e confirmam as acusações. A primeira e mais forte denúncia parte do engenheiro e empreiteiro Carlo Robba. Ele se diz vítima de forte coação, garante que foi pressionado a pagar comissões para receber seus créditos. O radialista Siqueira corrobora. Um assessor do governador Carvalho Pinto confirma ter sofrido pressão para pagar propina. Ao todo, mais de uma dezena de empresários relata o envolvimento do prefeito e de seu irmão com a prática da corrupção.

Os juristas da cidade não encontravam suporte legal. Hilton Luz Castro recorda que a solução foi recorrer ao professor Alfredo Buzaid (que ocuparia, entre 1969 e 1974, o cargo de ministro da Justiça do presidente Emílio Garrastazu Médici, período considerado o mais terrível da História recente do Brasil, marcado por torturas em presos políticos, desaparecimentos, desrespeito às liberdades, escalada da luta armada, atentados a bomba e seqüestros).

Inexistia legislação pertinente a crimes de responsabilidade dos prefeitos. Os vereadores chegaram a visitar Niterói, onde o prefeito também estava sob ameaça de impeachment, processo que não prosperou. Buzaid idealizou uma simbiose, mes-



Outra ordem de serviço do prefeito Oswaldo Gimenez, cuja frase final era a seguinte: “Em Santo André, quem manda é o Prefeito!!!!!! (sic)”

clando legislação federal e estadual. No final, traçou roteiro calcado nos casos previstos para impedimento do presidente da República (os mesmos que seriam utilizados no episódio Collor de Melo). O processo era inédito. No elenco de acusações constavam corrupção, prevaricação e favorecimentos. O promotor Mário Antunes Moraes deu o respaldo do Ministério Público.

Chega o ano de 1962, que teve as seguintes marcas: realização do Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII; mortes da atriz Marilyn Monroe, do escritor William Faulkner e do pintor brasileiro Cândido Portinari criação da Eletrobrás e a conquista do bicampeonato mundial de futebol pelo Brasil, no Chile.

A Câmara Municipal de Santo André programou a sessão extraordinária destinada ao julgamento público para o dia 5 de janeiro. Na presidência, o vereador Cid Flaquer Scartezini (nomeado juiz federal em 1965, ocupa hoje o cargo de ministro do STJ, tendo se projetado na apuração das fraudes eleitorais ocorridas em 1994, no Rio de Janeiro), ao contrário do julgamento de Collor, no Senado, quando a presidência coube ao presidente do STF, ministro Sidney Sanches, (que foi colega de banco escolar, em Araraquara, do vereador Massayuki Okubaro). A sessão se prolongou durante 28 horas, tempo destinado a longos e inflamados pronunciamentos, tomada de depoimentos de testemunhas de acusação e de defesa.

A sorte havia sido lançada bem antes. A sentença é implacável: perda do cargo e inabilitação para o exercício de qualquer função pública pelo prazo de cinco anos. Consumava-se o primeiro impeachment no Brasil. Também o vereador Armando Gimenez (atualmente pastor numa igreja evangélica de Belo Horizonte) foi cassado, acusado de ter

se beneficiado de recursos públicos. As provas revelavam que ele utilizara de materiais e equipamentos da Prefeitura em um sítio de sua propriedade, localizado na Vila Luzita.

Apenas o Conselho Sindical, presidido pelo sindicalista Marcos Andreotti, tendo como vice Trajano José das Neves, protestou “contra a forma antidemocrática e coercitiva que marcou os trabalhos da Câmara, mormente pelo desrespeito ao pronunciamento dos trabalhadores, que deixou de ser dado ao público”. O manifesto termina sublinhando que o processo democrático “exige dos vereadores que atos de tamanha envergadura sejam devidamente estudados para não perdermos o direito à liberdade tão duramente conquistada em jornadas inesquecíveis”.

“Se Gimenez estivesse vivo melhor seria devolver a ele a Prefeitura com pedido...”

Com Gimenez afastado definitivamente, José Silveira Sampaio assume o comando da Prefeitura, mas renuncia no final do ano de 1962 para se candidatar a uma vaga na Assembléia Legislativa. A Câmara Municipal, em eleição indireta, elege o vereador Clovis Sidney Thon para concluir o mandato, que se encerra no final de 1963, ano em que Kennedy é assassinado, mas que também marca o surgimento dos Beatles e a sucessão no Vaticano, com Paulo VI ocupando o trono que pertencera a João XXIII. Lauro Gomes vence as eleições para prefeito de Santo André, derrotando o médico Newton Brandão. O clima é pré-revolucionário, com eclosão de greves de muitas categorias de trabalhadores. Acentuam-se, ainda, as divisões entre políticos que apoiam João Goulart e os oficiais das Forças Armadas. Cresce o medo do comunismo. Fragilizada, a democracia entra em coma. A morte ocorreu em abril de 1964, com o golpe militar.

Gimenez reassume a direção da Rádio Clube e se lança novamente à vida pública. Candidata-se à Assembléia, em 1963, garante o registro de seu nome por meio de liminar e recobra, na Justiça, os direitos políticos que haviam sido suspensos e se elege deputado estadual. Em 1969, sem conseguir manter a audiência da emissora de atuar no ABC, vende a rádio e assume a Indústria Química Gimenez, pertencente à família. Picado pela mosca azul da política, ainda tentou uma volta triunfal ao velho reduto: disputa a Prefeitura, esquecendo-se que a população mudara, poucos ainda se lembravam de seu nome. Foi derrotado. Morreu em 1989, ainda fazendo planos políticos. Clóvis Sidney Thon, refletindo sobre os fatos atuais, os descalabros em administrações municipais, estaduais e federal e os desmandos ocorridos na região, comenta: “Se Gimenez estivesse vivo, melhor seria devolver a ele a Prefeitura, com pedido de desculpas”.

(*) Guido Fidelis é jornalista e escritor

Como, quando e por que a moeda brasileira apodreceu

Arnaldo TREBILCOCK (*)



1933: o ano em que o ditador, chefe do chamado Governo Provisório (permanente) iniciou sua ação nefasta que iria, ao longo dos quinze anos seguintes, tornar a economia brasileira ineficiente, estagnada, amorfa, sem futuro, sem organização, fechada, encardida, dirigida e conduzida por homens - anões morais ineptos e despreparados - fazendo com que o mil-réis, moeda até então estável e aceita internacionalmente, viesse a ser, a partir de 1934, um dos tantos papéis pintados que forravam as paredes dos vários bares da Europa e dos Estados Unidos, decorando-as com suas cores vivas ou berrantes.

Em 1933, o varguismo, com o pretexto da confusão chamada derrame de moeda efetuada pelos bandidos de São Paulo ao emitir, dizem eles, milhões de contos de réis em bônus (os tão falados bônus da Revolução Paulista) que, diziam eles ainda, tinham inundado as praças do Brasil inteiro, obrigando o governo central a um resgate ruinoso, pois tinha o Banco Oficial (naqueles tempos, o Banco do Brasil, onipotente e onipresente no mercado) que comprar os bônus paulistas pelo seu valor de face, embora seu valor real fosse nulo. Foi unicamente um reles pretexto dos monetaristas de Vargas que queriam apenas medir moeda para encher seus bolsos graças às verbas que destinaram às obras de redenção do Nordeste, dos criadores e plantadores do Sul, regiões mais carentes do Brasil de então, que vinham desde os fins do Império, sendo denegridas, desassistidas, quando não reprimidas pelos donos do dinheiro - paulistas e mineiros - os barões do Café, a rubiácea que alicerçava toda a economia brasileira, único produto suficiente para suprir a demanda do mercado interno e exportando quase o total, (algo ao redor dos 70%) da safra, trazendo aos cofres da União milhões de contos de réis.

E a emissão foi feita, as verbas orçadas, as quantias depositadas em suas respectivas contas. E Sul e Nordeste permaneceram como estavam. Não todos, seja dita a verdade. Uma parcela de nordestinos e sulinos teve o condão de uma sensível melhoria de vida: foram os chefes e chefetes de lá em cima em baixo que tiveram suas usinas de açúcar,

suas plantações de cana, seus pastos e seus rebanhos, financiados pelo Banco do Brasil, por ordem expressa do sr. Ministro que obedecia disciplinadamente às indicações do sr. Presidente, com quantias generosas, bem suficientes para as aplicações inadiáveis nas lavouras e indústrias, com sobras para as casas, as mansões, as viagens à Europa, naqueles tempos a maior ambição dos brasileiros endinheirados que passavam temporadas em Paris, com excursões quase diárias a Monte Carlo. Cremos que em 1933, 1934 e, talvez, até 38, foram os hotéis, os bordéis e os cassinos de França os que receberam a maior parte das verbas destinadas, em orçamento sancionado e sacramentado, a açudes, saneamento básico, hospitais e escolas, do Oiapoque ao Chuí, com um salutar salto sobre Minas e São Paulo, os vilões da miséria dos do Norte e extremo Sul não houve misto, descontinuidade. Os de Vargas continuaram fazendo o que os antecessores tinham feito, desde o fim do Império até à Nova República.

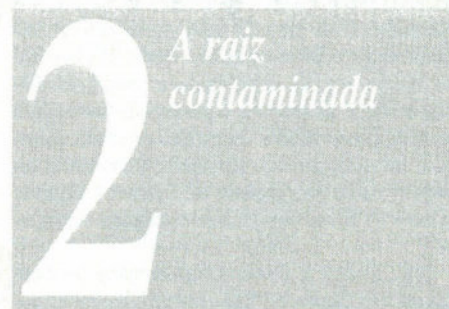
Falando ainda, rapidamente, do crime paulista, queremos dizer que a tal emissão descontrolada e predatória dos bônus não passou de alguns, milhares de contos de réis que foram, nem todos, distribuídos aos bancos em São Paulo e serviram para pagar parte das despesas de guerra incluindo o saldo dos que, sofrendo nas trincheiras, não tinham como aproveitá-los, principalmente porque impressos em papel de jornal, desfaziam-se em pó dois a três dias após guardados nos bolsos das camisas e culotes de brim. Quando os pobres soldados eram vítimas de chuvas, não raras no inverno de 1932, os bônus viravam pasta de papel sujo, inútil e incômodo. Terminada a revolução, os tais bônus também viraram lixo, pois o Banco do Brasil não resgatava um só, alegando ser dinheiro ilegal, sem curso no Brasil.

Não foram, portanto, os bônus paulistas os que causaram o início do apodrecimento da moeda brasileira, nem eles motivaram a moratória declarada em 1934, quando Vargas decidiu suspender todos os pagamentos das dívidas externa, interna.

A moeda brasileira, o mil-réis, graças à reação encetada em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Paraná e os estados do Sul, continuou ainda, por algum tempo, uma moeda aceita no mercado internacional, mas com deságios que foram aumentando sempre. Ao decretar a moratória, o governo central confiscou tudo e tornou-se o único controlador, dono e proprietário de câmbio, cujo valor era fixado pelo Banco do Brasil. Mais uma vez os varguistas trombetaram a necessidade do controle férreo da moeda, para evitar a fuga de divisas preciosas por parte dos exportadores, de café naturalmente, ainda paulistas e mineiros. E desde então, com o controle unilateral do câmbio, com o confisco da moeda, e seu infortunado sucessor, o cruzeiro, foram pouco a pouco tornando-se meros papéis coloridos, acei-

tos compulsoriamente por todos os brasileiros, repudiados virilmente por qualquer outro mercado, desde o bloco da libra ao bloco do dólar, descendo até os antros miseráveis da Índia, da África Central onde até as conchas tinham mais aceitação do que o mil-réis aviltado.

O controle do câmbio, e o controle da moeda trouxeram inevitavelmente o controle da economia como um todo. Foi assim que o governo central tornou-se integral, decidindo quem deveria ganhar, quem deveria produzir, quem deveria gastar, quem deveria pagar, quem poderia viver como poderia viver e quanto poderia gozar, fosse mesmo parcela do que produziam.



No dia seguinte ao da posse do câmbio e da moeda do governo central surgiu alto-neiro e forte, o câmbio negro, hoje denominado paralelo, simples exercício de sinonímia moderno. A segunda atividade ilegal é universalmente praticada com o controle total da economia puderam os meninos de Vargas aprender todas as feitiçarias econômicas e monetárias e como árdegos aprendizes produziram verdadeiros milagres. Foram formidáveis, maravilhosos, atuantes. Nenhum dos grandes ilusionistas que agitaram o mundo, Fêgole a Copperfield, chegaram aos pés dos discípulos de Vargas.

E a economia varguista foi, desde o primeiro dia, num empolgante crescendo rossiniano, absoluta, total e viceralmente nacionalista. Vargas resolveu que, a partir de 1º de novembro de 1930 tudo no Brasil seria verde e amarelo, nacional, brasileiro, tão nacional e tão brasileiro quanto ele, e seus seguidores. Cancelou, obliterou, afundou todos os projetos que diversas entidades brasileiras, estrangeiras e internacionais (não havia ainda sido cunhada, em 30 a palavra supranacionais) tentavam, desde 1928, pôr em prática.

A partir daquele momento não haveria mais concessões de pesquisa e lavra para companhias de fora, não haveria mais aumento de capitais, no Brasil, para indústrias não-brasileiras; os bancos estrangeiros foram proibidos de expandir suas atividades e não puderam criar nenhuma nova agência, restritos às que já tinham. Uma das primeiras vítimas do novo estado de coisas, foi a General

Motors of Brazil - que havia inaugurado pouco antes sua nova linha de montagem em São Caetano, então distrito de Santo André, depois distrito de São Bernardo. A GM pediu permissão ao Banco do Brasil, à Sumoc, para lançar ações na Bolsa, visando aumentar seu capital, captando fundos dentro do Brasil e não trazendo mais dinheiro de fora. Seu pedido era fundado num plano ambicioso, pois a GM planejava iniciar, em data não fixada mas posta inicialmente lá por 1936, fabricação de caminhões numa primeira etapa, utilitários numa segunda e automóveis, numa terceira. Teria sido o início da indústria automobilística já em 1936, a um custo muito baixo e com uma dependência muito menor do capital estrangeiro. Mas os discípulos de Vargas, ansiosos em mostrar obediência e admiração ao chefe, vetaram o pedido da GM, decretando uns trinta anos de atraso à indústria automobilística. E o verde-louro triunfou.

Mais draconiano e retrógrado foi o cancelamento dos grandes projetos das companhias inglesas e americanas que queriam dar a São Paulo, a Minas, ao Rio de Janeiro, ao Nordeste e ao Sul, algumas coisas que iriam beneficiar a população brasileira, trazendo prosperidade e bem-estar a várias regiões. Naturalmente os projetos mais grandiosos, as coisas de maior vulto visavam São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, regiões já prósperas e produtoras. Foram centenas de projetos e planos que buscaram a cesta de papéis usados. Entre eles precisamos destacar três que, pelo seu tamanho e importância teriam mudado, para melhor, três refrões e algumas cidades do Brasil pós-debacle econômico americana!

Um: a Light & Power, concessionária dos bondes em São Paulo e no Rio, entrega à Prefeitura em 1978 um plano para a construção de 110 quilômetros de metrô em São Paulo. Este plano constava de quatro linhas mestras radiais, duas a três linhas capilares e um trecho shuttle unindo as duas estações principais - Sé e República. A Light se comprometia a construir a rede de metrô (110 quilômetros como dissemos) em dez anos, iniciando em 1929 e terminando em 1939. Quer a concessão do transporte por um período de 50 anos (1939-1989), a entrega. Em 1990 de todo o sistema à Prefeitura de São Paulo ou a qualquer empresa que a prefeitura indicasse, sem receber um tostão, sem nenhuma indenização, sem nada contentando-se com o lucro e o retorno da capital, quantias bem razoáveis!

O projeto foi apresentado à Prefeitura de São Paulo em 1928 e, por demandar certos requisitos fiscais, foi pela Prefeitura encaminhado ao governo do Estado. Este aprovou o projeto enviando à Assembleia. A apreciação em discussão do assunto fez tramitar pelos diversos órgãos administrativos durante mais de um ano. Finalmente aprovado e tornado projeto de lei em fins de 1929, teve que ser encaminhado ao Governo Central, no Rio, pois a Light requeria isenção de taxas alfandegárias para todo o material que seria, necessariamente por não existir fabricantes no Brasil, importado da Inglaterra e outros países. Lembramos que naqueles tempos a taxa alfandegária, chamada hoje de imposto de importação era cobrada na base do peso do artigo importado, um tanto por quilo!. Havia mais uma exigência da Light: permissão para aumentar a passagem dos bondes em uns cem réis, passando de duzentos para trezentos réis, aumento a ser co-

brado durante três anos e que iria formar um fundo de caixa para financiamento das obras civis: abertura de túneis, colocação de dormentes, cimentos, tijolos etc. Estes cem réis adicionais seriam depositados pela Light em conta especial, vinculada, no Banco do Brasil, a quem caberia a fiscalização do emprego do dinheiro! O projeto aprovado por São Paulo, foi ao Rio e lá entrou em debate e discussão, como sempre.

Mais uma vez houve o correr dos prazos regimentais e assim o projeto entrou em pauta para votação em fins de novembro de 1930, quando já não havia mais Congresso, mas apenas um diáfano Conselho Provisório! Seguindo o caminho nacionalista-extremista do varguismo, o projeto foi rejeitado e arquivado, por beneficiar uma empresa estrangeira, que por sinal já explorava o povo brasileiro prestando serviço em fornecimento de energia ao Estado de São Paulo e transporte de massa à cidade de São Paulo! E assim São Paulo ficou sem metrô e teve que esperar quase quarenta anos para iniciar a rede de metropolitano que, vinte e seis anos mais tarde ostenta orgulhosamente cerca de 35 quilômetros de linha, quase um terço do que a Light teria entregue, sem ônus, em 1990. Os varguistas, ao rejeitarem o projeto, tiveram a hipocrisia de motivarem a rejeição por acharem abusivo e danoso ao povo brasileiro os cem réis que seriam, com todo rigor e com a mais rígida fiscalização, devolvidos com amplas sobras ao mesmo povo através de um serviço público moderno, eficiente e completo! E o metrô não veio.

Dois: a São Paulo Railway estrada de ferro que afunilava toda a exploração de café ao porto de Santos, empresa inglesa, vencia o declive da Serra do Mar levando seus vagões e gôndolas por tração a cabo, desmembrando os trens em grupos de três unidades para cada viagem. Era um sistema moroso e caro, que tornava o transporte da carga lento e o custo elevado.

Em 1927 o Estado de São Paulo iniciou a construção de um ramal da Estrada de Ferro Sorocabana, que, partindo de Mayrink chegaria ao litoral santista descendo a serra por linha de simples aderência, podendo os trens correrem inteiros: o percurso era maior, a quilometragem cerca de quatro vezes mais longa, mas o menor custo e a maior rapidez compensaria e o frete acabaria sendo menor.

Em 1930 - início - a SPR enviou um projeto: encamparia a obra da Sorocabana, construiria a parte da descida da serra, abandonando o traçado proposto e fazendo um imenso túnel, em elipse, pelo Morro da Viúva. Juntaria as duas ferrovias numa só, desviando a SPR do alto da Serra para o novo ponto de descida; além disto ampliaria a bitola da Sorocabana, que era estreita para bitola larga, em todo o percurso já construído ou em construção, sem ônus para o Estado. A carga permaneceria por conta de cada uma das ferrovias: a SPR continuaria transportando tudo que viesse da região Noroeste, a Sorocabana transportaria tudo que viesse da região Sudeste, a Sorocabana seria entregue a Southern São Paulo Railway, estrada capilar que levava ao porto de Santos toda a produção da Baixada Sul e do Vale do Ribeira. Haveria um entrosamento total, podendo cada ferrovia usar o material rodante da outra, sem entraves legais ou burocráticos. Naturalmente este projeto, grandioso, audacioso e de imensa utilidade não poderia ser aprovado (e não

foi sequer discutido) por emanar de uma das tantas empresas estrangeiras que suavam o povo brasileiro há muitos anos.

Três: mais uma vez a Light! Já era então, lá por 1931 apontada de O polvo canadense! a Light apresentou um projeto, também de vulto e também visando o futuro do País: projetava a ampliação da Usina de Cubatão e a construção de outra, maior, na vertente Atlântica da Serra do Mar. Demandava ainda este projeto o aumento dos reservatórios de Guarapiranga e do Rio Grande e a formação de um terceiro reservatório auxiliar além de Parelheiros.

Triplidar a produção de energia elétrica e a oferta de kilowatts às várias regiões do Estado que iniciavam sua industrialização, principalmente às regiões de Sorocaba, Itu, Campinas, Jundiaí. Aqui a Light agiria sozinha. Todo projeto seria seu, todo o uso seria seu, todo o lucro seria seu. Firmaria um acordo operacional com a Cia. Paulista de Força e Luz, subsidiária da americana Bond & Shares, para um completo entrelaçamento de suas linhas de transmissão e distribuição.

Os três projetos acima eram grandiosos, demandavam capitais enormes, dificilmente levantáveis no mercado interno. Pelo tempo de imobilização e pelos muitos anos antes de qualquer retorno, nem um dos três projetos atraíam capitais brasileiros, mais interessados e mais ligados a agricultura, especialmente o café, que garantia um excelente retorno em prazo muito curto.

Os três projetos teriam dado ao Brasil, por circunstâncias várias inicialmente a São Paulo, três coisas essenciais e ultra-necessárias: transporte de carga para exportação rápida e de preço baixo quanto ao frete, um dos fatores de competitividade no mercado mundial; transporte de massa, para uma cidade que estava fadada a crescer extraordinariamente, rápido, cômodo e seguro, embora a preço superior ao já existente e que poderia, diziam eles, ser ampliado, retardando porém a entrada do Brasil num mundo que se modernizava e progredia; produção de energia elétrica, a mais barata de todas e em que o Brasil tinha um potencial enorme, mais que suficiente para suprir as necessidades das empresas que iniciavam e folgadoamente das que viriam certamente em seguida.

Os três projetos tinham como alvo final a melhoria da vida, do trabalho, da produção do País, iniciando em São Paulo e abrangendo em pouco tempo toda a Nação. Mas eram projetos de empresas estrangeiras, inglesas, canadenses ou americanas, portanto de fora, naturalmente desmerecedor do verde-louro, embora se confessassem amigos do Brasil e confiantes em seu futuro. Logicamente, por serem empresas com acionistas aos milhões, visavam lucro suficiente para distribuir dividendo contratuais. Nisto nada havia de predatório, não havia a insanidade de sugar a seiva brasileira, nem a tentativa de dominar o País. Aquelas empresas, como outras muitas, estavam estabelecidas no Brasil, registradas dentro das leis brasileiras que seguiam e obedeciam regularmente. Logo não podiam sequer pensar em transgredir as leis ou normas pois sabiam que os tribunais brasileiros e, se necessário, os internacionais as condenariam, pondo a perder não apenas seus lucros e o investimento de seus acionistas, mas também todo o imenso patrimônio que haviam construído. Mas o varguismo tinha se instalado no poder sob a égide nacio-

nalista radical e não admitia que as empresas estrangeiras prosperassem por uma ampliação de seus negócios. Achavam os néscios que o lucro que as empresas remetiam às suas matrizes para atender a seus acionistas era dinheiro surrupiado ao Brasil; queriam que além da prestação de serviços de alto valor e utilidade, também fossem aqui deixados, de qualquer forma os lucros. Citamos somente três projetos que o varguismo abortou e cancelou, mas havia outros, mais de cem, alguns elaborados por brasileiros em parceria ou com assistência técnica dos estrangeiros e não visavam somente São Paulo. Havia projetos de pecuária no Rio Grande do Sul, projetos agro-industriais em Minas, projetos industriais no Rio, projetos de plantio irrigado no Nordeste, e vários projetos para implantação de usinas siderúrgicas, elaborados por um americano, de nome Farquhar que iniciou a implantação da Itabira Iron Company que foi depois encampada por mineiros com dinheiro fornecido pelo Banco do Brasil e que se transformou na Acesa - Aços Especiais Itabira S.A. - controle 992 Banco do Brasil. Mas, os que tomaram o poder junto com Vargas eram todos jejunos em negócios internacionais de vulto, não conheciam nada daquilo que os grandes projetos ofereciam, não tinham o menor conhecimento quanto as finanças internacionais, câmbio livre ou manual, trocas de produtos entre as nações; não sabiam nem mesmo o verdadeiro significado da expressão Comércio Exterior. Desconheciam principalmente a convivência entre nações amigas, o intercâmbio de idéias e comércio. Fecharam o Brasil num círculo férreo de nacionalismo radical e isolacionista, pensando que, com eles dirigindo o País poderia viver, crescer e progredir sem a necessidade das empresas estrangeiras, mesmo sem os homens, bons administradores que as empresas tinham enviado ao Brasil para bem gerenciar suas filiais ou as empresas aqui constituídas.

Firmemente montados no poleiro superior, os varguistas iniciaram uma administração canhestra, botucuda, fechada. Inauguraram em 1934 uma filosofia que foram reforçando e burilando em 1935 - 1937 - 1942 - e que seguiu dominante mesmo depois da saída do ditador, refluindo viçosa ao seu retorno.

3 Estadista? Não, ditador

Os biógrafos de Vargas dizem que ele mudou o Brasil e foi um estadista que teve as mais fulgurantes idéias e que mais lutou para tornar o Brasil uma Nação nova, livre, correta, próspera e respeitada. Estamos absolutamente convencidos de que o homem queria exatamente isto, mas ficou provado, no decorrer dos anos, especialmente na parte crucial da Economia, que tudo ficou nas boas intenções ou nas idéias, porquanto tudo que seus financistas e monetaristas

fizeram fantasiados de economistas, teve um rumo exatamente oposto: as medidas tomadas pelos assessores de Vargas, talvez a maioria até contra a intuição dele, jogaram a Nação a rumos opostos. Com o controle total do câmbio, da moeda, das finanças, da produção, não tendo a seu dispor homens preparados para o mister, sem nenhum verdadeiro administrador de empresa que soubesse organizar a economia brasileira, esfacelada, implodida e falida em consequência da grande crise americana, montando uma administração cautelosa, severa, austera que pudesse em dois ou três anos, fazê-la retornar ao bom caminho. Os varguistas sempre alardearam que as dificuldades da Economia brasileira foram criadas pelos americanos, pois fora a grande debacle de setembro de 1929 quando a nação do Norte faliu, empobrecendo até a miséria quase toda sua população; foi a falência americana que causou e provocou a falência do Brasil e de quase todas as nações da América do Sul. Há nesta assertiva uma certa verdade: foi realmente no caudal da crise estadunidense que rolaram as riquezas brasileiras e vizinhas. Mas, tudo aconteceu como consequência, como efeito e não como causa. A miséria americana não foi exportada, não foi impingida, não foi ditada às demais nações. Se o Brasil entrou em uma turbulência fatal no segundo trimestre de 1930, se os brasileiros, especialmente os grandes ou pequenos fazendeiros de café de São Paulo, Minas, Rio, Espírito Santo e Paraná, ficaram inadimplentes, pobres e imputáveis, se tiveram que entregar suas fazendas ao Banco do Brasil e a outros bancos para cobertura de dívidas muitas vezes de valor superior ao dos bens que entregavam; se empobreceram e não tiveram nenhuma chance de buscar empréstimos para recuperar suas finanças, não foi por culpa direta dos americanos, nem tiveram algo a ver com a crise do Norte. O Brasil, como um todo teve sua Economia destruída, rompida e desorganizada, porque toda a Nação, desde o Presidente da República até o mais ínfimo negociante tinha levado os anos de ouro, a década 1920/1930 esbanjando os ganhos fáceis e suntuosos de seu trabalho, de suas exportações. Tanto o Governo como os produtores viveram numa ilusão de riqueza, que pensavam iria se desdobrar continuamente, não criando fundos, não amealhando poupanças, não constituindo o que na Economia daqueles tempos chamavam fundos de reservas o dinheiro que todo governo a cidadão das nações mais organizadas achavam, a poupança para os dias de chuva. Os brasileiros estavam ufanos pelo seu crescimento, por terem, galgado, desde os primeiros dias da República, uma situação invejada por muitos e por terem passado de uma colônia explorada, por um Império de pouca habilidade e uma República bem vista e bem amparada pelos Bancos de Europa, cedentes de créditos fáceis e abundantes, grande exportadora de produtos de primeira necessidade (assim pensavam eles) desejado e disputado pelo mundo afora. A debacle americana não arruinou o Brasil; o Brasil arruinou-se porque perdeu repentinamente a possibilidade de ter crédito dos bancos europeus, por estarem tais bancos fechados em si próprios, buscando cicatrizar as feridas causadas pela crise americana e não tinha, o Brasil, reserva nenhuma, nem mesmo suficiente para pagar as faturas do muito que importava, desde farinha de trigo, leite industrializado, máquinas,

arados, tratores, remédios, até alimentos.

E Vargas ganhou o País no rastro do descontentamento popular, chegando ao Catete por sua própria ação rápida, fulminante quando sentou-se na Cadeira dispensando no ato a Junta Provisória que havia conseguido a renúncia de Washington Luís com o argumento da tragédia que ameaçava tirar o Brasil a uma guerra civil sangrenta e dolorosa. Vargas tomou o poder prometendo aos brasileiros acabar com a miséria, com a corrupção, com o jogo do bicho (a maior mazela brasileira, diziam eles) e, principalmente, com os estrangeiros, com as grandes empresas de fora e com os bancos não nossos, todos eles ponta de lança do capitalismo explorador, aquele capitalismo que buscava apenas explorar as riquezas do sub-solo brasileiro, produzindo, lavrando e manufaturando pelas mãos escravas dos brasileiros que mourejavam nas minas, nas fábricas, nos campos, a serviço dos estrangeiros ou de brasileiros traidores, sócios ou lacaios dos de fora !! E assim nasceu, crescente e floresceu a nova filosofia varguista: nacionalista, extremista, fechada, botucuda, populista, improdutiva, corruptora e maléfica. Foi doloroso ver, em 1933/34 os pólos antagonísticos que surgiram no Sul e no Norte: lá Roosevelt lançava sua NRA - National Recovery Act, o New Deal que foi para a pedra fundamental da nova economia americana. Baixou encargos, melhorou salários e deu todo apoio aos industriais, crédito amplo e barato, incrementou a tecnologia, acalentou os investimentos estrangeiros, fazendo com que em poucos anos a economia americana voltasse a ser o que era, ampliada e melhorada. Teve seus percalços, seus pequenos erros e suas correções de rumo, mas manteve firme o leme, amparado pela iniciativa privada sendo combatido ferozmente por algumas corporações que eram contra a liberalidade iniciada por Roosevelt. Aqui Vargas fazia o contrário: restringia o crédito, entravava a iniciativa privada e estatizava a economia. Ao Norte Roosevelt abria a quem quizesse as portas das empresas, das indústrias, da agricultura americana, não impondo nenhuma restrição e não discriminando nenhum estrangeiro, desde que quizesse cooperar com o fortalecimento da economia americana e quizesse montar empresas sólidas e bem administradas que fomentassem a produção e consequentemente criasse mais empregos para americanos.

Aqui Vargas mostrava os dentes a qualquer tentativa estrangeira, restringia até o sufoco as empresas já estabelecidas aqui, vetava qualquer crescimento das mesmas e criava estatais, departamentos de organizações que somente eram (e ainda são, hoje multiplicadas ad infinitum) grandes, médios e pequenos fulcros de burocratas ineptos, ineficientes. Aqui nasceram, em 1933, as corporações, os grupos de burocratas (todos com dois erres) que reconstruíram a economia brasileira sob a égide, o controle (não o amparo) dos burros donos das burras numa euforia machista bem latina, supinamente brasileira, fulgurantemente varguista! O que mais intrigou, o que mais atarantou os que seguiam a atividade de Vargas, como mandante supremo, em suas intervenções na Economia era a existência de duas personalidades diferentes e antagonísticas: conhecia-se Getúlio Vargas, o homem do Sul, advogado hábil e astucioso, bem pensante, idealista de elevados pensamentos, bom político, amigo e afá-

vel mas somente se via um outro: ditador voluntarioso, nacionalista radical, com laivos de crueldade, fazedor de leis que seguidamente espezinhava, destruidor de homens cultos e preparados, convidando-os a com ele trabalhar, muitas vezes alcançando-os ao posto máximo de Ministro para destituí-los logo mais por demissões feitas por porta-voz ou pelo telefone, expondo-os à opinião pública em humilhantes degradações. É possível que Vargas tivesse a melhor das intenções, ao tomar o poder, quanto à reconstrução do País, especificamente sua Economia. É possível que quisesse criar aqui uma administração operosa e sadia, imune às futricas politiqueras, tais como existiam na Inglaterra, em boa parte nos Estados Unidos, na França. Seguindo talvez seu instinto pessoal aproximou-se de Roosevelt que teve por Vargas uma grande amizade e respeito, não raras vezes oferecendo ao brasileiro apoio e conselhos. É possível, mas o que aconteceu na realidade foi que Vargas repudiou todos os modelos economicos das grandes democracias, preferindo pautar-se pelo modelo fascista, posteriormente sublimando sua administração inclinanda para o modelo nazista. Vargas deve ter vivido, nos primeiros anos de seu poder, momentos de angustiante dilema tentando decidir entre ser um estadista democrata e liberal ou como foi um verdadeiro ditador, autocrata e despota. Talvez tenha dito a Roosevelt, em primeira mão, sua célebre frase deixa como está, para ver como é que fica. Uma coisa foi absolutamente certa: sofreu e aceitou a influência fortíssima de dois dos seus mais nefastos assessores: Lourival Fontes, Goebels tupiniquim que montando o DIP deu a Vargas as trombetas para fazer-se arauto da felicidade dos pobres, e de Filinto Muller para criar o Estado-novo, em 1937, modelo nacional do hitlerismo. Vargas não foi, como muitos dos seus críticos disseram, um homem fraco, não! Foi realmente um homem angustiado, atormentado pelos dois eus que encarnava, um ditador que albergava em si, politicamente Jeckill and Hide. E desta personalidade se aproveitaram todos os que chegaram-se a ele não para ajudá-lo na reconstrução da economia brasileira, mas somente para tirar proveito, em causa própria, das grandes oportunidades que foram surgindo desde o momento em que a Economia americana se recompôs, dando novo alento às economias do mundo todo. Lourival Fontes criou um painel propagandístico que adormeceu toda a mentalidade brasileira, levando até alguns homens de valor a aplaudir o que o varguistas faziam na Economia, esperando que, terminado o período de transição, voltasse o Brasil aos rumos certos e luminosos.

Filinto Muller montou uma polícia do Estado imperativa e cruel, dentro das normas fascistas e nazistas: prendeu torturou burocratas do poleiro, mantendo os cofres guardados, a serviço dos famulos mais íntimos e queridos que se banquetearam livremente, despidoradamente. E o povo nada sabia, pois o DIP dava somente notícias, fulgurantes, grandiosas, em loas sem jaça ao chefe supremo e seus acólitos, os grandes homens que levariam o Brasil a um lugar proeminente de novo mundo que estava em gestação.

4 Os conspiradores

Em 1932, participantes da revolução paulista, criaram um grupo de jovens mais cultos, mais esclarecidos, alguns deles recém-vindos de outras plagas, formados em Direito internacional e Direito marítimo, ou em administração de empresas (não havia ainda os tão badalados e falados economistas) que se comprometeram, depois da revolução, a combater a filosofia varguista, trocando o fuzil pela caneta. Terminada em triste derrota a Revolução, tentarão estes jovens, já unidos numa associação, pelear pelos jornais, o Estado e Folha e Gazeta, demonstrando por artigos bem estruturados e comunicativos, os perigos, as armadilhas que a nova filosofia seguia armando para a economia. Mas, como soe acontecer em regimes totalitários, suas tentativas esbarraram nos obstáculos ditatoriais e seus artigos foram rejeitados por todos os jornais, a mando dos que, enviados especiais do DIP, tinham assento nas redações com poderes suficientes para vetar qualquer publicação que fosse, mesmo ínfima ou inócua, contrária ao poder de plantão. Frustrada sua tentativa de esclarecer a opinião pública sobre o andamento da economia brasileira, resolveram encolher-se num grupo menor formado por cinco membros com atuação permanente por morarem e trabalharem na mesma cidade, mais seis de outras cidades que participavam de reuniões quando possível. Formaram um grupo que, para despistar a vigilância dos esbirros imperiais, chamaram de estudiosos de estatísticas. Reuniam-se inicialmente no escritório de um deles, em horário depois do expediente. Meses depois tiveram que abandonar as reuniões no escritório, pois a polícia do Estado, informada por algum dos faxineiros que limpavam as salas, e um certo dia uma ocorreu uma batida. Felizmente chegaram num dia em que estávamos discutindo e examinando exatamente estatísticas e as anotações nada tinham que pudessem ser tomadas como do contra!!! Frustrados e irritados saíram os solertes inspetores de mão vazias, tão loucas quanto seus cérebros deixando no ar estrondosas ameaças se, em incursão futura achassem algo comprometedor! Não passou pela mente amorfa dos imbecis de que eram os conspiradores suficientemente inteligentes para evitar qualquer futura ação positiva para eles! Daquele dia em diante as reuniões foram em lugares diferentes: algumas numa mesa no fundo do Bar Supremo, outras no Restaurante do Automóvel Clube, lugares onde os inspetores pouco apareciam e quando o faziam limitavam-se a bebericar whisky com soda, falando aos barmen sobre suas façanhas, seus poderes e seu patriotismo, exibindo em posturas e gestos adequados ou muito que podiam! Eram aos poucos isolados por silêncio completo de todos e, algum tempo depois retiravam-se tranquilamente, esquecendo sempre de pagar o que ha-

viam sorvido com tanta solércia!

Entre 1934 e 1939 os do grupo assistiram, impossibilitados de qualquer ação prática, todos os desmandos praticados pelo regime varguista contra a Economia do País.

As tarifas alfandegárias foram reformuladas e passaram a taxar os valores das mercadorias e não mais o peso. As importações continuaram, com destímulo quanto a supérfluos, mas sem proibições ou restrições. O câmbio, a troca de dólares por mil réis ou vice-versa era manipulado pelo Banco do Brasil e os exportadores, 60% do café, negociavam seus dólares através da Sumoc. Os importadores, por sua vez, também pagavam seus dólares ao câmbio fixo, ao mesmo Banco do Brasil. Surgiu então a grande corrupção os importadores começaram a sobrefaturar seus saques afim de obter mais mil réis por dólares que não deviam. Os exportadores também agiam: não era raro haver uma declaração inverídica seja quanto a quantidade de sacas enviadas seja quanto ao preço final negociado com os importadores de fora. Exemplificando: se um exportador de café declarava mil sacas e enviava mil e duzentas, recebia digamos mil dólares ao câmbio oficial e duzentos dólares lhe eram pagos ou creditados em contas essenciais no exterior. Dólares que amealhados, podiam ser vendidos quando precisassem do dinheiro, no Câmbio Negro que atingia em média três vezes o valor oficial. O governo de Vargas nunca tornou públicas qualquer estatística e assim, com a imprensa amordaçada, os pesquisadores cerceados ou isolados, o público, o povo, desde o mais preparado homem de negócios ao mais chucro estivador, não tinham conhecimento ou idéia do que acontecia. Outra barbaridade contra a Economia do País: naquela década todas as leis, normas ou portaria que modificasse fosse o que fosse quanto à moeda, só entravam em vigor noventa dias depois de publicadas... Tinham assim os negociantes três meses para fechar seus negócios cambiais e negociar seus dólares ao câmbio antigo. E esta barbaridade foi ampliada e melhorada quando entraram em vigor as licenças de importação; quanto a estas as regras eram supinamente claras: fosse qual fosse a data da chegada do importado, até meses ou anos depois, a taxa do câmbio era a declarada na licença!

E assim começou o apodrecimento da Economia brasileira, ou da moeda. O mil réis deixou de ser aceito em negociações internacionais. Quem fosse à Europa ou aos Estados Unidos devia munir-se de dólares, comprados no câmbio negro, pois o mil réis só tinha curso e era aceito dentro de nossas fronteiras. Nos vizinhos do Sul, Uruguai e Argentina podia-se cambiar mil réis mas a taxas absurdas. Em 1936, um peso uruguaio valia 11 mil réis e um peso argentino cinco mil réis. Isto no câmbio oficial, usado para quitação de transações legais. Se um desinformado turista fosse a Montevideu e Buenos Aires levando no bolso mil réis, geralmente via-se forçado a cambiá-los pagando trinta mil réis o peso uruguaio e dezoito mil réis o peso argentino. Nas casas de câmbio de Buenos Aires, onde as moedas eram trocadas livremente, as tabelas na vitrine anunciando as cotações diárias das várias moedas, quase sempre mostravam um branco ao lado do mil réis! Internamente a economia já não era o caos. Controlando o câmbio, controlando a moeda, controlando tudo, deu o governo central

uma aparente organização a economia que começou já em 1934, uma reação positiva novos contratos foram negociados, novas formas foram estabelecidas. O Banco do Brasil, através de seus vários departamentos ou diretorias monitorava tudo. Outros bancos oficiais, em quase todos os Estados cuidavam dos créditos à agricultura e a produção em geral, sempre seguindo as normas ditadas pelo Banco do Brasil a quem obedeciam sem restrições. Os bancos estrangeiros ficaram onde estavam: não puderam ampliar sua atividade no mercado nacional, não puderam abrir novas agências, não puderam aumentar seus capitais creditícios. E a economia dirigida, rígida, estatal, controlada e monitorada foi indo, crescendo como crescem as plantas enroladas em proteção vinculada asfíxica que, ao querer um tronco reto, sadio e altaneiro acabam criando um cepo bonito, aparentemente viril, mas na verdade estéril que termina num madeiro rijo, pesado difícil de ser manejado e aproveitado !!!

Querendo cumprir as promessas trombeteadas aos quatro ventos nos primeiros dias de trono, Vargas cuidou de armar a proteção aos deserdados, tornando-se pelas trombetas do DIP, o pai dos pobres. Foi seu governo rotulado em fanfarras lúdicas tonitroantes, protetor dos humildes, dos que nada tinham, dos miseráveis, dos que tinham sido explorados, espoliados pelos governos anteriores, mancomunados com os de fora, sempre estrangeiros, sempre as empresas não brasileiras! Outra era a verdade. No mercado de trabalho no Brasil dos anos 30, havia uma diferença de vulto entre os salários pagos pelas empresas brasileiras e o concedido pelas empresas estrangeiras. Para o mesmo tipo de trabalho, para o mesmo cargo, as companhias brasileiras pagavam um salário que as empresas estrangeiras aumentavam em pelo menos trinta por cento. Assim, um escriturário do comércio ganhava numa empresa nacional, digamos trezentos mil réis por mês e, numa empresa estrangeira, pelo menos trezentos e noventa mil réis. Naturalmente ao pagar mais tinha o direito o dever de contratar os melhores!

Além disto, as internacionais eram mais cumpridoras de seus deveres, pagavam os impostos em dia, sem sonegar estupidamente, não tanto por serem mais honestos, mas por saberem que a fiscalização, o processamento e a justiça agiam sempre com maior rigor contra eles. E a Economia continuava sob controle do Estado, ineficiente, incoerente e corrupto. Não havia, ainda, a corrupção puramente material, onde grandes somas em dinheiro trocavam de mãos, passando das contas públicas às contas privadas, mesmo porque não havia grande somas de dinheiro disponível. Em 1936, o DIP brasileiro não passava de talvez, quinhentos milhões de dólares.

A grande corrupção do sistema varguista deformou a mente brasileira. Se quisermos um início, uma nascente a esta corrupção podemos remontar a 1932 quando eclodiu a revolução paulista, muitos jovens oficiais da vila militar se inclinavam à aderência ao movimento paulista Vargas, alertado e aconselhado pelos chefes supremos do Exército, a começar pelo ministro da guerra, na ocasião o segundo mandante no País, resolveu o problema com maior simplicidade: promoveu os aprendizes de revoltosos a um posto acima, passando tenentes a capitães, capitães a major este a tenente-coronel e a

coronéis, remanejou os postos de comando de tropa deslocando generais. Dobrou o saldo de tenentes e capitães, dando um bônus de 35% aos oficiais superiores. Consolidou, assim, seu poder militar e concluiu a montagem de seu exército; a lealdade dos milicos permitiu aos varguistas consolidar seu controle sobre tudo que se fazia (incluindo o que se prometia fazer) e deu-lhe o respaldo necessário para a criação do Estado Novo, em 1937! Aquele Estado Novo, alcunhado por eles de democrático!!! A democracia era tão aplicada ao povo brasileiro pelos ensinamentos de Chico Ciência, as trompas de Lourival Fontes e os punhais de Filinto Muller. Lá fora, Roosevelt abanava a cabeça, mas Mussolini e Hitler desfaziavam-se em loas e afagos. Politicamente o Brasil tentava, pelas mãos ineptas de seus ministros e chefes, alinhar-se aos fascistas e nazistas, considerados por eles (talvez até contra a vontade de Vargas) os geniais construtores de um mundo novo, melhor, mais justo, mas populista, uma vida melhor, com renda igual para todos. Conseguiram os brasileiros empoleirados do momento, criar uma simbiose estranha e aparentemente antagônica: tentaram montar em nosso País um governo que pretendia nivelar economicamente todos! Este nivelamento, era um dos cânones do fascismo e, com maior virulência e muito impulso, do nazismo. Mas os varguistas almejavam um nivelamento que, pelos recursos do país e pelas fortunas existentes, somente poderia ser feito em nível inferior; exatamente o que já vigorava, há quase duas décadas na falaz União Soviética! Vítima e alvo perfeito dos economistas de Vargas, o café, esteio da economia brasileira e, 1936, foi vilipendiado, dilapidado, massacrado. Criou o governo um tal de Departamento Nacional do Café, órgão inútil e maléfico, entulhado de funcionários despreparados e ineptos, que meteram os pés pelas mãos. Quando dizemos que o café foi massacrado, lembramos a queima de 66.000.000 (sim, sessenta e seis milhões) de sacas de café, que arderam por quase dois anos ao longo das linhas da S.P.R. entre Cubatão e Santos! Sessenta e seis milhões de sacas de café, três safras anuais pouco mais do que três anos de exportação, ou, a grosso modo dois a três milhões de contos de réis! E a economia brasileira seguiu seu caminho, rumo a dedetização completa. Foi naquele período, de 1934 a 1937, a moeda brasileira, o mil réis (e, a partir de 1942 o cruzeiro) tornaram-se definitivamente moeda pobre. Os desatinos praticados pelos financistas de Vargas, desde o controle do câmbio, passando pela criação de duas espécies, o oficial e o negro, até o mais despuadorado surrupio de milhões de dólares nas exportações e importações, chegando finalmente ao contrabando, tanto de entrada como de saída, levaram ao desgaste e ao repúdio no mercado internacional a moeda brasileira, entre si ou tracam por dólares, libras ou francos suíços! E o câmbio negro cresceu robusto, forte, viril! O dólar oficial valia 18,36 - o dólar negro oscilava chegando a quase quatro!

A economia brasileira ficou totalmente alheia aos grandes negócios efetuados pela Alemanha nazista em seus preparativos para a guerra. Criando estoques de matérias-primas e alguns alimentos básicos, Hitler comprava de quem pudesse fornecer, tudo quanto necessitavam para o formação de seus exércitos e preparo de suas divisões. Quis comprar no Brasil, mas o Brasil pouco tinha a vender por-

que sua produção ainda estava estagnada nos níveis de 1933, bastando mal e mal para o consumo interno! A produção industrial brasileira era pequena e incipiente e pouco podiam achar os nazistas em nosso mercado interno! Quando a guerra explodiu em setembro de 1939, o Brasil ficou oficialmente neutro, não por ser ideologia, mas porque não tinha nada, nada mesmo que pudesse torná-lo um parceiro útil para qualquer dos lados em conflito.

Veio 1940 e uma euforia dos brasileiros no poleiro, maior intusiasmos nos comandantes do Exército, desfazendo-se em admiração pela estrondosa eficiência das divisões de Hitler, em poucos meses submeteram a Polônia, a Holanda, a Dinamarca, a Noruega, a Bélgica e finalmente a França ameaçando ao longo das praias francesas a poderosa Inglaterra que os estrategistas brasileiros, principalmente os estrategistas de bares declararam kaput, acabada, derrotada, próxima a tornar-se em dois meses (ou até quinze dias como dizem os mais intusiastas dos bares...) Terra ocupada, colônia Alemã!

E o governo central reformulou algumas diretrizes da economia, buscando desligar definitivamente o mil Réis do chamado bloco da libra querendo passar a moeda nacional ao grupo da? ainda inexistente, ainda informação, ainda em penosa gestação em que abortaria purulento pouco depois. Relutou o governo a aliar-se ao dólar, já esboçando sua supremacia mundial, o quanto pôde, curvando-se ao inelutável quando não havia outro caminho possível.

1940 deve ser apontado como ponto de partida da inflação do que foi ano após ano engordando, comendo com todo apetite o dinheiro dos pobres, aqueles mesmos pobres de quem Vargas intitulou-se pai. Graças aos desmandos e cretinices aplicadas na economia pelos gênios monetaristas de Vargas, os pobres aumentaram; além dos que já existiam, espalhados pelo norte e nordeste, os assalariados do sudeste, do centro-oeste, do Sul também empobreceram falando naturalmente em dinheiro verdadeiro ou real money !! numa jogada demagógica de pouco valor foi decretada em 1940 o salário mínimo, trombetado pelo DIP como salvador, redentor dos assalariados, dos pobres!

Como foi fixado o valor do salário mínimo na ocasião? Podemos dizer com toda certeza e sem contestação que o salário mínimo de duzentos mil réis foi aconselhado ao presidentinho por algum sábio em economia do governo por ser (em janeiro de 1940, foi decidido o salário mínimo) o custo da mensalidade paga por um rapaz solteiro em pensões do Rio de Janeiro, tanto as da rua Larga como da própria avenida Rio Branco! Não houve pesquisas, não houve cálculos, não houve referenciais: apenas um dos mestres perguntou a um dos menores auxiliares do escritório quanto ele gastava por mês para ter o essencial à vida: casa-comida-roupa-lavada! Sabendo que as pensões cobravam para dar a seus hóspedes as três coisas básicas, aconselhou fixar na mesma quantia o tão badalado salário mínimo, que, estudado, decidido e fixado em janeiro foi decretado em primeiro de maio, Dia do Trabalho. E assim foi feito. Há uma parte jocosa, para não dizer contra, nesta fanfarras: quando decretado, o tal de salário mínimo, que, de acordo com o DIP resgataria a cidadania do brasileiro, já estava defa-

sado, pois as pensões já cobravam em maio duzentos e quarenta mil réis, não mais duzentos!! em setembro o salário mínimo foi elevado a duzentos e quarenta mil réis e tudo ficou em paz. Terminando o que dizer sobre o salário mínimo, queremos enfocar uma distorção que vem sendo praticada há décadas, com toda veemência pela esquerda radical e seus simpatizantes: o salário mínimo nunca foi determinado como necessário para o sustento de uma família padrão (marido, mulher e dois filhos) como esbravejam hoje os rosados e vermelhos: o salário mínimo era pago ao rapaz que iniciava sua carreira no trabalho diário em lojas, oficinas ou escritórios. A maioria desses rapazes trabalhava no Rio, São Paulo e outras cidades e moravam sós, em pensões ou casas de parentes e amigos, onde pagavam pontualmente o quanto possível, suas mensalidades. O erro, a canalhice feita com o salário mínimo foi o de permitir, apoiar e aceitar a indexação do salário mínimo aos demais. O empregado que ganhasse em julho de 1940 setecentos mil réis (salário mínimo) passou a renovar seu acordo com o patrão para contratos de serviço o mesmo aconteceu com a aposentadoria: pouco a pouco foi fixado um teto calculado em tantos salários mínimos assim surgiu, sem ninguém se dar conta disso, uma nova moeda no Brasil. Mas uma talvez a segunda bactéria que causou a podridão da moeda corrente. Seguíam assim os grandes sábios em economia do varguismo sua trajetória figurante, o pai dos pobres cuidava deles com carinho e amor, o artífice máximo estava criando uma nação mundial, rica em idéias, pronta a, na hora certa que já despontava no horizonte, marchar ao lado das grandes nações que estavam forjando literalmente a ferro e fogo um mundo novo, uma nova ordem uma nova felicidade! Neste cenário, descrito pelo DIP com grandioso macho mui macho nasceu o coitado do salário mínimo, desde de seu nascimento esperança frustrada e vergonha hoje do trabalhador brasileiro.

5 Sem os lucros da guerra

Em 1942, no segundo semestre uma tremenda excitação na economia surgiu o cruzeiro a nova moeda que modernizando o monetarismo brasileiro, substituiu o mil réis herança colonial lusitana. Mas afinal por que o Brasil trocou a moeda num período tão turbulento e tão cheio de incertezas? Estavam sofrendo um mundo todo o terceiro ano de uma guerra cruenta, repleta de emoções contraditórias, em que batalhas eram vencidas ou perdidas sem que descidissem o destino do mundo em que nenhum dos lados podia afirmar ser o vencedor final. Um trinta nações da Europa e algumas da Ásia e da África já não tinham economia, não tinham moeda respeitada ou aceita, sujeitas a uma moeda espúria que quase todas odiavam e esperavam ser provisória. E o Bra-

sil, este grande país desconhecido e nebuloso trocou a moeda. Saiu o mil-réis entrou o cruzeiro. E que era este cruzeiro?. Algo novo inventado pelos varguistas?! Não, não foi o governo de Vargas que inventou o cruzeiro. Esta nova moeda foi realmente criada nos anos vinte e deveria ter entrado em vigor e inicialmente em 1924 e depois transferidos para 1927 e finalmente arquivado já com suas notas impressas, se não nos falha a memória pela América Bank Note Co. - Notas que foram trancadas em cofres do Branco do Brasil e outros bancos oficiais. Alguns anos depois Assis Chateaubriand lançou efetivamente o Cruzeiro aquela ótima revista brasileira que galhofamente desmentiu a (prova lançada no carnaval de 1924), e que cantava:

*"... ele é o estradeiro...
...ele é sim senhor
Bom governo... é sim senhor!
Mas o cruzeiro, é sim senhor!
O ovo gorado... é sim senhor!"*

Bem, voltemos à vaca fria. Em 1942 o governo encomendou à Thomas De La Rue empresa britânica que estampava os mil réis brasileiros, uma nova fornada de notas para substituir as que estavam em uso, desgastadas, rompidas e remendadas. Esta troca era feita normalmente, tanto no Brasil como em outras muitas nações civilizadas. Mas os navios que iriam trazer as novas notas ao Brasil foram postos a pique ainda no Atlântico Norte. A imprensa não tinha maneira de imprimir nem remeter nova fornada de cédulas dentro de um período mínimo de dois a três anos (estávamos em guerra lembrem-se?) O governo não teve outra alternativa: desencabulou o cruzeiro e mudou a moeda: o valor ficou o mesmo, cada cruzeiro correspondia a cada mil réis e cada dez mil réis valeram um centavo de cruzeiro. Não houve choque, não houve corrida, não houve nada. O público, bem esclarecido pelos bancos aprendeu rapidamente a usar a nova moeda e o cruzeiro entrou na vida do brasileiro mansamente. Apenas as repartições do Governo e as estações já criadas ou em sua gestação, contrataram novos funcionários, mais esclarecidos e mais conhecedores dos meandros das moedas (pelo menos isso foi o que DIP andou dizendo) para evitar percalços. O qual foi, para uma boa parcela de pequenos agricultores, espalhados pelo interior da Bahia, do Piauí, de Mato Grosso, até de Minas e São Paulo, o sofrimento ao tentar pagar algumas contas ou dívidas com dinheiro que tinham sob o colchão vendendo e rejeitando e tendo que sujeitar-se a ajuda de outros para trocar a moeda em banco e casas bancárias, estas cuidando sempre de abiscoitar bons trocados na operação; este sofrimento e esses achaques, nunca foram divulgados pelo DIP. Quanto aos jornais e as rádios nada podiam fazer, por estarem ferroadas por uma censura insana. O governo chegou na iniquidade de desapropriar (o termo certo é apropriar-se) do maior jornal do país, O Estado de São Paulo que amargou quatro anos de desapropriação, sendo enfim devolvido aos legítimos donos sem direito a indenizações ou reclamações. As estações de rádio também dançavam conforme a música e somente irradiavam o que o DIP aprovava ou intimava!

Em 1942 Vargas teve uma grande, enorme, fulgida oportunidade de sanear de vez a moeda brasi-

leira, estancando seu processo de apodrecimento elevando a economia brasileira a píncaros outrora sonhados. Quando os americanos necessitaram instalara base aérea de Natal e base naval de Recife, pontos de apoio e operação imprescindíveis ao andamento da ofensiva aliada, ofereceram ao Brasil uma recompensa, inicialmente de cem milhões de dólares, como arrendamento do terreno que iriam usar, deixando claro que poderiam aumentar a soma ou acumular outras doações, a critério do governo brasileiro. Aquele momento foi um dos que o ditador não soube aproveitar para o bem do País. Pedeu e obteve a instalação de uma siderúrgica, sonho brasileiro antigo.

Tivesse pedido um bilhão de dólares, mesmo entregue em parcelas, teria conseguido; as bases de Natal e Recife eram tão importantes e tão necessárias que um bilhão de dólares representava uma parcela ínfima do custo da guerra. Mas embora negociando com americanos, que sempre pensavam grande o brasileiro pensou pequeno e ficou satisfeito em trombeatar, sempre pelo DIP, a grande conquista econômica! Muitos anos depois a tal siderúrgica foi finalmente instalada: Cia. Siderúrgica Nacional a CSN - montada em Volta Redonda, interior do Estado do Rio de Janeiro!! Mais uma vez a economia foi delegada a segundo plano. Em 1960, quando prestávamos assessoria a empresa japonesa, tivemos oportunidade de acompanhar engenheiros japoneses a uma visita a vários pontos do País, incluindo a usina de Volta Redonda. O engenheiro japonês nos fez uma pergunta que teve uma resposta constrangedora e inibidora. Ele nos disse: Você sabe como são instaladas as boas usinas de aço em todo o mundo: ou perto do minério matéria-prima barata e usada em grande volume, como é o caso das usinas do Ruhr, da Pensilvânia, da Silésia, ou pontos da costa, junto a portos, como é o caso do Japão, da Itália e outros! Aqui estou vendo a maior usina do País instalada em ponto do interior, longe do minério e da costa. Por que?! Encabulado e incapaz de dar uma resposta vaga ou mentirosa, não tive outra alternativa senão contar a verdade e informei: "Volta Redonda, ou melhor a CSN foi instalada aqui, porque era conveniente ao genro do ditador que queria a usina em seu Estado, eliminando o porto do Rio de Janeiro que pertencia ao Distrito Federal, Capital que era do País Dei a entender que fora um afago familiar, sem deixar transparecer o que andava de boca em boca: naquela curva do rio lá no interior o genro de alguém ligado a ele ou a esposa tinha terras que a usina iria valorizar. Como não tínhamos nenhuma prova cabal neste sentido, nada dissemos, preferindo dar ao assunto um aspecto de carinho familiar e não de corrupção monetária. Decidindo sempre contra a economia brasileira o governo central já tinha rejeitado, em 1942, a proposta americana de instalar no Brasil seis indústrias diversas que iriam aqui produzir para o mercado brasileiro e suprir o mercado americano. Eram indústrias que tinham sido incorporadas ao esforço de guerra e que, assim as fábricas de automóveis e suas auxiliares não mais produziam mais utensílios para uso civil. Garantiu os americanos a produção durante três anos, sendo depois negociadas com brasileiros interessados ou, caso o mercado brasileiro desses sinais de aquecimento rentável, transformadas em filiais parte do programa era o envio de um certo número de capa-

tazes e dirigentes que iriam instruir devidamente os brasileiros, seus substitutos futuros. O governo central negou a permissão para instalar o que eles chamaram de indústrias nômades que iriam beneficiar o consumidor americano, em detrimento do brasileiro, além do que era intolerável a vinda de trabalhadores americanos que iriam ganhar salários muito mais altos do que os brasileiros, o que era uma afronta ao trabalhador local; e as indústrias não vieram.

Não vieram também investimentos de vulto, pois aos estrangeiros era vetado se imiscuir na pesquisa e lavra do subsolo, proibidos até de pensar em petróleo, muito menos na indústria pesada, na siderurgia, na indústria química e na farmacêutica ou em qualquer atividade social e cultural.

Assim, iniciado em 1930, o varguismo foi crescendo e se desenvolvendo ao longo dos anos, cada vez mais a assoberbante, cada vez mais tentando modificar a mente brasileira. Desde a Proclamação da República o povo brasileiro, os mais cultos por convencimento e formação ideológica, os mais iletrados por reflexo demonstrou perder para democracia, especialmente no que se refere a liberdade de ação, a liberdade de ir e vir e com a verdadeira paixão a liberdade de expressão. Os jornais foram sempre a fonte onde buscavam informação correta e formação de opinião. Mas o varguismo, ao decretar e férrea censura, ao proibir a livre discussão política, ao cercear a liberdade de expressão, ao saturar a mente brasileira pelas trompas do DIP e pelos discursos nacionalistas do chefe e seus acólitos, amorteceu a ansia democrática dos brasileiros, fazendo com que pelo longo martelamento de sua propaganda fosse o regime varguista visto como o único capaz de dar a todos a felicidade, o bem estar a riqueza.

Cumulando as farsas do período ditatorial, Vargas e seus generais, praticando mais vistoso viracasa enviaram uns milhares de soldados brasileiros a combater o facismo, aquele mesmo fascismo e nazismo que o ditador tinha acalentado e desejado, abertamente até 1942 e in petto depois.

Finda guerra, chegou o momento do ditador ir-se. Ele foi deposto, por seu próprio exército isto é, não foi escorraçado, mas convidado a férias remuneradas em sua fazenda lá perto da fronteira de onde comandou a política brasileira, elegendo, na eleição mais falsa que ouve no Brasil, seu ministro da Guerra, tão fascista quando ele, incubido de preservar sua máquina para que estivesse a postos para servi-lo quando de seu regresso. Cinco anos depois !!

Voltando ao poder, eleito por enorme maioria retomou sua obra. Intensificou o controle da moeda e da economia reconstruiu a Cacex, com os poderes mais amplos e mais imperiais. Com a guerra terminada com todos os mercados novamente abertos a indústria e a agro-indústria do Brasil alçaram novos voos querendo exportar e importar mais. E ali estava a Cacex, proibindo as importações de quase tudo emitindo homeopaticamente as licenças de importação que diziam todos, eram concedidas com o pagamento de uma comissão a quem de direito. O governo entre Vargas teve um repente democrático e soltou o comércio exterior; implodiu a Cexim e abriu as importações. Mais jejuno em economia do que seu antecessor e seguidor, com ministros e secretários mais ignaros e de apetite vo-

raz, permitiu que, num curto período de oito meses fossem disparatados novecentos milhões de dólares de créditos acumulados durante os anos de guerra, em importação de supérfluos, coisas assim com centenas de toneladas de uva-passa em caixinhas ou doces em calda e enlatados.

A nova diretoria foi montada ainda no segundo ano do governo após-ditadura e mantida, perfeccionada quanto a controle, pelo novo governo varguista.



Entre 1952 e 1954, o câmbio foi manipulado pelos de cima de uma maneira bárbara. Aconselhado não se sabe por quem, o governo criou o dólar convênio; eram acordos comerciais assinados com países fustroçados pela guerra e que tentavam amealhar divisas fortes em troca de mercadorias que eram, quase sempre sobras de guerra: aço em lingotes ou chapa, máquinas agrícolas obsoletas e reformadas, alumínio, outros metais e alguma matéria-prima, tudo que poderia ser importado, com qualidade superior e tecnologia moderna, dos países vencedores; havia apenas um senão: os dólares convênio pagavam faturas a longo prazo e as faturas americanas ou inglesas demandavam cartas de crédito.

Em 1953 os varguistas vibraram mais uma paulada terrível ao câmbio: o então ministro da fazenda, o companheiro mais fiel de Getúlio que o acompanhava desde o primeiro dia, inventou uma nova moda para o câmbio: decretou a venda de dólares em leilões, e com cinco categorias cada uma tendo sua taxa de câmbio!! Esta novidade causou tamanho rebuliço nos negócios de exportação e importação que vários representantes de grandes empresas americanas foram chamados a New York para dar, pessoalmente e de viva voz, aos diretores financeiros das matrizes uma completa explicação sobre o assunto. A portaria criou tamanha novidade de nenhum dos economistas fora do governo entendeu o porquê e muito menos a utilidade da norma!! O próprio ministro inventor da coisa nova declarou numa entrevista a jornalistas: "lancei um barco na tempestade e quero ver o que acontece!". Suas próprias palavras indicaram com toda clareza ter ele embarcado numa aventura. Algumas semanas depois alguém deu resposta á indagação do ministro: "o barco é frágil, a tempestade é forte e o barco somente não naufragou ainda porque milhões de passageiros cuidam afanosamente de baldear a água, sem dar atenção aos despautérios dos comandantes e da tripulação, todos marinheiros de primeira viagem e que se aventuraram a tripular e comandar sem sequer ter cursado a primeira aula!!

E assim foi que o varguismo, em curtos quinze anos! transformou uma economia bem estruturada e boa, num simulacro de Economia; quanto à moeda - o velho mil réis e o novo cruzeiro - agredida, - sequestrada, estuprada, aviltada foi transformada num mero pedaço de papel pintado, sem curso ou aceitação fora do país.

Foi criada uma nova filosofia administrativa, o governo tornou-se o único motor da Nação, relegando a iniciativa privada e simples coadjuvantes, sem direito a críticas ou reclamações. Dirigida, engessada, enclausurada, em mãos majoritariamente ineptas, despreparadas e glutosas, a moeda não conseguiu sobreviver e foi apodrecendo, lentamente em princípio e rapidamente quando trocada.

O suicídio de Getúlio poderia ter dado ao país uma oportunidade para curar a gangrena, cortando fundo na podridão, mas não houve no momento alguém suficientemente ousado e culto para tomar o leme, reconstruir a estrutura do país e recomeçar sem caminho certo, interrompido e desviado em 1930.

Vieram depois de Getúlio vários comandantes que, ramos do mesmo cepo, ou farinha do mesmo saco, continuaram administrando o País dentro das tortuosas linhas traçadas por ele. Fizeram modificações, alteraram muitas coisas, mas para pior! Os que vieram depois de Vargas foram ou criaram a seu redor turmas de aventureiros aproveitadores e oportunistas que cuidaram de aperfeiçoar seus privilégios!! Vinte anos de ditaduras militares serviram apenas para destoar a Economia... Os grandes lances na Economia brasileira de 1966 a 1990 foram: a) aumentar estupidamente a dívida externa, que tornou-se quase um asfixiante para o Brasil; b) cortar zeros em triplices etapas, levando o cruzeiro - entre dois deles um tal de cruzado - à possibilidade de das teclas das calculadoras... e nada mais!!

Os grandes economistas, começando pelos que tiveram postos de comando nos vários governos no curto período de sessenta anos, deitaram e ainda deitam falações explicando o que tinham feito e o que fariam, insistindo que fizeram o que era tecnicamente necessário e administrativamente possível e faziam o que eles sabem seria o ideal!!

O atual presidente disse, numa de suas primeiras falas oficiais que quer e vai eliminar os resíduos do varguismo ainda existentes. Rogamos a Deus que lhe dê força, coragem e determinação para efetuar a assepsia necessária, pois somente assim poderá a nova moeda vicejar, sem riscos de apodrecer também. E a ação deve ser rápida e profunda, porquanto o apodrecimento do Real (que Deus não o guarde...) será muito rápido, numa fração do tempo em que a moeda antiga apodreceu.

(*Arnaldo Trebilcock, brasileiro, estudou na Europa e terminou os seus cursos numa universidade italiana. Foi redator-chefe da Tribuna das Estâncias e redigiu os artigos de fundo da Tribuna Latina. Doutor em Ciências Comerciais, atua como agente-geral para o Brasil de empresas fabricantes de maquinário e equipamentos para indústrias petrolíferas, petroquímicas e farmacêuticas

João Anhô, dedicação à cidade e também ao esporte amador

Acervo: João Anhô

O ex-vereador João Anhô, nascido em Piraju, Estado de São Paulo, chegou a São Caetano com 26 anos de idade em 1947, ano em que a cidade se mobilizava pela emancipação político-administrativa. Com Luiz Rodrigues Neves, Walter Thomé, João Dal'Mas e tantos outros, integrou-se na campanha pela autonomia do Município. No primeiro mandato de Oswaldo Samuel Massei, João Anhô, terceiro sargento da Reserva do Exército, foi eleito vereador pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional), tendo sido o vereador mais votado do partido. Exerceu mandatos no Legislativo entre 1960 e 1976, tendo sido inclusive suplente pela antiga Aliança Renovadora Nacional (Arena). Além de todas as atividades que envolvem a rotina parlamentar, Anhô dedicou boa parte de seu tempo ao esporte amador.

Presidente da Câmara Municipal, em 1954, e presidente da Comissão Municipal de Esportes, em 1960, João Anhô ficou conhecido pela lei da gestante pobre: a Prefeitura custeava o acompanhamento médico e despesas hospitalares e ainda entregava um enxoval ao bebê. Destaca, também, que durante o mandato de Anacleto Campanella, em trabalho conjunto com o vereador Fábio Ventura, dedicou-se durante dois anos para trazer o Instituto Mauá de Tecnologia para o Município. O projeto foi aprovado com a cessão de terreno no Bairro Mauá, em troca de 20% de bolsas de estudo para moradores de São Caetano. Segundo o ex-vereador, a vinda do Instituto Mauá de Tecnologia para o Município abriu o caminho para as demais.



Flagrante de 1960, quando João Anhô dirige a Comissão Municipal de Esportes

Presidente da Câmara Municipal, em 1954, e presidente da Comissão Municipal de Esportes, em 1960, João Anhô ficou conhecido pela lei da gestante pobre: a Prefeitura custeava o acompanhamento médico e despesas hospitalares e ainda entregava um enxoval ao bebê. Destaca, também, que durante o mandato de Anacleto Campanella, em trabalho conjunto com o vereador Fábio Ventura, dedicou-se durante dois anos para trazer o Instituto Mauá de Tecnologia para o Município. O projeto foi aprovado com a cessão de terreno no Bairro Mauá, em troca de 20% de bolsas de estudo para moradores de São Caetano. Segundo o ex-vereador, a vinda do Instituto Mauá de Tecnologia para o Município abriu o caminho para as demais.

Raízes - Como o senhor ingressou nas atividades esportivas do Município: através do esporte amador ou do profissional? Em que circunstâncias se deu esse fato e quando?

Anhô - "No primeiro mandato de Oswaldo Massei, em 1960, como vereador, fiquei na busca de um local para a instalação da Rádio Cacique. Quando o projeto foi aprovado pela Câmara, e a Prefeitura cedeu o espaço, os diretores da emissão-

ra me deram uma hora diária na rádio. Foi assim que montei o programa Cacique nos Esportes, um programa diário que ficou no ar durante dez anos".

Raízes - Qual foi o papel que o esporte amador desempenhou em São Caetano, antes e depois da autonomia do Município?

Anhô - "Logo após a autonomia do Município, São Caetano destacou-se na área esportiva como a única cidade no Grande ABC a ter um programa de rádio que dava cobertura para o esporte amador. Eram endereçadas à rádio de 40 a 50 cartas por semana. Nós dávamos os resultados de jogos, dias e locais das partidas, de São Caetano, São Bernardo, Santo André, e todas as vilas adjacentes. Raul Tabajara, o primeiro comentarista de luta-livre, participou muitas vezes deste programa. Naquela época, São Caetano passou a ser o pólo de contato do esporte em toda a região."

Raízes - Quais foram os grandes períodos da vida esportiva da cidade? Existe algo que deva ser destacado em especial?

Anhô - "Na gestão do Anacleto Campanella, o

Saad Esporte Clube esteve na primeira divisão e levou o nome da cidade para todo o Estado. Foi uma época áurea para o Município, porque recebia grandes equipes e venciam clubes tradicionais. Outro momento importante foi em 1964, quando, pela primeira vez, a cidade sediou os Jogos Abertos, com 110 delegações e sem nenhuma despesa para os cofres públicos. Além disso, conseguimos o vice-campeonato para cidade. Naquele momento, eu presidia a Comissão Municipal de Esportes, cargo exercido sem nenhuma remuneração, e Milton Feijão era presidente da Comissão Organizadora. Ele buscou o patrocínio total, e os jogos foram um sucesso. O São Caetano Esporte Clube também tem grandes momentos a serem destacados, como a conquista do título de Campeão dos Jogos do Interior, vencendo a última partida contra a cidade de Ribeirão Preto por 3 a 1. Foi quando o presidente do clube era o ex-prefeito Walter Braido. O São Caetano Esporte Clube, por uma fusão com o Comercial Futebol Clube, formou a Associação Atlético São Bento, que passou a integrar a Primeira Divisão, durante um ano, até à separação, por questões políticas. Também o Cerâmica Futebol Clube merece ser destacado. Ele deixou boas lembranças com uma campanha e passagem históricas para a Segunda Divisão”.

Raízes - *Como era o relacionamento da Prefeitura, nos anos 50,60,70 com os clubes esportivos da cidade?*

Anhô - “A Prefeitura sempre apoiou e subvencionou os clubes da cidade. Já existia nessa época a Liga de Futebol. As partidas eram com portões abertos e a participação do povo, muito grande. Numa final, registrava-se a presença de cinco mil pessoas. Na gestão de Walter Braido, por medida de segurança e para incentivar a prática esportiva nos bairros, foram construídos os Estádios Distritais. Foi um período em que a euforia e a espontaneidade das partidas de futebol caiu bastante”.

Raízes - *Existem passagens folclóricas que mereçam ser lembradas? Quais, quando e onde?*

Anhô - “Eram comuns as brigas e os quebra-quebras nos jogos. Na década 70, a Saad foi jogar em Itápolis e perdeu por 6 a 1. Além do resultado negativo, o time corria o risco de ser apanhado pela torcida local. No meio do tumulto, abri o casaco e apresentei a carteira de oficial de Justiça: todos pensaram que a Polícia havia chegado e sumiram. Outra passagem folclórica foi na decisão do futebol amador, entre os times Vila Alpina e Sete de Setembro, com um público aproximado de cinco mil pessoas e a presença da Cavalaria, com quase 30 homens durante todo o jogo.

Raízes - *Que grandes períodos na vida esportiva da cidade o senhor pode mencionar?*

Anhô - “Com a construção do Ginásio Lauro Gomes de Almeida (em 1964) um complexo com campo de futebol (Estádio Anacleto Campanella) e piscinas, o esporte desenvolveu-se muito no Município. São Caetano sediou os Jogos Abertos e contou com a presença de grandes clubes tradicionais, tais como o Santos, Corinthians, Portuguesa,



Foto dos anos 60, em que João Anhô aparece ao lado do comentarista esportivo da TV Record, Raul Tabajara

São Paulo, entre outros, na fase em que o Saad esteve na Primeira Divisão. A criação da Corrida de Reis no Município, no período em que presidi a Comissão Municipal de Esportes, foi de significativa importância para cidade, assim como o futebol amador, que sempre teve grande importância. Outro evento importante era a participação da fanfara do Município, dirigida por Milton Feijão Filho, que se apresentava nos concursos da TV Record, e se destacava entre 20 ou 30 concorrentes levando o nome de São Caetano do Sul. Muitos nomes devem ser lembrados pela sua efetiva parti-

cipação em todas as fases esportivas como Milton Feijão, Leonardo Sperati, Aurélio Loureira Bastos, Alberto do Carmo Araújo (Giba), Geraldo Prates, Dércio Silva, Walter Andrade, Keigo Toyoda. No Clube Cerâmica, cabe ressaltar os nomes de Urames Espírito, Francisco Martins, Orlando de Oliveira, Benedito de Oliveira, Armando Benites e Álvaro Prenhaca.

Raízes - *O senhor teve oportunidade de manter contato com muitos dos grandes nomes do esporte brasileiro dos anos 50/60, devido às funções que desempenhava nas atividades esportivas da cidade? Quais foram esses nomes e que espécie de contato chegou a acontecer? Quem chegou a visitar São Caetano, quando e em que circunstâncias?*

Anhô - “Um dos nomes a destacar é o de Sílvio Magalhães Padilha, presidente do Comitê Olímpico, primeira medalha de ouro conquistada para o país. Ele esteve no Município e prestou imensa ajuda nos Jogos Abertos. Os ex-presidentes do Corinthians, Inácio Trindade e Vicente Matheus, e José Astolfi, presidente do Sindicato dos Árbitros do Estado de São Paulo”.

Raízes - *Quais são as entidades esportivas de São Caetano sobretudo no esporte amador, que chegaram a ter papel decisivo na vida da cidade nos anos 50,60,70? Como foi isso?*

Anhô - “Os clubes Sete de Setembro, Tamoyo, Guarani, Vila Alpina, Vila Prosperidade, São Cristovão, América do Sul, Vila Bela. Todos estes clubes eram os que movimentavam a população. Era um campeonato amador, onde se defrontavam até doze equipes. Os jogos, normalmente, ocorriam num dos três campos no Bairro Fundação”.



Foto dos anos 50: João Anhô apresentando a solenidade de entrega do Troféu Cacique nas dependências do Cine Max

Com mais de 50 anos, o Tamoyo é um dos clubes mais antigos da região

Alberto do Carmo ARAÚJO (*)

Acervo: Alberto do Carmo Araujo

Fundado em 15 de maio de 1944 o Clube Atlético Tamoyo (atual Clube Recreativo Esportivo Tamoyo), é com certeza um dos mais antigos de São Caetano do Sul e do Grande ABC, ainda em plena atividade, possuindo um seletto quadro associativo. O clube está instalado à rua São Paulo, 200, Bairro Cerâmica, e possui ginásio para a prática de várias modalidades esportivas e eventos sociais, conjunto aquático, campo de futebol, lanchonete, churrasqueira, e outro atrativos.



Equipe do CA Tamoyo (1953) Também no campo do São Caetano EC, com Cecílio, Vitalino, Mário Romano, Silão, João Pandeiro, Cerquinha, Hilarião, Gijo, Machadinho e Ione (técnico) e agachados: Valter, Pavão, Landoca, Mingo, Zé Gaiola, Bacuri, Belinho e Marruá (torcedor).

Tudo começou no ano de 1944 e foi fruto da fusão entre dois times tradicionais, da época, o Juvenil Brasil, dirigido pelo João Holozi, popular Ione e o Juvenil Monte Alegre, comandado por Ciro Albêncio, que também era atleta e queria ver sua equipe disputando os campeonatos. Mas não podia filiar-se legalmente porque já existia o Clube Atlético Monte Alegre e a filiação seria vetada pela Liga de Futebol Amador, então sub-Li-

Acervo: Alberto do Carmo Araujo

ga Getúlio Vargas.

Então, o caminho foi uma fusão entre ambos, aproveitando, inclusive o fardamento do Esporte Clube IAL (Indústria Aliberti Ltda.), que tinha encerrado suas atividades.

Exatamente no dia 15 de maio de 1944, na residência de João Holozi, o Ione, localizada à rua Gonzaga, 330, foi realizada a reunião de fundação do clube que seria fruto da fusão dos juvenis, Brasil e Monte Alegre e que contou com presença dos seguintes esportistas: Ciro, Agostinho, Vado, Carlito, Orlandinho, Sula, Besouro, Ponga, Hermenegildo, Antonio, Chitero, Carlos Tomei, Orlando Tomei, Domingos Montelli, Santo Rúbio e Emilio Arroio, que tinham também a incumbência de escolher o nome do futuro clube e eleger a primeira diretoria.

Usina Tamoyo, o modelo

Por causa de antigos, saudáveis e inesquecíveis momentos que passaram na Usina Tamoyo, localizada na região de Araraquara, interior do Estado, Carlos Tomei, Orlando Tomei e Domingos Montelli, sugeriram o nome de Clube Atlético Tamoyo, aprovado por unanimidade e sem discussões com uma calorosa salva de palmas.

A primeira diretoria

Seguiu-se então a escolha da primeira diretoria administrativa para dirigir os destinos da nóvel agremiação, ficando a mesma assim composta: presidente, Santo Rúbio, vice-presidente, Emílio



Equipe do CA Tamoyo (1950) no campo do São Caetano EC, vendo-se, em pé: Ione (técnico), Milani, Elias, Sedão, Sabaúna (fal.), Hilarião (fal.) e Fiume e agachados: Teixeira, Enio, Macaco, Belinho e Bacuri.

Arroyo, 1º secretário, Antonio Maldonado, tesoureiro, Miguel Colaya, 2º tesoureiro, Sebastião Toledo, diretor social, Antonio Chitero, técnicos: Ciro Albenzio e João Holosi e massagista, Hermenegildo Toledo, conhecido como Nenê. A primeira providência da nova diretoria foi mandar bordar o nome C.A. Tamoyo, nas camisas.

Presidente da primeira fase

Do dia 15 de maio de 1944, até 11 de novembro de 1973 (quase 30 anos), o Clube Atlético Tamoyo, teve estes presidentes: 1/4) Santo Rúbio, 2/4) Luiz dos Santos Reis, 3/4) Antonio Parola e Ademar Sciorilli, 4/4) Pedro Domingos Sasso, 5/4) Darci de Oliveira Rocha, 6/4) Francisco Nabarrette, 7/4) Antonio José Dall'Anese, 8/4) Juracy de Oliveira Rocha, 9/4) Pedro Domingos Sasso, além de outros ilustres tamoyenses, que de uma forma ou de outra prestaram sua colaboração, como por exemplo Americo Luvizotto, que cedia seu caminhão basculante para o transporte de jogadores, graciosamente; o casal Alvaro Cabral e esposa, padrinhos do clube, que prestaram homenagem ao oferecer o bolo de primeiro aniversário; Antonio José Dall'Anese (atual prefeito de São Caetano do Sul), empresário que, por amor ao clube e confiança nos diretores, financiou os carros que foram rifados e com o resultado financeiro o clube pode construir o prédio da rua Tenente Antonio João, onde se instalou uma bela sede social para lazer e entretenimento dos associados.

Títulos conquistados

Somente cinco anos depois de sua fundação foi que o Tamoyo conseguiu o primeiro título de campeão, quando o seu 2º quadro (atual as-



Atual sede do Clube Recreativo Tamoyo, localizada à rua São Paulo, 200, Bairro Cerâmica.

pirante), na decisão contra o Ipiranguinha, ganhou de 6 x 1, repetindo o feito na mesma categoria, em 1952 e 1954 (invicto).

O primeiro título de campeão conquistado na categoria principal (1º quadro), só chegou depois de mais de 20 anos de lutas, mais precisamente em 1971, após memorável campanha comandada pelo saudoso Sebastião Toledo e uma pleiade de tamoyenses abnegados. Antes, em 1966 o 2º quadro sagrou-se campeão invicto, último título conquistado na categoria.

Já o 1º quadro (Principal) pode ser considerado um autêntico recordista em títulos de vice-campeão na primeira fase da sua fundação, em 1949, 1950, 1951 e 1953 (penta-vice).

CRE Tamoyo

No dia 11 de novembro de 1973, durante a administração do Prefeito Walter Braido, o presidente da Comissão Municipal de Esportes, João Luiz Pasqual Bonaparte e o presidente da Liga Sacaetanense de Futebol, João Pedro Pedullo, foi concretizada fusão com o EC São Bento, passando então a denominar-se Clube Recreativo Esportivo Tamoyo (CRE Tamoyo), cujo primeiro presidente foi Pedro Domingos Sasso, sendo seguido por Arnaldo Razante, Erandir Santini, Neraldo Possato, Sebastião Toledo, Mário Mingardi e o atual, Adilson Ayres Agapito, talvez o mais jovem presidente em toda história da agremiação.

Títulos conquistados

Além do crescimento patrimonial o CRE Tamoyo conquistou seu último título de expressão, em 1990, quando foi campeão da Copa Luiz Gama. Antes, em 1974 foi campeão da 1ª divisão, campeão do Torneio das Fusões, em 1976, novamente campeão da 1ª divisão, em 1981, tendo conquistado em 1978 o título de campeão da categoria juvenil. Contando as duas fases o Tamoyo, completou no ano passado, 50 anos de atividades, engrandecendo e dignificando a vida social, esportiva e cultural de São Caetano do Sul.

(*) Alberto do Carmo Araújo é editor de Esportes do Jornal de São Caetano e comentarista esportivo da Rádio Emissora do ABC



O então presidente do Tamoyo, Pedro Domingos Sasso, na solenidade de lançamento da pedra fundamental, observado pelo vereador Sebastião Lauriano dos Santos (ambos falecidos), João Pedro Gimenes, Glenir Santarnechchi, José Gomes de Souza e outras autoridades.



Jogadores do Tamoyo em desfile comemorativo pela conquista do título de campeão do Torneio das Fusões, em 1974. Dirigentes e torcedores vibram com o feito.



José Gomes de Souza (à esquerda), João Pedro Gimenes, Antonio José Dall'Anese (vereador), Glenir Santamecchi, Pedro Domingos Sasso, Moacir Zucarelli e outros, observam o gesto do saudoso vereador Sebastião Louriano dos Santos, no lançamento da pedra fundamental.



Dirigentes do Tamoyo ladeiam a equipe juvenil, com os jogadores já portando a faixa de campeão da categoria em 1976.



Esportistas que fazem parte da história do Tamoyo, desde sua fundação, em 15 de maio de 1944 (51 anos), da esquerda para a direita: Chiquinho, Romera, Benedito, Mezadri, Pedro, Neraldo e Antonio.



Ademar Sciorilli é atualmente um dos mais antigos dirigentes do Tamoyo, com mais de 40 anos de serviços prestados ao clube.



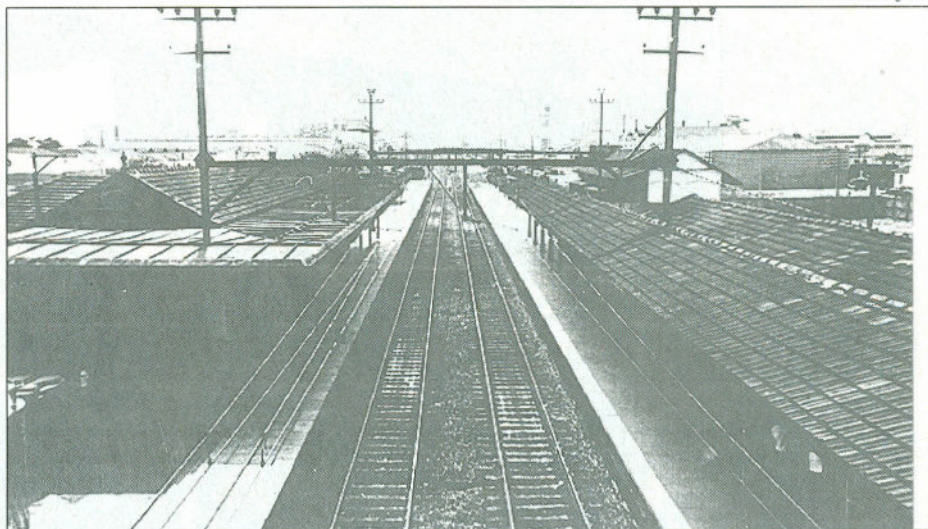
O prefeito Antonio Dall'Anese, ilustre tamoyense, observa a primeira-dama Ida Martha Dall'Anese, na entrega de faixas aos garotos da equipe mirim, campeão da fase regional do campeonato estadual.

Estação de São Caetano, obra de arte que chamava a atenção

Gisberto GRIGOLETTO (*)

Acervo: Gilberto Grigoletto

Era simples, modesta, a antiga Estação da SPR, em São Caetano do Sul, onde paravam os trens de subúrbio, que iam ou vinham de São Paulo a Santo André. Porém, chamava a atenção sua construção, as paredes todas feitas com tijolos a vista. Era uma verdadeira obra de arte. Os tijolos, previamente escolhidos, muito bem assentados em linha reta, apurados, sem nenhuma sorela, com a mesma quantidade de argamassa entre uma e outra fileira, sobressaía aos olhos de qualquer leigo, fazendo inveja aos profissionais. Era um artesanato perfeito.



Os funcionários da Estação, menos os braçais, usavam uniforme azul-marinho, com quepi da mesma cor, tendo em sua volta um cordão de filetes dourados, entrelaçados entre si, com um emblema da SPR, no centro, indicando a categoria do funcionário, tais como: chefe de estação, sub-chefe, conferente, etc.

Quem procedia da rua São Caetano, em direção à rua Perrela, encontrava uma porteira que dava acesso às carroças, às vagonetas, um outro caminho ao pátio e armazéns, para entrega e retirada de mercadorias vindas ou despachadas como carga.

“Para esse fim, compravam a passagem em um guichê existente...”

Logo após a porteira, havia um portão de 1,5 m de largura, o qual dava passagem aos usuários que iam atravessar a ponte ou embarcar no trem subúrbio. Para esse fim, compravam a passagem em um guichê existente perto da descida da ponte, sendo os bilhetes verdes, de segunda classe; os brancos primeira classe. Para entrar na plataforma onde o subúrbio parava, o bilhete era apresentado ao conferente postado no portão de entrada, que verificava a data impressa no bilhete, picotava-o e devolvia, permitindo o acesso do usuário.

“A parte principal da Estação ficava no lado esquerdo,...”

Em seguida a esse portão, encontrava-se a porteira principal que era fechada alguns minutos antes, dando passagem para todos os trens, de carga, expressos ou subúrbios.

Neste local, para os apressados, existia uma ponte de ferro com dois lances em cada uma de suas extremidades, para subida ou descida, tanto em direção às plataformas de embarque, como na direção da rua São Caetano. A parte principal da Estação ficava no lado esquerdo, ou seja, onde passavam os trens procedentes de São Paulo.

Portão de entrada bastante largo, ao fundo, depois da ponte começava a Estação propriamente dita.

Na frente dois guichês, um para venda de passagens, outro para atendimento das pessoas que iam despachar ou retirar encomendas e retirar telegramas. A sala onde se encontravam os guichês e telégrafo, era relativamente espaçosa, comportava diversos funcionários, tais como conferentes, telegrafista, despachante, etc. Havia outras dependências, todas com entrada pela plataforma, destinadas para a Chefia da Estação, para os serviços administrativos, depósito de encomendas.

Do lado direito, bem próximo à porteira principal, tinha isolada mais uma construção, não grande, quadrada, de dois pavimentos, sendo o térreo todo de alvenaria e o superior com as laterais envidraçadas. No seu interior, viam-se instaladas grandes alavancas, não sei quantas, 15 ou 20 talvez. Essas alavancas, manejadas pelo cabineiro, funcionário de categoria, competente, cômico de seus deveres, para efetuar as mudanças de direção, quando necessário para o movimento de trens. Como também para abaixar ou levantar os sinais existentes ao longo da estrada, nas proximidades da estação, dando com esse movimento as cores verde ou vermelho, conforme o caso, a fim de alertar os maquinistas, dos trens em trânsito, sobre a passagem, livre ou não.

Um pouco mais abaixo, rente à rua Perrela, mais uma porteira que era fechada quando faziam

manobras com os vagões de carga. A maioria deles, com destino aos desvios das Indústrias Matarazzo, Picossi ou Mecânica, para descarga de matéria-prima ou embarque de produtos.

Embora o trânsito dos anos de 1915/1925 pelas ruas de São Caetano, fosse pouco, a demora dessas manobras, às vezes com mais de uma hora, deixava impacientes os pedestres, não havia ponte. Não era sempre, mas dependendo do encarregado das manobras, algumas vezes, ela era interrompida por alguns minutos, dando passagem para aqueles que estavam esperando- como os carroceiros e alguns motoristas.

Não eram muitos os trens de subúrbio que circulavam entre São Paulo e Santo André. Esses trens, compostos geralmente por oito vagões de madeira, bancos fixos, porta central, sem comunicação entre si, bem maiores que os vagões do expresso, puxados por uma locomotiva a vapor Maria Fumaça, com tender atrelado, transportando carvão ou lenha para abastecer a sua caldeira. Não raro, a chaminé que expelia a fumaça, soltava também partículas de carvão, que entravam nos olhos dos passageiros, ou fagulhas ainda incandescentes, que faziam orifícios em suas roupas. Era bastante desagradável quando isto acontecia nas roupas dominieiras, de festa.

[*] Gisberto Grigoletto nasceu em 19 de outubro de 1911, em Jaguari (atual Jaguariúna). Veio para São Caetano do Sul aos três anos de idade. Passou a residir em casa construída por seu pai, João Grigoletto, onde hoje é a rua Rio de Janeiro; foi a quarta construída no Bairro Monte Alegre. Grigoletto foi secretário e duas vezes presidente do Clube Esportivo Lazio, entre 1932 e 1936. Ainda jovem, começou a trabalhar nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Unidade Água Branca, em 1925, como simples mensageiro, tendo se aposentado na mesma empresa, em abril de 1967, como chefe dos Escritórios da Unidade Rayon.

Viúva reconstitui algumas memórias do Cine-Parque Central

Victória Gomes LORENZINI (*)

Acervo: Victória Gomes Lorenzini



Victória Lorenzini relembra o Cine-Parque Monte Alegre de 1938, em cuja foto aparece ao lado do automóvel

Esse cinema me traz lembranças (foi nele que conheci o Ricieri), mas também a todos aqueles que o frequentaram. Pessoas que se encontram com meus filhos, Aldo, Décio, Walter e Marilena e recordam dos velhos tempos em que levavam partes de filmes de um cinema para outro para entrarem no cinema sem pagar o ingresso. Os filmes passavam simultaneamente nos dois cinemas, tanto no Cine Central como no Cine Parque.

Como Ricieri cuidava do Cine Central, viu-se na contingência de cuidar também do Cine-Parque, local onde estava a cantina que era explorada por meu pai, Antonio Gomes.

Ao lado da cantina, em uma casa, morava Angello Molinari e a esposa Augusta Lorenzini Molinari, os quais muito contribuíram, ajudando meu marido na administração do cinema.

“Procurava sempre o melhor para agradar ao seu público...”

Ricieri foi um batalhador, no início do Cine Central, quando não tinha ainda empregados que o ajudassem; ele mesmo era quem fazia a limpeza do

cinema, escrevia os cartazes, ficava na bilheteria, ia a São Paulo todos os dias para marcar os filmes, e muitas vezes assistir às películas que deveria apresentar em seus cinemas. Procurava sempre o melhor para agradar ao seu público.

Suas irmãs ajudavam-no na bombonière. Com muito sacrifício, conseguiu construir o Cine Max, um dos maiores cinemas que a América Latina já teve. Comportava cerca de 2.200 pessoas.

Quantos namorados conheceram-se nesse cinema...

Por outro lado, muitas pessoas estavam envolvidas para que toda esta estrutura dos cinemas de São Caetano estivesse sempre crescendo e desenvolvendo-se.

Uma grande figura que merece destaque é Avelino Roveri, homem capaz e esforçado, que sempre cuidou de todas as atividades de gerenciamento, tratando com amor e afinco o ofício até o final de sua vida. Outro nome é o de Santo Tomé, primeiro operador de máquinas de projeção do Cine Central.

Finalmente, aquela que sempre estava pronta para qualquer tarefa que lhe fosse atribuída, e que, sem dúvida alguma foi um dos eixos da formação da equipe que operava os cinemas, Senia Lorenzini; foi uma das maiores colaboradoras no que toca à manutenção das atividades relacionadas ao ramo cinematográfico de São Caetano do Sul.

Meu sogro, Maximiliano, muito contribuiu para a construção desse cinema (Cine Max), incentivan-

do seu filho Ricieri para que continuasse na luta e não desistisse de seu escopo. Mesmo tendo o infortúnio de uma paralisia, que o deixou preso a uma cadeira de rodas durante seis anos, ele nunca perdeu a coragem nem a vontade de ver o prédio terminado.

Por uma infelicidade do destino, concluída a construção, um acidente em uma das vigas do prédio veio a adiar, por mais um ano, a inauguração deste monstro do entretenimento.

Tudo isso não impediu que a Família Lorenzini concluísse a obra com muito louvor, de sorte que Maximiliano visse a inauguração de mais um cinema.

Após dois anos de funcionamento do Cine Max, a Família Lorenzini comprou outro terreno, esquina da rua Maranhão com rua Amazonas, onde também foi construído o Cine Colonial, nome escolhido por meu cunhado Hermínio.

Ricieri Lorenzini, meu marido, faleceu no dia 30 de março de 1960”.

** Depoimento de Victória Gomes Lorenzini em abril de 1995, esposa do proprietário do Cine-Parque Central*

Evento cultural recupera dados sobre a fundação de São Caetano

Acervo: Raízes

No dia 11 de fevereiro último, a Fundação Pró-Memória e o Sesc São Caetano realizaram a segunda edição do evento cultural *Vamos Falar de São Caetano*. A programação do evento, que teve o objetivo de trazer ao conhecimento público histórias sobre a fundação da cidade, foi constituída de apresentação dos documentários *ABC 1960* (a respeito das indústrias do Grande ABC na década de 60) e *São Caetano: Príncipe dos Municípios* (realizado pela família Dal'Mas para marcar a inauguração do Cine Vitória). Durante o intervalo dos vídeos, alguns participantes, como Oscar Garbelloto, José Roberto Gianello, Antônio José Zacharias e Gilson Packer, assistiram ao pronunciamento do engenheiro Mário Dal'Mas sobre o tema *Edifício Vitória: O ideal de um imigrante*.

Em seu depoimento/palestra, Mário Dal'Mas ressaltou a participação dos beneditinos no crescimento e prosperidade da região, e identificou a Fábrica de Sabão Pamplona como o marco da industrialização no Município, dando maior ênfase à construção do Edifício Vitória, idealizado por Vittório Dal'Mas, e considerado marco das grandes edificações em São Caetano.

Segundo o palestrante, Vittório chegou em São Caetano do Sul aos 12 anos, tornou-se empresário, e tinha como sonho maior deixar uma grande obra para o Município. No entanto, somente após a autonomia político-administrativa eles puderam concretizar-se. Em 1949, foram feitos os estudos e projetos do edifício e, em 1950, iniciou-se a construção.

"Durante a construção, comentava-se na cidade que os Dal'Mas eram loucos em construir um edifício de tal envergadura, pois a cidade não comportava este tipo de estrutura. Mas a família permaneceu firme em seus ideais porque acreditava no progresso do Município. A inauguração deu-se em 30 de setembro de 1953 com a presença do prefeito Anacleto Campanella, representantes da cinematografia americana (Fox, WB, Columbia e outros) e a bênção do padre Ézio".

O projeto, todo feito com recursos próprios, constava de um cinema, 56 salas comerciais, vários salões de festa e uma grande galeria totalizando 12.000 m² de área, abrangendo o cinema e o restante de área comercial.

Quanto à importância do Edifício Vitória para São Caetano do Sul, Mário Dal'Mas citou que o mesmo serviu de alento para grandes empreendedores, e foi palco de importantes acontecimentos políticos, jurídicos, culturais, artísticos e sociais da região.



Durante o evento cultural "Vamos Falar de São Caetano", o engenheiro Mário Dal'Mas discorreu sobre o tema *Edifício Vitória: O ideal de um imigrante*. Entre os participantes Oscar Garbelloto (em primeiro plano) e o prefeito Antonio Dall'Anese.

Durante esse período, o edifício abrigou por muito tempo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Coletoria Estadual, cartórios, bar e restaurante, escolas, cinema, grêmios estudantis, clube comercial, clube de xadrez, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), 56 salas comerciais e a Associação Comercial e Artística de São Caetano do Sul (Acascs), que foi uma verdadeira casa de cultura e arte.

Já o saguão do Cine Vitória foi palco de exposições de Artes Plásticas com obras de renomados artistas. Os espetáculos apresentados nos aniversários do Cine Vitória eram todos beneficentes, cuja renda bruta era revertida em prol de entidades como APAE, Colégio Regina Mundi, Colégio e Matriz Sagrada Família, Asilo Irmã Teresa, Lar Menino Jesus, Externato Santo Antonio e outros.

Acervo: Raízes



Detalhe do edifício hoje ocupado pelo Cine Vitória

Setembro marca o centenário do nascimento do professor Fernandes

No dia 11 de setembro próximo, o professor José Bonifácio Fernandes, se vivo, completaria cem anos de existência. Natural de Mogi Mirim, nasceu nessa cidade do Estado de São Paulo, em 1895, ali passando a infância e parte de sua adolescência.

Vindo para São Paulo, formou-se professor na Primeira Escola Normal de São Paulo, a conhecida Escola Caetano de Campos da Praça da República, no ano de 1918.

Ingressando no magistério no ano de 1920, escolheu a cidade de Jarinu para o início da carreira como educador. Começou lecionando numa sala de aula isolada, mantida pelo Estado. Após alguns anos de muita luta e perseverança, criando mais salas isoladas, transformou-se em um núcleo escolar, mais tarde em um grupo escolar. Em reconhecimento a seu trabalho e a pontuação recebida durante suas atividades no período de 1920 a 1935, foi promovido ao cargo de diretor do grupo que tinha conseguido instituir. Em 1935 foi transferido, a pedido, para o cargo de diretor do Grupo Escolar de Conchal (Mogi Mirim), vindo para a região do ABC, em meados de 1936 para ocupar o cargo de diretor do Grupo Escolar de Ribeirão Pires. Em 1937, foi promovido para São Caetano do Sul, vindo a ocupar o cargo de diretor do Grupo Escolar Senador Flaquer, face à vacância do seu titular, professor Jorge Perrenoud que por muitos anos dedicou-se àquela diretoria.

Em São Caetano, Segundo Subdistrito do Município de Santo André, permaneceu como diretor do Grupo Escolar Senador Flaquer até o exercício de 1951, terceiro ano da emancipação do Município que passou a denominar-se São Caetano do Sul.

Durante a permanência na direção do grupo escolar, devido a seus conhecimentos de educador, conseguiu muitos melhoramentos de âmbito educacional: obteve do governo as verbas suficientes para a ampliação do grupo, construindo 12 salas novas de aulas; criou e organizou a APM (Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Senador Flaquer) adquirindo, por meio da arrecadação de fundos, o terreno ao lado do grupo; na administração do prefeito Ângelo Raphael Pelegrino, graciosamente,

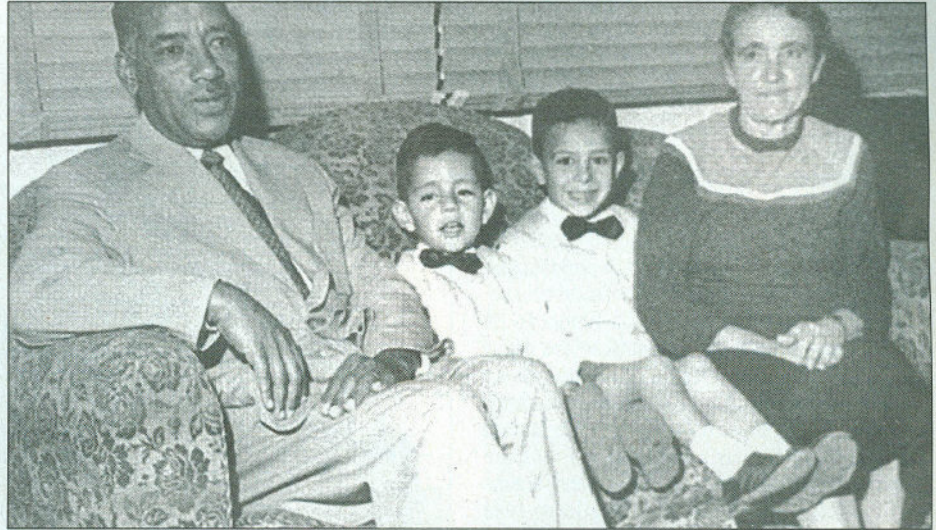


Foto do professor José Bonifácio Fernandes com a esposa professora Magdalena Fernandes e os netos Sílvio José Fernandes e Sérgio Fernandes, respectivamente, médico e advogado, atuantes em São Caetano do Sul.



Inauguração da primeira escola infantil de São Caetano do Sul, na Rua Heloísa Pamplona, anexa ao Grupo Escolar Senador Flaquer. Na foto o momento quando o professor José Bonifácio Fernandes inaugurava o estabelecimento educacional. Aparecem, em segundo plano o ex-prefeito Anacleto Campanella, delegado de ensino, professoras Lucy Puga, Cecília Gomes, e Marisa Campanella, Otília Barile, Manoel Cláudio Novaes e outra pessoa ligadas ao ensino primário.

funcionou como inspetor de Escolas Municipais; na gestão do prefeito Anacleto Campanella, colaborou, desde a planificação até a instalação do Jardim de Infância, primeira escola infantil de São Caetano do Sul. Pelos relevantes serviços prestados pelo educador, o estabelecimento foi denominado como Jardim de Infância Professor José Bonifácio Fernandes; hoje ainda funciona, mas com outra denominação.

Fernandes instalou a primeira escola de formação de adultos que funcionou por muitos anos no período da noite, no Grupo Escolar Senador Flaquer. Reformulou toda parte administrativa da caixa escolar do grupo, tornando-a uma das mais conhecidas do Estado de São Paulo, servindo de modelo para outras caixas de outras localidades. Foi fundador da Sociedade Beneficente Hospitalar São



Festa de inauguração do jardim de Infância "José Bonifácio Fernandes", primeira escola infantil de São Caetano do Sul, vendose da direita para a esquerda as seguintes pessoas: professora Cecília Gomes, os cirurgiões dentistas Admar Pinto e Walfredo Brando, Zélia de Oliveira, professora Lucy Puga, vereadores João Anhê e Jaime da Silva Reis, professor José Bonifácio Fernandes, delegado de ensino, ex-prefeito Anacleto Campanella e sua filha Marisa, delegado de ensino e o professor Theófilo de Carvalho.

Caetano, tendo acompanhado de perto todo movimento de sua organização. Na luta pela autonomia municipal de São Caetano, foi marcante a sua participação, como militante da Sociedade Amigos de São Caetano. Em 1951, foi promovido a inspetor regional de Ensino Estadual na região de São José do Rio Preto, posteriormente, transferido para a cidade litorânea de Santos.

Após 34 longos anos de trabalho proficiente, desapareceu em 10 de setembro de 1981, nesta cidade, um dia antes de completar seu 86º aniversário. Foi sepultado ao lado da esposa, Magdalena Fernandes, no Cemitério da Cerâmica. Pelos relevantes serviços prestados às coletividades de Jarinu e São Caetano do Sul, foi agraciado com os títulos de cidadão emérito de Jarinu e cidadão sancaetaneense (Henry Veronesi).

A arma dos fundadores de São Caetano do Sul era a esperança

Claudino De LUCCA (*)

Os rios que aqui corriam não são mais rios. Os animais, que eram os verdadeiros donos dessas terras, são hoje estranhas imagens nos livros escolares.

E nem faz tanto tempo assim - são só 117 anos.

Nossos filhos, a geração do videogame e dos shopping centers, precisam saber que aqui aportaram um dia 26 famílias de pobres colonos italianos.

Passavam fome na Itália. Foram seduzidos por propaganda enganosa. Incutiram-lhes na mente sonhos de muitas terras - férteis e documentadas. Prometeram-lhes nova vida, amparo, fortuna e os abandonaram no meio do mato.

Passavam fome na Itália. Passaram fome aqui!

Enquanto a Europa queria livrar-se de uma super-população, o Brasil queria substituir a mão-de-obra barata dos escravos recém-libertados.

Das casas prometidas, nem sinal. As terras férteis eram banhados e alagadiços dos rios Tamanduateí e dos Meninos. E aqueles colonos, acostumados ao trato da terra de agricultura de montanha, não tinham ferramentas, nem sementes. Era inverno e chovia muito.

O trem, como quem descarrega animais no matadouro, descarregou aqui seres humanos da melhor qualidade. Crianças, mulheres grávidas, recém-casados - com anseios, com olhos brilhantes - com fé - com esperança e com Deus no coração.

Quanta tristeza. Quanta frustração. A sensação do logro. O sentido verdadeiro da traição. E eles não eram aventureiros - desbravadores -; não eram heróis - não portavam armas -; não traziam nas veias a inconstância dos nômades - não ostentavam flâmulas de famosas cruzadas; nem colhiam no péito o choque do êxodo. Nem sequer eram exímios artesãos. Eram colonos - humildes - pobres e semi-analfabetos. Sua arma: a esperança.

Era até difícil desistir. Era quase impossível voltar.

O imigrante Giacomo Garbelotto, por certo, o patriarca dos Garbelottos, hoje tradicional família de São Caetano do Sul, após 12 anos de trabalho aqui, escreveu para a Itália uma carta, em que retrata a dor o sofrimento de um árduo trabalho, sem frutos palpáveis, sem perspectivas, sem bem-estar. É um legado pungente, uma crítica severa e dolorida das reais condições de vida dos colonos italianos.

Escrevia ele: "Caríssimo compadre: em abril de 1888, escrevi, informando-te que se alguém de nossa cidade tivesse vontade de vir ao Brasil que fosse bem informado... Os intérpretes, como ava-

"Caríssimo compadre, em abril de 1888, escrevi informando-te que se alguém em nossa cidade tivesse vontade de vir ao Brasil que fosse bem informado... Os intérpretes, como avaliadores de animais, prometem coisas e coisas e depois que já engajaram a família (eles ganham um tanto por família) conduzem-nas oito horas de trem atravessando bosques e desertos, e colocam-nas como carneiros em casas de quatro paus e cobertas de terra. Será possível que voltemos, porque não temos o título definitivo da terra do governo. Pedimos mais de uma vez, mas eles dizem que não têm nada..."

liadores de animais, prometem coisas e coisas e depois que já engajaram a família (eles ganham um tanto por família) conduzem-nas oito horas de trem atravessando bosques e desertos, e colocam-nas como carneiros em casas de quatro paus e cobertas de terra. Será possível que voltemos, por que não temos o título definitivo da terra do governo. Pedimos mais de uma vez, mas eles dizem que não têm nada...

Mas havia determinação - vontade - fibra. Havia uma igreja e principalmente havia um Deus. Ser Supremo que era unânime da fé de cada um.

Aí, se a terra era imprópria para a agricultura, era excelente para a olaria. Então, os colonos, mesmo sem tradição passaram a fabricar tijolos e telhas. Começaram a vender em São Paulo e não pararam mais. Foram crescendo. Foram se multiplicando, e outros vieram depois. E vieram os filhos, os netos, e todos quanto aqui estão.

E veio o progresso. A emancipação e, com ela, os problemas urbanos que estigmatizam as metrópoles. E hoje, passados 117 anos, frente a este pequeno monumento - preito histórico de exemplo e gratidão, só nos resta agradecer a Deus, pela força desses pioneiros que hoje são ruas, clubes e logradouros.

Pelo progresso, pelas escolas, pelas indústrias, pelo povo bom e ordeiro. Obrigado, Senhor! Pelos hospitais, pela água encanada, pelo saneamento, pelas ruas asfaltadas, pelos jardins, pelos poços e

pelas praças. Obrigado, Senhor! Pelas lojas, pelas igrejas, pelo trem e pelos ônibus, pelos teatros e cinemas, pelos bares, pelos telefones e pela eletricidade em todas as casas. Obrigado, Senhor!

Só Vos pedimos que olheis pelas nossas crianças à porta das escolas. Pelas avenidas perigosas e pelo trânsito pesado que fere e mata. Fazei, Senhor com que nossos vizinhos, ao utilizarem as nossas ruas, como simples corredor de tráfego, respeitem nossas leis, nossos idosos, nossos bens e nossos filhos. Fazei com que as chuvas, tão necessárias, não se tornem martírio constante para algumas famílias.

Que o nosso céu seja mais limpo.

O nosso ar, mais puro.

Que os pardais voem livres nas nossas praças.

Que os bem-te-vis cantem felizes nas nossas antenas

Que as drogas fiquem distantes dos nossos lares.

E que a Vossa presença seja cada vez mais viva em nossos corações."

(Pronunciamento feito durante as homenagens aos fundadores de São Caetano (117 anos - São Caetano do Sul), em solenidade realizada no dia 28 de julho de 1994.)

(*) Claudino De Lucca é professor do Instituto Municipal de Ensino Superior

Nossa Terra

(Biquinho de Lacre)

Cláudio Rogério BRACO (*)

I - Dos Primórdios

Tijuco, Tijucuçu, Taguá
Tapera, Tabatinga, Tingá
Guaianás, Ibitirama, Ingá
Taba, Bartira e Tibiriça

Na área de perambulando indígena,
mostram-nos, as pesquisas primígenas,
que um pouco antes dos desbravadores
existiam escravos e senhores.

Após abolida a escravatura
vieram sonhadores peregrinos
à fazenda dos beneditinos
esperando riqueza e fartura.

Encontraram um solo argiloso
Superficialmente brejoso
e apesar da pouca perspectiva
desbravaram a área primitiva

e logo um povoado solene
para São Caetano di Thiene
indícios, ideais e princípios
do príncipe dos municípios.

II - Introdução

Desde os travessos tempos da infância
sei da importância deste lugar
que hei de amar com a maior constância
mesmo a distância que eu possa estar.

Não pretendo historiar, tampouco
todos os segredos desvendar
mas sei e narrarei pouco a pouco
um pouco deste chão, nosso lar.

Sobre os fatos adiante descritos
uns desiguais, outros imortais,
porém muitos ficaram restritos
aos nossos avós e aos nossos pais.

III - Das Águas

No velho Ribeirão dos Meninos
outroza os meninos iam nadar
bebiam da água como os alevinos
que no futuro iriam pescar.

Minha geração também não viu
traíras, bagres, carás, guarus
cascudos, lambaris, rãs, pitus
em abundância naquele rio.

Além do Ribeirão dos Meninos
e do Rio Tamanduateí,
muitos córregos havia aqui
Utinga, Itaque. Tingá e Moinho.



Em silêncio brotavam no chão
borbulhantes... vertentes nascentes
e as atraentes águas correntes
causavam sensação de ilusão.

IV - Dos Frutos

Na rica vegetação silvestre
amoras, gabiobas, juás
maracujás, morangos, ingás
faziam a cidade campestre.

Não posso dizer que não invejo
quem colheu das bananas do brejo
ou quem comeu dos frutos do conde
fatos que a urbanização esconde.

Em quase todas habitações
cultivavam-se nas plantações:
peras, uvas, bananas nanicas
limas, cidras, caquis, mexericas

Erguiam-se pomares vistosos
carregados de frutos gostosos:
pêssegos, ameixas e limões.

V - Dos Pássaros

Abriga pássaros demais
pixoxós, bigodinhos, tiplus
codornas, papa-capins, tizius
habitavam os seus capinzais

Trilando em gaiolas nos quintais
canários, rolinhas, tico-ticos
sabiás, sanhaços, periquitos
cobriam o arrulhar dos pombais.

Mais comuns, os chupins e os pardais
não ornamentavam os viveiros,
porém, estragavam os canteiros
comuns nas residências locais

Mas um delicado passarinho
era difícil de ser caçado
muito desejado e cobiçado
pela delicadeza e carinho

fugidio de arapuça e alcapão
então, bem no meio das sementeiras
armavam traiçoeiras visgueiras
para depois pegá-los co' as mãos.

O pequenino bico de lacre
parecido com minha cidade
querido pela comunidade
atraente, bonito e nada acre.

VI - Dos Campos

Havia bosques e mato campeiro
Na Cerâmica havia o Matão
e do lado o imponente Barreiro
também chamado de Buracão

Campos dos hábitos, dos costumes:
empinar quadrados, capuchetas
caçar iças, cupins, vagalumes
abelhas, siriris, borboletas.

O Mato da Viúva do facão
O terreno do banco e a poeira
soltar balões e fazer fogueira
Santo Antônio, São Pedro e São João

VII - Da Urbanização e Costumes

As ruas eram de terra batida
uns falavam em terra pisada
na verdade era terra querida
na verdade era terra sagrada.

Ruas dos cavalos e das charretes
das carroças e das jardineiras
das birocas e outras brincadeiras.

Antes dos ônibus, o bondinho,
transportou o povo deste cantinho
e muita gente contou pra mim
sobre a passagem de um Zepelin.

Casas com sótãos, porões, quintais,
jardins, quaradouros e varais
nichos, poços, fornos, galinheiros
tanques, fossas-negras e chiqueiros.

As edificações semi-rústicas
da antiga estação rodoviária
da quase perfeita concha-acústica
ou da porteira ferroviária.

Cines Vitória, Alvorada, Max,
Central, Parque, Som, Edson, Real,
Átila, Aquarius, Colonial,
Urca, Planalto, Lido e Primax.

O padre Alexandre e seus sermões
a matriz velha e a matriz nova
o coreto, quermesse e procissões

O padre Artur, o padre Luciano.
Padre Ézio treinava a molecada...
que formava o time da Cruzada,
todos congregados marianos

"Bambino, va manjare i ravióli"
para depois, no final da tarde
reunido à turma com alarde
"sentire bugie di Zapparoli".

O voleibol, o basquetebol
Com chuva ou com sol... o futebol
varzeanos ou profissionais
inúmeros times memoriais.

Flor do Mar, Cruzada, Ipiranguinha,
Rio Branco, América, Nacional,
Lázio, Mecânica, Corinthinha,

São Cristóvão e Comercial.
Os sumos: Monte Alegre, Cerâmica,
São Bento, SAAD, General,
e as partidas da fase dinâmica
do São Caetano profissional.

VIII - Da Industrialização

Espanhóis, portugueses, judeus
Italianos e a ajuda de Deus
iniciaram na cidade a era
do trabalho que hoje próspera.

"I laboratori, di matina",
muitos descendentes de italianos
seguiam pra Louças Adelinas
ou pra Cerâmica São Caetano

A festiva gente lusitana
explorava bares, padarias,
chácaras, louças e porcelanas
Ai! Quantos Manoéis! Quantas Marias!
As principais fábricas urbanas:
São Paulo, Ita Brasil, Argilex
Vitrex, Cláudia, Regina e Rex.
Marcas portuguesas e italianas

Numa época cíclica ciclística
nascia a indústria automobilística
Notável empreitada histórica
de importância prática e teórica

IX - Da Cultura

Culturas várias e em toda parte
desenvolvimento que idolatro
Bibliotecas, Fundação das Artes
Academias de Letras, teatros.

Tantas escolas estaduais
e tantas outras municipais
do pré-primário à faculdade
cultura para qualquer idade.

Sempre teve ensino forte, austero
com as boas escolas progressivas:
Senador Fláquer, Silvio Romero,
Bartolomeu Bueno da Silva

e por que não dizer com orgulho
do "Gertão", do Vinte e Oito de Julho
e na profissionalização
do Iescs, do Alcina Dantas Feijão?

Bonifácio de Carvalho, IMES,
sempre muita cultura na história
um Centro Acadêmico sublime,
Grêmios e a Fundação Pró-Memória...

Tiveram importância notória
Freiras do Externato Santo Antônio

Berço de músicos e pintores,
atores, poetas e escritores.
Nas garagens, Blues, Rock, e outros sons
são jovens extravasando dons

X - Da Evolução

Aos poucos foi chegando o progresso
assaltando as lindas ruas de chão
trocando o mato por poluição
forçando minha mente ao regresso.

Adeus a pequena corruíra
Até nunca mais ao bem-te-vi
Quanta saudade do colibri
Senti em meu coração pura ira

O tempo levou tudo embora
A alma implora mais evolução
às vezes chora a transformação,
mas adora esta terra em que mora

e vieram indústrias diversas
foram-se as saudosas porcelanas
passam muitas empresas ciganas
plantas, árvores e aves dispersas.

Sua independência e emancipação
a evolução chegando ao pique
desde a extinta Rádio Cacique
até um canal de televisão.

Já não tem mais Matão, nem Barreiro
nem pomares, nem mato campeiro
nem campos, nem rios, nem charretes
nem tanto espaço para os moleques.

Mas as ruas são arborizadas
a população harmoniosa
as edificações suntuosas
com residências estilizadas.

Com toda infra-estrutura implantada
de esgoto, telefônica e elétrica
e os prédios que completam a estética
nesta cidade não falta nada.

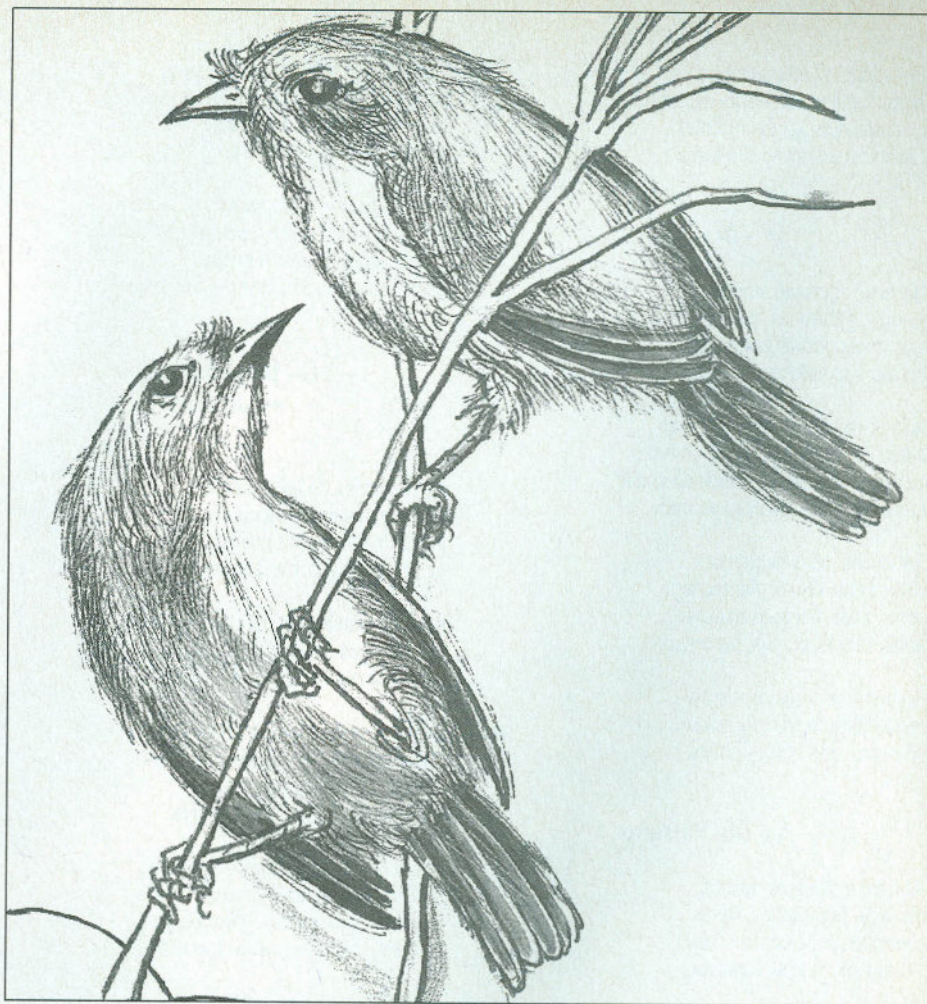
XI - Do Cotidiano

Cidade perfeita pra morar
Bonitos bairros e nenhum gueto
No local onde havia o coreto
há um imponente bulevar.

Contrastando com a antiga Light
computadores, mil terminais
bytes, mega bytes, giga bytes
parabólicas e muito mais.

A informática e a informação
em empresas, escolas, jornais
bancos, residências e hospitais
As crianças têm boa formação.

O museu desvendando mistérios.
A quietude dos três cemitérios
e o trânsito nervoso, voraz
pela audaz Avenida Goiás.



Do reservatório à vazão
tubulações e depois torneiras
as águas que brotavam no chão
agora vertem de outras maneiras.

XI - Da Atualidade

Bandos de pássaros gorjeando
invadindo a cidade, cantando
admirado revê o bem-te-vi
e à noite se vêem colibris

nas fendas entre o asfalto e o concreto
muitas árvores e os passarinhos
voltaram ao local predileto
em que libertos constróem seus ninhos

e voltaram muitas flores e aves
lindas cores e cantos suaves
mas dos peixes, só recordações
pois os rios têm outras funções.

Completando o bonito cenário
como por mágica ou milagre
tornando real o imaginário
retornaram os bicos de lacre.

Nem arapuca, nem alçapão
nem estilingue, nem predação
enfim, nenhum tipo de massacre
voam livres os biquinhos de lacre.

Biquinhos de lacre, suas feições
seus vôos, suas cores, suas dimensões
sua beleza, uma unanimidade
tal qual é minha linda cidade.

Cidade que foi terra batida
que dizem que fo terra pisada
na verdade é uma terra querida
na verdade é uma terra sagrada.

Notas

- 1 - Bambino, va manjare i ravioli - menino, vai comer o ravióli;
- 2 - Sentire bugie do Zapparoli - ouvir mentiras do Zapparoli;
- 3 - Zapparoli - um exímio contador de histórias que viveu na cidade;
- 4 - I lavoratori, di mattina - os trabalhadores, de manhã;
- 5 - Primeira estrofe - nomes em tupi-guarani identificados na cidade;
- 6 - Barreiro - onde se localiza atualmente a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul (Espaço Verde Chico Mendes);
- 7 - Mato da Viúva - atrás do Colégio Estadual de Vila Geri;
- 8 - Terreno do banco - onde está construída a Escola Técnica Jorge Street.

(*) Cláudio Rogério Braco, 38 anos, é poeta nascido em São Caetano do Sul onde reside até hoje. Estudou nas escolas Bartolomeu Bueno da Silva, Nossa Senhora da Glória, Coronel Bonifácio de Carvalho, Vila Geri, FEC, e IMES. É autor do livro de poesias Spaghetti ao molho de Ostras. Profissionalmente atua na área de Recursos Humanos desde 1972.



Memória Fotográfica

Acervo: Fundação Pró-Memória



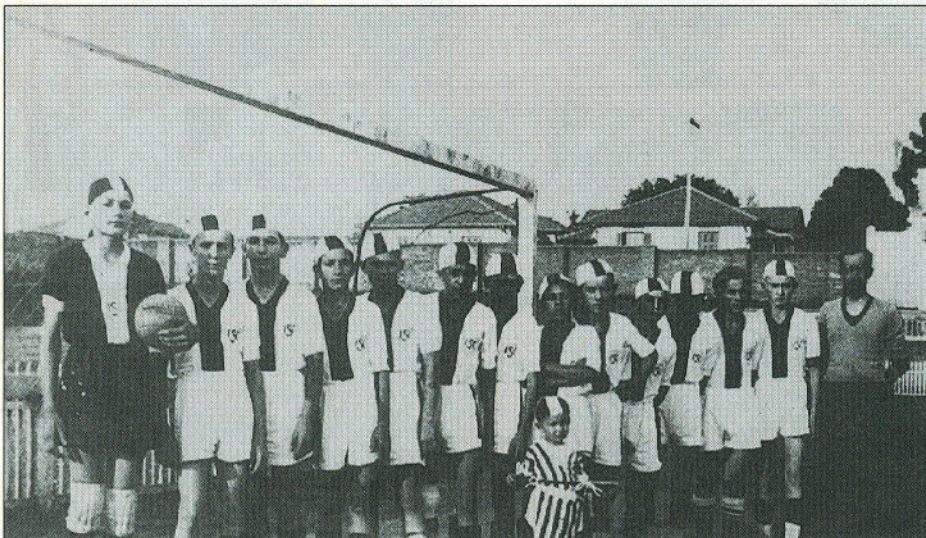
Famosos e com muita animação eram os piqueniques das famílias de São Caetano nas praias santistas. A praia do Gonzaga e do José Menino eram as preferidas. Ora os clubes, ora as próprias famílias organizavam as caravanas que, de trem e de bonde, alcançava as sempre esperadas praias. A foto, é do início da década de 30. Esquerda para direita em pé: 1) Luiz Martorelli; 2) Francisco Garbelotto; 3) Angelina Barille; 4) Antonio Perrella; 5) Teresa Barille; 6) João Barille; 7) Aurélio Poll; 8) Pina Martorelli; 9) Gin Roveri. Sentados: 1) Antonio Garbelotto; 2) ?; 3) Francisco Paolillo; 4) Orlando Barille.

Acervo: Fundação Pró-Memória



Ano de 1941 - Família Lorenzini em passeio na cidade de Santos, próximo à praia do José Menino. Da direita para a esquerda: Palmyra Lorenzini, Rosa Fiorottii Lorenzini, o menino Henrique Lorenzini no "side-car", Clara Lorenzini e Henrique Mário Lorenzini.

Acervo: Fundação Pró-Memória



Uma das formações do Infantil São Caetano, intimamente ligado de S.C.E.C., apesar de não ostentar na camisa o conhecido distintivo. Como detalhe da época, o famoso gorriinho quase indispensável nos uniformes de então. Foto, de aproximadamente 1940, no Campo da Rua Paraíba, apresenta, da esquerda para a direita: 1) Luiz Da Dalt; 2) Manforte; 3) Luiz Perrella; 4) Nelson Perrella; 5) ?; 6) Dodora; 7) Mario Dal'Mas; 8) Baianinho; 9) Daniel Perrella; 10) Armando Braido; 11) Moreno; 12) João Rosa; 13) Marcílio; 14) Luiz Gonçalves (treinador); 15) Ronaldo Perrella (mascote)

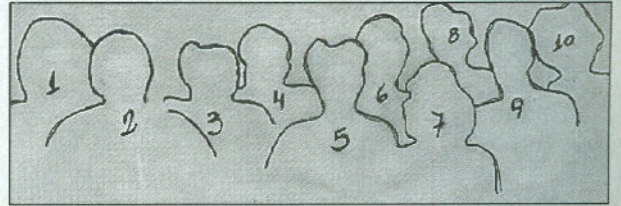
Acervo: Henry Veronesi



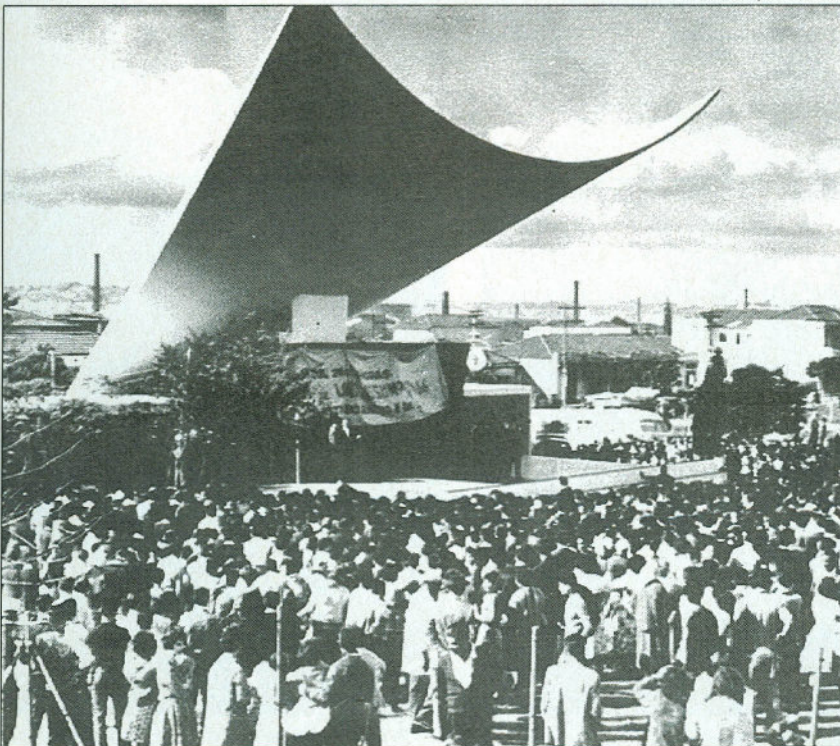
Foto do casamento de América Perrella com Ferdinando Perrella, tirada em 8 de maio de 1920. A cerimônia foi realizada à rua Rui Barbosa, rua que não existe mais.



Foto de 1946: grupo de moças do Bairro Fundação, filhas de famílias tradicionais: Da esquerda para a direita 1) Lucilla Cavassani; 2) Odete Cavassani; 3) Cristina Perrella; 4) Rosinha Perrella; 5) Eda Cavassani; 6) Odília Cavassani; 7) Neide Cavassani; 8) Brasilina Barile; 9) Heloiza Cavassani; 10) Ivone Cavassani.



Acervo: Fundação Pró-Memória



A Concha Acústica do jardim 1º de Maio, na avenida Goiás, foi construída na administração de Oswaldo Massei (1957-1961). Esta obra é de autonomia do arquiteto Bernardo Shomamm, vencedor no salão de Belas-Artes de São Paulo. A foto de 1958, mostra um show realizado pela Liliim Publicidade, sob o patrocínio das Lojas Assumpção

Acervo: Fundação Pró-Memória



Era muito comum na década de 50, os moradores do bairro Fundação, subirem o morro da Vila Bela (bairro de São Paulo) para tirar fotografias de São Caetano, tendo como cenário as chaminés da Indústria Matarazzo. Nesta foto de 1959, aparecem as seguintes pessoas, em pé, da esquerda para direita: Alfredo Biagi, Alexandre D'Agostini (Xandú), Elmo Berne, Teófilo D'Agostini, Alfredo Tardini, Valdemar Dalcin (Paieta) e Luiz Solda; agachados: Odair Dalcin, Guilherme D'Agostini



Festa de formatura do 4º ano do Grupo Escolar Silvio Romero, realizada em dezembro de 1954, no antigo cine Primax (depois cine Colonial), na esquina da Rua Amazonas com a rua Maranhão. Na mesa de cerimonial aparecem em pé da esquerda para direita as professoras: Loris, Elza, Ely, Belize, Idalina, e (?), (?). Sentados, da esquerda para direita: Profª Esther; Nicola Tortorelli - diretor da escola; Dª Aracy Campanella - esposa do prefeito; Anacleto Campanella - prefeito Municipal; Angelo Rafael Pelegrino - 1º prefeito de São Caetano, o vereador Luiz Dias da Silva e mais um funcionário da Delegacia de Ensino e uma menina não identificada.

Acervo: Fundação Pró-Memória

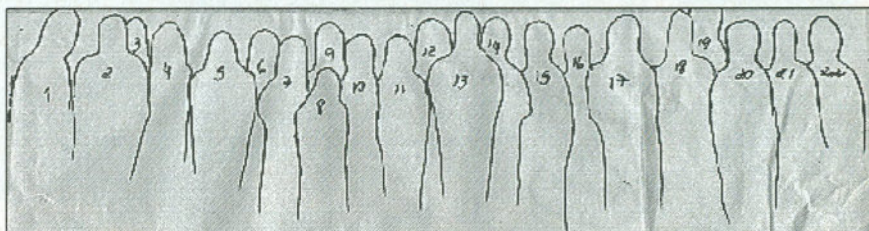


Em 1950, Pedro Braido, Victorio Dal'Mas e a esposa Antonia Braido Dal'Mas retornam à Itália para matar a saudade, como diziam. De lá, Pedro enviou em 28 de outubro de 1950 foto e carta aos filhos Geraldo Braido.

Acervo: Família Maregatti

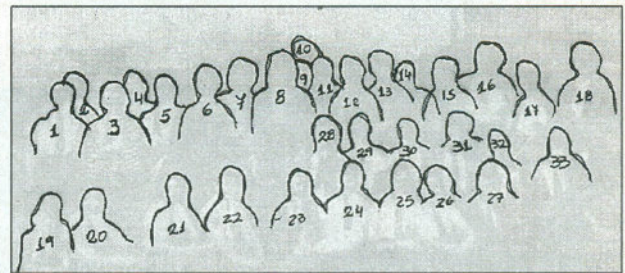


Formatura ginasial do Instituto de Ensino São Caetano do Sul, em 1972. Aparecem na foto, pela ordem: 1) Evelize Parente; 2) Cibele Russo; 3) Regina; 4) Ivete de Fátima Scardelatto; 5) Monica Del Rey; 6) Regina; 7) ?; 8) ?; 9) ?; 10) Magali Perez Celotto; 11) Maria Aparecida; 12) Vera Lúcia Viana; 13) Reginaldo Barbosa de Melo; 14) Jeferson Serpa; 15) José Cilurzo Neto; 16) Marcos Francisco Maregatti; 17) Domingos Maringuelli; 18) José Garcia; 19) Emílio Ferrari; 20) Luiz Emiliani Júnior; 21) Roberto Munhoz Gomes Nogueira; 22) Alberto Heinke.

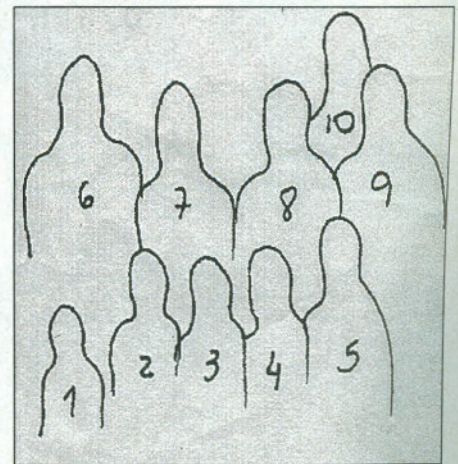




As estudantes do Instituto de Ensino São Caetano, em 1957, também já participavam das promoções assistenciais da época. Orientadas pela professora Santina Cardieri, faziam e doavam enxovais infantis, para crianças pobres, no único posto de puericultura que então existia, na Av. Goiás, esquina com rua José Paolone. Na foto, alunas da 4ª série ginásial do Iescs., em 1957, junto com a sra. Dolores Massei, esposa do Prefeito Osvaldo S. Massei e a prof. Santina. De pé, da esquerda para direita: 1) Gusepina Ferriguo; 2) Natercia; 3) Elza Biaggio; 4) Ana Maria Bernardino; 5) Joselena Moraes; 6) Elizabete Esteves; 7) Sra. Dolores Massei; 8) Profª Santina Cardieri; 9) Viviane Chiurco; 10) Neusa Basseto; 11) Mirian; 12) Neusa Moraes; 13) Maria Eulália; 14) Eunice; 15) ?; 16) Irene Wachtler; 17) Romilda Martins; 18) Claudete Zambo Migliatti. Sentadas, da esquerda para direita: 19) ?; 20) Ivone de Moraes; 21) Mirna Fazia; 22) Maria Clara Morcelli; 23) Lígia Varela; 24) Marilene Giuliani; 25) Vilma Vonzenzi; 26) Jacira Leandrini; 27) Roberta Froncillo. Fila intermediária, da esquerda para direita: 28) Marcia Quaglia; 29) Maria; 30) Nilza Evangelista; 31) Ana Maria Jeck; 32) Neusa Vallim; 33) ?.

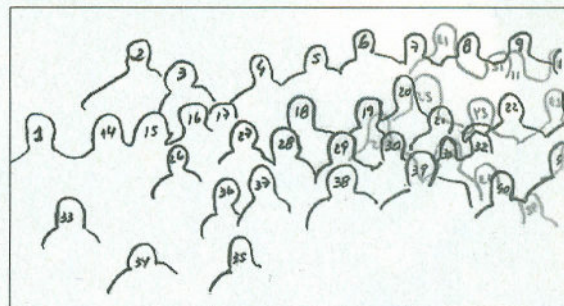


Ano de 1962: inauguração da Relojaria Lido, à rua Baraldi, 735. Na foto, as seguintes pessoas: 1) Ilza Aparecida Maregatti; 2) Ivete de Fátima Scardelatto; 3) Silvia Mombelli; 4) Marcos Francisco Maregatti; 5) José Mombelli Júnior; 6) Raphael Maregatti; 7) Augusta Aparecida Maregatti; 8) Malvina Mombelli; 9) Malvina Mombelli; 9) José Mombelli; 10) Edmundo F. Silva.





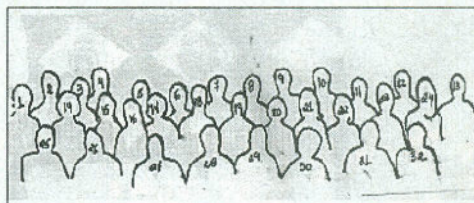
Segundo Cavassani e Delmira Roveri Cavassani, ambos de famílias tradicionais da cidade, comemoraram com grande festa sua Bodas de Ouro, em 1945. Em sua residência da Rua Perrella, reuniram filhos, netos, bisnetos e todos agregados a uma grande família. A foto, tirada no fundo do quintal, mostra ainda os vagões da SPR cujos trilhos faziam divisa com o terreno dos Cavassani. O Foto Americano, situado à Rua Perrella, 109, foi o responsável pela fotografia. 1) Mario Cavassani; 2) Aldo Primazi; 3) Monica Cavassani Primazi; 4) Durval Cavassani Vitali; 5) Rosa Cavassani Vitali; 6) Antonio Vitali; 7) Dorotéa Cavassani Vitali; 8) Luiz Cavassani Vitali; 9) Marcelino Lopes; 10) Guiomar Cavassani Lopes; 11) Aninha Cavassani Marzano; 12) Ana Cavassani Marzano; 13) Américo Marzano; 14) Angelina Cavassani; 15) Odete Cavassani Primazi; 16) Abner Ortêncio; 17) Antonia Cavassani; 18) Albano Cavassani; 19) Iole Santarelli Cavassani; 20) Orestes Cavassani; 21) Pasqua Cavassani Marques; 22) Julio Marques; 23) Romolo Cavassani Marzano; 24) Neusa Cavassani Marzano; 25) ?; 26) João Cavassani Primazi; 27) Valdir Cavassani; 28) Dirce Cavassani; 29) Nives Santarelli Cavassani; 30) Edir Santarelli Cavassani; 31) Neide Cavassani Marques; 32) Janete Cavassani Marques; 33) Nelso Cavassani; 34) José Cavassani Primazi; 35) Milton Cavassani Primazi; 36) Leonou Cavassani Primazi; 37) Rubens Cavassani Primazi; 38) Delmira Roveri Cavassani; 39) João Segundo Cavassani; 40) Décio Cavassani Marques; 41) Nelo Cavassani Marzano; 42) Isolda Cavassani Marzano; 43) Nice Cavassani Marzano; 44) Salvador Cavassani Marzano; 45) Ivone Cavassani Marzano.



Acervo: Sonia Canga



Anos 60: reunião do Tijuccusu Clube. Aparecem na fotografia as seguintes pessoas, pela ordem: 1) Victor Matsudo; 2) Celso Marchesan; 3) Juvenino Borges; 4) João José Dario; 5) Rubens Russo; 6) Paulo Matsudo; 7) Valdeci ?; 8) Antonio José Pimenta; 9) Mario Ronaldo Chekim; 10) Antonio Carlos Carvalho; 11) Douglas Ângelo; 12) Nelson Infanti; 13) Luiz Crepaldi Filho; 14) Ideli Azzi; 15) Elizabeth ?; 16) Ana Maria Marchesan; 17) Nádia Valverde; 18) Maria da Graça Marchesan; 19) Sueli Beloti; 20) Sonia Regina Kalil; 21) Edeli ?; 22) Ilária Maria Di Tizio; 23) Ivanira Sperati; 24) Elaine Previano; 25) ?; 26) ?; 27) Oscar Leite; 28) ?; 29) Paulo Pimenta; 30) Albertina Matsudo; 31) Cel. Juvenino Borges; 32) Iberê Di Tizio.



Acervo: Henry Veronesi



Núcleo residencial de Silvério Perrella, que se localizava na esquina da rua Perrella com Rio Branco, fazendo fundos com a Estrada de Ferro São Paulo Railways. Nesse núcleo era mantido um pomar de frutas diversas (pêras, caquis, pêssegos, uvas, marmelo, etc.). Na foto, nota-se o poço de água potável, com duas colunas, onde era instalado o sarilho, a carretilha e a corrente para puxar a água. Do lado, a tina de madeira [aproveitada de uma cartola de vinho], com o esfregão. As pessoas da foto: 1) Assumpta Catalani; 2) Silvério Perrella; 3) Magdalena Perrella; 4) Hermínia Perrella; 5) Felix Perrella; 6) Aurélio Perrella Balbo; 7) Mário Perrella; 8) Joaquim Perrella; 9) Páscoa ?; 10) Matilde Perrella; 11) Júlia Catalani; 12) Ernesta Venturi Veronesi; 13) Gabriel Perrella; 14) Israel Perrella; 15) Paulo Perrella; 16) Laura Perrella; 17) Irene Gastaldo; 18) Ovídio Liberato Perrella; 19) Radamés Perrella; 20) Alcides Catalani; 21) Glauco Perrella; 22) Victor Perrella; 23) Miguel Perrella; 24) Nídia Veronesi.

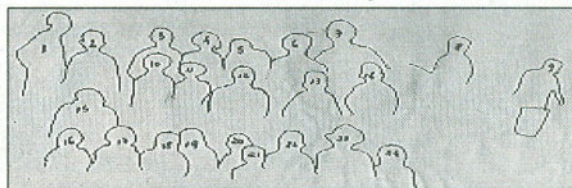
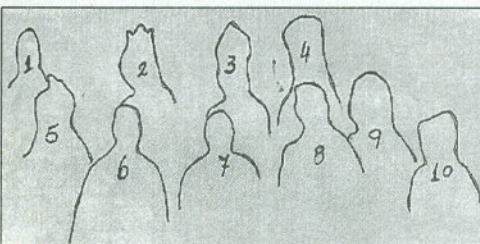
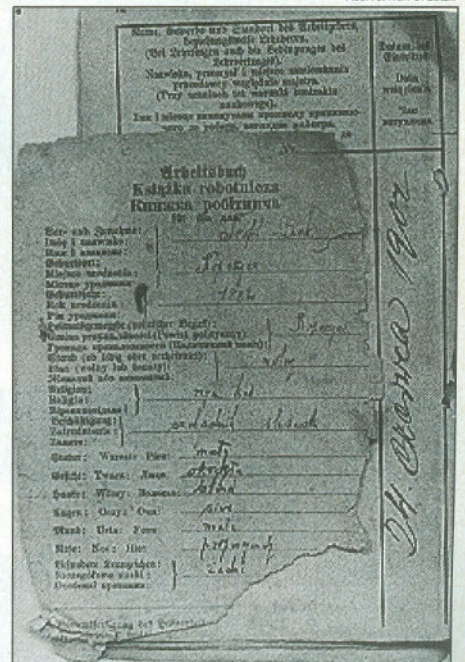




Foto de 1935, dos imigrantes ucranianos Vasselevna e Mikhailo Stefanyzyn, em São Caetano do Sul.

Foto da família ucraniana Stefanyzyn, em 1940: Vasselevna e Mikhailo Stefanyzyn; no colo, Eugênia.



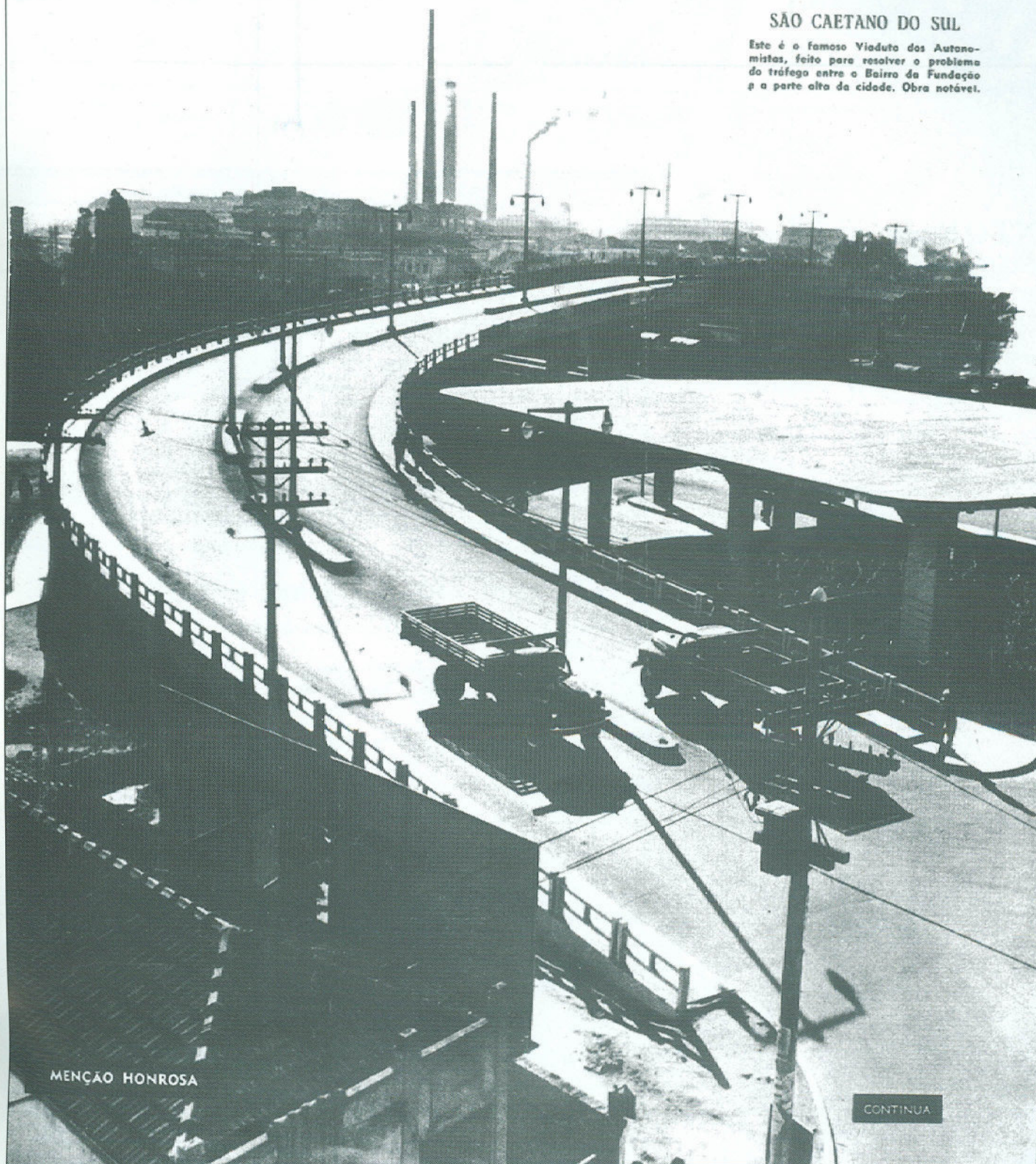
Bênção da bandeira Ucraniana, em agosto de 1948, na Matriz do Bairro Fundação. Aparecem na foto: 1)?; 2) Khália Onetchenko; 3) Valéria Strutensky; 4) Olga Kliutchitza; 5) Khália Skulsky; 6) padre Josef Skulsky; 7) Ivan Soroká; 8) maestro Avramenko; 9) ?; 10) ?.

Fac-símile da carteira de trabalho do imigrante ucraniano Teophil Lutzki, editada em 1911, na Galícia (então província austro-húngara), em alemão, polonês e ucraniano. A família Lutzki estabeleceu-se em São Caetano nos anos 20



SÃO CAETANO DO SUL

Este é o famoso Viaduto dos Autonomistas, feito para resolver o problema do tráfego entre o Bairro da Fundação e a parte alta da cidade. Obra notável.



MENÇÃO HONROSA

CONTINUA

Em maio de 1955, a Prefeitura de São Caetano do Sul, inscreveu-se no concurso Municípios de Maior Progresso organizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) com a colaboração da revista **O Cruzeiro**. São Caetano do Sul foi classificado entre os dez municípios vencedores, recebendo uma menção honrosa. Esta foto do viaduto dos Autonomistas foi publicada na revista **O Cruzeiro** de 24 de setembro de 1955.

CAPE VERD ISLANDS

From the Admiralty Survey.



ST ANTONIO



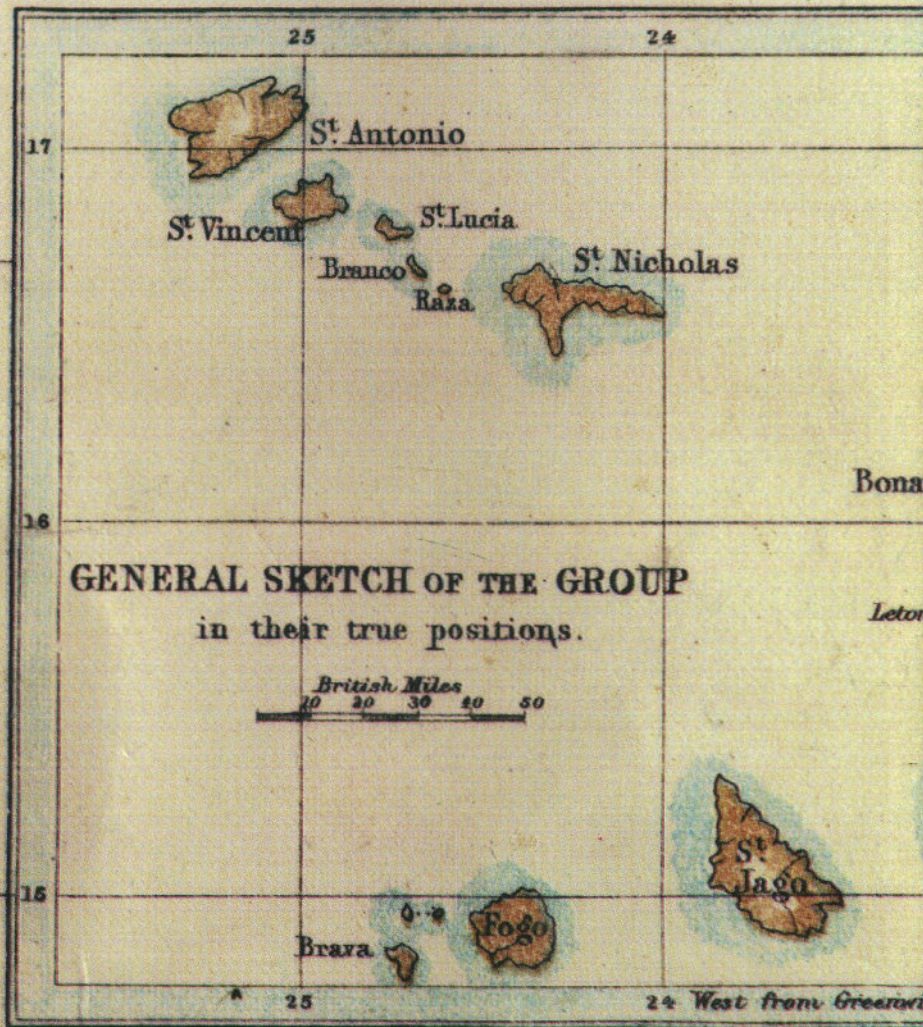
ST VINCENT

ST NICHOLAS

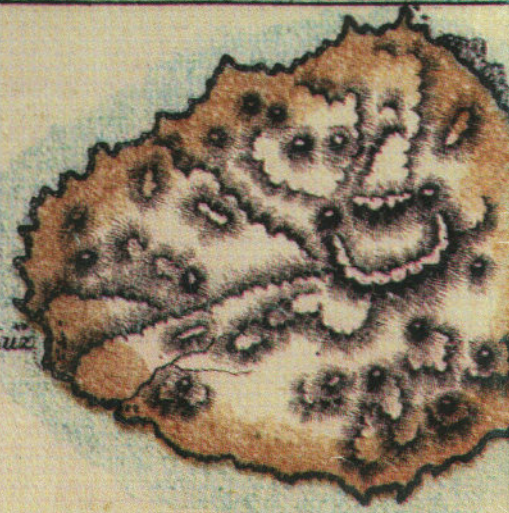


BRANCO

RAZA



BRAVA



Town of Luz